TCEPR

SUMÁRIO

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO 1
STP - Pautas 1
STP - Atas 1
STP - Acórdãos 1
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA 43
1ªSECAM - Pautas 43
1ªSECAM - Atas 43
1ªSECAM - Acórdãos 43
SECRETARIA DA 2ª CÂMARA 43
2ªSECAM - Pautas 44
2ªSECAM - Atas 44
2ªSECAM - Acórdãos 44
ATOS DE RELATORIA 44
Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES 44
Conselheiro IVAN LELIS BONILHA 44
Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL 44
Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO 46
Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES 47
Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA 48
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI 48
Auditor SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA 51
Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO 51
Auditor CLAUDIO AUGUSTO KANIA 51
Auditor TIAGO ALVAREZ PEDROSO 52
Auditor LIVIO FABIANO SOTERO COSTA 52
Auditora MURYEL HEY 52
Auditor JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO 52
CORREGEDORIA-GERAL 52
Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar 53
OUVIDORIA DE CONTAS 53
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS 53
ATOS DIVERSOS 53
Resenhas de Distribuição 53
Editais 57
Despachos 57
Informações 71
Atos de Alerta Municipais 71
COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO 71
ATOS NORMATIVOS 71
GABINETE DA PRESIDÊNCIA 71
GP - Despachos 71
GP - Termo de Ajuste de Gestão 73
GP - Portarias 73
LICITAÇÕES E CONTRATOS 75
COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2023/2024 79
Tribunal Pleno 79
Primeira Câmara 79
Segunda Câmara 79
Corregedoria-Geral 79
Ministério Público de Contas 79
Conselheiros – Diretores de Gabinete 79
Auditores – Coordenadores de Gabinete 79
Inspetorias de Controle Externo 79
Administrativo 79

TCEPR

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

As sessões por **videoconferência** do Tribunal Pleno serão realizadas às 14h das quartas-feiras. A parte interessada em realizar sustentação oral deverá seguir as orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>, ou peticionar requisitando o link de acesso ao Zoom, para sustentar "ao vivo".
Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas **alternadas** com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

STP - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar SUSTENTAÇÃO ORAL nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

STP - Atas

Sem publicações

STP - Acórdãos

PROCESSO Nº:-742511/22
ASSUNTO:-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ENTIDADE:-FUNDO ESPECIAL DO CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANA
INTERESSADO:-FABIO DE SOUZA CAMARGO
RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA
ACÓRDÃO Nº 603/23 - TRIBUNAL PLENO
Execução Orçamentária. Novembro de 2022. Instrução favorável. Manifestações uniformes. Regularidade.
1 RELATÓRIO
O presente expediente cuida da Execução Orçamentária do Fundo Especial do Controle Externo deste Tribunal de Contas – FETC/PR, iniciada pela Diretoria de Finanças, em cumprimento ao Regimento Interno[1] desta Corte, referente ao mês de novembro de 2022.
O protocolado foi instruído com Demonstrativo do Crédito Empenhado a Liquidar, Empenhos, Relatório de Empenhos, Registro de Receita (RDR), Relatório Gerencial da Receita, Liquidações, Relatório de Liquidações, Relatório de Pagamentos, Relatório Gerencial da Despesa, Balancete Analítico, Balancete Sintético, Extratos Bancários, Conciliação Bancária e Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do mês de novembro de 2022 (peças 4-17).
O Conselho de Administração do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Paraná emitiu Parecer nº 15/22 (peça 18) pela regularidade das contas, referentes ao mês de novembro de 2022, propondo a sua integral aprovação.
A Controladoria Interna (CI), por sua Informação 164/22 (peça 19), concluiu que os

relatórios analisados representam adequadamente os fatos administrativos da execução orçamentária e financeira do Fundo Especial, relativo ao mês de novembro de 2022.
Por sua vez, pela Instrução 937/22 (peça 20), a Coordenadoria de Gestão Estadual (CGE), tendo por base a documentação apresentada, concluiu que as despesas atenderam os requisitos legais, manifestando-se pela regularidade.
Ao final, a Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas emitiu o Parecer 25/23 (peça 21) não se opondo ao juízo de regularidade dos atos de execução orçamentária sob análise.
É o relatório.
2 FUNDAMENTAÇÃO
De todo o relatado, inexistem apontamentos que contrariem as conclusões de regularidade lançadas na instrução do processado, as quais adoto como razões de decidir.
As unidades competentes e o órgão ministerial foram unânimes em apontar a regularidade da presente execução orçamentária do Fundo Especial do Controle Externo deste Tribunal de Contas. Apresento meu voto no mesmo sentido.
3 VOTO
Com fundamento nos opinativos emitidos nos autos e na manifestação do órgão ministerial, VOTO pela regularidade do presente demonstrativo de execução orçamentária do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, referente ao mês de novembro, do exercício financeiro de 2022, na forma do art. 523 do Regimento Interno desta Corte.
Após o trânsito em julgado da decisão, determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo (DP), para fins do art. 523, parágrafo único, do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
I - Julgar pela regularidade do presente demonstrativo de execução orçamentária do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, referente ao mês de novembro, do exercício financeiro de 2022, na forma do art. 523 do Regimento Interno desta Corte.
II - Após o trânsito em julgado da decisão, determinar o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo (DP), para fins do art. 523, parágrafo único, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 30 de março de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 5.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
***1**. Art. 523. As execuções orçamentárias serão encaminhadas mensalmente para apreciação do Tribunal Pleno, inclusive os restos a pagar inscritos ao final de cada exercício financeiro, mediante instrução da Coordenadoria de Fiscalização Estadual e manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)*
Parágrafo único. Os processos de que trata o caput serão anexados a prestação de contas anual do Presidente do Tribunal. (Incluído pela Resolução n° 24/2010)

PROCESSO Nº:-730440/21
ASSUNTO:-DENÚNCIA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS
INTERESSADO:-ALCIDES RODRIGUES BASSETE, ALISSON TIBURCIO CAMARGO, DENILSON DE MATTOS, ESTRATEGIA GESTAO E EDUCACAO EIRELI, JOÃO MANOEL PAMPANINI (FALECIDO(A) EM 2020), JOAO MANOEL PAMPANINI FILHO, JOSICREI DOS SANTOS PEREIRA, JULIA BONTORIN PAMPANINI, LEONARDO BONTORIN PAMPANINI, MARIA SALETE BONTORIN PAMPANINI, MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS, VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
ADVOGADO / PROCURADOR-LILIANE APARECIDA COELHO
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 618/23 - TRIBUNAL PLENO
Denúncia. Atuação de contratado para atividade fim da Administração. Ausência de elementos probatórios. Pela improcedência. Expedição de recomendação.
I. RELATÓRIO
Trata-se de Denúncia formulada por JOSICREI DOS SANTOS PEREIRA, por meio da qual noticiou-se a suposta afronta ao Prejulgado n.° 06 pelo Município de Adrianópolis.
Narra o denunciante que o Município realizou procedimento licitatório voltado à "contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria com o intuito de implementar processo sistemático visando o aperfeiçoamento do uso de informações tecnológicas, técnicas e procedimentais da organização municipal e a realização de habilitação teórico-prática dos núcleos de cada unidade do Poder Executivo visando controle e desenvolvimento socioeconômico", e que a vencedora, empresa Estratégia de Gestão e Educação, teria indicado o senhor Denilson de Mattos para a execução dos serviços.
Ocorre, porém, que segundo o denunciante, o senhor Denilson seria advogado, e estaria, na verdade, prestando assessoria jurídica não especializada ao Prefeito, inclusive mediante atuação em processos perante este Tribunal.
Além disso, aduz que o assessor jurídico do gabinete do Prefeito, Doutor Willian, é servidor comissionado, e só comparece na Prefeitura um dia e meio por semana.
O feito foi recebido pelo Despacho de n.° 1334/21-GCNB (peça 4), ocasião em que foi determinada a citação do Município de Adrianópolis; de Vandir de Oliveira Rosa (atual gestor municipal); João Manoel Pampanini (gestor à época dos fatos); da empresa Estratégia Educação e Gestão Eireli; de Alisson Tiburcio Camargo (representante legal da empresa); de Denilson de Mattos (Gerente do Programa objeto do contrato); e de Alcides Rodrigues Bassete (fiscal do contrato).
Em resposta, manifestaram-se em petição conjunta a empresa contratada e o seu representante legal (peças 20 a 35); o fiscal do contrato (peças 40 a 48); o atual Prefeito (peças 51 e 52, cujo conteúdo foi replicado nas peças 54 e 55); e o senhor Denilson de Mattos (peça 61).
Neste ínterim, uma vez certificado o falecimento do senhor João Manoel Pampanini, determinou-se a citação do seu espólio (Despacho n.° 491/22-GCNB, peça 64).
Em petição anexada à peça 76, o referido Espólio informou que um dos herdeiros do senhor João Manoel estaria residindo fora do País, e que os demais somente retiraram a correspondência de citação em 19/08/2022, quando o acesso à cópia dos autos já havia expirado. Requereram, então, a concessão de novo prazo para o oferecimento de defesa.
Mais adiante, em novo petitório, o Espólio novamente se manifestou, arguindo, de início, a nulidade da citação de João Manoel Pampanini Filho, eis que não recebeu pessoalmente nenhuma intimação. Em acréscimo, apresentou suas razões defensivas.
O feito seguiu, então, à Coordenadoria de Gestão Municipal, que opinou pela improcedência da denúncia (Instrução n.° 4838/22-CGM, peça 101).
O Ministério Público de Contas, além de acompanhar o opinativo técnico, manifestou-se pela expedição de determinação ao atual Prefeito Municipal para que alimente a base de dados do Tribunal com as informações relativas ao contrato (Parecer n.° 964/22-4PC, peça 102).
Era o que cabia relatar.
II. FUNDAMENTAÇÃO
De início, afasto desde logo a alegada nulidade de citação do senhor João Manoel Pampanini Filho, herdeiro do senhor João Manoel Papanini. Isso porque foi determinada a citação do espólio do de cujus, e não de seus herdeiros pessoalmente.
A teor do disposto no artigo 75, inciso VII do Código de Processo Civil, o espólio é representado pelo inventariante, não se fazendo necessária a inclusão de todos os herdeiros como partes interessadas, o que só seria exigível se o processo de inventário já tivesse sido finalizado, o que em nenhum momento foi informado pelo espólio.
Superado este ponto, passo à análise de mérito.
A partir do que consta dos autos, me coaduno com os opinativos técnico e ministerial pela improcedência da denúncia.
O denunciante não apresentou nenhum indício de prova acerca de suas alegações, as quais, ao que parece, foram tecidas de modo a induzir este Tribunal a crer que as condutas dos representados estariam interligadas com o objetivo de beneficiarem-se mutuamente de modo indevido, o que, contudo, não restou minimamente comprovado.
Quanto à atuação do Doutor Denilson de Mattos em processos perante este Tribunal, na condição de procurador do senhor João Manoel Pampanini, tem-se que nos autos 466374/20 referida atuação se deu a partir de substabelecimento datado de julho de 2020, período em que não mais figurava como Prefeito Municipal, e nos autos 572735/20 o senhor João Manoel sequer figura como parte, tendo o advogado atuado como procurador do senhor Alcides Rodrigues Bassete.
Em acréscimo, destaca-se que, enquanto a contratação da empresa Estratégia ocorreu em 2021, a atuação do causídico em ambos os processos ocorreu em 2020, quando da interposição de recurso de revista, não tendo praticado novos atos processuais desde então.
Embora seja possível concluir pela existência de um elo de ligação entre os ex-gestores e o senhor Denilson, não é possível concluir que houve a prática de qualquer irregularidade baseando-se tão somente nos fatos acima.
Passo à análise acerca da suposta violação ao Prejulgado n.° 06.
Segundo o denunciante, o senhor Denilson, na condição de Gerente do Programa objeto do contrato celebrado com a empresa Estratégia Educação e Gestão, na verdade estaria atuando como assessor jurídico não especializado do senhor Prefeito.
Ocorre, no entanto, que assim como no tópico anterior, não há nenhum indício de prova nesse sentido, inexistindo qualquer espécie de ato que tenha sido por ele praticado que corresponda à atuação de um assessor jurídico.
Diante de todo o exposto, dada a completa ausência de elemento probatórios hábeis a caracterizar as impropriedades descritas na exordial, conclui-se pela improcedência da Denúncia formulada por Josicrei dos Santos Pereira.
Por fim, quanto ao sugerido pelo Ministério Público de Contas no sentido de que se determine ao atual Prefeito de Adrianópolis que informe os dados relativos ao contrato n.° 76/2021 na base de dados deste Tribunal, entendo que se revela mais adequada a expedição de recomendação, considerando que tal ponto não integrou o escopo de análise.
III. VOTO
Ante o exposto, VOTO pela improcedência desta Denúncia, sem prejuízo da emissão de RECOMENDAÇÃO ao atual prefeito do Município de Adrianópolis para que sejam informados os dados relativos ao contrato n° 76/2021 na base de dados do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Após o trânsito em julgado, à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para os registros pertinentes e à Diretoria de Protocolo, para encerramento, nos moldes do artigo 398, § 1° do Regimento Interno.
É o voto.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de DENÚNCIA
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
I. Julgar pela improcedência desta Denúncia.
II. RECOMENDAR ao atual Prefeito do Município de Adrianópolis que sejam informados os dados relativos ao contrato n.° 76/2021, na base de dados do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
III. Após o trânsito em julgado, encaminhar os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para os registros pertinentes e à Diretoria de Protocolo, para encerramento, nos moldes do artigo 398, § 1° do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 30 de março de 2023 – Sessão Virtual nº 5.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-145776/10
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MATINHOS
INTERESSADO:-EDUARDO ANTONIO DALMORA, JOSÉ MARIA DE PAULA CORREIA, MUNICÍPIO DE MATINHOS
ADVOGADO / PROCURADOR-THIAGO MEIRA PALLARO
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 619/23 - TRIBUNAL PLENO

Recurso de Revista. Prestação de Contas Municipal. Longo transcurso de tempo. Impossibilidade do exame das contas por fatores alheios ao gestor. Comprometimento do pleno exercício da ampla defesa e do contraditório. Trancamento. Arquivamento.

I. RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Revista interposto por JOSÉ MARIA DE PAULA CORREIA, Interventor Estadual no Município de Matinhos, em face do Acórdão de Parecer Prévio n.° 428/10-S1C, que recomendou a irregularidade das contas daquele município relativas ao exercício de 2004, tendo em vista a omissão no encaminhamento dos dados do Sistemas de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM), inviabilizando a respectiva análise.

Por meio do Acórdão n.° 4729/13-STP (peça 73), este Tribunal apreciou o pleito recursal e decidiu pela concessão de prazo para a apresentação das contas, acompanhando o entendimento adotado por meio do Acórdão n.° 896/09-STP, exarado em Recurso de Revista interposto em face de decisão que havia recomendado a irregularidade das contas do exercício de 2003 do Município de Matinhos, recomendação essa que teve por base as mesmas razões que levaram a 1ª Câmara deste Tribunal a recomendar a irregularidade das contas de 2004,ou seja, a ausência de encaminhamento de dados.

Não obstante o prazo concedido para que fosse promovida a alimentação do sistema, a Diretoria de Contas Municipais consignou que a Diretoria de Tecnologia da Informação havia esclarecido que "a plataforma tecnológica e a estrutura do banco de dados que permitiam a recepção dos dados do SIM-AM-2003 e SIM-AM-2004 evoluíram completamente, no decorrer dos anos, tornando-se hoje 100% incompatíveis com a estrutura de uma década atrás. Desta forma, tecnologicamente, é impossível a recepção eletrônica e a análise automatizada destes dados antigos" (Instrução n.° 1333/14-DCM, peça 86).

Nesse contexto, ao ponderar as peculiaridades do caso, o então relator, Conselheiro Nestor Baptista, possibilitou que as contas fossem prestadas em qualquer meio magnético (Despacho n.° 2390/1-GCNB, peça 88).

Como consequência, foram anexadas diversas petições pelo senhor José Maria (peças 94 e 95; 99; 109; 164; 169 a 206; 213 a 230; 236 a 237; 244 a 259; 262 a 277; 281 a 296; 301 a 316; 327 a 342; 347 a 362; 367 a 382; 385 a 400), as quais foram consideradas insuficientes pela unidade técnica, que se manifestou reiteradamente pelo desprovimento recursal[1] e, consequentemente, pela manutenção do parecer prévio recomendando a irregularidade das contas, opinativo que foi acompanhado pelo Ministério Público de Contas[2].

Após as fracassadas tentativas de instruir o feito com a documentação necessária para a análise das contas, o ex-interventor pugnou, então, pelo trancamento das contas (peças 408 e 411), ocasião em que expôs, de início, que assumiu a gestão municipal em meio ao caos, tendo se deparado "com um quadro de absoluta inidoneidade com apropriação de valores oriundos de pagamentos de impostos por uma organização criminosa que operava naquele município".

Relatou que as medidas por ele adotadas a fim de estancar as arbitrariedades que vinham ocorrendo, as quais incluem a comunicação dos fatos às autoridades competentes, teriam acarretado "reações dos atingidos, entre elas o sumiço de documentos e o desaparecimento de arquivos necessários à uma correta e eficiente prestação de contas".

Além da carência documental, informou que a dificuldade inicial em alimentar o SIM-AM foi decorrente do fato de as contas do exercício de 2002 não terem sido prestadas corretamente, o que teria impedido o recepcionamento de novos dados.

Consignou, a propósito, que referido impedimento levou este Tribunal a exarar o Acórdão n.° 635/08-STP no âmbito da Prestação de Contas de 2003, em que foi autorizada "a inicialização do sistema SIM-AM 2003, dando-se tratamento de Entidade nova, ou seja, assumindo-se os registros que esta declarar como sendo os primeiros", o que, contudo, não foi suficiente para a alimentação do sistema, tendo em vista a sua incompatibilidade com a documentação apresentada, culminando, então, na autorização para a apresentação das contas em qualquer meio magnético.

Ponderou que diante de todas as dificuldades enfrentadas, "compareceu mais de uma centena de vezes ao TCE perante as unidades técnicas responsáveis pelo exame de contas trazendo documentos, planilhas, extratos bancários, saldos mensais, balanços, despesas na aplicação de gastos com a educação e a saúde nos índices constitucionais, folhas de pagamentos dentro dos limites e documentos contábeis elaborados em relatórios por cinco contadores devidamente inscritos no CRC cujos nomes constam dos presentes autos", e que "foram digitalizados e devidamente protocolados perante o TCE e para apreciação dos nobres relatores mais de 40 CDs de milhares de documentos digitalizados".

Argumentou que, embora insuficiente, todo o seu esforço foi reconhecido por este Tribunal, que deliberou pelo trancamento das contas de 2003, reputando-as iliquidáveis, pugnando que seja aplicado o mesmo entendimento nos presentes autos.

Em derradeira instrução, a Coordenadoria de Gestão Municipal entendeu possível a adoção de entendimento similar àquele aplicado no exercício de 2003, dada a similaridade fática, concluindo pelo trancamento das contas (Instrução n.° 3748/22-CGM, peça 417).

O Ministério Público de Contas, por seu turno, manifestou-se pelo desprovimento recursal a fim de ser mantido o parecer prévio recomendando a irregularidade das contas, por entender que "não se observa hipótese que esteja em adequação ao permissivo legal do trancamento das contas" (Parecer n.° 1008/22-6PC, peça 418).

É o breve relato.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Conforme se extrai dos autos, após a interposição do Recurso de Revista e de sucessivas tentativas de apresentar a documentação necessária para a apreciação das suas contas por este Tribunal, o recorrente atravessou petição pugnando pelo trancamento das contas, nos termos do artigo 251 do Regimento Interno, que prevê:

Art. 251. O Tribunal de Contas ordenará o trancamento das contas que forem consideradas iliquidáveis, declarando os efeitos decorrentes e o consequente arquivamento do processo.

Parágrafo único. As contas serão consideradas iliquidáveis quando caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento de mérito.

Da leitura do dispositivo acima transcrito, tem-se que o trancamento pretendido só tem lugar na hipótese restrita de impossibilidade de análise de mérito decorrente de fatores alheios ao responsável pelas contas.

No caso sob exame, é possível observar que o senhor José Maria, na condição de interventor do Município de Matinhos, promoveu todos os atos que estavam ao seu alcance na tentativa de municiar este Tribunal com os dados necessários à análise de suas contas, os quais, contudo, foram considerados insuficientes pela unidade técnica.

Trata-se, portanto, de situação idêntica àquela vivenciada pelo mesmo gestor no exercício de 2003, em relação à qual este Tribunal deliberou pelo trancamento das contas (Acórdão de Parecer Prévio n.° 312/18-STP).

Na ocasião, o Ilustre Relator, Conselheiro Artagão de Mattos Leão, ponderou que:

Consta do feito o comparecimento do JOSÉ MARIA DE PAULA CORREIA, em diversas oportunidades, por mais de uma década, na tentativa de complementar a presente Tomada de Contas, o que se mostrou impossível. Conforme alega o responsável, este não poupou esforços no sentido de obter junto às Instituições Bancárias, bem como à Prefeitura de Matinhos, extratos bancários, notas fiscais e demais documentos que complementariam e corroborariam o fiel cumprimento das normas estabelecidas por esta Corte, referente à prestação de contas municipal.

Destaca a dificuldade, amplamente conhecida, acerca da situação atípica que assolou o Município, o qual estaria sob Intervenção Estadual, sendo Auditado pelo Tribunal de Contas do Estado, em razão de possível desvio de valores por parte do Prefeito afastado Sr. Alcindo Ricardo Duarte.

Somado a isto, tem-se o transcurso de 15 anos do exercício analisado, até a presente data, o que dificulta em muito o levantamento de dados e documentos a serem apresentados, não podendo ser ignorada a boa-fé do Gestor, na contratação, de forma particular, de Contador para levantamento de dados e documentos a serem acrescidos aos autos.

Tem-se, então, que os fundamentos acima também se mostram presentes no âmbito deste expediente.

Em acréscimo, entendo pertinente pontuar que este Tribunal, ainda que na condição de órgão constitucionalmente imbuído do dever de opinar sobre as contas dos Chefes dos Poderes Executivos Municipais, também deve buscar uma adequada tramitação processual, que assegure a observância das garantias constitucionais aos seus jurisdicionados, notadamente quanto à razoável duração do processo e à ampla defesa e contraditório, os quais inegavelmente restam prejudicados num processo que tramita há quase 20 anos.

A propósito da longa tramitação, entendo pertinente pontuar que o caso em exame, a meu sentir, difere de outros tantos em que os responsáveis se valem de manifestações variadas na tentativa de protelar o deslinde processual.

Este expediente, como restou demonstrado no breve relato apresentado, traz em si uma série de dificuldades enfrentadas pelo gestor, o qual, não obstante tenha iniciado a sua atuação em um ambiente hostil, na condição de interventor estadual, demonstrou severo comprometimento na tentativa de dar atendimento às solicitações deste Tribunal.

Nesse contexto, entendo ser hipótese de trancamento das contas em exame, o que, por certo, não afasta a competência do Legislativo Municipal para julgar as contas do Poder Executivo, devendo, portanto, a presente decisão deve ser encaminhada à Câmara de Matinhos.

III. VOTO

Ante o exposto, acompanhando o opinativo técnico e divergindo do parecer ministerial, VOTO pelo TRANCAMENTO das contas do Município de Matinhos alusivas ao exercício de 2004, de responsabilidade do senhor JOSÉ MARIA DE PAULA CORREIA, com fulcro no artigo 251 do Regimento Interno deste Tribunal, acarretando a extinção do feito sem julgamento de mérito, abstendo-se essa Corte de emitir opinião sobre as referidas contas.

Após o trânsito em julgado, expeça-se ofício à Câmara Municipal, nos termos do artigo 217-A do Regimento Interno e, após, à Diretoria de Protocolo para encerramento, nos moldes dos artigos 398, §1° e 168, VII do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de RECURSO DE REVISTA

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:

I. Julgar pelo TRANCAMENTO das contas do Município de Matinhos alusivas ao exercício financeiro de 2004, de responsabilidade do senhor JOSÉ MARIA DE PAULA CORREIA, com fulcro no artigo 251 do Regimento Interno deste Tribunal, acarretando a extinção do feito sem julgamento de mérito, abstendo-se essa Corte de emitir opinião sobre as referidas contas.

II. Após o trânsito em julgado, expedir ofício à Câmara Municipal de Matinhos, nos termos do artigo 217-A do Regimento Interno e, após, à Diretoria de Protocolo para encerramento, nos moldes dos artigos 398, §1° e 168, VII do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.

Plenário Virtual, 30 de março de 2023 – Sessão Virtual nº 5.

JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

__1__. Instruções n.° 4378/15-DCM (peça 96); 4854/16-COFIM (peça 117); 2680/17-COFIM (peça 323).
__2__. Parecer Ministerial n.° 14432/15-SMPjTC (peça 97)

PROCESSO Nº:-76704/22
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE:-MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA
INTERESSADO:-ADEMAR DA SILVA, CLEIDE INES GRIEBELER PRATES, EDINEI VALDIR MORESCO GASPARINI, INSTITUTO BRASIL MELHOR, LINDOLFO MARTINS RUI, MIGUEL BAYERLE, MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA, SIDNEI PICOLI AMARAL
ADVOGADO / PROCURADOR-ANDRE LUIZ SBERZE, GÉSSICA PAOLA SANDRIN, GILBERTO RODRIGUES BAENA, NATALIA ANGELICA MISTRELLI
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 620/23 - TRIBUNAL PLENO

RECURSO DE REVISTA. TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA. AUSÊNCIA PARCIAL

DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS. RESPONSABILIDADE DO TOMADOR E DO CONCEDENTE PELOS DOCUMENTOS. RESTITUIÇÃO DE VALORES PELO CONCEDENTE DEVIDA. COMPETÊNCIA DESTE TRIBUNAL PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PRESENTES CONTAS. RESPEITO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA, DEVIDO PROCESSO LEGAL E À LINDB. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

I. RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Revista interposto por Miguel Bayerle, em face da decisão consubstanciada no Acórdão n.° 1788/21 – S2C, integrada pelo Acórdão 3360/21 – S2C, de relatoria do Conselheiro Nestor Baptista que, por maioria de votos, decidiu pela irregularidade das contas de transferência voluntária de recursos do Município de Itaipulândia para o Instituto Brasil Melhor, materializada por meio do Termo de Parceria n.º 002/2012 (SIT 11166), de responsabilidade do Sr. Miguel Bayerle (Prefeito do Concedente de 01/01/2013 a 31/12/2016) e Ademar da Silva (Presidente da Tomadora de 09/03/2010 a 17/10/2015) em razão de: a) ausência parcial dos extratos bancários; b) ausência de documentos complementares referentes às despesas com pessoal; c) realização de despesas com custos operacionais sem comprovação e transferências bancárias não comprovadas; e, d) terceirização irregular dos serviços públicos. Foram ressalvados os seguintes aspectos: utilização indevida das retenções previdenciárias e ausência de documentos exigidos pela Lei n.° 9790/99 e Decreto n.° 3100/99.

Foi determinado o recolhimento aos cofres públicos do valor de R$ 78.428,20 (setenta e oito mil quatrocentos e vinte e oito reais e vinte centavos) devidamente corrigidos e de forma solidária, pelo Instituto Brasil Melhor, pelo Sr. Ademar da Silva, Presidente da entidade e ordenador das despesas e pelo Sr. Miguel Bayerle, ex-Prefeito Municipal de Itaipulândia, em razão da ausência parcial de extratos bancários que comprovassem a destinação de parte dos recursos repassados.

Ainda, foi aplicada multa do art. 87, IV, g, da LC n.° 113/2005, ao Sr. Ademar da Silva, Presidente da entidade e ordenador das despesas e pelo Sr. Miguel Bayerle, ex-Prefeito Municipal de Itaipulândia.

Em sua petição (peça 295), o recorrente argumentou que os extratos bancários faltantes na prestação de contas são documentos protegidos por sigilo bancário e inacessíveis ao recorrente. Sustentou a necessidade de inversão do ônus da prova, não havendo que se falar em responsabilização do recorrente em face da ausência de documentos. Defendeu que a unidade técnica deve demonstrar que houve a malversação de recursos e que foge da competência do Tribunal de Contas a quebra do sigilo bancário, não havendo que lhe ser imputado o ônus de comprovar a utilização de recursos com base em documentos que não possui acesso.

Sustentou ofensa ao princípio do devido processo legal, da ampla defesa e da lealdade processual, ao pressuposto de que não pode se defender da acusação, haja vista lhe ser impossível produzir as provas na esfera administrativa.

Alternativamente, pugnou que a imputação de débito recaia em desfavor somente do Instituto Brasil Melhor, porquanto os documentos são de sua titularidade exclusiva.

Salientou o entendimento do STF quanto à competência exclusiva da Câmara de Vereadores para o julgamento de todas as contas de governo e de gestão de Prefeito Municipal. Mencionou decisão judicial em que foram suspensas todas as sanções aplicadas pelo Tribunal, incluindo restituição de valores, em face da incompetência dos Tribunais de Contas para julgar qualquer tipo de contas de Prefeitos.

Alegou que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná seria um dos poucos tribunais a impor a restituição de valores à pessoa física dos Prefeitos Municipais, sendo que as demais Cortes determinam a restituição apenas pela Tomadora. Disse que o Tribunal ignorou o precedente fixado na Uniformização de Jurisprudência n.° 03.

Aduziu que o recorrente agiu de boa-fé, não havendo elementos de que tenha se beneficiado de valores pagos na execução do contrato, bem como que o contrato de terceirização estava vigente quando assumiu o Município, tendo realizado concursos públicos para preenchimento dos cargos.

Defendeu a modificação da decisão recorrida, ao pressuposto de que não foi encaminhada à Câmara Municipal de Itaipulândia. Sustentou, ainda, a ausência de demonstração de que agiu com dolo ou erro grosseiro, hipóteses que autorizariam sua responsabilidade pessoal, nos termos da LINDB.

Requereu a reforma da decisão recorrida, para efeito de que as contas sejam consideradas regulares com ressalva, com afastamento da imputação de débito e das multas aplicadas. (peça 295). Anexou documentos 296.

O Recurso foi recebido, distribuído e encaminhado para a Coordenadoria de Gestão Municipal que, após analisar as razões recursais, opinou pela manutenção da decisão recorrida e desprovimento do recurso (Instrução 4979/22, peça 304).

O Ministério Público de Contas corroborou o opinativo da CGM (Parecer 295/20 – 5PC, peça 63)

É o sucinto relato.

II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Preliminarmente, em atenção ao art. 484 do RITCEPR, cumpre aclarar que a petição de peça 295, preencheu os requisitos necessários para ser recebida como Recurso de Revista, corroborando-se, agora de forma definitiva, o juízo prévio de admissibilidade.

Antes de se adentrar ao mérito, nos termos do relatório do voto vencedor, esclareça-se que "As transferências objeto desta prestação de contas compreenderam o período de 28/06/2014 a 28/02/2015 e repassou o total de R$ 2.225.012,09 (dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil, doze reais e nove centavos).

Entretanto, ressalto que o Termo de Parceria n.º 002/2012 tivera vigência bem antes dessa data, em 05/07/2012, encerrando-se em 28/02/2015 e repassou o montante de R$ 11.469.131,99 (onze milhões quatrocentos e sessenta e nove mil e centro e trinta e um reais e noventa e nove centavos).

O primeiro período das transferências (05/07/2012 a 27/06/2014) foi objeto do Relatório de Auditoria n.º 06/2014-DAT, protocolo n.º 543628/14, que auditou a transferência de R$ 9.244.119,90 e por isso não foi inserido nesta prestação de contas [...]" - sem realces no original.

O protocolo n.° 543628/14 foi convertido em Tomada de Contas Extraordinária e julgada procedente para efeito de reconhecer a irregularidade das contas de transferência decorrentes do mesmo Termo de Parceria em análise, com determinação de restituição de valores e aplicação de multa administrativa, em razão das seguintes restrições: i) terceirização indevida de mão de obra; ii) cobrança de custo operacional (taxa de administração); iii) pagamento de pessoal com recursos de royalties; iv) ausência de comissão de avaliação e de relatório conclusivo; v) infração ao art. 18 da LRF (Acórdão 2546/19 – STP).

Tais dados se fizeram necessários a fim de esclarecer a delimitação do objeto nos presentes autos.

Dito isso, verifica-se que as teses trazidas à discussão buscam afastar a responsabilidade do recorrente enquanto Prefeito Municipal e Concedente dos recursos cujas contas foram analisadas, a quem foi imputada de maneira solidária a restituição parcial dos valores repassados, no montante de R$ 78.428,20 (setenta e oito mil quatrocentos e vinte e oito reais e vinte centavos|).

O primeiro dos argumentos, refere-se à impossibilidade do recorrente em produzir as provas, consubstanciadas em extratos bancários faltantes e que motivaram o reconhecimento da irregularidade e a restituição parcial de valores transferidos. Baseado nisso, o recorrente alega a necessidade de inversão do ônus probatório, a ofensa aos princípios do devido processo legal, ampla defesa e lealdade processual.

Pois bem. Desde a primeira instrução da unidade técnica foi apontada a ausência parcial de extratos bancários que demonstrassem a destinação dos recursos repassados, situação que se repetiu nas demais oportunidades em que a unidade se manifestou (Instrução 399/17 -COFIT[1] e Instrução 3845/20-CGM[2]). Em resposta a tal restrição, o Sr. Prefeito deixou de se manifestar quanto ao item ao argumento de que não lhe cabia a apresentação do documento.

Ocorre que o repasse de recursos públicos mediante transferência impõe ao Gestor uma atuação normativa/fiscalizadora (art. 20, Resolução n.° 28/2011[3]) durante todo o prazo de vigência do instrumento. Disso decorre também a responsabilidade do Concedente pelos documentos, porquanto suas certificações e relatórios quanto à execução do contrato dependem da análise de toda a documentação, incluindo os extratos bancários. Pondere-se que, sem documentação comprobatória, o Concedente não teria como certificar a fiel execução do objeto[4].

Além disso, sem acesso à documentação, o ente Concedente não poderia averiguar a aplicação dos recursos nos objetivos da avença, tampouco as aplicações financeiras e seu emprego exclusivo no objeto contratado, como apregoam os §§ 2° e 3° da, art. 13 da Resolução n.° 28/2011[5], não se olvidando que esta mesma Resolução determina o acesso ao SIT pelo Tomador e pelo Concedente dos recursos.

Desta forma, o Concedente pode e deve realizar o acompanhamento da avença inclusive em seus aspectos financeiros. Na falta de documentos ou incongruência de dados, o Concedente deve exigir do Tomador justificativas, demonstrando assim sua atuação fiscalizatória para, ao final, formalizar documentação compatível com a execução da parceria[6], sem se olvidar do dever de instaurar a Tomada de Contas na hipótese de constatação de irregularidades no decorrer da avença[7].

Assim, como o Concedente tem esse papel ativo durante a execução da contratação, finda por ser responsável, como reconhecido na decisão recorrida, pelos documentos faltantes tendo em vista seu dever de "fiscalizar" a execução da avença.

Por essas razões, não procedem as alegações que buscam a abstenção de responsabilidade em face da ausência de extratos bancários, porquanto cabia ao Concedente durante a execução exigir tal documentação.

Ademais, nem se diga que estariam sob o manto do sigilo bancário, porquanto os recursos ainda que ingressem em conta bancária não perdem a natureza de recursos públicos e sujeitos à fiscalização.

Não se olvide que, em prestação de contas de recursos públicos, cabe ao gestor a comprovação de que os recursos foram regularmente empregados e, diferente do sustentado em recurso, não cabe a este Tribunal comprovar a malversação dos recursos.

Outrossim, não se trata de imputar a responsabilidade apenas ao tomador, na medida em que, na qualidade de ordenador de despesa, o Prefeito Municipal também responde por prejuízos ao erário, conforme dispõe o art. 14 da LC n.° 113/05[8].

Diga-se, ainda, que durante a instrução do feito foi oportunizado o contraditório ao Concedente e ao Tomador dos recursos, houve respeito ao devido processo legal e não há qualquer amparo à alegação de falta de lealdade processual.

Do mesmo modo, diferente do sustentado em recurso, o entendimento proferido na decisão acompanhou a Uniformização de Jurisprudência n.° 03 deste Tribunal, consoante ponderou a CGM.

Por essas razões, compreendo que a decisão recorrida não merece qualquer modificação quanto à imputação de responsabilidade ao Concedente pela irregularidade consubstanciada na ausência de parcial de extratos bancários.

No que tange ao argumento de que, conforme entendimento do STF, não caberia a este Tribunal analisar as contas em questão, ressalto que a matéria tem sido abordada em diferentes expedientes neste Tribunal e tem prevalecido a tese de que o Suprema Corte ao firmar a competência das Câmaras Municipais se referiu apenas às contas de governo ou gestão que ensejem inelegibilidade eleitoral.

Em consonância com isso, colaciono os Acórdãos n.º 1872/22, 1873/22 e 2996/22 do Tribunal Pleno, os quais também foram proferidos em linha ao entendimento do Tribunal de Justiça deste Estado, externado em 16/11/2020, no julgamento do Mandado de Segurança Cível n.° 0004771-05.2020.8.16.0000, de relatoria da Ilustre Desembargadora Regina Helena Afonso de Oliveira Portes.

Sobre à alegação de ofensa à LINDB, mais uma vez sem razão o recorrente tendo em vista que também era responsável pela documentação que parcialmente deixou de ser apresentada a qual era necessária para precisa prestação de contas de recursos públicos de sua responsabilidade na qualidade de ordenador de despesas.

Por fim, a responsabilidade do recorrente não depende de prova de que tenha agido em benefício próprio, uma vez que diante da ausência parcial de extratos bancários, não se fez possível confirmar a destinação dos recursos transferidos.

Nos termos do Tribunal de Contas da União, lembre-se que:

O propósito da prestação de contas é assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos, que são os usuários dos bens e serviços produzidos pela administração pública e principais provedores dos recursos para o seu funcionamento.[9]

Por fim, sem razão a alegação de que o contrato estava vigente quando assumiu o Município de Itaipulândia, na medida em que o período analisado no presente expediente se restringe ao compreendido entre 28/06/2014 e 28/02/2015[10], ocasião em que o Sr. Miguel Bayerle era o Prefeito Municipal e, portanto, responsável pelos repasses.

Desta feita, em consonância com a Instrução 4979/22-CGM e Parecer do Ministério Público 1125/22 – 3PC, mantenho a decisão recorrida e nego provimento ao recurso.

III. VOTO

Ante o exposto, VOTO:

I) pelo conhecimento e não provimento do Recurso de Revista, mantendo-se o Acórdão n.° 1788/21, integrado pelo Acórdão n.° 3360/21, ambos da Segunda

Câmara, em todos os seus termos.
II) pelo encerramento, após o trânsito em julgado, feitas as devidas anotações, nos termos do art. 398 do RITCEPR.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de RECURSO DE REVISTA
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
I. Conhecer do presente Recurso de Revista e, no mérito, pelo não provimento, mantendo-se o Acórdão n.° 1788/21, integrado pelo Acórdão n.° 3360/21, ambos da Segunda Câmara, em todos os seus termos.
II. Após transitada em julgado a decisão, encaminhar os autos à Diretoria de Protocolo para a inversão dos processos e posterior remessa ao Relator originário, competente para a execução nos termos do § 3º do art. 32 do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 30 de março de 2023 – Sessão Virtual nº 5.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1. *"Considerando o período de vigência do Termo de Parceria 02/2012, constata-se a ausência parcial dos extratos bancários tanto da conta corrente específica quanto da conta de aplicação financeira, inviabilizando a conciliação das despesas informadas*
Assim, solicitamos dos interessados que tragam ao processo os extratos bancários da conta corrente nº 47030-9, mantida junto à Agência 3263-8 do Banco do Brasil S/A e da conta de aplicação financeira vinculada, dos meses de novembro e dezembro de 2014, janeiro, fevereiro e março de 2015. A apresentação dos extratos bancários é essencial para a validação das despesas informadas junto ao SIT 11166, bem como para a apuração do saldo final da parceria, cuja restituição aos cofres municipais deve ser devidamente comprovada."
2. *"Ante ao fato descrito e mesmo em consulta novamente ao SIT respectivo, tem-se que faltam ainda os extratos da conta corrente e da conta aplicação relativos aos meses de novembro/2014 a fevereiro/2015. Os documentos em questão são imprescindíveis à comprovação da movimentação financeira da parceria e, por isso, segundo a IN nº 61/20112 , devem integrar o rol de documentos encaminhados via SIT."*
3. *Art. 20. Além da fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas, a execução do objeto da transferência será fiscalizada pelo concedente, por meio do Fiscal Responsável indicado no termo de transferência e do seu Sistema de Controle Interno. (Redação dada pela Resolução n. 46/2014)*
4. *Art. 24. Os termos e certificados a que alude o art. 21 e o relatório circunstanciado de que trata o art. 22 fazem prova perante o Tribunal de Contas dos fatos e circunstâncias neles reportados, podendo responder os seus signatários nos termos do art. 299 do Código Penal Brasileiro, observado o art. 16, § 4º, da Lei Complementar nº 113/2005.*
5. *Art. 13. Os recursos repassados e a contrapartida financeira, quando prevista pelo termo de transferência, deverão ser depositados e movimentados na mesma conta corrente específica em instituição financeira oficial.*
§ 2º Enquanto não empregados na sua finalidade, os recursos mencionados no caput deverão ser aplicados financeiramente nos termos do art. 116, § 4º, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação própria do concedente.
§ 3º As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do termo de transferência e aplicadas exclusivamente no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.
6. *Art. 21. Nos termos da legislação pertinente, o concedente acompanhará e fiscalizará a transferência e a execução do respectivo objeto, sendo que a adequada utilização dos recursos será demonstrada pela emissão dos seguintes documentos: (Redação dada pela Resolução n. 46/2014)*
V – Certificado de Cumprimento dos Objetivos: documento que certifica o cumprimento integral do objeto do termo de transferência.
VI - Relatório Circunstanciado Sobre a Execução do Objeto da Transferência, contendo no mínimo o seguinte: (Incluído pela Resolução n. 46/2014)
a) histórico de acompanhamento da execução do termo de transferência, apontando eventuais suspensões de repasse, a motivação das suspensões e as medidas saneadoras adotadas; (Incluído pela Resolução n. 46/2014)
b) manifestação conclusiva do órgão concedente sobre a regularidade da aplicação dos recursos, considerando o cumprimento dos objetivos e das metas, a observância às normas legais e regulamentares pertinentes e às cláusulas pactuadas; (Incluído pela Resolução n. 46/2014)
c) a qualidade do serviço prestado ou da obra executada; e (Incluído pela Resolução n. 46/2014)
d) a avaliação das metas e dos resultados estabelecidos pelo termo de transferência, contendo um comparativo analítico entre a situação anterior e a posterior à celebração do termo. (Incluído pela Resolução n. 46/2014)
7. *Art. 27. Não sendo prestadas as contas ou informações devidas pelo tomador, nos prazos estabelecidos e nos termos dispostos nesta Resolução e na Instrução Normativa nº 61/2011, ou verificada a prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, a autoridade administrativa competente do órgão concedente, sob pena de responsabilidade solidária e demais cominações legais, deverá instaurar, dentro de 30 (trinta) dias, a Tomada de Contas Especial, observados o art. 13 da Lei Complementar nº 113/05 e arts. 233 e 234 do Regimento Interno. (Redação dada pela Resolução n. 46/2014)*
8. *Art. 14. Responderá pelos prejuízos que causar ao erário o ordenador de despesa, o responsável pela guarda de bens e valores públicos ou aquele que autorizar ou der causa direta ou indiretamente ao gasto irregular*
9. *https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contexto-geral-das-prestacoes-de-contas.htm#:~:text=O%20propósito%20da%20prestaçãode520de,e%serviços%20produzidos%20pela%20administraçao*
10. *Autos de Tomada de Contas Extraordinária n° 543.628/14 analisou o período anterior de vigência do mesmo Termo de Parceria.*

PROCESSO Nº:-578628/20
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISÃO
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL
INTERESSADO:-CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL, JESSE DA ROCHA ZOELLNER
ADVOGADO / PROCURADOR-MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS, TAINARA PRADO LABER, WAGNER LUIZ ZACLIKEVIS
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 621/23 - TRIBUNAL PLENO
Recurso de Revisão em face de Acórdãos exarados em Recurso de Revista e Embargos de Declaração em Representação. Negativa de vigência de leis federal e estadual. Inocorrência. Manifestações uniformes. Não provimento do recurso.

I. RELATÓRIO
Trata-se de Recurso de Revisão interposto pelo senhor Jesse da Rocha Zoellner, ex-Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Agudos do Sul, em face dos Acórdãos n.° 1184/20 – STP (Recurso de Revista que manteve inalterada decisão proferida no Acórdão n.° 3735/19-STP, o qual julgou procedente representação contra o ora recorrente) e n.° 2003/20-STP (Embargos de Declaração que manteve integralmente a decisão em sede de Recurso de Revista).
O recorrente alega, em suma: que o acórdão aplicou multa administrativa prevista no 87, IV, "g" da LC n.° 113/2005, mas não esclareceu a ofensa à norma legal cometida; que o prazo entre a publicação do edital e a apresentação das propostas foi desrespeitado, mas sem prejuízo ao erário, havendo excesso de formalismo por parte deste Tribunal; que houve lacunas de fundamentação em alguns pontos dos acórdãos, sem que fosse analisado eventual dolo ou erro grosseiro. Sustenta, assim, que houve negativa de vigência aos artigos 22 e 28 da LINDB; artigos 489, §1º, III, IV e 1.014 do CPC; artigos 49, III e 87, IV, "g" da LC n.° 113/2005 (peça 83).
O Recurso de Revisão foi recebido (Despacho n.º 1250/20-GCAML, peça 84).
A Coordenadoria de Gestão Municipal, na Instrução n.º 926/22 -CGM (peça 91), opinou pelo conhecimento e não provimento ao Recurso de Revisão, opinativo corroborado pelo Ministério Público de Contas, conforme Parecer n.° 310/22-2PC (peça 92).
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Depreende-se dos autos que estão presentes os pressupostos recursais de tempestividade e adequação procedimental (artigo 74, da LC n.º 113/05), bem como de legitimidade e interesse (artigo 66, da LC n.º 113/05).
Além disso, o recorrente sustenta seu recurso na hipótese de cabimento prevista no inciso III, do art. 74, da LC n.º 113/2005 deste Tribunal de Contas do Paraná (negativa de vigência de leis), que será analisada a seguir.
No entanto, antes de adentrar aos assuntos questionados neste recurso, entendo relevante fazer um breve resumo dos fatos.
Os acórdãos ora combatidos mantiveram decisão proferida em sede de representação, a qual analisou licitação na modalidade pregão realizada pela Câmara Municipal de Agudos do Sul com o objetivo de contratar empresa para a organização e execução de concurso público para provimento de vagas em três cargos. A decisão que julgou a referida representação considerou irregulares os seguintes pontos, determinando a aplicação de multas administrativas: Escolha do pregão como modalidade de licitação, incompatível com os tipos de licitação "melhor técnica" ou "técnica e preço", que são os tipos adequados para atividades predominantemente intelectuais e técnicas; Direcionamento da licitação por meio de exigência de requisitos de habilitação jurídica que restringiram a competitividade do certame; Descumprimento da Lei n° 10.520/02, no que toca o prazo de 8 (oito) dias para a apresentação das propostas; Contratação superior (R$ 28.999,99) ao valor informado no portal desta Corte (R$ 15.000,00), indicando superfaturamento; Não envio de informações sobre o concurso ao Sistema Integrado de Atos de Pessoal (SIAP) do TCE/PR.
Neste contexto, passo a análise das questões suscitadas na peça recursal.
Alega o recorrente que houve ausência de fundamentação nos acórdãos proferidos em sede Recurso de Revista e Embargos de Declaração, o que teria ocasionado suposta negativa de vigência aos seguintes dispositivos legais:
Código de Processo Civil (CPC)
Art. 489. São elementos essenciais da sentença:
[...]
§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:
[...]
III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;
IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;
Art. 1.014. As questões de fato não propostas no juízo inferior poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.
Lei Complementar Estadual n.º 113/2005
Art. 49. Será parte integrante e obrigatória das decisões do Tribunal, voto escrito, elaborado pelo Relator, nas seguintes hipóteses:
§ 1º O voto conterá obrigatoriamente:
(...) III – fundamentação jurídica da análise das questões de fato e de direito;
Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos:
[...] IV - No valor de 40 (quarenta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR:
[...] g) praticar ato administrativo, não tipificado em outro dispositivo deste artigo, do qual resulte contrariedade ou ofensa à norma legal, independentemente da caracterização de dano ao erário;
Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro - LINDB
Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.
§ 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.
§ 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.
Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.
Sem razão o recorrente.
Os dispositivos questionados do CPC e da LC n.° 113/2005 tratam especificamente da fundamentação das decisões.
Ora, o senhor Jesse da Rocha Zoellner alega que as decisões vergastadas não esclareceram qual teria sido a "ofensa à norma legal" cometida pelo recorrente, vez que a Lei n.° 10.520/02 não veda a utilização desta modalidade licitatória para o objeto ora debatido.
No entanto, ao se analisar o Acórdão n.° 1184/20 -STP, observa-se que a decisão foi

enfática ao afirmar que o objeto da contratação (serviços de organização de concurso público em todas as suas fases, inclusive a elaboração e correção de provas para a seleção de pessoal) trata claramente de tarefa eminentemente intelectual.
Também constou da fundamentação que o art. 1º da Lei n.º 10.520/02 estabelece que o pregão se destina à contratação de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado. Ressaltou-se, ainda, que os serviços listados no edital (elaboração, a impressão, a aplicação e a correção de provas, bem como a respostas aos recursos) afastam a possibilidade de utilização do pregão.
Assim, a decisão, acolhendo entendimento da unidade técnica, indicou que teria sido violado o caput do art. 46, da Lei n.° 8.666/93 que dispõe que as licitações do tipo melhor técnica e técnica e preço são destinadas aos serviços de natureza predominantemente intelectual, as quais exigem uma atuação peculiar do ser humano em que a disputa é focada na forma ou no meio de executar a prestação, como no caso em análise, vejamos:
“Neste sentido, acerca do tipo de licitação a ser adotado em contratações não enquadradas em comuns, dispõe a Lei Federal de Licitações: Art. 46. Os tipos de licitação "melhor técnica" ou "técnica e preço" serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos, ressalvado o disposto no §4° do artigo anterior.
Desse modo, não verifico ausência de fundamentação da decisão nesse ponto.
O recorrente também aduz que o prazo entre a publicação do edital e a apresentação das propostas foi desrespeitado, mas que não houve prejuízo ao erário, fato este que não teria sido apreciado nas decisões recorridas, havendo excesso de formalismo no julgamento realizado por este Tribunal.
Mais uma vez sem razão o recorrente. Conforme indicou a unidade técnica tais pontos foram apreciados na página 6 do Acórdão que julgou o Recurso de Revista, no qual restou aclarado que a brevidade do prazo concedido, desrespeitando o mínimo exigido, além de ilegal, provocou a falta de competitividade ao certame, fato consubstanciado pela presença de apenas uma empresa no procedimento licitatório, com prejuízo ao certame e ao erário, já que a competividade restou frustrada e houve contratação por valor acima do mercado.
Da mesma forma, como mencionou a Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, não merece prosperar a alegação do recorrente de que o fato de não comparecerem outras concorrentes ao certame demonstraria que nenhuma licitante foi preterida em razão do prazo entre a republicação do edital (29/12/2017) e a realização do certame (10/01/2018). Isso, pois é necessário considerar que na situação em apreço além do prazo exíguo também foram exigidos requisitos restritivos à competitividade para a habilitação jurídica, afastando a participação de possíveis licitantes, fato este tratado expressamente ao longo do processo.
Logo, tais conclusões não se configuram como excesso de formalismo por parte deste Tribunal, uma vez que a estipulação de prazo garante condições iguais aos licitantes, preservando a competitividade do certame. Salienta-se que a inobservância do prazo mínimo exigido restringe justamente o direito de participação igual a todas as empresas, já que limita o tempo oferecido para o preparo das propostas e documentos necessários, não sendo razoável, por isso, com base na aplicação do princípio do formalismo moderado admitir violação a esses prazos expressamente descritos em lei.
Destarte, não há que se falar em excesso de formalismo, ainda mais quando se verifica que o certame em questão contou com a participação de somente uma empresa.
Quanto à alegação de ausência de fundamento para a aplicação da multa em razão do valor da licitação com indícios de superfaturamento, tal argumento não merece prosperar, uma vez que as decisões combatidas asseveraram que a pesquisa de preços realizada pela Câmara Municipal de Agudos do Sul revelou-se insuficiente, sendo que as cotações realizadas não espelharam os valores praticados para contratações de objeto igual ou semelhante no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública, o que denota superfaturamento e contratação antieconômica.
O Acórdão do Recurso de Revista apontou, ainda, estudo da Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal (COFAP) que demonstrou o valor excessivo da contratação.
No que tange à alegação de negativa de vigência de lei federal, o recorrente sustenta que a decisão impugnada ofendeu os artigos 22 e 28 da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro (LINDB), uma vez que os referidos dispositivos não teriam sido analisados no julgamento das possíveis irregularidades praticadas.
Ressalta-se que os artigos da LINDB mencionados tratam da interpretação na aplicação de sanções aos administrados.
O artigo 28 da LINDB exige a presença de dolo ou erro grosseiro para que os agentes públicos sejam responsabilizados pelos seus atos.
Assim, ao se analisar os Acórdãos combatidos, observa-se que as conclusões ali consignadas não ignoraram a previsão contida no art. 28 da lei federal.
Embora não tenham sido utilizadas expressamente as expressões “dolo” ou “erro grosseiro”, nos exatos termos contidos no referido artigo, a decisão deixou evidenciada as irregularidades praticadas pelo ora recorrente e suas consequências, demonstrando a configuração de erro grosseiro.
Sobre esse assunto, assim mencionou a unidade técnica, cujos argumentos adoto como razões de decidir:
Ainda, o recorrente menciona que não houve fundamentação em torno do dolo ou erro grosseiro, conforme exigido pela LINDB, citando Acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) em que teria sido permitido o uso do pregão para a realização de concurso público. No entanto, na própria ementa citada pelos recorrentes é fundamentado que naquele caso havia tecnicidade homogeneizada pelos prestadores, além de não ter ocorrido comprovação do dano. Completamente diferente do caso aqui analisado, portanto, eis que não houve concorrência, pois houve a violação do prazo de apresentação das propostas, como também superfaturamento do valor do contrato, o que evidencia erro grosseiro por parte do sancionado.
Da mesma forma, a violação do prazo de apresentação das propostas resultou no cerceamento da competitividade, e consequentemente no superfaturamento do valor do contrato, comprovando a ocorrência de erro grosseiro por parte do recorrente, responsável pela referida licitação.
O recorrente também alega nesse momento suposta ofensa ao art. 22 da LINDB, uma vez que os acórdãos recorridos não teriam observado as circunstâncias e obstáculos práticos enfrentados pelo gestor ao tempo dos fatos. Porém, cabe registrar que em nenhum momento, nem mesmo no âmbito desta fase recursal, foram indicados e detalhados quais seriam os eventuais obstáculos e dificuldades do gestor quanto às questões discutidas, inviabilizando uma análise minuciosa e pormenorizada acerca dessas condições como ora pleiteia o recorrente.
Por fim, quanto à suposta negativa de vigência do art. 1.014 do CPC, o qual possibilita a proposição de novos argumentos não realizados anteriormente em razão de motivo de força maior, como ressaltado nas manifestações da unidade técnica e ministerial, tais questões sequer foram suscitadas em sede de recurso de revista, o que evidencia a indevida inovação recursal.
Sendo assim, restam afastadas as alegações de negativa de vigência de lei federal e estadual.
III. VOTO
Diante do exposto, acompanhando os opinativos da unidade técnica e do órgão ministerial, VOTO pelo conhecimento e não provimento do presente recurso de revisão.
Após o trânsito em julgado, à Diretoria de Protocolo para a inversão dos autos e encaminhamento ao Relator competente para a execução, conforme artigo 32, § 3º, do Regimento Interno.
É o voto.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de RECURSO DE REVISÃO
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
I. Conhecer do presente recurso de revisão, para, no mérito, negar-lhe provimento.
II. Após transitada em julgado a decisão, encaminhar os autos à Diretoria de Protocolo para a inversão dos processos e posterior remessa ao Relator originário, competente para a execução nos termos do § 3º do art. 32 do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 30 de março de 2023 – Sessão Virtual nº 5.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-423949/18
ASSUNTO:-PEDIDO DE RESCISÃO
ENTIDADE:-PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IRETAMA
INTERESSADO:-GERMANO BORINO CARVALHO, MARCIA PAULA BULLA DA SILVA
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 622/23 - TRIBUNAL PLENO
PEDIDO DE RESCISÃO. SUPERVENIÊNCIA DE NOVOS ELEMENTOS DE PROVAS CAPAZES DE DESCONSTITUIR OS ANTERIORMENTE PRODUZIDOS. DOCUMENTOS QUE MERECEM SER COMPREENDIDOS COMO CUMPRIMENTO DE DECISÃO E NÃO COMO HÁBIL À RESCISÃO DE DECISÃO DESTE TRIBUNAL. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.
I. RELATÓRIO
Trata-se de Pedido de Rescisão do decisum constante do Acórdão n.º 3646/17 – S2C, proferido no bojo da Prestação de Contas n.° 268148/16, por meio do qual foram julgadas irregulares as contas da Previdência Social dos Servidores Públicos do Munícipio de Iretama, referentes ao exercício de 2015, em razão da discrepância entre os montantes registrados no passivo não circulante da entidade e o conteúdo do laudo de avaliação atuarial, com aplicação de multa em desfavor de Marcia Paula Bulla da Silva, Presidente da Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Iretama.
Em suma, a Previdência Social alega ter produzido novos elementos de prova e afirma estar encaminhando o Balanço Patrimonial atual de forma a demonstrar o ajuste de exercício dos lançamentos dos valores do cálculo atuarial. Alega que nos exercícios anteriores a contabilidade não os fazia e a partir das recomendações e determinações desta Corte a empresa responsável pelo software providenciou os ajustes para lançamento.
Quanto aos atrasos na entrega do Sistemas de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM) assevera que a contabilidade acontece no mesmo banco de dados do Município e que primeiro o funcionário encarregado transmite a contabilidade municipal e, após, é transmitida a da Previdência Social, não tendo culpa pelo atraso.
Argumenta que a contabilidade da Previdência Social não dispõe de servidor próprio ou contratado e utiliza todos os servidores do Município dependendo da boa ação de servidores que não cobram pelos serviços prestados.
Aduz que funcionária concursada não recebe qualquer gratificação para exercer o cargo de Presidente da entidade e não tem condições de arcar com as multas aplicadas. Alega que não houve dolo ou má-fé, insurgindo-se em relação as multas aplicadas.
Requer a aprovação das contas e a reconsideração das multas pelo atraso no envio do SIM-AM.
O pedido foi recebido (Despacho 1219/18, peça 08) e, após redistribuição, a Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM se manifestou, oportunidade em que opinou pela improcedência do pedido ao pressuposto de que os argumentos buscam justificar tardiamente as falhas apontadas na decisão da Prestação de Contas e não comprovar a mácula da decisão rescindenda (Instrução 3852/22, peça 11).
No mesmo sentido se manifestou a 5ª Procuradoria de Contas (Parecer 845/22 – 5PC).
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO
Depreende-se dos autos a presença dos pressupostos para a admissão do pleito rescisório, confirmando a análise sumária efetuada no Despacho n.º 1219/21-GCDA

(peça 8), o qual está fundamentado em uma das hipóteses regimentais, qual seja, superveniência de novos elementos de prova previsto no art. 77 inciso II da LC n.º 113/05.
Assim, entendo que o fato de a requerente tecer argumentação compatível com as hipóteses de cabimento, autoriza o recebimento do Pedido de Rescisão.
No mérito, contudo, o que se vislumbra é que a entidade busca sanear a causa da irregularidade das contas com a apresentação de documentos que, em tese, refletem as medidas adotadas posteriormente à prolação da decisão rescindenda.
Inclusive, referidas medidas são aquelas mencionadas na decisão rescindenda como possíveis a ressalvar as contas. Não se olvide, no entanto, que a inércia da entidade enquanto a Prestação de Contas estava em trâmite, bem como perante a decisão que restou irrecorrida impedem que se acolha a documentação como novos elementos de prova.
Ainda que se revisite o conceito do que se caracteriza o "novo elemento de prova", na hipótese em que se analisou as contas do exercício de 2015, tendo a decisão sido proferida e transitado em julgado em 2017, a documentação que reflete medidas adotadas no exercício de 2018 deve ser compreendida como cumprimento da decisão e não se apresenta hábil a desconstituir o julgado.
O aventado documento novo, em verdade, não existia ao tempo da prolação da decisão, mas de fato reflete uma possível medida a ressalvar a restrição desde que fosse apresentado durante a instrução processual ou em sede de recurso da decisão.
Nos termos em que se manifestou a unidade técnica:
No caso em tela, os argumentos apresentados em sede de rescisória buscam justificar tardiamente as falhas apontadas na decisão da PCA, e não comprovar mácula na decisão rescindenda.
A apresentação do Balanço Patrimonial do ano de 2018 com os ajustes dos lançamentos dos valores constantes no laudo atuarial e sua publicação, não regulariza a ausência dele quando deveria ter sido feito, exercício de 2015, permanece extemporâneo e perde sua eficácia.
Em nenhum momento a interessada justifica porque não apresentou os documentos na época da apresentação da PCA, nem tampouco da apresentação do contraditório, inclusive a publicação do balanço deu-se três anos após o exercício analisado, o que demonstra a extemporaneidade do documento que provoca a sua ineficácia.
Conforme anteriormente fundamentado, e repetindo, cabia a própria interessada a apresentação de toda a documentação hábil de forma tempestiva, pois não há como se perpetuar uma oportunidade de apresentação de novos fatos ou documentos.
O fato – inconteste nos parece – é que a interessada, além de não ter se pronunciado na fase de contraditório oportunizado na PCA também não manejou todos os recursos que poderia ter proposto naqueles autos de PCA; onde poderia ter aventado exatamente a tese que busca aplacar em sede de Rescisória, num Recurso de Revista. (Instrução 3852/22, peça 11)
Ademais, afirmar em sede de Pedido de Rescisão, que a entidade não possuía servidores próprios para desempenhar as atividades ou referenciar uma possível falta de estrutura visando o afastamento das multas aplicadas não tem o condão de modificar a decisão rescidenda que foi proferida após a instrução e o devido processo legal.
Diante do exposto, considerando que o pedido de rescisão não constitui outra instância recursal, não refletindo a documentação apresentada como prova nova hábil a desconstituir a decisão rescindenda, entendo pela improcedência do pedido.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de PEDIDO DE RESCISÃO
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
I. Julgar pela improcedência do presente Pedido de Rescisão.
II. Após o trânsito em julgado, encaminhar os autos à Diretoria de Protocolo – DP para:
- reprodução da decisão e da respectiva certidão de trânsito em julgado, com posterior juntada ao processo de origem, nos termos do § 1º do art. 496-A;
- após, pelo encerramento do presente processo, nos termos do § 1º, do art. 398, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 30 de março de 2023 – Sessão Virtual nº 5.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-288794/20
ASSUNTO:-PEDIDO DE RESCISÃO
ENTIDADE:-CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO
INTERESSADO:-SILVIO GABRIEL PETRASSI
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 623/23 - TRIBUNAL PLENO
Pedido de Rescisão. Contas julgadas irregulares em razão de divergências entre os valores dos repasses informados pelos Municípios e os registrados no Consórcio. Procedência. Saneamento da irregularidade. Aposição de ressalva. Manutenção da multa aplicada. Comunicação da decisão ao Relator da Tomada de Contas Extraordinária n.° 466745/18.
I. RELATÓRIO
Trata-se de Pedido de Rescisão formulado por Silvio Gabriel Petrassi visando desconstituir o Acórdão n.° 1324/18-S2C, por meio do qual foram julgadas irregulares as contas do Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Rural e Urbano alusivas ao exercício de 2014, em razão de "inconsistências entre os valores dos repasses informados pelos Municípios e os registrados no Consórcio".
Por ocasião do julgamento também foi determinada a instauração de Tomada de Contas Extraordinária a fim de apurar eventual dano ao erário e aplicada multa do artigo 87, I, "b" da Lei Complementar Estadual n.° 113/05.
Em suas razões, registra o requerente, de início, que a diferença total decorrente das inconsistências é de R$ 50,00, conforme discriminado em tabela abaixo reproduzida:

Entidade	Vl Repassado (a)	Vl Arrecadado (b)	Diferença (a-b)
Arapuã	49.500,00	58.500,00	-9.000,00
Ariranha do Ivaí	54.000,00	49.500,00	4.500,00
Borrazópolis	76.500,00	76.500,00	0,00
Grandes Rios	67.500,00	72.000,00	-4.500,00
Ivaiporã	88.730,39	106.780,39	-18.050,00
Jardim Alegre	54.000,00	27.000,00	27.000,00
Nova Tebas	27.000,00	27.000,00	0,00
SOMAS	**417.230,39**	**417.280,39**	**-50,00**

Considera que a referida diferença "não é motivo para abertura de Tomada de Contas Extraordinária nem tampouco comprova qualquer dano ao erário, ocultação de receita ou recebimento de receita fictícia", diferença essa que, segundo o peticionante, foi devolvida ao Consórcio mediante depósito do valor devidamente atualizado.
Em relação às discrepâncias individuais, consigna que foram ocasionadas "quando do registro contábil das receitas com a indicação de Pessoa (Município de Origem dos Recursos) diferente daquele que havia depositado sua contribuição", tendo explicitado quais os ajustes necessários a fim de retificar tais inconsistências.
Diante dos fatos apresentados, enquadra seu pleito rescisório na hipótese prevista no artigo 494, II[1], do Regimento Interno, por considerar como elementos novos "o comprovante de depósito na conta do consórcio do valor de R$ 116,80, assim como os novos levantamentos realizados nos registros contábeis com a descoberta dos lançamentos que tiveram a indicação do município repassador diferente daquele que efetivamente havia efetuado o depósito na conta do consórcio, e, a colocação de forma clara e inequívoca da justificativa da causa da divergência, que nada mais é do que a troca, no lançamento da receita do Município depositante".
Após o expediente ser recebido (Despacho n.° 490/20-GCDA, peça 5), os autos foram encaminhados à instrução processual.
Ao analisar as razões apresentadas, a Coordenadoria de Gestão Municipal manifestou-se pela procedência do pedido e, por conseguinte, pela regularidade das contas, pelo afastamento da multa aplicada e pelo encerramento da Tomada de Contas Extraordinária instaurada (Instrução n.° 5197/22-CGM, peça 7).
O Ministério Público de Contas acompanhou em parte o opinativo técnico, tendo se pronunciado, contudo, pela aposição de ressalva, considerando que a irregularidade anteriormente constatada foi saneada apenas após a prolação da decisão rescindenda. Em acréscimo, ao ponderar que já houve a devida instauração da Tomada de Contas de Extraordinária, opinou no sentido de que o respectivo relator deve ser cientificado do teor da presente decisão, para então avaliar a possibilidade de promover o encerramento do feito (Parecer n.° 1095/22-4PC, peça 8).
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Conforme brevemente relatado, trata-se de pedido de rescisão formulado em virtude de novos elementos de prova, os quais seriam hábeis a afastar a irregularidade anteriormente reconhecida quando da prolação do Acórdão rescindendo.
Como bem pontuado pela Coordenadoria instrutiva, os fundamentos e provas colacionados aos autos se prestaram a demonstrar que as divergências causadoras da irregularidade das contas decorreram de erro nos lançamentos realizados pela entidade, subsistindo apenas uma diferença de R$ 50,00, a qual, após devidamente atualizada, foi ressarcida pelo senhor Silvio Gabriel Petrassi.
A partir do que consta, os erros ocorreram no momento do registro contábil das receitas, tendo sido indicado Município de Origem dos Recursos diferente daquele que havia efetivamente depositado sua contribuição.
Destaque-se que, ao promover os ajustes necessários, nos moldes indicados pelo requerente, a unidade confirmou que a diferença foi no valor ínfimo apontado na exordial, diferença essa que, embora já tenha sido ressarcida, por si só já seria motivo suficiente para ensejar o afastamento da restrição imposta às contas do peticionante.
Diante do exposto, levando-se em conta os novos elementos ora apresentados, consistentes na comprovação de que a contabilidade apresentada inicialmente estava eivada de erros, os quais só foram corrigidos por ocasião da propositura da presente, entendo que o Acórdão n.° 1324/18-S2C merece ser desconstituído, devendo ser julgado procedente o pedido rescisório.
No entanto, como bem pontuado pelo Ministério Público de Contas, entendo pertinente a aposição de ressalva, considerando que o saneamento da impropriedade só ocorreu após a prolação da decisão rescindenda.
Quanto à sanção pecuniária aplicada, a multa prevista no artigo 87, I, "b", da Lei Complementar Estadual n.° 113/05, divirjo dos opinativos técnico e ministerial e entendo devida a sua manutenção, considerando que decorre do não encaminhamento, no prazo fixado, dos documentos e informações solicitadas pelas unidades técnicas ou deliberativas.
Por fim, quanto à Tomada de Contas Extraordinária n.° 466745/18, instaurada a fim de apurar eventual dano ao erário decorrente das divergências que haviam sido constatadas e que acabaram por ser desconstituídas, acompanho o sugerido pelo Parquet para que o seu relator, Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, seja cientificado do teor da presente decisão.
III. VOTO
Diante do exposto, com fulcro no artigo 494, II do Regimento Interno desta Corte de Contas, VOTO pelo conhecimento e provimento do presente Pedido de Rescisão, reformando o Acórdão n.° 1324/18-S2C, para fins de:
(i) julgar REGULARES com RESSALVAS as contas do senhor SILVIO GABRIEL PETRASSI, presidente do Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Rural e Urbano, relativas ao exercício financeiro de 2014;
(ii) manter a aplicação da multa do art. 87, I, "b", da Lei Orgânica deste Tribunal ao senhor Silvio Gabriel Petrassi; e
(iii) cientificar o relator da Tomada de Contas Extraordinária n.° 466747/18 acerca do teor da presente decisão.
Após o trânsito em julgado, sigam os autos sequencialmente à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, ao Gabinete do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares e à Diretoria de Protocolo para anexação destes autos aos de origem (344240/15), na forma do artigo 496-A do Regimento Interno, e para o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1° e artigo 168, VII, do mesmo Regimento.

IV. VOTO DIVERGENTE (Conselheiro Ivan Lelis Bonilha)
Diante do acurado relato apresentado pelo ilustre relator, Conselheiro Durval Amaral, em seu voto acerca do feito, permito-me seguir diretamente para o ponto, a meu ver, passível de controvérsia.
O presente pedido de rescisão, alega o requerente, se baseia na "superveniência de novos elementos de prova capazes de desconstituir os anteriormente produzidos" (artigo 77, inciso II, da Lei Complementar Estadual 113/2005), como se extrai das páginas 1 e 7 da petição à peça 3 dos autos.
De acordo com o Regimento Interno, documentos novos são aqueles a que a "parte comprovadamente não pôde ter acesso" (artigo 357, § 2º); "exclusivamente, aqueles relevantes para o julgamento e que a parte não pôde ter acesso na fase de instrução" (artigo 448-A, inciso II).
O Prejulgado 4 deste Tribunal assim dispõe:
X - Por superveniência de novos elementos de prova capazes de desconstituir os anteriormente produzidos entende-se como um documento desconhecido pelo Tribunal no momento da decisão, mas existente à época dos fatos. E também por aquele que deveria ter sido produzido à época e não foi, mas reflete fato anterior.
[...]
XXXIV – A admissibilidade das rescisórias restringe-se aos fundamentos descritos na lei de forma taxativa, haja vista a natureza da rescisória que busca retirar do mundo jurídico decisão eivada de vício (prova falsa, erro, violação de lei, parcialidade do julgador, elemento novo não apreciado) e não reapreciação da matéria.
Segundo a fundamentação do acórdão em que consiste o prejulgado,
Novo elemento de prova deve ser entendido como um documento desconhecido pelo Tribunal no momento da decisão, mas existente à época dos fatos. Deve ser demonstrado ao Tribunal que há uma situação existente na época dos fatos que por algum motivo não veio ao conhecimento desta Corte antes de proferida a decisão. E também por aquele que deveria ter sido produzido à época e não foi, mas reflete fato anterior. (Redação dada pelo Acórdão nº 925/07) (Grifo nosso)
O Código de Processo Civil apresenta como hipótese de cabimento da ação rescisória a obtenção pelo autor, "posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável" (artigo 966, inciso VII).
Os documentos anexados ao pedido de rescisão (peça 3, p. 10 e seguintes) são extratos bancários e relatórios contábeis referentes ao exercício de 2014, inexistindo na petição qualquer justificativa para que não tenham sido apresentados no exercício do contraditório na prestação de contas originária ou em recursos, que nem mesmo foram interpostos. O peticionário limita-se a afirmar o seguinte:
Entende-se como novos elementos, o comprovante de depósito na conta do consórcio do valor de 116,80, assim como os novos levantamentos realizados nos registros contábeis com a descoberta dos lançamentos que tiveram a indicação do município repassador diferente daquele que efetivamente havia efetuado o depósito na conta do consórcio, e, a colocação de forma clara e inequívoca da justificativa da causa da divergência, que nada mais é do que a troca, no lançamento da receita do Município depositante. (Peça 3, p. 7)
Há um único extrato referente ao ano de 2020, acerca do valor de R$ 116,80 (peça 3, p. 19), cuja ausência de recolhimento não foi a causa da irregularidade das contas. Conforme consta do Acórdão 1324/18 da Segunda Câmara, as contas foram julgadas irregulares em razão das "inconsistências entre os valores dos repasses informados pelos Municípios e os registrados no Consórcio", inexistindo qualquer esclarecimento no pedido de rescisão a respeito da razão pela qual elas não foram elucidadas tempestivamente.
Assim, entendo que a excepcionalidade do pedido de rescisão impede que o Tribunal revisite suas decisões transitadas em julgado sem que esteja efetivamente demonstrado o preenchimento dos requisitos legais e regimentais para tanto, como neste caso, em que não se caracteriza propriamente um novo elemento de prova.
Nada obstante, a fim de que não haja prejuízo ilegítimo às partes, considero absolutamente acertado o voto do ilustre Conselheiro relator – mesmo em caso de não conhecimento do pedido de rescisão – no que se refere à ciência da íntegra dos autos à relatoria da Tomada de Contas Extraordinária 466745/18, de modo de que a decisão do Tribunal sobre a matéria objeto daquele feito leve em consideração os fatos demonstrados neste pedido de rescisão.
Diante do exposto, VOTO pelo não conhecimento do pedido de rescisão, sem prejuízo da ciência do teor dos autos ao Conselheiro relator da Tomada de Contas Extraordinária n.º 466745/18.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de PEDIDO DE RESCISÃO
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por maioria absoluta, em:
I. Conhecer do presente Pedido de Rescisão para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando o Acórdão n.° 1324/18-S2C, para fins de:
(i) julgar REGULARES com RESSALVAS as contas do senhor SILVIO GABRIEL PETRASSI, presidente do Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Rural e Urbano, relativas ao exercício financeiro de 2014;
(ii) manter a aplicação da multa do art. 87, I, "b", da Lei Orgânica deste Tribunal ao senhor Silvio Gabriel Petrassi; e
(iii) cientificar o relator da Tomada de Contas Extraordinária n.° 466747/18, acerca do teor da presente decisão.
II. Após o trânsito em julgado, encaminhar os autos, sequencialmente, à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, ao Gabinete do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares e à Diretoria de Protocolo para anexação destes autos aos de origem (344240/15), na forma do artigo 496-A do Regimento Interno, e para o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1° e artigo 168, VII, do mesmo Regimento.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI. (voto vencedor)
O Conselheiro IVAN LELIS BONILHA votou pelo não conhecimento do pedido de rescisão, sem prejuízo da ciência do teor dos autos ao Conselheiro relator da Tomada de Contas Extraordinária. (voto vencido)
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 30 de março de 2023 – Sessão Virtual nº 5.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1. Art. 494. À parte, ao terceiro juridicamente interessado e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é atribuída legitimidade para propor, sem efeito suspensivo, o Pedido de Rescisão de decisão definitiva, transitada em julgado, quando: [...]
II - tenha ocorrido a superveniência de novos elementos de prova capazes de desconstituir os anteriormente produzidos;

PROCESSO Nº:-306016/20
ASSUNTO:-PEDIDO DE RESCISÃO
ENTIDADE:-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ
INTERESSADO:-JOSÉ DE JESUS ISÁC
ADVOGADO / PROCURADOR-LUIZ EDUARDO PECCININ
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 624/23 - TRIBUNAL PLENO
Pedido de Rescisão com pleito de liminar suspensiva. Acórdão que julgou irregulares as contas do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional do Território Divisa Norte do Paraná relativas ao exercício de 2015. Apresentação de novos documentos que têm o condão de afastar o juízo de reprovabilidade das contas. Conversão em ressalva. Provimento parcial.
I. RELATÓRIO
Versa o processo sobre Pedido de Rescisão manejado por José de Jesus Izac frente ao Acórdão n.º 1842/2018 proferido pela Segunda Câmara de Julgamentos deste Tribunal nos autos de Prestação de Contas Anual n.º 359518/16.
A decisão foi no seguinte sentido:
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por maioria absoluta, em
I- (...)
II- Julgar irregulares as contas do Sr. José de Jesus Isác, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional do Território Divisa Norte do Paraná no período de 2/3/2015 a 31/12/2015, em virtude das inconsistências entre os valores dos repasses informados pelos Municípios e os registrados no Consórcio;
III- Indicar ressalva às contas em face do resultado orçamentário deficitário correspondente a 3,70% das receitas arrecadadas e do atraso no envio dos dados do mês 13, referentes ao encerramento do exercício, ao Sistema SIMAM;
IV- Aplicar em face do Sr. José de Jesus Isác, as multas do inciso I, "b", e do inciso III, "b", ambos do art. 87 da Lei Orgânica deste Tribunal, tendo em vista, respectivamente, a irregularidade indicada no item 3.2 e o atraso no envio das informações do SIM-AM indicado no item 3.3;
V- Instaurar Tomada de Contas Extraordinária em face do Sr. José de Jesus Isác, com vistas à verificação de eventual dano ao erário decorrente de possível ocultação de receita ou de recebimento de receitas fictícias, e à apuração de responsabilidades em face das inconsistências entre os valores dos repasses informados pelos Municípios e os registrados no Consórcio;
Pretende o interessado revisar a conclusão do julgado a fim de ter aprovadas as contas do Consórcio que presidiu a partir de novos documentos que não integraram a instrução do processo originário.
De acordo com a peça de ingresso, à época o interessado não conseguiu obter dos municípios associados a lista de pagamentos e empenhos a fim de elucidar as apontadas incongruências em relação aos valores constantes dos extratos juntados no processo com o montante total indicado como arrecadado.
No entanto, após o julgamento, notificou os municípios associados para que informassem quais foram e qual o valor das transferências realizadas ao consórcio, apresentando na presente oportunidade as informações devidas e os relatórios dos pagamentos feitos no exercício financeiro 2015 (peças n.os 7-17).
O pedido foi recebido, nos termos do Despacho n.º 538/20 GCDA (peça n.º 23).
Existindo pleito para concessão de liminar suspensiva, primeiramente encaminhei os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas para as respectivas manifestações, elaboradas às peças n.os 24 e 30.
A liminar foi em parte deferida, nos termos do Acórdão n.º 1118/20-TP (peça n.º 33), para os efeitos de suspender a inclusão do nome do senhor José de Jesus Izac no cadastro de gestores com contas julgadas irregulares por força da decisão rescindenda.
Na sequência, o expediente regressou à Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM para instrução e ao MPjTC para emissão de parecer.
A unidade técnica entendeu que, apesar de aparentemente os documentos serem hábeis a infirmar o argumento que conduziu à irregularidade das contas no Acórdão n.º 1842/2018, cabia ao interessado apresentá-los de forma tempestiva ao longo da instrução do processo originário ou mesmo em recurso de revista.
Uma vez havendo decisão transitada em julgado, ainda que a falha seja sanável, o respectivo saneamento não teria agora neste momento o condão de alterar o julgamento de irregularidade das contas (peça n.º 36).
O Ministério Público de Contas, diversamente, anotou que a documentação apresentada pelo requerente corrige a irregularidade apontada na decisão rescindenda e concluiu ser cabível o provimento parcial do pedido rescisório (peça nº 37).
De acordo com o órgão ministerial, a documentação juntada pelo requerente pode ser enquadrada como novo elemento de prova, na forma do art. 77, inc. II, da LOTC.
Por conseguinte, deve ser acolhido o pedido de desconstituição parcial do acórdão rescindendo, a fim de que o apontamento de "inconsistências entre os valores dos repasses informados pelos Municípios e os registrados no Consórcio" seja convertido em ressalva.
Oportuno registrar que a determinação constante do item V do ora rescindendo Acórdão 1842/18-S2C, resultou na instauração da Tomada de Contas Extraordinária n.º 583261/18, no âmbito da qual a Coordenadoria de Gestão Municipal emitiu a recente e conclusiva Instrução n.º 4492/22-CGM (peça 35 do mencionado expediente), opinando pela improcedência do feito.
Trata-se, com efeito, de mais um elemento corroborativo do juízo de procedência parcial deste Pedido de Rescisão.
Lado outro, tal como já consignado no mesmo Parecer n.º 364/20-4PC, a demonstração

do superveniente saneamento da irregularidade não elide as condutas de deixar de encaminhar os documentos ou informações solicitadas pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, ou de enviá-los fora do prazo fixado nas normativas internas desta Corte.
À vista disto, as multas imputadas ao requerente pela decisão rescindenda devem permanecer hígidas.
Anote-se, a propósito, que conforme Certidão de Débito n.º 443/20-CMEX (peça 69 dos autos de PCA n.º 359518/16), o requerente José de Jesus Izac recolheu as duas multas impostas pelo item IV Acórdão 1842/18-S2C.
II. ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO
Examinando-se a situação descortina, há de se reconhecer que o requerente logrou êxito em demonstrar a regularização dos lançamentos contábeis do Consórcio, com correção dos anteriores registros a maior ou a menor no valor das transferências dos municípios.
As divergências se deram segundo o quadro abaixo:

ENTIDADE	VALOR REPASSADO (A)	VALOR ARRECADADO (B)	DIFERENÇA (A-B)
SALTO DO ITARARÉ	23.360,23	6.380,79	16.979,44
SANTANA DO ITARARÉ	23.359,83	21.236,50	2.123,33
SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	19.113,57	23.360,63	-4.247,06
SENGÉS	16.999,44	14.865,71	2.133,73
SIQUEIRA CAMPOS	23.360,63	21.236,90	2.123,73
WENCESLAU BRAZ	27.608,09	23.360,63	4.247,46

O gestor devidamente esclareceu o ocorrido em razão da contabilização pelos municípios integrantes do consórcio de repasses referentes ao ano de 2014 nos autos da prestação de contas a qual se reportava ao exercício de 2015. Também anotou os casos nos quais as entidades lançaram empenhos de modo equivocado a outros consórcios ou que não correspondiam aos valores verdadeiramente repassados.
Desse modo, somente o confronto dos extratos com o valor devido para 2015 poderia desconstituir a conclusão da decisão impugnada, e isso se tornou possível na pretensão ora veiculada.
E realmente, é de relevo a observação do representante do Parquet no sentido de que na Tomada de Contas Extraordinária aberta em atendimento ao item V do julgado a rescindir a instrução aponta para a improcedência do feito, isto é, inexistiu ocultação ou recebimento fictício de receitas no cotejo dos valores dos repasses informados pelos Municípios com os que foram registrados no Consórcio.
III. VOTO
Ante o exposto, acompanho o parecer ministerial e VOTO pelo conhecimento e provimento parcial do presente Pedido de Rescisão, modificando-se em parte o Acórdão n.º 1842/18-S2C para os efeitos de
a) julgar regulares com ressalvas as contas do Sr. José de Jesus Isác, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional do Território Divisa Norte do Paraná no período de 2/3/2015 a 31/12/2015, nos termos do art. 16, II, da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, em virtude de (i) regularização superveniente de inconsistências entre os valores dos repasses informados pelos Municípios e os registrados no Consórcio, (ii) resultado orçamentário deficitário correspondente a 3,70% das receitas arrecadadas e (iii) atraso no envio dos dados do mês 13, referentes ao encerramento do exercício, ao Sistema SIM/AM.
Ficam mantidos os demais dispositivos da decisão.
Após o trânsito em julgado, à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro[1] e acompanhamento.
IV. VOTO DIVERGENTE (Conselheiro Ivan Lelis Bonilha)
Diante do acurado relato apresentado pelo ilustre relator, Conselheiro Durval Amaral, em seu voto acerca do feito, permito-me seguir diretamente para o ponto, a meu ver, passível de controvérsia.
O presente pedido de rescisão, alega o requerente, se baseia na "superveniência de novos elementos de prova capazes de desconstituir os anteriormente produzidos" (artigo 77, inciso II, da Lei Complementar Estadual 113/2005 e artigo 494, inciso II, do Regimento Interno), como se extrai, por exemplo, das páginas 1 e 6 da petição à peça 3 dos autos.
De acordo com o Regimento Interno, documentos novos são aqueles a que a "parte comprovadamente não pôde ter acesso" (artigo 357, § 2º); "exclusivamente, aqueles relevantes para o julgamento e que a parte não pôde ter acesso na fase de instrução" (artigo 448-A, inciso II).
O Prejulgado 4 deste Tribunal assim dispõe:
X - Por superveniência de novos elementos de prova capazes de desconstituir os anteriormente produzidos entende-se como um documento desconhecido pelo Tribunal no momento da decisão, mas existente à época dos fatos. E também por aquele que deveria ter sido produzido à época e não foi, mas reflete fato anterior.
[...]
XXXIV – A admissibilidade das rescisórias restringe-se aos fundamentos descritos na lei de forma taxativa, haja vista a natureza da rescisória que busca retirar do mundo jurídico decisão eivada de vício (prova falsa, erro, violação de lei, parcialidade do julgador, elemento novo não apreciado) e não reapreciação da matéria.
Segundo a fundamentação do acórdão em que consiste o prejulgado,
Novo elemento de prova deve ser entendido como um documento desconhecido pelo Tribunal no momento da decisão, mas existente à época dos fatos. Deve ser demonstrado ao Tribunal que há uma situação existente na época dos fatos que por algum motivo não veio ao conhecimento desta Corte antes de proferida a decisão. E também por aquele que deveria ter sido produzido à época e não foi, mas reflete fato anterior. (Redação dada pelo Acórdão nº 925/07) (Grifo nosso)
O Código de Processo Civil apresenta como hipótese de cabimento da ação rescisória a obtenção pelo autor, "posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável" (artigo 966, inciso VII).
Contudo, inexiste no pedido de rescisão justificativa válida para que os documentos ora apresentados não tenham sido encaminhados no exercício do contraditório na prestação de contas originária ou em recursos, que nem mesmo foram interpostos.
Excertos da petição pertinentes a esse tema são os seguintes (peça 3):
Todavia, como se verá a seguir, após individualmente contatados todos os municípios participantes do consórcio, o REQUERENTE conseguiu informações e acesso aos relatórios dos pagamentos feitos no exercício financeiro 2015, documentos estes que, inegavelmente, são suficientes a superar a impropriedade acima e desconstituir os elementos anteriormente trazidos. [p. 5]
[...]
Todavia, tanto pela ausência de tempo hábil para a coleta dos documentos necessários, quanto também por ausência de assistência por um advogado, o REQUERENTE não conseguiu obter dos municípios associados a lista de pagamentos e empenhos que evidenciassem que não havia irregularidade nos fatos. Somente após o julgamento é que, por conta própria, o REQUERENTE notificou os municípios associados para que informassem quais foram e em qual valor foram transferidos ao consórcio, o que somente foi possível após um grande lapso temporal, conforme ofícios contendo os comprovantes de transferências e relação de empenhos anexos. Documentos estes que (de acordo com a própria COFIM), agora, conforme art. 494, I, do RI desta Corte, são capazes de desconstituir as razões de rejeição das contas. [p. 6]
[...]
[...] Assim, somente o confronto dos extratos com o valor devido para 2015 poderia desconstituir a conclusão do acórdão. São esses os documentos trazidos agora, em anexo. [...]. [p. 7]
[...]
Ainda assim, este REQUERENTE procurou os demais municípios e trouxe nesse momento a relação dos empenhos, os quais demonstram que não há aqui impropriedade que embasou a desaprovação das contas. Demonstra-se aqui que os valores declarados pelo consórcio nos autos de PC 359518/16 conferem com os extratos bancários do CODREN, justamente a divergência levantada e que levou à desaprovação das contas. Erros provenientes da declaração pelos municípios não podem ser creditadas ao gestor. Ou seja, mediante os empenhos e informações trazidas foram aqui produzidas provas que desconstituem as razões da desaprovação, nos termos do art. 489 do RI desta Corte de Contas e 77 da LO do TCE/PR. Neste caso, é de se dar procedência ao presente pedido de rescisão, como bem entende esta Corte de Contas: [...] [p. 20]
Segundo essa argumentação, o pedido de rescisão se embasa em comprovantes de transferências e em relações de empenhos, referentes ao exercício de 2015. As justificativas que se pode extrair da petição a respeito da razão pela qual esses documentos não foram apresentados tempestivamente são (a) o fato de que são emitidos pelos Municípios consorciados e não pelo consórcio; (b) ausência de tempo hábil; e (c) a ausência de atuação de advogado no caso. Nenhum desses argumentos, contudo, constitui um motivo legítimo para a ausência, no processo originário ou em recursos (que deixaram de ser interpostos), de prestação de contas adequada, livre de inconsistências ou contendo esclarecimentos a respeito destas.
Ainda que os Municípios consorciados sejam responsáveis pela evidenciação da regularidade financeira e contábil quanto aos recursos repassados ao consórcio, esse fato não exime o consórcio e o respectivo gestor do dever de prestar contas apropriadamente. Note-se que o ora requerente não demonstrou em sua defesa nos autos originários a realização de diligências junto aos Municípios, a fim de esclarecer as divergências em tela, tampouco requereu ao Tribunal a citação dos Municípios, para que o fizessem diretamente naquele processo.
O argumento da ausência de tempo hábil também não merece guarida, porquanto o prazo aplicável ao exercício do contraditório nos processos de prestação de contas está previsto em lei e o agente não requereu a sua prorrogação.
Ademais, no âmbito deste Tribunal, os atos processuais podem, com efeito, ser praticados diretamente pela parte, não sendo obrigatória a atuação do advogado (artigo 348, caput, e 468, caput, do Regimento Interno). Não seria lícito dispensar, portanto, tratamento diferenciado às partes representadas ou não por advogado.
O argumento, constante do pedido de rescisão, no sentido de que "nos autos de PC 265676/15 (prestação de contas do exercício financeiro 2014 do CODREN), os fatos aqui trazidos já haviam sido acatados por esta E. Corte de Contas", sendo que "Na defesa protocolada naqueles autos (Evento 23, p. 70-74), foram discriminados os pagamentos referentes ao exercício de 2014 que foram somente enviados em 2015, justamente os R$ 19.112,77 que aqui são apontados como 'divergentes'" (peça 3, p 15-16) também não conduz ao conhecimento do presente pedido, visto que a apresentação dos documentos e das informações inerentes à prestação de contas deve ser feita em cada expediente em que isso se mostre devido, não sendo ônus deste Tribunal a localização de elementos probatórios de responsabilidade da parte.
No mais, não consta que os comprovantes de transferências e as relações de empenhos ora apresentados integrassem os autos 265676/15.
Assim, entendo que a excepcionalidade do pedido de rescisão impede que o Tribunal revisite suas decisões transitadas em julgado sem que esteja efetivamente demonstrado o preenchimento dos requisitos legais e regimentais para tanto, como neste caso, em que não se caracteriza propriamente a existência de novos elementos de prova.
Ainda, considero que não há risco de prejuízo indevido às partes, na medida em que esta Corte julgou improcedente a Tomada de Contas Extraordinária 583261/18, instaurada por determinação da decisão rescindenda "em face do Sr. José de Jesus Isác, com vistas à verificação de eventual dano ao erário decorrente de possível ocultação de receita ou de recebimento de receitas fictícias, e à apuração de responsabilidades em face das inconsistências entre os valores dos repasses informados pelos Municípios e os registrados no Consórcio" (item V da parte dispositiva do Acórdão 1842/18-2C).
Por fim, observo que o não recebimento do pedido de rescisão conduz à revogação da medida liminar concedida pelo Acórdão 1118/20 do Tribunal Pleno (peça 33), que deferiu "parcialmente o pedido de liminar, para os efeitos de suspender a inclusão do nome do senhor José de Jesus Izac no cadastro de gestores com contas julgadas irregulares por força do Acórdão n.º 1842/2018-S2C, até a decisão final nos presentes autos". Acrescento que a eventual inelegibilidade do gestor é matéria de competência da Justiça Eleitoral, como bem observado pela Coordenadoria de Gestão Municipal na Instrução 1291/20 (peça 24).
Diante do exposto, VOTO pelo não conhecimento do pedido de rescisão e, consequentemente, pela revogação da medida liminar concedida pelo Acórdão n.º 1118/20 do Tribunal Pleno.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de PEDIDO DE RESCISÃO
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por maioria absoluta, em:
I. Conhecer do presente Pedido de Rescisão, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, modificando-se em parte o Acórdão n.º 1842/18-S2C para os efeitos de:

a) julgar regulares com ressalvas as contas do Sr. José de Jesus Isác, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional do Território Divisa Norte do Paraná no período de 2/3/2015 a 31/12/2015, nos termos do art. 16, II, da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, em virtude de (i) regularização superveniente de inconsistências entre os valores dos repasses informados pelos Municípios e os registrados no Consórcio, (ii) resultado orçamentário deficitário correspondente a 3,70% das receitas arrecadadas e (iii) atraso no envio dos dados do mês 13, referentes ao encerramento do exercício, ao Sistema SIM/AM.
b) Ficam mantidos os demais dispositivos da decisão.
II. Determinar, após o trânsito em julgado da decisão, o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, nos termos do artigo 175-L, I, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI. (voto vencedor)
O Conselheiro IVAN LELIS BONILHA votou pelo não conhecimento do pedido de rescisão e, consequentemente, pela revogação da medida liminar concedida pelo Acórdão n.º 1118/20 do Tribunal Pleno.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 30 de março de 2023 – Sessão Virtual nº 5.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

__1__. Diante da decisão final favorável ao interessado, a medida liminar de suspensão da inclusão no cadastro de gestores com contas julgadas irregulares fica convertida em exclusão definitiva.

PROCESSO Nº:-633613/17
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PINHÃO
INTERESSADO:-CÂMARA MUNICIPAL DE PINHÃO, MUNICÍPIO DE PINHÃO, SEBASTIAO RODRIGUES BASTOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - PINHÃO
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 625/23 - TRIBUNAL PLENO
REPRESENTAÇÃO. Falta de planejamento na aquisição de alimentos para a realização de Evento Pedagógico. Excesso. Falhas no recebimento. Descarte inadequado. Procedência. Ressarcimento ao erário e penalização da Secretária responsável já efetuados em sede de Sindicância. Afastamento das penalidades sugeridas pelas unidades.
I. RELATÓRIO
Trata-se de Representação por meio da qual a Câmara Legislativa de Pinhão encaminha a este Tribunal o Relatório Final exarado pela Comissão Especial de Inquérito instaurada com o fim de "apurar a responsabilidade que tange ao possível excesso na aquisição de salgadinhos/lanches para atender o evento denominado encontro pedagógico nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2017, bem como, o procedimento na destinação das sobras".
Conforme consta, a realização do evento teria sido marcada pela aquisição excessiva de gêneros alimentícios, excesso esse que seria decorrente de falhas na estimativa do quantitativo a ser adquirido, eis que teria levado em conta uma quantidade inexplicável de participantes.
O relatório também indica que a organização do evento teria ficado sob a responsabilidade de servidores inexperientes, embora a Administração contasse, em seu quadro funcional, com outros servidores dotados de maior expertise, eis que já haviam participado da organização de eventos anteriormente.
Em acréscimo, aponta-se a ocorrência de falhas no recebimento dos alimentos, tendo em vista a suposta inexistência de comissão de recebimento oficialmente nomeada e a assinatura de notas fiscais por servidores que não estariam presentes no ato da entrega.
Ainda, tem-se que, embora a própria Secretária de Educação tenha relatado quando de sua oitiva que parte dos alimentos foram devolvidos para as fornecedoras e que parte estava imprópria para o consumo, o valor da contratação teria sido pago integralmente.
Por fim, o Relatório indica, também, que parte das sobras foram enterradas no lixão municipal, podendo configurar eventual dano ambiental.
Em decorrência dos fatos acima, a Comissão recomendou, em suma, o encaminhamento de cópia ao Ministério Público Estadual; a este Tribunal; e ao senhor Prefeito Municipal; além da expedição de ofício ao IAP ou IBAMA.
Após manifestação preliminar ofertada pela municipalidade (peças 19 e 20), a Representação foi recebida (Despacho n.° 236/18-GCNB, peça 21).
Apresentaram defesa o senhor Prefeito (peças 28 a 33) e a Secretária Municipal de Educação (peça 35), ocasião em que alegaram, em síntese, que os fatos ensejaram a abertura de sindicância, culminando na aplicação da pena de Advertência à Secretária e à devolução dos valores correspondentes aos alimentos adquiridos em excesso.
Os autos seguiram à Coordenadoria de Gestão Municipal, que concluiu pela procedência da representação com aplicação de multa (Instrução n.° 3377/22-CGM, peça 38), no que foi acompanhada pelo Ministério Público de Contas (Parecer n.° 624/22-2PC, peça 39).
Era o que cabia relatar.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Conforme se extrai dos autos, as falhas na organização do evento "1ª Semana Pedagógica" apontadas pela Comissão Especial de Inquérito foram admitidas pelo Prefeito Municipal e pela senhora Maria Aparecida de Oliveira Santos que, na condição de Secretária de Educação, foi a responsável pela condução da contratação dos alimentos, tanto que efetuou o ressarcimento dos prejuízos causados ao erário.
A partir das razões defensivas observa-se que os representados não pretendem negar as falhas ocorridas.
O Prefeito Municipal apontou as medidas corretivas por ele adotadas, as quais consistiram, basicamente, na abertura de processo administrativo de sindicância, que resultou na aplicação de penalidade à servidora responsável e no ressarcimento dos dados causados ao erário.
A senhora Maria Aparecida, por seu turno, incialmente esclareceu que a estimativa de participantes para o evento era de 800 pessoas, dentre elas 270 professores que deveriam ter sido contratados até a sua realização, porém, não o foram em sua totalidade. Em acréscimo, justificou que a véspera foi marcada por grande chuva, resultando na efetiva presença de aproximadamente 570 pessoas, ensejando as sobras (e descarte) de parte dos alimentos.
Expôs, então, que em decorrência de tal falha, prestou todos os esclarecimentos solicitados pela Comissão Especial de Inquérito e foi alvo de Sindicância, no âmbito da qual recebeu a penalidade de Advertência e foi instada a ressarcir os danos decorrentes das sobras alimentares, o que foi realizado em 29/11/2017.
Ora, diante do contexto acima, entendo que, embora o planejamento do evento tenha sido inegavelmente mal conduzido, a municipalidade se prestou a adotar as providências cabíveis de forma célere e eficaz, tanto que a pena de Advertência e o ressarcimento dos prejuízos causados ao erário já haviam sido realizados antes mesmo do recebimento da Representação, conforme se extrai da manifestação preliminar ofertada.
Assim, divirjo dos opinativos técnico e ministerial e afasto a aplicação da sanção pecuniária a fim de homenagear o ato correcional prontamente exercido pelo Poder Executivo Municipal de Pinhão, o que, por certo, não afasta a procedência da presente representação.
III. VOTO
Diante do exposto, VOTO no sentido de que este Tribunal Pleno julgue pela procedência da Representação em razão da falta de planejamento na organização do evento "1ª Semana Pedagógica" realizado pelo Município de Pinhão, tendo em vista o excesso de produtos alimentícios adquiridos.
Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de REPRESENTAÇÃO
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
I. Julgar pela procedência da Representação em razão da falta de planejamento na organização do evento "1ª Semana Pedagógica", realizado pelo Município de Pinhão, tendo em vista o excesso de produtos alimentícios adquiridos.
II. Após o trânsito em julgado, encaminhar os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 30 de março de 2023 – Sessão Virtual nº 5.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-652235/17
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN
INTERESSADO:-CELSO OSMAR KAMINSKI, DOUGLAS INGECZAK BORGES, JAMIL PECH, MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN, SEBASTIAO ELIAS DA SILVA NETO
ADVOGADO / PROCURADOR-EDINEI STEGER RINALDI, WELLINGTON MAICON FERREIRA
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 626/23 - TRIBUNAL PLENO
Representação. Inconsistências apuradas nos dados informados no SIM-AM. Concessão de duas gratificações por função. Pagamento cumulado com horas extras. Violação ao Prejulgado n.º 25 - TCE/PR. Procedência, com ressarcimento de valores, aplicação de multas e determinações.
I. RELATÓRIO
Trata-se de Representação proposta por Celso Osmar Kaminski, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamentos da Câmara Municipal de Paulo Frontin, em face do Município de Paulo Frontin, noticiando possíveis irregularidades (i) na confecção e envio de dados ao Sistemas de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM) no exercício de 2017 e (ii) na concessão de duas funções gratificadas ao servidor do Poder Executivo, senhor Douglas Ingczak Borge, ocupante do cargo de contador.
Em suma, quanto à confecção e envio de dados ao SIM-AM, consta da inicial que o Poder Executivo se encontrava em atraso com as informações a serem apresentadas no SIM-AM e que, para a obtenção de parecer favorável da Comissão de Finanças e Orçamentos, atualizou os dados "em tempo recorde", obtendo a certidão liberatória deste Tribunal de Contas. Todavia, o representante apontou que não foram informados nos sistemas desta Casa os contratos e licitações formalizados pelo ente, em que pese no mural de licitações e no Diário Oficial constasse o registro de diversos procedimentos.
Em relação à segunda impropriedade, informou "que foram concedidas duas funções gratificadas ao mesmo servidor, conforme Portarias n.os 75/2017 e 113/2017, a primeira no percentual de 30% para exercício das atribuições de Contador junto à Fundação Municipal de Saúde Pública, e a segunda, também no percentual de 30%, para que ficasse responsável pelo monitoramento, acompanhamento, auxílio e fechamento mensal, bimestral e anual e envio dos dados para a Prestação de Contas do Poder Executivo e da Fundação Municipal de Saúde dos sistemas SIM-AM, SIM-AP, SIOPS e SIOPE. Nesse sentido, apurou que o Decreto n.º 004/2014, que em seu artigo 3º vedava o acúmulo de duas ou mais funções gratificadas, foi revogado pelo Decreto n.º 47/2017, na mesma data de concessão da segunda gratificação".
A representação foi recebida pelo Despacho n.º 2160/17 - GCNB, oportunidade na qual o então relator determinou o encaminhamento dos autos às unidades técnicas competentes para a análise da veracidade da concessão das gratificações ao mesmo servidor.
A Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM (Instrução n.º 4416/20), por não possuir acesso aos dados requisitados, solicitou informações à Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização que, em sua Informação n.º 37/21, indicou a

comunicação das licitações realizadas pelo Município de Paulo Frontin no exercício de 2017, asseverando que a relação de procedimentos diverge da informada no Mural de Licitações.
Ato contínuo, a Coordenadoria de Gestão Municipal emitiu a Instrução n.º 532/21 (peça 11), ressaltando que o artigo 26, caput, da Lei Municipal n.º 930/13, que autoriza o pagamento de função gratificada, viola os princípios da eficiência e da impessoalidade, uma vez que não prevê requisitos objetivos para a definição do percentual a ser pago (10%, 20% ou 30%), deixando tal decisão a critério do Prefeito. Revelou, ainda, vedação de acumulação de gratificações no Prejulgado n.º 25 - TCE/PR e em decisões do Supremo Tribunal Federal (RE 457745 AgR e AI 269104 AgR), de modo que a revogação realizada pela Municipalidade não alterou a proibição disposta no Decreto n.º 004/2014.
Apontou, assim, as seguintes irregularidades: (i) pagamento de gratificação de função no percentual de 50%, relacionada ao exercício da contabilidade da Fundação Municipal de Saúde, em que pese o percentual definido na Portaria n.º 75/2017 tenha sido de 30%; (ii) pagamento de horas extras nos meses de maio a dezembro cumulada com gratificação de função, em desacordo com o Prejulgado n.º 25 - TCE/PR; (iii) pagamento de duas gratificações de função concomitantemente nos meses de junho a dezembro, asseverando, com relação à segunda gratificação concedida, que a alimentação dos sistemas SIM-AM, SIOPE e SIOPS relacionam-se à área contábil, e que o SIM-AP deixou de ser utilizado 6 meses antes da edição da Portaria n.º 113/2017, indicando a desnecessidade do pagamento da verba, seja porque o salário ordinário do servidor já o remunerava para o envio dos dados do Poder Executivo, seja porque a Portaria n.º 75/2017 o remunerava para alimentação das informações da Fundação Municipal de Saúde.
Por determinação no Despacho n.° 373/21-GCDA, foram citados os senhores Sebastião Elias da Silva Neto (prefeito à época dos fatos) e Douglas Ingeczak Borges (servidor beneficiado com o pagamento das verbas), bem como o Município de Paulo Frontin.
Somente o senhor o senhor Douglas Ingeczak Borges apresentou defesa, tendo os demais interessados deixado transcorrer o prazo sem qualquer manifestação.
Em sua defesa, o servidor afirmou que foi nomeado para exercer duas funções gratificadas por ser o único contador do Poder Executivo, exigindo, portanto, a realização de muitas tarefas além de suas atribuições usuais. Defendeu que as irregularidades apontadas foram oriundas de má gestão de recursos humanos, já que a Administração deveria ter realizado concurso público para preenchimento de mais uma vaga para que, assim, outro contador pudesse realizar a atividade que o interessado estava incumbido de executar. Indicou que o pagamento da gratificação concedida pela Portaria n.º 75/2017 foi arcada pela Fundação Municipal de Saúde, e que o envio dos dados dos sistemas indicados envolvia outras áreas que não a contabilidade. Destacou que o ato incorreu em erro ao indicar o SIM-AP, e que o sistema correto seria o SIAP. Esclareceu que o pagamento de gratificação no percentual de 40% foi originado da necessidade de "separar em percentuais distintos as gratificações no sistema de recursos humanos, tendo em vista que o sistema não aceitava o lançamento de duas vezes o mesmo percentual", mas que o valor final pago foi correto. Já quanto ao recebimento do percentual de 50% (quando a Portaria n.° 75/2017 previa o percentual de 30%), indicou a ocorrência de erro na migração do sistema, alegando sua boa-fé ao confirmar a necessidade de devolução da diferença. Ainda, no que se refere às horas extras, informou que as atribuições a seu cargo eram inúmeras, e que o trabalho além da carga horária regular foi necessário para atendimento de todas as obrigações, destacando que as horas excedentes seriam pagas mesmo sem a gratificação de função, diante da alta demanda dos serviços.
Em derradeira manifestação (Instrução n.° 1472/22), a Coordenadoria de Gestão Municipal concluiu que não foram apresentados argumentos capazes de afastar as impropriedades anteriormente levantadas, opinando pela procedência da representação, e pela condenação dos senhores Sebastião Elias da Silva Neto e Douglas Ingeczak Borges à devolução dos valores referentes à "gratificação – 50%", "horas extras", "gratificação – 40%". Sugeriu, ainda, a expedição de recomendação ao Município de Paulo Frontin para que seja criado mais um cargo de contador, além de determinação para que regulamente, mediante lei, um percentual fixo a ser concedido aos servidores designados para o exercício de função gratificada.
Por sua vez, o Ministério Público de Contas, no Parecer n.° 396/22-7PC, opinou pela procedência da representação quanto às inconsistências apuradas pela COSIF nos dados lançados no SIM-AM, os quais divergem das informações prestadas no Mural de Licitações pelo Município de Paulo Frontin. Nesse ponto, sugeriu a aplicação da multa prevista no artigo 87, IV, "g", da LC n.º 113/2005 ao senhor Sebastião Elias da Silva Neto, prefeito à época dos fatos, e a expedição de determinação à Municipalidade para que promova o adequado lançamento dos dados nos sistemas deste Tribunal, permitindo a correta realização do controle externo.
Quanto ao pagamento das verbas ao senhor Douglas Ingeczak Borges, o MPC corroborou o entendimento da unidade técnica no sentido de que, independentemente de previsão em ato normativo próprio, não poderia o servidor acumular duas funções gratificadas e, ainda, receber horas extras, asseverando que o Prejulgado n.º 25 - TCE/PR é categórico ao estabelecer essa vedação.
Ao final, opinou pela procedência da representação, com aplicação de multas e condenação a ressarcimentos, sem prejuízo da expedição de recomendação ao Município de Paulo Frontin, para que avalie a possibilidade de criação e provimento de outra vaga para o cargo de contador, além de determinações, para que promova o adequado lançamento dos dados nos sistemas deste Tribunal e para que proceda à adoção de medidas tendentes à alteração do texto do artigo 26, caput, da Lei Municipal n.º 930/13 criando critérios objetivos para a concessão da função gratificada para cada percentual previsto, ou fixando percentual único. Sugeriu, ainda, a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual para as medidas cabíveis em sua esfera de atribuições.
É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Em suma, são dois os pontos a serem analisado na presente representação: inconsistências nos dados lançados no SIM-AM que divergem das informações prestadas pelo Município de Paulo Frontin no Mural de Licitações; concessão de duas gratificações por função e pagamento cumulado com horas extras a servidor municipal em desacordo com o previsto no Prejulgado n.° 25 deste Tribunal.
Relativamente às inconsistências entre os dados do SIM-AM e as informações lançadas pelo Município no Mural de Licitações, verifica-se que, embora o contraditório tenha sido devidamente respeitado, os interessados permaneceram inertes quanto à defesa desse ponto.
Conforme se extrai da informação da COSIF à peça 10, a irregularidade restou confirmada, tendo a unidade técnica afirmado que embora Município tenha encaminhado informações correspondentes às licitações e contratos do exercício de 2017 no SIM-AM, a relação de licitações diverge da informada no Mural de Licitações.
Desse modo, acompanho o opinativo do Ministério Público de Contas pela procedência da representação nesse ponto, aplicação da multa prevista no artigo 87, IV, "g", da Lei Complementar n.º 113/2005 ao senhor Sebastião Elias da Silva Neto, Prefeito à época dos fatos, bem como expedição de determinação ao Município de Paulo Frontin para que promova o adequado lançamento dos dados nos sistemas deste Tribunal de Contas, permitindo a correta realização do controle externo.
Quanto à segunda impropriedade, tem-se que foram concedidas duas gratificações de função ao servidor municipal Douglas Ingeczak Borges que exercia o cargo de contador do Município, além de horas extras.
Por meio da Portaria n.° 75/2017, de 01/03/17 (peça 02, fl. 12), foi concedida função gratificada, prevista no art. 26 da Lei Municipal n.º 930/13[1] e regulamentada pelo Decreto n.º 04/14, no percentual de 30% para o exercício das atribuições de contador junto à Fundação Municipal de Saúde Pública.
Na data de 19/06/2017, o então prefeito municipal, senhor Sebastião Elias da Silva Neto, revogou o art. 3º do referido decreto, que impedia a acumulação de funções gratificadas para um mesmo servidor (peça 02, fl. 13), e, na mesma data, editou a Portaria n.° 113/2017 (peça 02, fl. 14) concedendo gratificação de função no percentual de 30% para que o servidor ficasse responsável pelo monitoramento, acompanhamento, auxílio e fechamento mensal, bimestral e anual e envio dos dados para a Prestação de Contas do Poder Executivo e da Fundação Municipal de Saúde dos sistemas SIM-AM, SIAP, SIOPS e SIOPE, sistemas estes relacionados com a contabilidade, via de regra.
Nota-se que o então Chefe do Poder Executivo, deliberadamente, revogou dispositivo que impedida a acumulação de funções gratificadas para possibilitar que o senhor Douglas recebesse essa segunda gratificação de forma indevida.
Observa-se, ainda, que tal medida foi realizada com plena ciência do servidor beneficiado, uma vez que no Decreto n.° 47/2017 e na Portaria n.° 113/2017 consta o nome do senhor Douglas Ingeczak Borges como responsável pela publicação dos atos, vejamos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 47/2017

DATA: 19/06/2017

SÚMULA: Altera dispositivos do Decreto nº 04/2014, que dispõe sobre a Função Gratificada no Serviço Público Municipal e dá outras providências.

ART. 1º - Revoga o art. 3º do Decreto nº 04, de 26 de fevereiro de 2014.

ART. 2º - Os demais artigos permanecem inalterados.

ART. 3º - Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

SEBASTIÃO ELIAS DA SILVA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Ingeczak Borges
Código Identificador:8D1087C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 113/2017

O Prefeito do Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Artigo 85, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao Sr. DOUGLAS INGECZAK BORGES, servidor com cargo efetivo do Município, ocupante do Cargo de Contador, inscrito no CPF sob nº. 082.979.549-94, conforme autoriza o artigo 26º da Lei Nº 930/2013, a gratificação de função de 30% do salário para as funções de monitoramento, acompanhamento, auxílio e fechamento mensal, bimestral e anual e envio dos dados para a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal e da Fundação Municipal de Saúde dos seguintes sistemas:
- Sistema de Informações Municipais, acompanhamento mensal (SIM-AM), do Tribunal de Contas do Paraná;
- Sistema de Orçamento Público da Saúde (SIOPS), do Ministério da Saúde;
- Sistema de Orçamento Público da Educação (SIOPE), do Ministério da Educação;
- Sistema de Atos de Pessoal (SIM-AP), do Tribunal de Contas do Paraná;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Paulo Frontin, 19 de junho de 2017.

SEBASTIÃO ELIAS DA SILVA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Ingeczak Borges
Código Identificador:1B70BA8A

Com isso, o servidor acumulou, indevidamente, duas gratificações de função no

período de junho a dezembro de 2017.
Além disso, houve pagamento de horas extras nos meses de maio a dezembro cumulada com gratificação de função.
Tais situações estão em desacordo com o previsto no Prejulgado n.º 25 deste TCE/PR que assim dispõe:
viii. É vedado(a):
a. A acumulação de cargos em comissão e funções comissionadas e o estabelecimento de gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva a ocupante de cargo em comissão;
[...]
c. A remuneração a título de hora extra aos ocupantes de cargo em comissão e funções de confiança;
Consoante ressaltou a unidade técnica, o pagamento de horas extras nesse caso sugere que o servidor laborava além da jornada semanal do seu cargo de contador do Poder Executivo.
Esse, inclusive, foi um dos argumentos utilizados pelo senhor Douglas para tentar afastar sua responsabilidade pelo ressarcimento dos valores. Em sua defesa, afirmou que sua nomeação para exercer duas funções gratificadas se deu por ser o único contador do Poder Executivo, exigindo, portanto, a realização de muitas tarefas além de suas atribuições usuais. Destacou que as horas extras foram devidas, pois as atribuições a seu cargo eram inúmeras, e que o trabalho além da carga horária regular foi necessário para atendimento de todas as obrigações, assegurando que as horas excedentes seriam pagas mesmo sem a gratificação de função, diante da alta demanda dos serviços.
Não obstante, coaduno com o entendimento consignado nas manifestações técnicas de que a gratificação de função já servia para compensar as horas extras trabalhadas pelo servidor Douglas para cumprir fielmente todas as suas obrigações funcionais.
Reproduzo a seguir trecho da instrução da Coordenadoria de Gestão Municipal nesse sentido:
(...) no caso em comento, o pagamento de horas extras nos meses de maio a junho de 2017 dá conta (ao menos em tese) de que o servidor laborava além da jornada semanal do seu cargo de contador do Poder Executivo. Tal situação se verifica especialmente a partir de junho, quando o Sr. Douglas Ingeczak Borges passou a receber uma segunda função gratificada. Ou seja, para poder dar conta de tantas atividades, em tese aludido servidor necessitava trabalhar mais tempo do que o horário de trabalho de seu cargo. Assim, as gratificações de função já serviam para compensar as horas extras que o Sr. Douglas dedicou a mais semanal ou mensalmente para cumprir fielmente todas as suas obrigações funcionais. Desse modo, tem-se não ser possível o pagamento de horas extras acumuladamente com gratificação de função, devendo-se ser restituídos ao erário os valores pagos a título de horas extras, inclusive nos descansos semanais remunerados, durante os meses de maio a dezembro de 2017.
Seguindo essa mesma linha, assim concluiu o Ministério Público de Contas, vejamos:
"Desta forma, mesmo que a quantidade de atribuições designadas para o servidor fosse efetivamente alta, e que não fosse possível a concessão das respectivas funções a outro funcionário – porquanto o interessado ocupava o único cargo de Contador existente no órgão –, a solução adequada não seria a cumulação de gratificações e horas extras realizadas pela Municipalidade em contrariedade ao ordenamento jurídico, o que acabou por gerar irregularidades passíveis de dano ao erário e de cominação de sanção pecuniária. Conforme indicado pela Unidade Técnica, deveria o Município de Paulo Frontin ter efetuado estudos para a avaliação da criação de outra vaga para o cargo de Contador, de modo que as atividades que sobrecarregavam o servidor fossem exercidas por outro servidor efetivo.
Nesse sentido, ainda que se discuta se o envio de informações para os sistemas SIM-AM, SIOPS, SIOPE e SIAP é caracterizado como atividade contábil e se que estaria, portanto, remunerado no vencimento básico do interessado (tese corroborada por este Parquet), certo é que o Sr. Douglas Ingeczak Borges já percebia uma gratificação de função, concedida pela Portaria n.º 75/2017, sendo indevida a concessão realizada pela Portaria n.º 113/2017."
Logo, embora o contexto fático trazido aos autos indique que havia uma grande quantidade de atribuições designadas para o servidor, como frisou o Ministério Público de Contas, mesmo assim não caberia a cumulação de gratificações e horas extras, uma vez que contraria o ordenamento jurídico.
Dessa forma, mostram-se devidos o ressarcimento aos cofres públicos, solidariamente, pelo servidor e pelo gestor responsável, Sebastião Elias da Silva Neto: da segunda gratificação recebida nos meses de junho a dezembro de 2017, no percentual de 30%[2]; e dos valores recebidos a título de "horas extras – 50%", "DSR sobre horas extras" e "horas extras 100%", no período de maio a dezembro de 2017.
Ademais, considerando que nos meses de fevereiro, março e abril de 2017 o servidor percebeu a gratificação concedida pela Portaria n.º 75/2017 no percentual de 50%, quando o previsto no ato era o percentual de 30%, essa diferença de 20% deverá também ser ressarcida solidariamente pelo servidor e gestor responsável.
Ainda, diante da falha no pagamento de gratificações e horas extras, reputo cabível a aplicação da multa prevista no artigo 87, IV, "g", ao senhor Sebastião Elias da Silva Neto, ex-prefeito.
III. VOTO
Diante do exposto, acompanhando as manifestações técnicas, VOTO:
(a) Pela procedência da presente representação em razão das inconsistências entre os dados do SIM-AM e as informações lançadas pelo Município no Mural de Licitações, bem como da concessão de duas gratificações por função e pagamento cumulado com horas extras a servidor municipal em desacordo com o previsto no Prejulgado n.° 25 deste Tribunal, nos termos da fundamentação;
(b) Pela aplicação de duas multas administrativas do artigo 87, inciso IV, "g", da Lei Complementar n.º 113/2005 ao senhor Sebastião Elias da Silva Neto, então Prefeito Municipal, em razão das inconsistências nos dados lançados no SIM-AM, os quais divergem das informações prestadas no Mural de Licitações e de falha no pagamento de gratificações e horas extras;
(c) Pela expedição de determinação aos senhores Douglas Ingczak Borge e Sebastião Elias da Silva Neto para ressarcimento dos seguintes valores, de forma solidária:
(c.1.) diferença de 20% referente à verba denominada "gratificação – 50%" pagas ao servidor Douglas Ingeczak Borges, relativamente aos meses de fevereiro, março e abril de 2017;
(c.2.) valores pagos a título de horas extras, inclusive nos descansos semanais remunerados, ao servidor Douglas Ingeczak Borges, relativamente aos meses de maio a dezembro de 2017;
(c.3.) valores pagos a título de gratificação concedida ao servidor Douglas Ingeczak Borges, com fundamento na Portaria n.° 113/2017, nos meses de junho a dezembro de 2017, no percentual de 30%.
(d) Pela expedição de recomendação ao Município de Paulo Frontin para que avalie a possibilidade de criação e provimento de outra vaga para o cargo de contador;
(e) Pela expedição de determinação ao Município de Paulo Frontin para que, no prazo de 60 (sessenta) dias promova o adequado lançamento das informações referentes às licitações e contratos do exercício de 2017 nos sistemas deste Tribunal de Contas, permitindo a correta realização do controle externo.
(f) Pela expedição de determinação ao Município de Paulo Frontin para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, proceda à adoção de medidas tendentes à alteração do texto do artigo 26, caput, da Lei Municipal n.º 930/13, criando critérios objetivos para a concessão da função gratificada para cada percentual previsto, ou fixando percentual único.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à CMEX para a adoção das providências cabíveis. Em seguida, encerrem-se os autos, nos termos do art. 398 do Regimento Interno.
É o voto.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de REPRESENTAÇÃO
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
I. Julgar pela procedência da presente representação, em razão das inconsistências entre os dados do Sistemas de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM) e as informações lançadas pelo Município no Mural de Licitações, bem como da concessão de duas gratificações por função e pagamento cumulado com horas extras a servidor municipal em desacordo com o previsto no Prejulgado n.° 25 deste Tribunal, nos termos da fundamentação;
II. Aplicar duas multas administrativas do artigo 87, inciso IV, "g", da Lei Complementar n.º 113/2005, ao senhor Sebastião Elias da Silva Neto, então Prefeito Municipal, em razão das inconsistências nos dados lançados no SIM-AM, os quais divergem das informações prestadas no Mural de Licitações e de falha no pagamento de gratificações e horas extras;
III. Determinar aos senhores Douglas Ingczak Borge e Sebastião Elias da Silva Neto o ressarcimento dos seguintes valores, de forma solidária:
(a) diferença de 20% referente à verba denominada "gratificação – 50%" pagas ao servidor Douglas Ingeczak Borges, relativamente aos meses de fevereiro, março e abril de 2017;
(b) valores pagos a título de horas extras, inclusive nos descansos semanais remunerados, ao servidor Douglas Ingeczak Borges, relativamente aos meses de maio a dezembro de 2017;
(c) valores pagos a título de gratificação concedida ao servidor Douglas Ingeczak Borges, com fundamento na Portaria n.° 113/2017, nos meses de junho a dezembro de 2017, no percentual de 30%.
IV. Recomendar ao Município de Paulo Frontin que avalie a possibilidade de criação e provimento de outra vaga para o cargo de contador;
V. Determinar ao Município de Paulo Frontin que, no prazo de 60 (sessenta) dias, promova o adequado lançamento das informações referentes às licitações e contratos do exercício de 2017 nos sistemas deste Tribunal de Contas, permitindo a correta realização do controle externo.
VI. Determinar ao Município de Paulo Frontin que, no prazo de 60 (sessenta) dias, proceda à adoção de medidas tendentes à alteração do texto do artigo 26, caput, da Lei Municipal n.º 930/13, criando critérios objetivos para a concessão da função gratificada para cada percentual previsto, ou fixando percentual único.
VII. Determinar, após o trânsito em julgado da decisão, o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, nos termos do artigo 175-L, I, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 30 de março de 2023 – Sessão Virtual nº 5.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1.
2.*Como frisou o Ministério Público de Contas em sua manifestação, quanto à concessão das gratificações nos percentuais de 20% e 40%, restou esclarecido que se tratou de ajuste no sistema, que não permitia o registro de duas gratificações com o mesmo percentual (30%).*

PROCESSO Nº:-597201/22
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
INTERESSADO:-COORDENADORIA DE MONITORAMENTO E EXECUÇÕES, ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT, MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 627/23 - TRIBUNAL PLENO
Representação. Município de Ponta Grossa. Achados na área de transporte público. Inadequação do planejamento do sistema de transporte coletivo e do projeto licitado (Achado 1). Inadequação da infraestrutura para o atendimento da população com dificuldades de acesso (Achado 2). Não atendimento conveniente e adequado dos usuários (Achado 3). Descumprimento de medida liminar. Procedência, determinações e multa.
I. RELATÓRIO
Encerram os autos representação formulada pela Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (CMEX) deste Tribunal de Contas, em face do MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA e ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT, ocupante do cargo de Prefeita Municipal, originária de monitoramento das recomendações oriundas de auditoria desempenhada pela Coordenadoria de Auditorias (CAUD), na área de transporte público municipal, que compuseram os trabalhos do Plano Anual de Fiscalização (PAF) de 2018 deste Tribunal.
Da representação (peça 3), colhem-se os seguintes achados:

(1) inadequação do planejamento do sistema de transporte coletivo e do projeto licitado, consistente no fato de o município não ter demonstrado que o acesso às informações do sistema informatizado do Centro de Controle das Operações da empresa concessionária de transporte público coletivo foi disponibilizado aos servidores responsáveis pela fiscalização do sistema de transporte coletivo de passageiros;
(2) a infraestrutura é inadequada para atender a população com dificuldades de acesso, dado que os pontos de parada, assim como os terminais de transporte coletivo, possuem algum tipo de deficiência em se tratando de acessibilidade; e
(3) o sistema de transporte coletivo urbano não atende os usuários de maneira conveniente e adequada, eis que a ocupação dos ônibus excede a capacidade de lotação no período das 6h às 8h, em diversas linhas, ademais, a quantidade de placas QR Code e em braile adquiridas e instaladas nos terminais e paradas de ônibus é insuficiente para atender os cidadãos usuários do transporte coletivo municipal, no que se refere ao fornecimento de informações sobre as linhas, itinerários e horários dos veículos.
Diante disso, a unidade técnica pugnou pela concessão de medida cautelar em razão do Achado 1, para que se determine ao MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA que providencie a liberação de acesso integral às ferramentas de Tecnologia da Informação do Centro de Controle das Operações da concessionária aos agentes responsáveis pela fiscalização da concessão. No mais, propugnou pela procedência da presente representação a fim de que sejam expedidas determinações à municipalidade para que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, além da aplicação de multa diária prevista o artigo 87, § 7°, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas – LOTC (Lei Complementar Estadual n.º 113, de 15/12/2005), no caso de descumprimento da cautelar a tempo e modo, bem como da aplicação da multa prevista no artigo 87, inciso III, alínea "f", da LOTC, no caso de descumprimento das determinações, e impedimento de obtenção de certidão liberatória ao município, no caso de não implementação das medidas deferidas no bojo deste processo.
A representação foi recebida (Despacho n.º 1129/2022, peça 10), concedida a medida cautelar pleiteada (devidamente homologada pelo Acórdão n.º 2853/2022, do Tribunal Pleno, peça 22) e determinada a citação do ente, por meio de seu representante legal, e de ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT, Prefeita Municipal.
Em resposta, os interessados compareceram ao feito (peça 19), encaminhando o termo de cooperação assinado com a concessionaria, bem como os prints da navegação e acesso das informações do sistema de telemetria.
Em nova oportunidade (peça 26), o município e a sua representante legal informaram que: (i) possuem acesso irrestrito às informações de tráfego e deslocamento dos veículos utilizados no transporte coletivo municipal, em razão do termo de cooperação firmado junto à concessionária local, com cópia em anexo, bem como de alguns exemplos de telas de controle; e (ii) o referido termo tem permitido o acesso integral às informações de telemetria e GPS dos veículos da frota desde a data de sua assinatura (14/07/2021), tendo desse modo sido cumprida a determinação lançada no despacho referido, antes do seu próprio lançamento.
A Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM (Instrução n.º 5967/2022, peça 29) opinou pelo conhecimento e procedência da representação, expedindo-se determinação, nos termos propostos pela CMEX, para que o município: a) providencie o acesso integral às ferramentas de tecnologia da informação do Centro de Controle das Operações da concessionária; b) adeque a acessibilidade dos terminais de ônibus Central, Oficinas, Nova Rússia e Uvaranas, e dos pontos de parada situados no município à esquina entre a Rua Comendador Miró e Rua Benjamin Constant, à Av. Visconde de Taunay, e à Av. Vicente Machado; c) mitigue a superlotação dos ônibus que perfazem os horários/linhas listados na peça 63 do Processo n.º 13591-2/20 e que excedem a capacidade máxima nos horários de pico; e d) instale placas QR Code e em braile nos locais apropriados.
O Ministério Público de Contas (Parecer n.º 1255/2022, peça 30) acompanhou a unidade técnica.
É a súmula dos fatos.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Consoante se reverbera da instrução, a presente representação mostra-se procedente em razão dos três achados apontados pela CMEX: inadequação do planejamento do sistema de transporte coletivo e do projeto licitado, inadequação da infraestrutura para o atendimento da população com dificuldades de acesso e não atendimento conveniente e adequado dos usuários.
Assim, cumpre analisar pontualmente o que se declina como irregular.
No concernente à inadequação do planejamento do sistema de transporte coletivo e do projeto licitado, foi constatado pela unidade técnica que:
"O Município não demonstrou que o acesso às informações do sistema informatizado do Centro de Controle das Operações da empresa concessionária de transporte público coletivo foi disponibilizado aos servidores responsáveis pela fiscalização do sistema de transporte coletivo de passageiros" (peça 3, fls. 7).
No caso, deixou-se de ofertar a estrutura adequada para o acompanhamento da execução contratual, notadamente no que concerne ao acesso integral às ferramentas de tecnologia da informação do Centro de Controle das Operações da concessionária, eis que, quando da fiscalização originária, foi detectada divergência entre quilometragem rodada pelos veículos e a quilometragem programada e remunerada pelo município.
Essa mesma impropriedade serviu de substrato para a concessão de medida liminar, determinando-se ao município que providenciasse a liberação de acesso integral às referidas ferramentas de tecnologia da informação aos agentes responsáveis pela fiscalização da concessão. Em sua resposta, o ente municipal se limitou a informar que mesmo antes dessa determinação, foi celebrado termo de cooperação com a concessionária local, por meio do qual, consoante afirma, foi permitido o acesso às informações de telemetria e GPS dos veículos da frota desde a data de sua assinatura (14/07/2021).
Ocorre que, segundo apontado pela própria unidade técnica:
"Conforme a Instrução n.º 842/21 – CMEX (peça 74 dos autos 135912/20 – referente a Termo de Ajustamento de Gestão não celebrado), a implementação do acesso integral às ferramentas é muito mais abrangente do que o acesso on-line do deslocamento da frota, objetivando o acesso integral das informações relativas ao sistema de transporte coletivo que, a título exemplificativo, envolve bilhetagem, quilometragem percorrida, quantidade de passageiros e gastos da concessionária.
Já o termo de cooperação entre a concessionária e a AMTT se restringe à disponibilização dos dados referentes ao serviço de geolocalização:

> v) as Partes têm interesse em formar uma parceria, por meio da qual a VCG possibilitará à AMTT o acesso às informações constantes do serviço de geolocalização dos ônibus em tempo real do transporte coletivo de Ponta Grossa;

É o que se nota também das imagens de acesso ao sistema juntadas na peça 27.
Assim, não há demonstração de que a determinação tenha sido atendida" (peça 29, fls. 3).
Não há censuras quanto ao vertido pela Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, eis que do referido termo, ajustado entre a AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE (AMTT) e a empresa VIAÇÃO CAMPOS GERAIS LTDA. (VCG), tem-se claramente como seu objeto "a permissão exclusiva e intransferível outorgada pela VCG em favor da AMTT, aos dados relativos ao serviço de transporte coletivo de Ponta Grossa coletados e decodificados pela central de controle do serviço de geolocalização dos veículos desenvolvido pelo VCG" (Cláusula primeira, peça 20, fls. 2). Desse modo, o que foi, de fato, oportunizado, foi a liberação de acesso apenas da geolocalização dos veículos, e não o integral acesso às ferramentas de tecnologia, que também abarcaria informações outras, como, por exemplo, bilhetagem, quantidade de passageiros e gastos da concessionária, entre outros.
Destarte, a procedência da presente representação é medida que se impõe, em face do reconhecimento dessa irregularidade.
Mas não apenas isso, dado que os termos da medida cautelar, homologada pelo órgão plenário desta Casa, eram estritamente claros ao determinar que a municipalidade providenciasse "a liberação de acesso integral às ferramentas de Tecnologia da Informação do Centro de Controle das Operações da concessionária aos agentes responsáveis pela fiscalização da concessão" (peça 10, fls. 4), o que, conforme ressoa dos autos, não foi devidamente cumprido, autorizando a aplicação da multa prevista no artigo 87, inciso III, alínea "f", da Lei Complementar Estadual n.º 113, de 15/12/2005, em razão do descumprimento de determinação de órgão deliberativo deste Tribunal de Contas à prefeita municipal, responsável pelo não cumprimento integral da decisão liminar, ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT.
O segundo achado se relaciona com a inadequação da infraestrutura para o atendimento da população com dificuldades de acesso, cuja literalidade dos termos vazados pela CMEX convém transcrever:
"Na fiscalização originária, com base no Relatório de Auditoria n.º 106/2018 - CAUD (fl. 32/39, peça 3 do Processo n.º 866352/18, e Anexo 3 desta Proposta de Representação) e no Relatório de Monitoramento n.º 01/2020 - CMEX (fl. 14/19, peça 4 do Processo n.º 13591-2/20, e Anexo 2 desta Proposta de Representação), a equipe de auditoria constatou que os pontos de parada visitados, assim como os terminais de ônibus Central, Oficinas, Nova Rússia e Uvaranas, possuíam algum tipo de deficiência no que se refere à acessibilidade, a exemplo da ausência de dispositivos de sinalização e informação visual, tátil e auditiva, mínimo de 20% (vinte por cento) dos assentos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, piso tátil, equipamentos adaptados, guia rebaixada para travessia de pedestres, entre outros parâmetros e critérios técnicos de acessibilidade definidos nas normas brasileiras ABNT NBR 9050 e 14022.
Para a regularização deste achado, recomendou-se à Administração municipal que adequasse as paradas de ônibus através de Projeto Básico Padrão replicável, fizesse reformas nos terminais visando à adequação às normas de acessibilidade e elaborasse um plano de adequação da infraestrutura urbana (notadamente calçadas) para que o trânsito de cadeirantes, pessoas com mobilidade reduzida e muletantes se tornasse possível.
A partir da análise final, a equipe de monitoramento considerou que o processo de planejamento e realização das licitações das obras demandariam um certo lapso temporal, e entendeu parcialmente implementadas as recomendações relacionadas às adequações dos pontos de paradas e dos terminais.
O Plano de Ação do Termo de Ajustamento de Gestão (fl. 3, peça 3, do Processo n.º 13591-2/20) formulado por esta unidade técnica propôs a seguinte ação: "Adequar a acessibilidade dos terminais de ônibus e pontos de parada no Município". Às peças 50, 52 e 53, do Processo n.º 13591-2/20, a Administração Municipal trouxe aos autos minuta de TAG para análise, na qual demonstrou a intenção de adequar os terminais de transporte e os pontos de parada para acessibilidade integral, de forma gradativa, até junho de 2023.
O andamento desta ação foi objeto de análise durante a instrução processual (peça 74 do Processo n.º 13591-2/20), a qual avaliou ser razoável o prazo de 24 (vinte e quatro) meses proposto pelos interessados para finalização das etapas de planejamento e publicação dos editais das licitações das obras; processamento da licitação e formalização dos contratos; e fiscalização da execução contratual e recebimento definitivo das obras.
Destarte, à luz dos arts. 34 a 36 e 38 do Decreto Federal n.º 5.296, 2 de dezembro de 2004, requer-se que seja expedida determinação ao Município de Ponta Grossa, em nome de sua representante legal, com fundamento no art. 28, II8, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e nos arts. 2449, II, §3º e 267-A10 , §1º, do Regimento Interno, para que adeque a acessibilidade dos terminais de ônibus Central, Oficinas, Nova Rússia e Uvaranas, e dos pontos de parada situados no Município à esquina entre a Rua Comendador Miró e Rua Benjamin Constant, à Av. Visconde de Taunay, e à Av. Vicente Machado.
O cumprimento da determinação poderá ser demonstrado mediante a apresentação de documentos que evidenciem a realização de reforma nos pontos de parada e nos terminais do transporte coletivo municipal, visando à adequação às normas de acessibilidade" (peça 3, fls. 8-10).
Embora a unidade técnica tenha expressamente consignado que a demonstração da realização das obras e serviços de adaptação das estruturas relativas ao transporte coletivo de passageiros pudessem ser feitas por meio de documentos, a municipalidade sequer apresentou defesa ou qualquer outro elemento de prova acerca desse apontamento, quedando-se silente. Logo, a ausência de apresentação de defesa quanto a esse ponto específico, apesar de devidamente citados os interessados, milita em seu desfavor, alentando também a procedência da representação.
Perceba-se que a municipalidade se comprometeu, por meio de termo de ajustamento de gestão, em promover as obras e serviços necessários para a oferta de infraestrutura adequada para o atendimento da população com dificuldades de acesso, num prazo de 24 meses, descumprindo obrigação expressamente assumida, dado que manifestação alguma foi juntada.
Por derradeiro, tem-se o não atendimento conveniente e adequado dos usuários,

consoante a seguinte situação encontrada:
"Na fiscalização originária, a equipe de auditoria percebeu que, em diferentes dias, várias linhas atingiam um nível de lotação considerado como superlotado, nível em que a lotação passa de 8 (oito) passageiros/m². Além disso, não se identificaram nas paradas informações sobre as linhas e, nos terminais e paradas, informações sobre as linhas e horários em braile ou em aviso sonoro.
Para a regularização deste achado, expediu-se à Administração Municipal 3 (três) recomendações. Em primeiro, recomendou-se ao Município que elaborasse um plano, considerando todas as variáveis, para adequação da oferta à demanda, seja, entre outras soluções, aumentando o número de veículos colocados à disposição em algumas linhas, seja aumentando o seu tamanho, mesmo que para tanto imponham-se intervenções necessárias nas vias em que os ônibus circulam.
Oportunizados os comentários do gestor, a Autarquia municipal ponderou que a locação de mais ônibus poderia refletir-se diretamente na elevação do preço da tarifa, e evidenciou que realizou constantemente adequações no sistema de transporte coletivo, adequando itinerários, rotas, horários e demandas existentes, com o objetivo de promover o melhor atendimento aos usuários. Em sede de análise final, a equipe de monitoramento tomou a recomendação por parcialmente implementada.
A segunda recomendação expedida ao ente - "Que o Município uniformize todas as informações disponibilizadas aos passageiros, independentemente do modo de veiculação (site AMTT, site VCG e terminais)" -, resultou implementada a partir da análise final da equipe de monitoramento, conforme consta do respectivo relatório (peça 4 do Processo n.º 13591-2/20, Anexo 2 desta Proposta de Representação).
Por terceiro, recomendou-se ao Município que viabilizasse a veiculação de informações para usuários portadores de necessidades especiais. Considerou-se a recomendação parcialmente implementada, evidenciada a existência de processo administrativo para aquisição de placas QR code e placas braile, o qual demandaria um certo lapso temporal para sua efetivação.
Para a implementação da primeira recomendação, o Plano de Ação do Termo de Ajustamento de Gestão (fl. 3, peça 3, do Processo n.º 13591-2/20) formulado por esta unidade técnica propôs a seguinte ação, com prazo de cumprimento de até 9 (nove) meses: "Mitigar a superlotação dos ônibus". A implantação da ação foi dividida em 2 (duas) etapas: "Elaborar estudo de possíveis medidas de mitigação da superlotação dos ônibus e respectivas estimativas dos impactos na tarifa, tais como reprogramação de rotas, horários e de quantidade de veículos por linha, locação de mais veículos, aumento da capacidade máxima dos veículos, entre outras; e indicar quais das medidas serão implementadas", em até 3 (três) meses; e "Implementar as medidas indicadas", em até 6 (seis) meses.
Em sua defesa, o Município apresentou relatórios (peças 62 a 64 do Processo n.º 13591-2/20) contendo números de passageiros que demonstram que houve redução do número total de passageiros a partir da pandemia de Covid-19 (peça 64 do Processo n.º 13591-2/20). Não obstante, verifica-se que o número de passageiros excede a capacidade de lotação no período das 6h às 8h em diversas linhas, tais como Barreto, Baraúna, Boreal Via, Borato, Buenos Aires, Cachoeira, Cristo Rei, Dom Bosco, Esplanada, Gralha Azul, Guaragi, Ouro Verde, Pimentel, San Martin, Shangrilá, Santa Terezinha, Vila Margarida, Vila Romana, entre outras, consoante indicam os demonstrativos apensos à peça 63 do Processo n.º 13591-2/20 (Anexo 4 a esta Proposta de Representação), subsistindo parcialmente a condição identificada na fiscalização originária.
Quanto à outra recomendação, indicou-se no Plano de Ação do Termo de Ajustamento de Gestão (fl. 3, peça 3, do Processo n.º 13591-2/20) a ação "Instalar placas QR Code e em braile nos locais apropriados", subdividida em 3 (três) etapas: "finalizar o planejamento e publicar o edital de licitação", em até 1 (um) mês; "processar a licitação e formalizar o contrato", em até 3 (três) meses; e "Receber e instalar as placas nos locais apropriados", em até 6 (seis) meses.
Por meio do Parecer n.º 228/21 (peça 71 do Processo n.º 13591-2/20), o Ministério Público de Contas propôs ao Relator que solicitasse oitiva da CMEX ou da equipe que conduziu o monitoramento, sobre se as 1000 (mil) placas adquiridas pela AMTT seriam suficientes para regularizar o referido achado, se assim fosse possível mensurar, e propugnou a exclusão da ação relacionada à mitigação da superlotação dos ônibus do transporte coletivo do Plano de Ação da proposta do TAG, uma vez que os interessados atribuíram a terceiros, na figura do empresariado local, a efetivação das medidas de mitigação, a exemplo da adoção de medidas de alternância de horários praticados pelos empregados dos setores de comércio, indústria e serviços.
Mediante a Instrução n.º 842/21 - CMEX (peça 74 do Processo n.º 13591-2/20), esta Coordenadoria avaliou que a quantidade adquirida de 1000 (mil) placas não é suficiente para atender à universalidade dos cidadãos usuários do sistema de transporte coletivo, haja vista que o Município possuía, segundo matéria datada em 17 de junho de 2021, 1420 (um mil, quatrocentos e vinte) pontos de transporte coletivo sem estrutura (cobertura, assentos, calçada, etc.), quantidade superior à quantidade de placas adquiridas.
Oportunizada a manifestação, a AMTT foi intimada às peças 75 e 77 do Processo n.º 13591-2/20 para informar se a totalidade das 1000 (mil) placas contratadas de QR code foram devidamente fixadas nos locais apropriados e se estão em perfeito funcionamento, isto é, se realmente o QR code contém as informações pertinentes a cada local. O Município informou que (peça 80 do Processo n.º 13591-2/20) houve, em média, a instalação de 400 (quatrocentas) placas em 300 (trezentos) locais diferentes; que atualmente está repondo as placas que foram furtadas ou vandalizadas; e que as informações presentes nos QR Codes são do tempo real de cada linha de ônibus que passa pelo local, sendo que cada ponto de parada contém informação e identidade própria para visualização.
A manifestação do ente municipal (peça 80 do Processo n.º 13591-2/20) foi analisada na Instrução n.º 302/22 (peça 82 do Processo n.º 13591-2/20), que reiterou a conclusão emitida na Instrução nº 842/21 - CMEX (peça 74 do Processo n.º 13591-2/20) sobre a questão, permanecendo a avaliação de insuficiência da quantidade de placas QR Code adquiridas para serem instaladas nos pontos de ônibus e nos terminais. Acrescenta-se que o interessado não mencionou a disponibilização das placas braile em sua manifestação" (peça 3, fls. 12-15).
Aqui, a exemplo do achado anterior, o município não apresentou qualquer defesa.
Fora constatado expressamente a inobservância do artigo 45 da Lei Municipal n.º 7.018/2002, o qual dispõe que os veículos de transporte de passageiros admitirão até o limite de sete passageiros em pé por metro quadrado, eis que, em várias oportunidades, como acima alinhavado, e em diversas linhas diferentes, fora observado que a lotação em vários veículos ultrapassava a marca de oito passageiros por metro quadrado, em franca transgressão ao preceituado em lei, não tendo sido apresentadas melhorias e propostas tendentes à observância a contento do número máximo de passageiros por metro quadrado.
Diga-se o mesmo relativamente a não identificação nas paradas de informações sobre as linhas e, nos terminais e paradas, informações sobre as linhas e horários em braile ou em aviso sonoro. Nesse ponto, a administração municipal para tentar superar o achado adquiriu mil placas de QR Code, os quais foram consideradas insuficientes dado o número superior de pontos de transporte coletivo. Além disso, nada se falou acerca das placas em braile, o que tão somente reforça a mora da municipalidade no cumprimento de recomendações desta Corte.
A Coordenadoria de Gestão Municipal caminha no mesmo sentido:
"O Município não apresentou contraditório em relação ao item.
O art. 45 da Lei Municipal nº 7.018/2002 dispõe que "os veículos operarão com controle de passageiros mediante relógio marcador lacrado, admitidos passageiros em pé, até o limite de 7(sete) por metro quadrado, o que também fica definido como parâmetro da capacidade dos veículos para fins de dimensionamento", o que, conforme constatado pela CAUD, não está sendo respeitado pela concessionária.
Ademais, conforme o item 7.1.2 da ABNT NBR 14022/2009 "nos pontos de parada e/ou plataformas, deve ser prevista a instalação de dispositivos de sinalização visual, tátil e auditiva, com a informação das respectivas linhas de ônibus".
Desse modo, cabível a expedição de determinação nos termos propostos pela CMEX" (peça 29, fls. 6).
Forçoso aquiescer com o vertido pela unidade técnica quando também nesse ponto apregoa a procedência da representação.
Como acima exposto, a representação é totalmente procedente quando aos achados declinados pela Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX, cabendo a expedição das determinações correlatas. Embora não se tenha especificado, quando da instrução do feito, prazos para os seus respectivos cumprimentos, há que se fixar lapso temporal razoável para tanto. Nesse sentido, a primeira determinação, relativa ao Achado 1, como já fora objeto de medida liminar não cumprida integralmente, deve ser cumprida de forma imediata. Quanto as outras duas, tendo em vista que já decorrera razoável tempo entre a identificação dos achados e a mora experimentada pela Administração municipal, mostra-se suficiente a fixação de um lapso temporal de um ano para o seu devido cumprimento, dado que o ente municipal já dispusera de tempo suficiente ao planejamento das medidas corretivas, sendo o referido prazo suficiente para a contratação e execução das obras e serviços necessários.
III. VOTO
Destarte, adoto os opinativos que instruem o feito como razões para decidir e VOTO:
I) pela procedência da presente representação;
II) pela expedição de determinação ao MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA para que:
a) providencie, de forma imediata, o acesso integral às ferramentas de tecnologia da informação do Centro de Controle das Operações da concessionária;
b) adeque, no prazo de um ano, a acessibilidade dos terminais de ônibus Central, Oficinas, Nova Rússia e Uvaranas, e dos pontos de parada situados no Município à esquina entre a Rua Comendador Miró e Rua Benjamin Constant, à Av. Visconde de Taunay, e à Av. Vicente Machado;
c) mitigue, no prazo de um ano, a superlotação dos ônibus que perfazem os horários/linhas listados na peça 63 do Processo n.º 13591-2/20 e que excedem a capacidade máxima nos horários de pico; e
III) pela aplicação da multa prevista no artigo 87, inciso III, alínea "f", da Lei Complementar Estadual n.º 113, de 15/12/2005, em razão do descumprimento de determinação de órgão deliberativo deste Tribunal de Contas à prefeita municipal, responsável pelo não cumprimento integral da decisão liminar, ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT; e
IV) pelo encerramento, após o trânsito em julgado, feitas as devidas anotações, nos termos do artigo 398 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.
É o voto.
IV. MANIFESTAÇÃO (Conselheiro Vice-Presidente Ivens Zschoerper Linhares)
Disponibilizada a proposta de voto do Relator no Plenário Virtual do Tribunal Pleno, o Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares deixou consignada a seguinte manifestação: "No mérito, acompanho o voto do Relator, embora ressalvando meu entendimento pessoal quanto à competência da Câmara para o seu julgamento."
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de REPRESENTAÇÃO
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
I) Julgar pela procedência da presente representação;
II) Determinar ao MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA que:
a) providencie, de forma imediata, o acesso integral às ferramentas de tecnologia da informação do Centro de Controle das Operações da concessionária;
b) adeque, no prazo de um ano, a acessibilidade dos terminais de ônibus Central, Oficinas, Nova Rússia e Uvaranas, e dos pontos de parada situados no Município à esquina entre a Rua Comendador Miró e Rua Benjamin Constant, à Av. Visconde de Taunay, e à Av. Vicente Machado;
c) mitigue, no prazo de um ano, a superlotação dos ônibus que perfazem os horários/linhas listados na peça 63 do Processo n.º 13591-2/20 e que excedem a capacidade máxima nos horários de pico; e
III) aplicar a multa prevista no artigo 87, inciso III, alínea "f", da Lei Complementar Estadual n.º 113, de 15/12/2005, em razão do descumprimento de determinação de órgão deliberativo deste Tribunal de Contas à Prefeita Municipal, responsável pelo não cumprimento integral da decisão liminar, Sra. ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT; e
IV) Determinar, após o trânsito em julgado da decisão, as seguintes medidas:
a) o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, nos termos do artigo 175-L, I, do Regimento Interno.
b) após, à Diretoria do Protocolo para o encerramento dos autos, nos termos do art. 398 do Regimento Interno do TCE-PR e arquivamento, de acordo com o artigo 168, VII, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.

Plenário Virtual, 30 de março de 2023 – Sessão Virtual nº 5.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-64590/23
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PITANGA
INTERESSADO:-BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRONICA LTDA, MAICOL GEISON CALLEGARI RODRIGUES BARBOSA, MUNICÍPIO DE PITANGA, WALTER DE FREITAS GONCALVES
ADVOGADO / PROCURADOR-CAROLINE MOURA MAFFRA, DANIELA BONATO BARBOSA ZAMBELLI, ELAINE CRISTINE LEHNER DO NASCIMENTO
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 628/23 - TRIBUNAL PLENO

EMENTA: Representação da Lei n.º 8.666/1993. Medida cautelar de suspensão de procedimento licitatório. Homologação.

I. RELATÓRIO

Os presentes autos tratam de Representação da Lei n.º 8.666/1993, formulada por BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA., em face do Edital de Concorrência n.º 9/2022, realizado pelo MUNICÍPIO DE PITANGA, para a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de luminárias mais eficientes (lâmpadas de LED) para atender o sistema de iluminação pública do município.

A representação (peça 3) destacou como impropriedades: (i) a exigência de atestados de capacidade técnica demonstrando experiência anterior em parcela sem relevância técnica e significativo valor ("execução de serviços topográficos de, no mínimo, três quilômetros de serviços de topografia em redes de distribuição); (ii) exigência de comprovação da qualificação dos empregados anteriormente à contratação; e (iii) exigência de certificado de registro cadastral (CRC) junto à empresa concessionária de energia elétrica.

Em resposta (peça 12), a municipalidade esclareceu que: (i) é possível a exigência de prova da realização de quantitativos mínimos para fins de aferição da capacidade técnica, profissional ou operacional; e (ii) as exigências vergastadas detêm pertinência com o objeto da licitação e são convenientes para o resguardo da idônea participação de licitantes capacitados para a execução dos serviços que se pretendem contratar.

É o relatório.

II. FUNDAMENTO E VOTO

A primeira impropriedade apontada pela representante se refere à exigência de atestados de capacidade técnica demonstrando experiência anterior em parcela sem relevância técnica e significativo valor, qual seja, "execução de serviços topográficos de, no mínimo, 03 quilômetros de serviços de topografia em redes de distribuição", consoante Item 2.1.2 do Anexo XI do instrumento convocatório. Conforme se apregoa na exordial, inexiste relevância técnica e o item não possui valor significativo na estimativa orçamentária, dado que sequer foi incluído na planilha de preços.

De fato, o Item 2.1.2 do Anexo XI do edital da licitação prevê expressamente que:

"2.1 Comprovação de que a licitante possui em seu quadro, na data prevista para a abertura da licitação, para acompanhamento técnico na execução dos serviços contratados, profissional engenheiro eletricista, detentor de Acervo Técnico – CAT, devidamente registrado no CREA, relativamente:

(...)

2.1.2. Execução de serviços topográficos de no mínimo 3 (três) quilômetros de serviços de topografia em redes de distribuição"

Por força do que prescreve o artigo 30, § 1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/1993, apenas se pode exigir a apresentação de atestado de capacidade técnica, para fins de demonstração da capacitação técnico-profissional, da "execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação". Veja-se que a regra em epígrafe condiciona a exigência a dois requisitos: maior relevância e valor significativo. Destarte, os autos do procedimento licitatório devem restar instruídos com os estudos que determinaram quais as parcelas de maior relevância técnica, bem como explicitado que seu valor ostenta significativo montante quando comparado com a integralidade da contratação.

E isso, pelo menos na estreita via que essa fase embrionária comporta, não parece ser o caso dos autos, eis que o cerne da contratação se refere à aquisição e substituição de luminárias, a partir do que, a princípio, os serviços de topografia parecem deter natureza meramente acessória.

Diga-se assim, pois em sua manifestação preliminar, a municipalidade deixou de apresentar as necessárias justificativas pelas quais tais serviços teriam relevância técnica e valor significativo, a exigir demonstração de experiência anterior.

Eis a literalidade da defesa apresentada:

"O que se está a dizer é que se pode discutir apenas a pertinência temática e a razoabilidade das disposições quando estas são apresentadas nos editais. Não havendo que se falar em qualquer invalidade daquelas clausulas por si só, vez que, conforme exposto, é lícito à Municipalidade dispor de cláusulas de barreiras em seus certames de forma a se vedar o ingresso de aventureiros, os quais, a contratação resultará tão somente no atraso, não entrega e recalculo com atualização de preço do objeto.

Ora, salutar, portanto, compreender que exigências ao momento discutidas, quais sejam:1) a comprovação de execução de serviços topográficos na extensão mínima de 3km; 2) a comprovação de qualificação de empregados e 3) certificação de registro cadastral dos serviços de Construção de redes elétricas por particular, Projeto de redes elétricas, Manutenção Preventiva e Corretiva de redes elétricas – Linha viva e de Topografia para redes elétricas; se mostram não apenas com pertinência temática, mas também extremamente convenientes e oportunos a salvaguardar a idônea participação em um certame em que a prestação de serviço trata da atualização de todo o parque municipal de iluminação pública" (peça 13, fls. 6-7).

Há aqui apenas uma justificativa genérica acerca da pertinência da exigência com o objeto licitado, sem a apresentação da motivação a partir da qual os serviços de topografia gozariam de relevância técnica e valor significativo em relação aos demais, que orbitam no entorno da execução do objeto.

Desse modo, impõe-se o recebimento da representação nessa parte.

A segunda eiva explicitada pela representante se refere à exigência de comprovação da qualificação dos empregados anteriormente à contratação, dado que, o Item 2.1.6 do Anexo XI do instrumento convocatório, estabelece que:

"2.1.6. Deverá apresentar a comprovação de qualificação dos empregados da Turma de Trabalho, como segue:

• Curso de Eletricista de Linhas Elétricas de Alta e Baixa Tensão – Carga horária mínima de 160 horas, este no mínimo para 10 funcionários;
• NR-35 - Trabalhos em Altura, carga horária mínima de 16 horas, este no mínimo para 10 funcionários;
• NR-12 – anexo XII – Equipamentos de guindar, carga horária mínima de 8 horas, este no mínimo para 10 funcionários;
• NR-12 – Operação de Guindauto, carga horária mínima de 32 horas, este no mínimo para 02 funcionários;
• NR-10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, carga horária mínima de 40 horas, este no mínimo para 10 funcionários;
• Curso de Rede de Distribuição Energizada em 13,8 KV e 34,5kV, pelo Método ao Contato (Linha Viva), este no mínimo para 03 funcionários".

Aqui, a literalidade da exigência impõe que a eventual licitante apresente, no momento da aferição da capacidade técnica, comprovação da realização de cursos pela equipe técnica responsável pela realização dos serviços, o que, a princípio, contraria o § 6º do artigo 31 da Lei n.º 8.666/1993 que estatui que:

"As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia".

Ao que parece, para fins de habilitação, o edital vai além do que preceitua a Lei de Licitações, a qual se contenta apenas com uma simples declaração de que a licitante dispõe de pessoal técnico especializado. A prova em específico acerca da realização dos cursos, na forma indicada no edital, deveria, em tese, ser feita quando da assinatura do contrato, para fins de evitar, desnecessariamente, a oneração de interessados, o que, por conseguinte, pode comprometer a competitividade e isonomia, princípios e objetivos caros à licitação (artigo 3º, caput, da Lei n.º 8.666/1993).

Destarte, aqui, de igual forma, a representação deve ser recebida.

Ao que parece, as duas irregularidades acima explicitadas revestem-se da plausibilidade necessária, a densificar como viável o êxito da presente demanda, revestindo-se do fumus boni iuris, a autorizar a concessão da medida cautelar invocada. Ao se discorrer sobre fumus boni iuris, fumaça do bom direito ou, como prefere o Código de Processo Civil (artigo 300, caput), probabilidade do direito, requer-se que a parte interessada no pleito demonstre que a pretensão seja plausível, comportando um significativo grau de viabilidade de êxito. Ou como lecionam Luiz Guilherme Marinoni e Sergio Cruz Arenhart, "para obter a tutela de urgência – cautelar ou antecipada – o autor deve convencer o juiz de que a tutela final provavelmente lhe será concedida"[1].

No caso dos autos, a ausência de justificativa quanto à eleição da parcela de maior relevância e valor significativo e a inserção de cláusula que, aparentemente, contraria dispositivo de lei, alentam a possibilidade de êxito da pretensão da representante, caracterizando o requisito autorizador do deferimento da tutela de urgência.

O periculum in mora, por sua vez, está caracterizado, pois a continuidade da contratação sem o enfrentamento prévio das questões ora discutidas pode resultar em prejuízos ao erário, em razão da possível restrição ao caráter competitivo.

Diante do exposto, em razão das duas impropriedades acima aventadas, por meio do Despacho n.° 311/23, deferi o pleito de medida cautelar para suspender o certame vergastado, no estado em que se encontra.

Por derradeiro, apontou-se também como impropriedade a exigência de certificado de registro cadastral (CRC) junto à empresa concessionária de energia elétrica, consoante o preconizado no Item 2.1.7 do Anexo XI do edital, assim vertido:

"2.1.7. Deverá apresentar o Certificado de registro cadastral (CRC) junto a Concessionária de Energia Elétrica, nos itens: - 900501002 – Construção de redes elétricas por particular; - 900408000 – Projeto de redes elétricas; - 900701004 – Manutenção Preventiva e Corretiva de redes elétricas – Linha viva; - 900201000 – Topografia para redes elétricas" (peça 4, fls. 46).

Relativamente a isso, há que se ponderar que esta Corte já emitira juízo de valor sobre tal exigência, tendo na oportunidade destacado que:

"O cerne desta Representação da Lei n.º 8.666/93 recai na exigência prevista no "item 3.9.4. bll de o licitante apresentar Certificado de Registro Cadastral junto a COPEL, nos seguintes termos: 3.9.4- Comprobatórios da Qualificação Técnica:

(...)

b) Comprovação da proponente de que possui habilitação técnica para atuar na execução dos serviços ora licitado, mediante apresentação do CRC - Certificado de Registro Cadastral junto a COPEL — COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA, que comprove sua habilitação em "CONSTRUÇÃO DE REDES ELÉTRICAS POR PARTICULAR" no item de serviço 90.05.01.002 e habilitação em "PROJETO DE REDES ELÉTRICAS" no item de serviço 90.04.08.000A.

Analisando todo o apanhado, entendo que não restam fundamentos para apontar qualquer responsabilidade aos agentes envolvidos, pois atuaram dentro da esfera de suas competências, amparados por pareceres técnicos e jurídicos.

Além disso, adotaram conduta de cuidado de consultar a COPEL da necessidade do cadastramento, ao serem questionados, o que denota ausência de conduta omissiva ou culposa.

Uma vez que a própria COPEL, entidade especializada na matéria, manifestou entendimento pela necessidade da previsão da exigência, o Secretário Municipal adotou conduta condizente com o cenário encontrado.

Importa destacar, ainda, a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, alegada em defesa e apontada pela unidade técnica:

Com efeito, a exigência de que a empresa interessada na execução de obras de engenharia elétrica tenha cadastro junto à COPEL não se revela abusiva ou ilegal, como pretende o agravante. Ao contrário, tal requisito é dotado de razoabilidade e encontra amparo legal. Portanto, como decidido pelo magistrado singular, não há que se falar em qualquer ilegalidade na previsão da apresentação de certificado de cadastramento junto à Companhia Paranaense de Energia porque o emprego de registros cadastrais de outros órgãos é autorizado por lei e tal exigência constou expressamente do Edital.

(TJ – Agravo de Instrumento n.º 761.589-2 – Relatora Maria Aparecida Blanco de Lima – 21/06/2011)

Inobstante tais posicionamentos em relação às atribuições da COPEL sobre o tema, constam dos autos que o dado objetivo aponta que sete licitantes participaram da licitação e a melhor proposta apresentou um desconto de 39,55%, o que vem a corroborar com a alegação de ausência de prejuízo à competitividade do certame.
Assim, e tendo-se em conta a ausência de dano o erário e à competividade da licitação no caso concreto, tampouco dolo ou má-fé dos agentes públicos interessados, acompanho as manifestações uniformes da unidade técnica e do Ministério Público de Contas pela improcedência da representação" (Acórdão n.º 1395/2019, do Tribunal Pleno).
Por óbvio que nesse julgado as circunstâncias em específico do caso foram levadas em conta, no entanto, tem-se a clara orientação no sentido que tal exigência não possui caráter abusivo ou ilegal. Destarte, o referido aresto tende a alentar a não probabilidade do direito, desautorizando a concessão de medida cautelar quanto a esse ponto, não obstante, a questão pode ser recebida para avaliar a razoabilidade da exigência frente às peculiaridades do caso concreto, em cognição exauriente.
Diante do exposto, VOTO:
I – Pela homologação do Despacho n.° 311/23;
II – Publicada a decisão, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para acompanhamento dos prazos de contraditório;
III – Após o decurso dos prazos para apresentação das defesas, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas, para suas respectivas manifestações.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
I – Homologar o Despacho n.° 311/23 - GCDA;
II – Publicada a decisão, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para acompanhamento dos prazos de contraditório;
III – Após o decurso dos prazos para apresentação das defesas, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas, para suas respectivas manifestações.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 30 de março de 2023 – Sessão Virtual nº 5.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

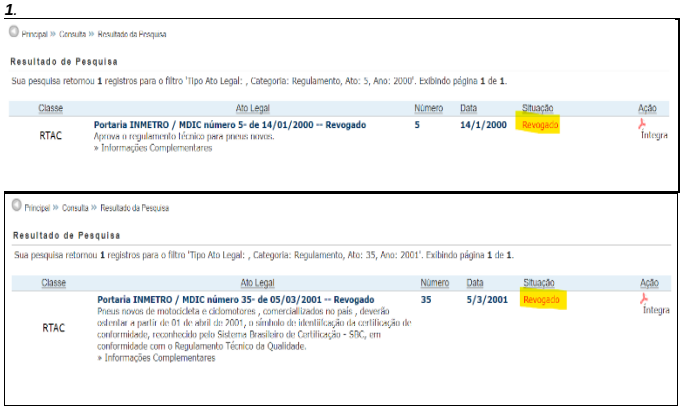
_____
1. *Luiz Guilherme Marinoni e Sergio Cruz Arenhart. Comentários ao Código de Processo Civil: artigos 294 ao 333. v. 2. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2016. p. 154.*

PROCESSO Nº:-188065/23
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL
INTERESSADO:-FERNANDO SYMCHA DE ARAÚJO MARÇAL VIEIRA, HELIO JOSE SURDI, MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 629/23 - TRIBUNAL PLENO
EMENTA: Representação da Lei n.º 8.666/93. Medida cautelar de suspensão de procedimento licitatório. Homologação.
I. RELATÓRIO
Trata-se de Representação da Lei n.º 8.666/93, com pedido de liminar, de autoria de Fernando Symcha de Araújo Marçal Vieira, em face do Edital de Pregão Presencial n.º 21/2023, do Município de Bom Jesus do Sul, cujo objeto é a aquisição de câmaras e pneus novos.
Insurge-se o interessado contra os seguintes aspectos:
(i) exigência do Certificado do Instituto de Qualidade Automotiva –IQA cumulativamente ao Certificado de Qualidade do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, os quais, de acordo com a petição inicial, são idênticos e possuem a mesma finalidade;
(ii) exigência do símbolo do Sistema Brasileira de Certificação – SBC para os pneus fora de estrada ou pneus agrícolas, em contrariedade à exclusão expressamente consignada na Portaria n.º 379/2021 do INMETRO; e
(iii) exigência do certificado do IBAMA apenas em nome do fabricante.
De início, cumpre destacar que parte do aqui suscitado já foi largamente discutido no âmbito deste Tribunal, como resultado da propositura de diversas representações questionando exigências supostamente restritivas em licitações destinadas à aquisição de pneus, o que resultou na prolação do Acórdão n.º 1045/16-STP, por meio do qual foi pacificado o entendimento desta C. Corte acerca de diversos tópicos abrangidos no tema em voga.
Dito isso, passo à análise do caso concreto.
(i) Exigência do Certificado do Instituto de Qualidade Automotiva – IQA
Tem-se que o IQA é acreditado pela CGCRE – Coordenação Geral de Acreditação do INMETRO para certificação de produtos e serviços automotivos sob a identificação OCP 0009, para verificação de desempenho de produtos sob a identificação OVD 0017, para certificação de sistemas de gestão da Qualidade NBR ISO 9001 sob a identificação OCS 0013, para certificação de sistemas de gestão ambiental NBR ISO 14001 sob a identificação OCA 0023 e para ensaios de laboratório sob a identificação CRL 1093.
Entre suas atividades está a certificação de pneus novos, nos exatos moldes do que vem previamente determinado pelo INMETRO em suas normativas, mais especificamente na Portaria n.º 379/2021.
Superada esta breve introdução, propõe o edital que a capacidade técnica será comprovada com a apresentação do Certificado do IQA – Instituto de Qualidade Automotiva (licença de uso da marca da conformidade para pneus novos, conforme requisitos do Sistema Brasileiro de Avaliação e Conformidade) e Certificado de Qualidade do INMETRO – Conforme Portaria n.º 5 de 14/01/2000 e Portaria nº 35 de 05/03/2001.
De fato, este Tribunal, quando da materialização do julgado consubstanciado no Acórdão n.º 2.227/2014-STP, entendeu que:
Exigência de apresentação de certificado do IQA (Instituto de Qualidade Automotiva) para fins de qualificação técnica. Requisito não previsto em Lei Federal. Restrição da competitividade do certame. Certificado de qualidade pode ser exigido apenas do licitante vencedor, sendo vedada a exigência de certificado específico. Procedência parcial com expedição de recomendações.
Merece destaque, por fim, que o edital faz menção a portarias do INMETRO que se encontram revogadas[1].
(ii) Exigência do símbolo do Sistema Brasileiro de Certificação – SBC
Neste ponto, dispõe o edital que a documentação relativa à letra "a)" não se aplica a pneus fora de estrada. Os pneus fora de estrada deverão estar identificados com o símbolo do Sistema Brasileiro de Certificação-SBC.
Acerca do símbolo em pauta, vale transcrever o que tratava o artigo 2º da revogada Portaria n.º 5, de 14 de janeiro de 2000-INMETRO:
Art. 2º - Determinar que os pneus novos, comercializados no País, destinados a automóveis, camionetas de uso misto e seus rebocados leves, camionetas, ônibus, microônibus e caminhões e seus rebocados, devem ostentar o símbolo de identificação da certificação no âmbito do Sistema Brasileiro da Certificação – SBC, em conformidade com o Regulamento Técnico anexo e com a Regra Específica para estes produtos, emitida pelo INMETRO.
Com a sua revogação, não mais é possível encontrar a previsão do símbolo SBC nas normativas do INMETRO, notadamente no bojo da Portaria n.º 379/2021-INMETRO, que consolida o Regulamento Técnico de Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Pneus Novos e revoga as anteriores.
Referida Portaria, como bem assevera o peticionante, exclui de sua incidência os pneus novos enumerados em seu Anexo VI (artigo 2º), quais sejam, os pneus novos para uso fora das vias públicas – também compreendidos como pneus para uso fora de estrada – ou fabricados exclusivamente para máquinas, implementos e equipamentos agrícolas.
(iii) Exigência do certificado do IBAMA apenas em nome do fabricante
Quanto ao certificado em destaque, da leitura do edital tem-se que:
8.3 PARA COMPROVAÇÃO DE QUALIDADE TÉCNICA
(...)
b) Certificado de Regularidade expedido pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
(...)
Obs: se o licitante for distribuidor deverá obter os documentos referentes aos itens "a), b), "junto ao fabricante dos produtos cotados.
Do trecho transcrito é possível extrair que a municipalidade não incluiu previsão relacionada a produtos importados, o que pode caracterizar afronta ao que foi deliberado por esta Corte, oportunidade em que rememoro o posicionamento estabelecido no Acórdão n.º 1045/16-STP:
15) "exigência de cadastro técnico federal junto ao IBAMA" Sobre a exigência de certificado de regularidade junto ao IBAMA, é indiscutível que as normas da autarquia têm aplicação imediata à Administração Pública, pois correlacionadas à proteção de direito transindividual. Filio-me, portanto, à corrente de que a exigência do cadastro para importação de pneus é procedimento mandatório, pois devemos assegurar que o passivo ambiental (pneu usado pela administração) tenha uma destinação correta, adequada e segura, sobretudo em razão do risco ambiental do produto (princípio da prevenção). Ao tema, destaco que não se trata de compromisso de terceiro alheio à disputa, ao contrário, refere-se tão somente à obrigação do fornecedor atentar aos requisitos legais de preservação ao meio ambiente, à biota e ao desenvolvimento sustentável. (....) Consequentemente, considerando a competência institucional do IBAMA/CONAMA e a imprescindibilidade de uma administração ambientalmente saudável, julgo válida a exigência do certificado técnico de regularidade da atividade de importação (produto importado) e/ou certificado de fabricação (produto nacional), razão pela qual declaro parcialmente procedente a representação (...) (grifos)
Assim, o edital vergastado, ao deixar de prever a possibilidade de apresentação do certificado pelo importador no caso de produto importado, evidencia a plausibilidade do direito nesse ponto.
Com base em todo o que foi até aqui demonstrado, deve a representação ser recebida, visto que preenche os requisitos do §1º do artigo 113 da Lei n.º 8.666/93, bem como dos artigos 30 e 34 da Lei Orgânica deste Tribunal (Lei Complementar Estadual n.º 113/2005) e dos artigos 275 e 276, caput e §1º, do Regimento Interno.
Do mesmo modo, quanto à medida cautelar pleiteada, verifico o preenchimento dos requisitos autorizadores da sua concessão. O fumus boni iuris resta demonstrado na plausibilidade das alegações apresentadas pelo representante, conforme considerações tecidas anteriormente. O periculum in mora, por sua vez, está caracterizado pois a abertura da sessão de pregão está prevista para a data de 27 de março de 2023 e a continuidade do certame sem o enfrentamento prévio das questões ora discutidas pode resultar em prejuízos ao erário, em razão da possível restrição ao caráter competitivo.
Diante do exposto, por meio do Despacho n.º 321/23, deferi o pleito de medida cautelar, para suspender o processo licitatório consubstanciado no Edital de Pregão Presencial n.º 21/2023, no estado em que se encontra, com fundamento no inciso IV do §2º do artigo 53 da Lei Orgânica, bem como no inciso VII do artigo 32, no §1º do artigo 282 e no inciso V do artigo 401 do Regimento Interno;
Diante do exposto, VOTO:
I – Pela homologação do Despacho n.º 321/23;
II – Publicada a decisão, remeta-se o expediente à Diretoria de Protocolo para acompanhamento dos prazos de contraditório;
III – Após o decurso do prazo para defesa, com ou sem resposta da parte, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público junto a este Tribunal de Contas, para suas respectivas manifestações.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
I. Homologar o Despacho n.º 321/23-GCDA;
II. Publicada a decisão, remeter o expediente à Diretoria de Protocolo para acompanhamento dos prazos de contraditório;
III. Após o decurso do prazo para defesa, com ou sem resposta da parte, encaminhar

os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público junto a este Tribunal de Contas, para suas respectivas manifestações.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 30 de março de 2023 – Sessão Virtual nº 5.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1.


Principal » Consulta » Resultado da Pesquisa

Resultado de Pesquisa

Sua pesquisa retornou **1** registros para o filtro 'Tipo Ato Legal: , Categoria: Regulamento, Ato: 5, Ano: 2000'. Exibindo página **1** de **1**.

Classe	Ato Legal	Número	Data	Situação	Ação
RTAC	**Portaria INMETRO / MDIC número 5- de 14/01/2000 -- Revogado** Aprova o regulamento técnico para pneus novos. » Informações Complementares	5	14/1/2000	Revogada	Íntegra

Principal » Consulta » Resultado da Pesquisa

Resultado de Pesquisa

Sua pesquisa retornou **1** registros para o filtro 'Tipo Ato Legal: , Categoria: Regulamento, Ato: 35, Ano: 2001'. Exibindo página **1** de **1**.

Classe	Ato Legal	Número	Data	Situação	Ação
RTAC	**Portaria INMETRO / MDIC número 35- de 05/03/2001 -- Revogado** Pneus novos de motocicleta e ciclomotores , comercializados no país , deverão ostentar a partir de 01 de abril de 2001, o símbolo de identificação da certificação de conformidade, reconhecido pelo Sistema Brasileiro de Certificação - SBC, em conformidade com o Regulamento Técnico da Qualidade. » Informações Complementares	35	5/3/2001	Revogada	Íntegra

PROCESSO Nº:-34444/23
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INTERESSADO:-POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 630/23 - TRIBUNAL PLENO

Ementa: Recomendações resultantes de Auditoria Operacional sobre a Gestão dos Processos e Recursos da Polícia Civil do Paraná. 5ICE – Relatório Final de Fiscalização n.º 03/2022 - PCPR. Homologação.

I. RELATÓRIO

Trata o presente expediente de Homologação de Recomendações oriundas do Relatório Final de Fiscalização n.° 03/2022, da 5ª Inspetoria de Controle Externo (peça n.° 3), resultante de auditoria operacional desempenhada junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária – SESP e Polícia Civil do Paraná - PCPR, com o objetivo de avaliar a gestão dos processos e recursos relativos às atividades da Polícia Civil do Paraná – PCPR que impactam no desempenho das apurações das infrações penais.
Conforme consta no Ofício n.° 4/2023 - 5ICE (peça n.° 2), as sugestões de recomendações apresentadas visam à melhoria de desempenho da gestão pública.
Segundo o Relatório, a fiscalização está prevista no Plano Anual de Fiscalização – PAF do TCE-PR para o ano de 2022 – Diretriz 85: "Gestão dos processos e recursos empregados nas atividades investigativas da Polícia Civil do Estado do Paraná".
A presente auditoria decorre do controle exercido pelo Tribunal de Contas sobre a Polícia Civil do Paraná – PCPR e a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária - SESP, no âmbito das competências e atribuições da 5ª ICE, com fundamento no art. 75, IV, da Constituição do Estado do Paraná, no art. 9º da Lei Complementar n.º 113/2005 - Lei Orgânica do TCE/PR, e no art. 157, inciso I e III, da Resolução TCE/PR nº 1/2006 - Regimento Interno do TCE/PR.
Conforme indicado no Relatório, a fiscalização, realizada no período de 01 de julho de 2022 a 20 de janeiro de 2023, observou as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), adotadas por esta Corte de Contas por meio da Resolução n.º 76/2020, servindo de base orientativa para o desenvolvimento do trabalho.
Para a consecução do objetivo geral estabelecido, constituíram-se quatro linhas de investigação:

- Estrutura Física;
- Pessoal;
- Equipamentos e Materiais; e
- Processo de Trabalho.

Com vistas ao cumprimento dos objetivos estipulados, foram estabelecidas as seguintes questões de auditoria:
i) O layout das delegacias é adequado para o desempenho das atividades da Polícia Civil? 11/103
ii) As condições da infraestrutura das delegacias são adequadas para o cumprimento das atividades da Polícia Civil?
iii) Há pessoal suficiente para a consecução das atividades da Polícia Civil?
iv) A capacitação dos servidores é suficiente para o desempenho das atividades da Polícia Civil?
v) Há disponibilização de veículos adequados para a consecução das atividades da Polícia Civil?
vi) Há disponibilização de itens bélicos adequados para a realização das atividades da Polícia Civil?
vii) O acesso da população aos serviços prestados pela Polícia Civil é adequado?
viii) O processo de recepcionamento e controle das ocorrências registradas pela Polícia Civil é adequado?
ix) O controle operacional das atividades investigativas da Polícia Civil é adequado?
x) O controle de qualidade do atendimento ao público, dos registros das ocorrências e das atividades investigativas da Polícia Civil é adequado?
A equipe de fiscalização pontua que para a elucidação das questões de auditoria e a obtenção de evidências, foram realizados: inspeção física, entrevista, indagação escrita e exame documental, tendo os trabalhos de execução se iniciado com a solicitação de documentos e informações para a Polícia Civil e para a SESP, realizada pelo Canal de Comunicação Oficial do Tribunal (CACO), por meio da demanda de n.º 245151. Para a realização de inspeções físicas na infraestrutura das unidades da Polícia Civil e entrevistas com delegados, escrivães e investigadores, foram selecionadas 18 (dezoito) delegacias.
Seguindo a metodologia de trabalho, foi elaborado Relatório Preliminar, o qual foi encaminhado à Polícia Civil do Paraná e à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, para possibilitar a manifestação dos gestores, via Sistema Gerenciador de Acompanhamento (SGA), por meio do Apontamento Preliminar de Acompanhamento (APA) nº 26096/2022, tendo sido realizada, ainda, reunião com o Secretário de Estado da referida pasta e representantes da SESP e da PCPR.
Conforme especificado no Relatório, em decorrência dos comentários enviados em resposta ao APA, os achados e as recomendações apresentados no Relatório Preliminar foram mantidos ou reavaliados, possibilitando a conclusão dos trabalhos de auditoria com a propositura dos encaminhamentos cabíveis e a consolidação do Relatório Final apresentado.
A seguir, são apresentados o detalhamento dos achados de auditoria contidos no item 3.1 Achados, com as respectivas recomendações e encaminhamentos propostos.

Nº	Achado	Recomendação
1	Layout inadequado das delegacias para a consecução das atividades da Polícia Civil.	À Polícia Civil do Paraná: Recomendação 1.1: Elaborar e formalizar diagnóstico quanto à necessidade de readequação do layout de cada uma das delegacias existentes, ou da construção de novas, inclusive a disponibilização de espaço adequado para as delegacias para o armazenamento de veículos apreendidos. Recomendação 1.2: Realizar e formalizar planejamento contendo a priorização das obras de adequação dos layouts das delegacias existentes ou da construção de novas no layout padrão. À Polícia Civil do Paraná e à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária: Recomendação 1.3: Realizar obras de construção de novas unidades ou de readequação para a implementação de delegacias nos layouts padrões (Delegacias Cidadãs), conforme a necessidade e priorização estabelecidas. À Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária: Recomendação 1.4: Viabilizar orçamento para obras de construção de novas unidades ou de readequação para a implementação de Delegacias da Polícia Civil do Paraná nos modelos padrões estabelecidos conforme o planejamento da PCPR, da SESP e do Governo do Estado.
2	Deficiências na infraestrutura das delegacias de polícia.	À Polícia Civil do Paraná: Recomendação 2.1: Realizar e formalizar diagnóstico amplo quanto à necessidade de manutenção e reforma das delegacias, e quanto à aquisição e manutenção de equipamentos de ar-condicionado, elevadores e sistemas de monitoramento eletrônico. Recomendação 2.2: Realizar e formalizar planejamento a fim de priorizar a necessidade de manutenção e reformas a serem feitas nas delegacias, e quanto à aquisição e manutenção de equipamentos de ar-condicionado, elevadores e sistemas de monitoramento eletrônico. Recomendação 2.3: Realizar estudo quanto à melhor forma para viabilizar a manutenção e reformas a serem feitas nas delegacias, e quanto à manutenção de equipamentos de ar-condicionado, elevadores e sistemas de monitoramento eletrônico. Recomendação 2.4: Realizar diagnóstico para a identificação de falta e deficiências nos equipamentos de informática e de problemas na infraestrutura de tecnologia de informação em todas as delegacias, bem como de instabilidades nos sistemas informatizados. Recomendação 2.5: Realizar planejamento a fim de priorizar o fornecimento adequado de equipamentos de informática e as melhorias na infraestrutura de tecnologia de informação em todas as delegacias, bem como as ações para promoção da estabilidade dos sistemas informatizados, com base no diagnóstico efetuado. À Polícia Civil do Paraná e à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária: Recomendação 2.6: Adequar as Delegacias da Polícia Civil do Paraná às normas de segurança contra incêndio a pânico a fim de obter os Certificados de Vistoria ou Licenciamento do Corpo de Bombeiros. Recomendação 2.7: Promover a manutenção periódica e tempestiva da infraestrutura das delegacias, bem como a aquisição de equipamentos de ar-condicionado, elevadores e sistemas de monitoramento eletrônico. Recomendação 2.8: Promover o fornecimento adequado de equipamentos de informática, renovar a infraestrutura de tecnologia de informação das delegacias e promover a estabilidade dos sistemas informatizados. À Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária: Recomendação 2.9: Viabilizar orçamento para a manutenção periódica e tempestiva da infraestrutura das delegacias, aquisição de equipamentos e melhoria dos sistemas informatizados da PCPR.

Nº	Achado	Recomendação
3	Insuficiência de pessoal para a consecução das atividades da Polícia Civil.	À Polícia Civil do Paraná: Recomendação 3.1: Realizar e formalizar planejamento que defina o número ideal de servidores por cargo e por delegacia. Recomendação 3.2: Instituir sistema de controle de frequência informatizado na Polícia Civil do Paraná. À Polícia Civil do Paraná e à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária: Recomendação 3.3: Instituir política de provimento de pessoal de forma contínua que viabilize efetivo para a plena consecução das atividades investigativas da Polícia Civil do Paraná. Recomendação 3.4: Implementar ações a fim de assegurar o provimento de pessoal de forma contínua, de acordo com a necessidade estabelecida pelo planejamento realizado, permitindo a consecução das atividades investigativas do órgão.
4	Capacitação insuficiente para o desempenho das atividades da Polícia Civil.	À Polícia Civil do Paraná: Recomendação 4.1: Prever, no Plano de Desenvolvimento Institucional da Escola Superior de Polícia Civil ou outro normativo similar, diretrizes ou objetivos vinculados à promoção de cursos de reciclagem ou de capacitação de cunho obrigatório envolvendo atividades necessárias ao exercício policial. Recomendação 4.2: Realizar diagnóstico para estabelecimento de competências e capacitações imprescindíveis para o exercício de atividades específicas exercidas pelos servidores, em especial para atuação em delegacia especializada ou para o atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade. Recomendação 4.3: Realizar diagnóstico quanto à necessidade de capacitações para aperfeiçoamento dos servidores. Recomendação 4.4: Realizar Plano de Capacitação, de forma periódica, subsidiado por diagnósticos da necessidade de capacitação dos servidores, considerando a promoção de cursos de reciclagem e aperfeiçoamento obrigatório para o exercício das atividades inerentes aos cargos e à área de atuação dentro do corpo policial. Recomendação 4.5: Estabelecer critérios objetivos e formalizados vinculados à realização de cursos de aperfeiçoamento para concessão da progressão dos servidores. Recomendação 4.6: Ofertar cursos obrigatórios de reciclagem sobre atividades aplicadas ao processo investigativo e para a atuação em unidades ou setores especializados.
5	Insuficiência de veículos adequados para a consecução das atividades da Polícia Civil.	À Polícia Civil do Paraná: Recomendação 5.1: Implementar sistema integrado entre as delegacias do Estado para o controle das condições da frota. Recomendação 5.2: Estabelecer processo de controle das condições de rodagem dos veículos para sua manutenção, baixa e eventual substituição. Recomendação 5.3: Realizar e formalizar planejamento que defina o número ideal de veículos caracterizados e descaracterizados por delegacia. À Polícia Civil do Paraná e à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária: Recomendação 5.4: Instituir formalmente, em ação conjunta entre a PCPR e a SESP, programa para a renovação periódica da frota. Recomendação 5.5: Implementar ações a fim de assegurar a manutenção periódica e o conserto, de forma tempestiva, dos veículos da frota da Polícia Civil do Paraná. À Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária: Recomendação 5.6: Viabilizar orçamento para a aquisição, manutenção, conserto dos veículos, bem como para a renovação da frota de veículos da Polícia Civil do Paraná.
6	Insuficiência de itens bélicos adequados para a consecução das atividades da Polícia Civil.	À Polícia Civil do Paraná: Recomendação 6.1: Elaborar ou adequar sistema(s) para o controle dos itens bélicos que indique os responsáveis pela guarda dos itens e contenha informações relativas ao quantitativo de armas, coletes e munições, bem como os prazos de validade, quando aplicável. Recomendação 6.2: Estabelecer processo formalizado de controle dos prazos de validade dos coletes e das munições para sua baixa e eventual substituição. Recomendação 6.3: Realizar e formalizar planejamento que defina o número ideal de armas, coletes e munições por delegacia. Recomendação 6.4: Implementar formalmente critérios para a cessão de armamentos de calibre longo e munição para as unidades. Recomendação 6.5: Ofertar, de forma regular, cursos de capacitação para habilitação em armas longas. Recomendação 6.6: Ofertar, de forma regular, cursos de capacitação em armas curtas.
		À Polícia Civil do Paraná e à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária: Recomendação 6.7: Implementar ações a fim de assegurar a substituição dos coletes e das armas, para que ocorra de forma tempestiva e adequada às unidades. À Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária: Recomendação 6.8: Viabilizar orçamento para a renovação e reposição dos itens bélicos da Polícia Civil do Paraná, conforme planejamento que defina o número ideal de armas, coletes e munições por delegacia.
7	Deficiências no acesso da população aos serviços prestados pela Polícia Civil.	À Polícia Civil do Paraná: Recomendação 7.1: Elaborar normativa que regulamente o quantitativo mínimo de pessoal (investigador, escrivão e delegado) para operação de delegacias no regime de expediente e no de plantão. Recomendação 7.2: Elaborar normativas que regulamentem as condições para a operação do sistema de centrais utilizadas para recepcionamento de flagrantes e deslocamento para atendimento de locais de crime (condições de infraestrutura mínima; distância máxima para deslocamento; quantitativo mínimo da equipe policial – presencial e remoto –; regime de trabalho; entre outras variáveis necessárias). Recomendação 7.3: Realizar e formalizar planejamento, considerando os indicadores de criminalidade, sobre a quantidade ideal de delegacias e a sua distribuição no território estadual com vistas a proporcionar um atendimento tempestivo e adequado à população. Recomendação 7.4: Realizar ações a fim de garantir a permanência de servidores (delegados, escrivães e investigadores) em número suficiente para atender à escala de plantões nas delegacias a fim de proporcionar o adequado recepcionamento das ocorrências, sendo observada a célula policial mínima. Recomendação 7.5: Ofertar de forma regular cursos para atendimento ao público em geral e para pessoas em situação de vulnerabilidade.
8	Não atendimento à demanda por investigações policiais.	À Polícia Civil do Paraná: Recomendação 3.1 (tratada no Achado n.º 3): Realizar e formalizar planejamento que defina o número ideal de servidores por cargo por delegacia. À Polícia Civil do Paraná e à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária: Recomendação 3.3 (tratada no Achado n.º 3): Instituir política de provimento de pessoal de forma contínua que viabilize efetivo para a plena consecução das atividades investigativas da Polícia Civil do Paraná. Recomendação 3.4 (tratada no Achado n.º 3): Implementar ações a fim de assegurar o provimento de pessoal de forma contínua, de acordo com a necessidade estabelecida pelo planejamento realizado, permitindo a consecução das atividades investigativas do órgão. À Polícia Civil do Paraná: Recomendação 8.1: Realizar ações para alocar servidores (delegados, escrivães e investigadores) nas delegacias do Estado em número suficiente para suprir a demanda por atendimento à locais de crime e para realizar as atividades investigativas necessárias à apuração de infrações penais.
9	Ausência de sistema para controle de objetos apreendidos no processo de recepcionamento de ocorrências.	À Polícia Civil do Paraná: Recomendação 9.1: Implementar solução tecnológica para registro de objetos apreendidos de forma integrada aos demais sistemas da Polícia Civil do Paraná (Boletim de Ocorrência Unificado e Processo Judicial Eletrônico). Recomendação 9.2: Promover a capacitação dos servidores quanto à apreensão e custódia de objetos, assim como para a utilização do sistema de controle dos objetos apreendidos.
10	Falhas no controle e na organização dos processos relativos às atividades da Polícia Civil.	À Polícia Civil do Paraná: Recomendação 10.1: Estabelecer e formalizar normativamente os conceitos necessários à definição das métricas de desempenho das atividades investigativas, considerando o tratamento das ocorrências e dos inquéritos. Recomendação 10.2: Desenvolver e implementar módulos e relatórios gerenciais no sistema Processo Judicial Eletrônico (PPJe) ou em Business Intelligence (BI), alinhados às métricas de desempenho estabelecidas, que possuam base de dados consolidada e uniforme, permitindo consultas a respeito do desempenho das atividades investigativas (como ocorrências registradas que resultem em procedimentos investigativos, ocorrências arquivadas, inquéritos concluídos e não concluídos etc.) e que possuam filtros, que possibilitem, ao menos, a consulta por unidade e marco temporal. Recomendação 10.3: Divulgar e capacitar os servidores quanto aos procedimentos operacionais padrão das atividades investigativas.

Nº	Achado	Recomendação
11	Ausência de controle de qualidade das atividades da Polícia Civil.	À Polícia Civil do Paraná: Recomendação 11.1: Elaborar procedimentos operacionais padrão para atendimento ao público geral. Recomendação 11.2: Elaborar procedimentos operacionais padrão para as atividades de recepcionamento de ocorrências do público geral. Recomendação 11.3: Instituir formalmente processo de controle da qualidade do atendimento ao público, do registro das ocorrências e das atividades investigativas, estabelecendo os responsáveis e a periodicidade de aferição. Recomendação 11.4: Implementar processo de controle da qualidade do atendimento ao público, do registro das ocorrências e das atividades investigativas, conforme instituído.

Na MATRIZ DE ACHADOS que integra o presente voto, se encontram os critérios utilizados, o número sequencial do achado constatado e sua descrição, a manifestação do gestor, a análise da equipe, bem como a proposta de encaminhamento, devidamente fundamentada, para cada achado, dentre outras informações.

II. FUNDAMENTO E VOTO

O presente processo visa dar atendimento ao disposto no art. 5°, inciso XLII[1], do Regimento Interno, incluído pela Resolução n° 73/2019.

A fiscalização realizada teve como objeto a gestão de processos e recursos empregados pela Polícia Civil do Paraná para a apuração de infrações penais e envolveu aspectos das quatro linhas de investigação mencionadas acima: Estrutura Física; Pessoal; Equipamentos e Materiais; e Processo de Trabalho.

Para cada uma das linhas de investigação foi apresentado um panorama geral das situações encontradas, sendo que o objetivo da auditoria foi atingido, ao se confirmar os riscos quanto à ocorrência de problemas na gestão dos processos e recursos necessários à consecução das atividades da Polícia Civil do Paraná, a fim de atingir os seus objetivos institucionais, em especial a apuração das infrações penais.

Por conseguinte, com base nas evidências colhidas no curso dos trabalhos, a equipe de fiscalização conclui que os riscos se materializaram nos seguintes achados de auditoria: (i) layout inadequado das delegacias para a consecução das atividades da Polícia Civil; (ii) deficiências na infraestrutura das delegacias de polícia; (iii); insuficiência de pessoal para a consecução das atividades da Polícia Civil; (iv) capacitação insuficiente para o desempenho das atividades da Polícia Civil; (v) insuficiência de veículos adequados para a consecução das atividades da Polícia Civil; (vi) insuficiência de itens bélicos adequados para a consecução das atividades da Polícia Civil; (vii) deficiências no acesso da população aos serviços prestados pela Polícia Civil; (viii) não atendimento à demanda por investigações policiais; (ix) ausência de sistema para controle de objetos apreendidos no processo de recepcionamento de ocorrências; (x) falhas no controle e na organização dos processos relativos às atividades da Polícia Civil; e (xi) ausência de controle de qualidade das atividades da Polícia Civil

Com vistas a contribuir tanto na melhoria da gestão dos processos e recursos empregados pela PCPR na apuração das infrações penais como para o solucionamento dos problemas apontados na auditoria, a equipe propõe a implementação das recomendações, detalhadas nas planilhas anexadas ao presente, as quais, após a apreciação do Tribunal Pleno, serão devidamente monitoradas, para a verificação do seu cumprimento.

As deliberações propostas se dirigem à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária – SESP e à Polícia Civil do - PCPR, na pessoa de seus representantes legais, indicados a seguir:

Nome	CNPJ	Representante Legal	CPF
Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP)	76.416.932/0001-81	Hudson Leoncio Teixeira	***.630.419-**
Polícia Civil do Paraná (PCPR)	76.416.932/0001-81	Silvio Jacob Rockembach	***.687.258-**

No mais, a equipe de fiscalização sugere, também, o encaminhamento deste Relatório à Controladoria-Geral do Estado – CGE, ao Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR, à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – ALEP, e ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná, para ciência e implementação de ações pertinentes dentro de seus âmbitos de atuação.

Diante do exposto, VOTO:

I – Pela homologação das recomendações contidas no Relatório da 5ª Inspetoria de Controle Externo ora apreciado;

II – Publicada a decisão, encaminhe-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP, para efetuar a comunicação eletrônica aos jurisdicionados, nos termos do art. 267-B[2], do Regimento Interno;

III – Na sequência, à 5ª Inspetoria de Controle Externo para atendimento ao § 6°[3] do artigo 267-A do Regimento Interno;

IV – Após, ao Gabinete da Presidência para expedição de ofícios à Controladoria-Geral do Estado - CGE, ao Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR, à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – ALEP, e ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná, para ciência e implementação de ações pertinentes dentro de seus âmbitos de atuação.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:

I. Homologar as recomendações contidas no Relatório da 5ª Inspetoria de Controle Externo ora apreciado (compiladas do quadro de achados que segue abaixo);

II. Publicada a decisão, encaminhar os autos à Diretoria de Protocolo – DP, para efetuar a comunicação eletrônica aos jurisdicionados, nos termos do art. 267-B, do Regimento Interno;

III. Na sequência, à 5ª Inspetoria de Controle Externo para atendimento ao § 6° do artigo 267-A do Regimento Interno;

IV. Após, ao Gabinete da Presidência para expedição de ofícios à Controladoria-Geral do Estado - CGE, ao Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR, à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – ALEP, e ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná, para ciência e implementação de ações pertinentes dentro de seus âmbitos de atuação.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.

Plenário Virtual, 30 de março de 2023 – Sessão Virtual nº 5.

JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

Achados

Questão de Fiscalização	QF1: O layout das delegacias é adequado para o desempenho das atividades da Polícia Civil?
Achado n.º 1	Layout inadequado das delegacias para a consecução das atividades da Polícia Civil.

Condição:

Atualmente a Polícia Civil do Paraná possui quatro modelos padrão projetados de delegacia de polícia, a saber: a) Delegacia Cidadã Padrão 1A (370,00 m² de área construída); b) Delegacia Cidadã Padrão I (600,00 m² de área construída); c) Delegacia Cidadã Padrão II (1.200,00 m² de área construída); e d) Delegacia Cidadã Padrão III (1.800,00 m² de área construída). De acordo com informações prestadas pela PCPR, todos os projetos possuem identificação visual arquitetônica padronizada, assim como a distribuição e a identificação dos ambientes, conforme estudos de fluxograma de trabalho e atendimento ao público.

Em visitas realizadas nas delegacias selecionadas na amostra, verificou-se que a maioria das delegacias visitadas não possui layout adequado para a consecução das atividades da polícia judiciária[4]; isto é, as estruturas das unidades não possuem os ambientes estabelecidos nos modelos padrão das Delegacias de Polícia ou ainda a sua distribuição interna não é condizente com as estabelecidas nos modelos.

As principais deficiências encontradas nas repartições das delegacias visitadas foram: ausência de espaço adequado para espera do público; ausência ou inadequação de sala para o reconhecimento de suspeitos; ausência de sala para visita aos detentos, quando aplicável; ausência de dormitório para plantonistas; ausência ou insuficiência de celas; ausência de sala adequada para o recepcionamento provisório do preso; e ausência ou tamanho inadequado de sala de custódia.

Ainda quanto à questão de espaços das delegacias, identificou-se que a maioria das unidades visitadas não possui espaço para o armazenamento de objetos apreendidos de maior volume, especialmente veículos e, quando existente, na maioria das situações o espaço é insuficiente ou inadequado para o armazenamento[5]. Verificou-se nestes locais o acúmulo de veículos e de outros objetos que favorecem a proliferação de vetores de doenças, constituindo, também, um problema sanitário. Inclusive muitas delegacias relataram que a ocorrência de advertências por parte da Vigilância Sanitária local.

Além disso, constatou-se na maior parte das delegacias problemas relativos à acessibilidade[6]. Os principais problemas identificados nesta seara foram: ausência de vaga destinada a portador de deficiência sinalizada e próxima; acesso ao interior da delegacia com barreiras arquitetônicas e de obstáculos que dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência; itinerários internos com dificuldade de acesso a todas as dependências e serviços das delegacias (estruturas com degrau ou escadas internadas sem elevador, ou ainda com corredores estreitos); e ausência de banheiro acessível à pessoa portadora de deficiência.

Também foi observado nestas delegacias que é necessária a utilização de salas comuns para a custódia de objetos apreendidos em razão da falta de locais para o armazenamento. É importante mencionar que a falta de espaço para o armazenamento de objetos ou de veículos foi percebida também em delegacias com projeto padrão, como na Delegacia de Almirante Tamandaré, que não conta com pátio com tamanho suficiente para o armazenamento de veículos; e na Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa de Curitiba que, como divide a estrutura com outras delegacias, necessita fazer o uso de salas comuns para o armazenamento de objetos apreendidos.

Ademais, dentre as 18 delegacias visitadas, verificou-se que três delas estão situadas em edificações contíguas às utilizadas pelo sistema carcerário gerido pelo DEPPEN[7]. Por mais que tenham sido feitas tentativas para a efetiva separação das estruturas, tal como a implementação de grades, portas e muros, percebeu-se com base nas observações físicas e nas entrevistas que ainda há compartilhamento de recursos e espaços entre órgãos, como exemplos citam-se: o compartilhamento do ramal telefônico, a cobrança unificada das contas de água e luz sobre o centro de custo da PCPR, o compartilhamento do sistema de câmeras (situação observada na Delegacia de Ortigueira que faz uso das câmeras do DEPPEN), ou ainda a utilização da cela da delegacia para a custódia de preso do DEPPEN devido à falta de vaga adequada na respectiva estrutura.

Evidências:

Resposta da Polícia Civil à Solicitação de Documentos 1 (papel de trabalho: "SD.1 - PCPR.xlsx")

Observação física in loco realizada nas Delegacias de Polícia selecionadas na amostra (papéis de trabalho: "2 OBF.1 - DELEGACIAS_PILOTO.xlsx" e "6 OBF.1 - DELEGACIAS_EXECUÇÃO.xlsx").

Entrevista realizada com o Delegado-Geral da Polícia Civil da PCPR (papel de

trabalho: "3 E.1 - DELEGADO_GERAL_PCPR.xlsx").
Entrevistas realizadas com os Delegados Titulares e servidores das Delegacias de Polícia selecionadas na amostra (papéis de trabalho: "1 E.2 - DELEGACIAS_PILOTO.xlsx" e "5 E.2 - DELEGACIAS_EXECUÇÃO.xlsx").

Critério:

Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 5º, inciso X.
Critério: Art. 5º São diretrizes da PNSPDS: [...]
X - atendimento prioritário, qualificado e humanizado às pessoas em situação de vulnerabilidade;
Fonte do Critério: Projeto Arquitetônico Padrão da Delegacia Cidadã tipo II (pavimentos térreo e superior).
Critério: Conforme o Projeto Arquitetônico Padrão da Delegacia Cidadã, as delegacias devem conter:
- Sala de espera
- Sala para atendimento ao público
- Banheiro para portador de necessidades especiais
- Banheiro para atendimento ao público (masculino e feminino)
- Sala para delegado
- Sala para secretaria
- Sala para cartório
- Sala para investigadores
- Sala para reconhecimento de suspeitos (com sala anexa para as vítimas vidro especial)
- Sala para visita aos detentos (com sala anexa para visitantes)
- Dormitório com banheiro para plantonistas
- Sala para a Defensoria Pública / OAB
- Sala para vigilância das celas
- 4 celas
- Sala para depósito de objetos pessoais
- Sanitários (internos às celas) e chuveiros (externos às celas)
- Sala de inclusão (Sala de recepcionamento provisório do preso / para algemar)
- Área para embarque e desembarque de viaturas separada da entrada destinada ao público
- Depósito de armas e drogas
- Banheiro para funcionários
- Copa
- Almoxarifado (Depósito para material de limpeza)
- Sala de reuniões
Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 5º, inciso VII.
Critério: Art. 5º São diretrizes da PNSPDS: [...]
VII - fortalecimento das instituições de segurança pública por meio de investimentos e do desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica;
Fonte do Critério: Plano Estratégico da Polícia Civil do Paraná - 2019 a 2023 aprovado pela Deliberação nº 492/2019, item 3, inciso III.
Critério: 3. Fatores críticos de sucesso
O desenvolvimento da PCPR, bem como o sucesso das suas atividades dependem dos seguintes pontos-chave: [...]
III - Recursos financeiros, materiais, estruturais, administrativos e tecnológicos adequados;
Fonte do Critério: Plano Estratégico da Polícia Civil do Paraná - 2019 a 2023 aprovado pela Deliberação nº 492/2019, item 5, inciso III, alínea b., OE A4.
Critério: 5. Objetivos estratégicos e estratégias
Os objetivos estratégicos da PCPR estão distribuídos e agrupados sob quatro perspectivas, sendo eles os seguintes: [...]
III - Perspectiva Aprendizado e Crescimento: [...]
b) Infraestrutura e Logística
OE A4: Prover meios e infraestrutura adequados para o exercício das atividades institucionais.
Estratégia: Garantir a disponibilidade e a modernização permanente dos meios e infraestrutura necessários para o desenvolvimento e sustentabilidade das missões institucionais.
Fonte do Critério: Lei nº 10.098/2000 - art. 11.
Critério: Art. 11. A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:
I – nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;
II – pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
III – pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei; e
IV – os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Possíveis causas:

O modelo padrão das Delegacias com layout arquitetônico não prevê espaços adequados para o armazenamento de objeto de maior volume e de veículos.
Ausência de diagnóstico quanto à necessidade de readequação do layout de cada uma das delegacias existentes, ou da construção de novas.
Ausência de planejamento formalizado contendo priorização das obras de adequação das delegacias existentes ou da construção de novas.
Insuficiência de ações da SESP a fim de viabilizar recursos orçamentários para obras de construção de novas unidades ou de readequação para a implementação de Delegacias de Polícia com layouts/modelos padrões estabelecidos.
Recursos insuficientes para obras de construção de novas unidades ou de readequação para a implementação de Delegacias de Polícia com layouts/modelos padrões estabelecidos.
Uso de edificações não projetadas para a operacionalização de atividades da Polícia Civil.

Possíveis efeitos:

Atraso e ineficiência no trabalho investigativo e na condução de inquéritos.
Prejuízo ao atendimento à população.
Risco ao patrimônio público.
Risco à saúde pública.
Risco à integridade física dos servidores, usuários e encarcerados.

Comentários do gestor:

“Por parte da PCPR:
A PCPR possui 04 projetos para construção de Delegacias, denominadas “Delegacias Cidadãs”, sendo que a diferença entre eles é a área construída. O projeto é específico para uso em Delegacias de Polícia, e foi estruturado de forma a atender todos os requisitos de qualidade para o servidor, e para o cidadão. Dessa forma, a estratégia do Departamento da Polícia Civil é totalmente voltada priorizar a substituição dos prédios de Delegacias antigas, por Delegacias Cidadãs (fontes: LOA 2023 e Plano Estratégico PCPR - https://www.policiacivil.pr.gov.br/Pagina/Plano-Estrategico-PCPR-2019-2023).
O layout das Delegacias cidadãs já foi elaborado de forma a prever salas com maior espaço, para os fins citados. O projeto contempla ao menos duas salas grandes para fins de cartório central e depósito.
O espaço destinado a veículos apreendidos está diretamente ligado à oferta de terreno com metragem suficiente para uso como pátio. Nas situações onde não há essa disponibilidade, a PCPR busca a locação de terreno para referida finalidade. Atualmente, possuímos dezenas de terrenos locados para uso como pátio de guarda de veículos apreendidos.
Destacamos que a guarda de apreensões não compete à PCPR após o encerramento do Inquérito Policial. As armas, drogas, demais objetos e veículos apreendidos, deveriam seguir o destino do inquérito policial. Sendo assim, a solução para evitar acúmulo de apreensões em Delegacias passa necessariamente pela necessidade de que as demais instituições participantes da cadeia processual criminal recebam todas as apreensões após a conclusão dos procedimentos na Polícia Judiciária, restando nas Delegacias de Polícia apenas aquelas pertencentes aos inquéritos ainda em andamento. Cabe-nos assim alertar para a necessidade de ações nesse sentido, sejam administrativas ou legislativas.
Por parte da SESP:
O orçamento das unidades de execução programática desta Secretaria é planejado pelas respectivas unidades conforme legislação anterior à Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício. Logo, realizado o planejamento pela unidade, o mesmo é encaminhado à SESP para apenas realizar a formalização do encaminhamento à Secretária da Fazenda, não interferindo de maneira a inviabilizar qualquer gestão planejada pela Unidade de Execução Programática. Encaminhado para a SEFA, a esta instituir os tetos do orçamento, determinando o total a ser destinado à Polícia Civil para a execução do seu planejamento.”

Análise da Equipe:

Tendo em vista a existência de salas com maior espaço para a guarda de objetos apreendidos no projeto padronizado da PCPR, a equipe reavaliou o seu posicionamento, entendendo não ser necessária a emissão de recomendação a fim de prever espaços adequados, no novo layout, para o armazenamento de objetos de maior volume e de veículos. Contudo, ressalva-se a necessidade de, em determinadas delegacias, da disponibilização de espaços adequados, em especial para o armazenamento de veículos, quando o espaço é insuficiente.
Com relação às argumentações trazidas pela SESP, identifica-se que a viabilização de orçamento para as obras de construção de novas unidades ou de readequação das Delegacias ocorre em ritmo inferior à atual necessidade da população, tendo em vista a inadequação do layout da maior parte das unidades existentes no Estado, conforme exposto neste Relatório. Portanto, o simples fato de não interferir na proposta orçamentária da PCPR não caracteriza a viabilização prevista pelo comando da Recomendação 1.4, entendendo esta equipe que a liberação orçamentária deva seguir a necessidade da população e o planejamento dos órgãos quanto à implementação célere dos novos layouts.
Em face das demais argumentações da PCPR e da SESP, que corroboraram com o achado exposto relativo à inadequação do layout das delegacias, a equipe entende pela manutenção do achado e das demais recomendações.

Conclusão:

Achado não sanado.

Providências:

À Polícia Civil do Paraná:
Recomendação 1.1: Elaborar e formalizar diagnóstico quanto à necessidade de readequação do layout de cada uma das delegacias existentes, ou da construção de novas, inclusive a disponibilização de espaço adequado para as delegacias para o armazenamento de veículos apreendidos.
Recomendação 1.2: Realizar e formalizar planejamento contendo a priorização das obras de adequação dos layouts das delegacias existentes ou da construção de novas no layout padrão.
À Polícia Civil do Paraná e à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária:
Recomendação 1.3: Realizar obras de construção de novas unidades ou de readequação para a implementação de delegacias nos layouts padrões (Delegacias Cidadãs), conforme a necessidade e priorização estabelecidas.
À Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária:
Recomendação 1.4: Viabilizar orçamento para obras de construção de novas unidades ou de readequação para a implementação de Delegacias da Polícia Civil do Paraná nos modelos padrões estabelecidos conforme o planejamento da PCPR,

da SESP e do Governo do Estado.

Proposta de encaminhamento:

Processo de Homologação de Recomendações (PHR).

Benefícios Esperados:

Melhoria da eficiência do trabalho investigativo e da condução de inquéritos.
Garantia da integridade física de servidores, usuários e encarcerados.
Melhoria do atendimento à população.
Maior proteção ao patrimônio público.
Zelo com a saúde pública.

Questão de Fiscalização	QF2: As condições da infraestrutura das delegacias são adequadas para o cumprimento das atividades da Polícia Civil?
Achado n.º 2	Deficiências na infraestrutura das delegacias de polícia.

Condição:

Durante as visitas in loco realizadas foram identificadas a presença de deficiências na infraestrutura física em diversas Delegacias de Polícia. Foram observadas em diferentes unidades a presença de trincas, fissuras ou rachaduras[8]; infiltrações e vazamentos[9]. Em diversas delegacias não há climatização adequada em todos os ambientes[10] – há salas sem ar-condicionado ou aquecedor. Também se verificou que não há elevador em diversas unidades que contam com mais de um pavimento[11].
Também foram relatadas em diversas delegacias problemas relativos à infraestrutura de tecnologia da informação. Os principais problemas relatados foram: a falta ou obsolescência de computadores e periféricos[12]; a recorrência de instabilidade no sistema PPJe para operacionalização de inquéritos e baixa velocidade de rede[13]. Ademais, em algumas delegacias a internet sem fio (wireless) é paga do próprio bolso dos funcionários, visto que o token/roteador de internet recebido pelas unidades não funciona.
Não foram apresentados Certificados de Vistoria ou Licenciamento do Corpo de Bombeiros vigentes para funcionamento de diversas delegacias incluídas na amostra[14]. Somente quatro das 18 unidades selecionadas apresentaram efetivo cumprimento das normativas de prevenção contra incêndio e desastres[15].
Não há sistema de monitoramento na Delegacia da Mulher de Foz do Iguaçu, e na Delegacia de Ortigueira somente há câmeras do DEPPEN. Na Delegacia de Barracão não há monitor para visualização das câmeras – as imagens são transmitidas apenas para o celular do Delegado e um dos investigadores da unidade, ou seja, quando esses estão ausente de suas atividades não há possibilidade de se utilizar o sistema de monitoramento. Em diversas das demais delegacias visitadas, em que pese existir sistema de monitoramento, esses foram obtidos por doações e são mantidos com recursos da própria unidade ou por parcerias com empresas locais que prestam serviços de forma gratuita. Em algumas delegacias foram observadas câmeras avariadas.

Evidências:

Resposta da Polícia Civil à Solicitação de Documentos 1 (papel de trabalho: "SD.1 - PCPR.xlsx").
Resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) à Solicitação de Documentos 2 (papel de trabalho: "SD.2 - SESP.xlsx").
Entrevista realizada com o Delegado-Geral da Polícia Civil da PCPR (papel de trabalho: "3 E.1 - DELEGADO_GERAL_PCPR.xlsx").
Entrevistas realizadas com os Delegados Titulares e servidores das Delegacias de Polícia selecionadas na amostra (papéis de trabalho: "1 E.2 - DELEGACIAS_PILOTO.xlsx" e "5 E.2 - DELEGACIAS_EXECUÇÃO.xlsx").
Observação física in loco realizada nas Delegacias de Polícia selecionadas na amostra (papéis de trabalho: "2 OBF.1 - DELEGACIAS_PILOTO.xlsx" e "6 OBF.1 - DELEGACIAS_EXECUÇÃO.xlsx").

Critério:

Fonte do Critério: Manual de Gestão de Bens Imóveis Públicos - SEAP/PR - 2016 – Capítulo 1, p. 4.
Critério: Ao Gestor desses bens cabe, fundamentalmente, o dever de zelar pelos mesmos, utilizando instrumentos e meios que visem sua conservação e sua segurança, impedindo-lhes a deterioração, perda ou uso indevido.
Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 5º, inciso VII.
Critério: Art. 5º São diretrizes da PNSPDS: [...]
VII - fortalecimento das instituições de segurança pública por meio de investimentos e do desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica;
Fonte do Critério: Plano Estratégico da Polícia Civil do Paraná - 2019 a 2023 aprovado pela Deliberação nº 492/2019, item 3, inciso III.
Critério: 3. Fatores críticos de sucesso
O desenvolvimento da PCPR, bem como o sucesso das suas atividades dependem dos seguintes pontos-chave: [...]
III - Recursos financeiros, materiais, estruturais, administrativos e tecnológicos adequados;
Fonte do Critério: Plano Estratégico da Polícia Civil do Paraná - 2019 a 2023 aprovado pela Deliberação nº 492/2019, item 5, inciso III, alínea b., OE A4.
Critério: 5. Objetivos estratégicos e estratégias
Os objetivos estratégicos da PCPR estão distribuídos e agrupados sob quatro perspectivas, sendo eles os seguintes: [...]
III - Perspectiva Aprendizado e Crescimento: [...]
b) Infraestrutura e Logística
OE A4: Prover meios e infraestrutura adequados para o exercício das atividades institucionais.
Estratégia: Garantir a disponibilidade e a modernização permanente dos meios e infraestrutura necessários para o desenvolvimento e sustentabilidade das missões institucionais.

Possíveis causas:

Ausência de diagnóstico amplo quanto à necessidade de manutenção, reparo e reforma das delegacias.
Ausência de planejamento a fim de priorizar as reformas de manutenção a serem feitas nas delegacias do Estado.
Inadequação e ineficácia dos mecanismos para promover a manutenção periódica da infraestrutura das delegacias.
Insuficiência de ações da SESP a fim de disponibilizar orçamento para a realização de reformas e contratos de manutenção na PCPR.

Possíveis efeitos:

Atraso e ineficiência no trabalho investigativo e na condução de inquéritos.
Insalubridade das condições de trabalho.
Risco à integridade física dos servidores, usuários e encarcerados.

Comentários do gestor:

“Por parte da PCPR:
Considerando que a Polícia Civil não possui independência administrativa e orçamentária, o órgão depende, naturalmente, das ofertas de serviços e compras licitados e disponibilizados pela Administração Pública “lato sensu”. Dessa forma, a administração de recursos materiais, reformas, construções e demais, depende exclusivamente da oferta dos mesmos nos sistemas administrativos do Estado (GPM, PRED, etc.).
O critério para construção de Delegacias Cidadãs prioriza as seguintes unidades: 1) sede de subdivisões; 2) sede de especializadas; 3) sede de delegacias regionais; 4) unidades por demanda de serviços. Esses critérios podem ser alterados, através da SESP e/ou do Departamento, mediante circunstâncias específicas de qualquer gênero, ou mediante disponibilidade orçamentária. Frise-se que o objetivo é substituir todas as Delegacias da PCPR por prédios padrão Delegacia Cidadã.
Entendemos que a melhor forma de administrar reformas e manutenir imóveis, passa necessariamente pela contratação via licitação de empresas de manutenção predial pelo sistema de Registro de Preços, o que hoje inexiste, e acaba prejudicando a execução das obras necessárias, que dependem de licitação específica ou, se urgentes, do uso do fundo rotativo. Esse entrave tem acumulado a demanda por reformas nas unidades.
Os critérios para seleção das unidades a serem reformadas, passa necessariamente pelo estado de degradação e custos, esse último critério analisado em comparação à possibilidade de construção de nova unidade, dentro dos padrões de Delegacia Cidadã. Dessa forma, e considerando que a prioridade é padronizar todas as unidades com o modelo Delegacia Cidadã, torna-se inviável o planejamento de reformas estruturais em TODAS as unidades, o que oneraria em muito o erário público, já que o objetivo é a construção de um novo prédio.
A Polícia Civil possui um cadastro de obras a serem realizadas, elaborado sob critérios técnicos efetuados pelo Departamento, que aguardam disponibilidade orçamentária e respectiva licitação (conduzida pela Paraná Edificações), para execução. Atualmente, apresentamos demanda de solicitações bastante superior à oferta de obras pelo Estado. (fonte: planilha de acompanhamento de obras NEA/SESP, e LOA 2023; Plano Estratégico PCPR)
Cumpre-nos informar que a PCPR adquiriu recentemente computadores suficientes para a total substituição e atualização dos equipamentos em todas as suas unidades, num total de 2.424. Essas substituições estão sob administração da COIN, e já foram iniciadas, seguindo cronograma específico. (Fonte: Plano Estratégico PCPR e planilha de relação de notas fiscais.
Por parte da SESP:
O orçamento das unidades de execução programática desta Secretaria é planejado pelas respectivas unidades conforme legislação anterior à Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício. Realizado o planejamento pela unidade, a unidade de execução programática o envia para SESP, que por duas vezes apenas formaliza o encaminhamento à Secretária da Fazenda-SEFA, não existindo qualquer interferência no sentido de inviabilizar qualquer gestão planejada pela Unidade de Execução Programática. Na sequência compete SEFA instituir os tetos do orçamento, que consiste na determinação do valor total a ser destinado à Polícia Civil para a execução do seu planejamento.
Cumpre informar que a Secretaria de Estado da Segurança Pública realizou investimentos no montante de R$ 28.332,820,08 (vinte e oito milhões, trezentos e trinta e dois mil, oitocentos e vinte reais e oito centavos) em aquisições/contratações destinados a atender a Polícia Civil, onde R$1.787.032,00 (um milhão, setecentos e oitenta e sete mil e trinta e dois reais), foram destinados a aquisição de mobiliário, visando assim atender as necessidades da Polícia Civil.”

Análise da Equipe:

Em análise das manifestações da PCPR, verifica-se que, apesar de afirmarem haver critério para a priorização para a construção de novas unidades (Delegacias Cidadãs), não há um diagnóstico amplo a fim de priorizar as unidades quanto à necessidade de manutenção e reforma, quando cabíveis, ou ainda de construção de novas delegacias. Tampouco há planejamento ou execução de plano de obras baseado neste diagnóstico.
Também afirma a PCPR que a contratação de empresas de manutenção predial seria o ideal, porém que tal mecanismo não existe atualmente, corroborando com o achado e demonstrando que não há a decisão a respeito da melhor forma de realização das manutenções.
No tocante à infraestrutura de tecnologia de informação, em que pese o jurisdicionado relatar a aquisição de 2.424 computadores, a equipe de fiscalização ressalta que não foi tratada, na resposta da PCPR, a necessidade de aquisição de periféricos e a promoção de melhorias no funcionamento das redes e dos sistemas informatizados. Ademais, a efetiva implantação da substituição dos computadores para todas as unidades do estado ainda não se concretizou. Ainda, em razão da inexistência de um diagnóstico das necessidades relativas à infraestrutura de tecnologia de informação, não é possível afirmar que a aquisição realizada é suficiente para atendimento de todas as delegacias.
Com relação às respostas da SESP e da PCPR quanto à realização de obras de construção de novas delegacias ou à reforma das existentes, a equipe também entende que as manifestações dos gestores evidenciam as constatações deste achado e as recomendações propostas, no sentido de que é necessário viabilizar

maior orçamento para a manutenção periódica e a realização de reformas nas unidades, o que se mostra insuficiente dada a disponibilidade orçamentária atual, não tendo sido previsto nenhum recurso orçamentário para obras e apenas R$ 1,7 milhão para substituição de mobiliário.
Desse modo, a equipe mantém o posicionamento inicial quanto ao achado e às recomendações.

Conclusão:

Achado não sanado.

Providências:

À Polícia Civil do Paraná:
Recomendação 2.1: Realizar e formalizar diagnóstico amplo quanto à necessidade de manutenção e reforma das delegacias, e quanto à aquisição e manutenção de equipamentos de ar-condicionado, elevadores e sistemas de monitoramento eletrônico.
Recomendação 2.2: Realizar e formalizar planejamento a fim de priorizar a necessidade de manutenção e reformas a serem feitas nas delegacias, e quanto à aquisição e manutenção de equipamentos de ar-condicionado, elevadores e sistemas de monitoramento eletrônico.
Recomendação 2.3: Realizar estudo quanto à melhor forma para viabilizar a manutenção e reformas a serem feitas nas delegacias, e quanto à manutenção de equipamentos de ar-condicionado, elevadores e sistemas de monitoramento eletrônico.
Recomendação 2.4: Realizar diagnóstico para a identificação de falta e deficiências nos equipamentos de informática e de problemas na infraestrutura de tecnologia de informação em todas as delegacias, bem como de instabilidades nos sistemas informatizados.
Recomendação 2.5: Realizar planejamento a fim de priorizar o fornecimento adequado de equipamentos de informática e as melhorias na infraestrutura de tecnologia de informação em todas as delegacias, bem como as ações para promoção da estabilidade dos sistemas informatizados, com base no diagnóstico efetuado.
À Polícia Civil do Paraná e à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária:
Recomendação 2.6: Adequar as Delegacias da Polícia Civil do Paraná às normas de segurança contra incêndio a pânico a fim de obter os Certificados de Vistoria ou Licenciamento do Corpo de Bombeiros.
Recomendação 2.7: Promover a manutenção periódica e tempestiva da infraestrutura das delegacias, bem como a aquisição de equipamentos de ar-condicionado, elevadores e sistemas de monitoramento eletrônico.
Recomendação 2.8: Promover o fornecimento adequado de equipamentos de informática, renovar a infraestrutura de tecnologia de informação das delegacias e promover a estabilidade dos sistemas informatizados.
À Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária:
Recomendação 2.9: Viabilizar orçamento para a manutenção periódica e tempestiva da infraestrutura das delegacias, aquisição de equipamentos e melhoria dos sistemas informatizados da PCPR.

Proposta de encaminhamento:

Processo de Homologação de Recomendações (PHR).

Benefícios Esperados:

Melhoria da eficiência do trabalho investigativo e da condução de inquéritos.
Melhoria das condições de trabalho.
Garantia da integridade física de servidores, usuários e encarcerados.

Questão de Fiscalização	QF3: Há pessoal suficiente para a consecução das atividades da Polícia Civil?
Achado n.º 3	Insuficiência de pessoal para a consecução das atividades da Polícia Civil.

Condição:

Em relatório de ocupação dos cargos apresentado pela PCPR, verifica-se a seguinte situação, em relação ao quadro de pessoal ocupado no órgão: Agente em Operações Policiais: 230 cargos existentes / 9 cargos ocupados (3,9%). Delegado de Polícia: 780 existentes / 480 ocupados (61,5%). Escrivão de Polícia: 1.400 existentes / 720 ocupados (51,4%). Investigador de Polícia: 4.395 existentes / 2.543 ocupados (57,9%). Papiloscopista: 500 existentes / 294 ocupados (58,8%). No total da PCPR, são 7.305 cargos existentes, ao passo que 4.046 estão ocupados, totalizando 55,4% de cargos atualmente ocupados no órgão. Dessa forma, evidencia-se que o quadro de pessoal previsto para o órgão não está nem próximo de sua ocupação máxima, o que resulta em carência de efetivo para desempenho de suas atribuições finalísticas.
Em entrevista com os gestores, verificou-se que em diversas delegacias não há plantão para atendimento a ocorrências devido à falta de pessoal[16]. Caso houvesse, o atendimento especializado fornecido por essas unidades poderia ser estendido a 24 horas diárias, e não somente durante o expediente, elevando a qualidade do serviço prestado.
Não há pessoal suficiente para atender à escala de plantões em nenhuma das delegacias visitadas[17], havendo pessoal suficiente somente para o período de expediente ou extrapolando a carga horária dos servidores para o atendimento noturno. Em diversas delegacias, os delegados exercem as atividades cotidianas no horário de expediente em cumulação com o plantão regional de 12 ou 24 horas. Também se verificou, na maioria das unidades, a impossibilidade de realização de plantão policial por investigadores em dupla, ficando o plantonista sozinho. Na 48ª Delegacia Regional de Assis Chateaubriand, há somente dois investigadores para realização de plantão, os quais realizam plantão de sobreaviso de forma intercalada por sete dias. Na Delegacia de Tibagi e na Delegacia de Pérola os investigadores fazem plantão de sobreaviso de forma contínua para o atendimento a local de crime. Na DHPP de Curitiba, a escala de plantões dos escrivães e delegados do mês de agosto de 2022, encaminhada em resposta, evidencia a realização, pelos servidores, de plantões por dois dias seguidos, totalizando 48 horas ininterruptas de efetivo serviço. Na DFRV de Curitiba, os delegados fazem escala de plantão de sobreaviso por sete dias seguidos de forma intercalada.
Não há servidores em número suficiente para atendimento a todos os chamados em locais de crime em nenhuma das delegacias observadas in loco[18], havendo necessidade de priorização para que o pessoal, em regra, desloque-se somente a locais em que há homicídios, feminicídios ou latrocínios.
Em todas as delegacias visitadas, foi relatado não haver servidores em número suficiente para realizar todas as investigações necessárias, resultando em passivo de inquéritos, bem como na necessidade de priorização das investigações de crimes de maior gravidade, como crimes contra a vida, contra vulneráveis e de flagrantes com autoria conhecida ou com réu preso.
A carência de servidores no quadro de pessoal da PCPR proporciona o extrapolamento da carga horária semanal de 40 horas por servidores de todos os cargos do órgão. Verificou-se o excesso de carga horária pelos servidores, sem o correspondente pagamento por serviço extraordinário, em todas as delegacias da amostra[19]. Em especial, observa-se a realização de plantões regionais por delegados que já atuam em expediente em uma ou mais delegacias, sem o subsequente descanso de 72 horas preconizado em Lei. Ademais, em diversas delegacias os investigadores e delegados trabalham em Regime de Plantão de Sobreaviso (RPS) em adição ao expediente dado em dias úteis, seja de forma ininterrupta ou, quando em revezamento, por até sete dias consecutivos, em afronta ao Decreto nº 2.471/2004, que disciplina a matéria. Também não se verifica o pagamento da remuneração correspondente pelas horas trabalhadas extraordinariamente, seja de forma efetiva ou em regime de plantão.
A falta de pessoal também ocasiona situações de desvio de função. Em face da necessidade de se realizar as atribuições de todos os cargos de forma ininterrupta, pela natureza do serviço, e por vezes sem servidores para tanto, verificou-se a ocorrência de delegados exercendo papéis de escrivães e investigadores, bem como de investigadores relatando fazer tarefas de escrivães e vice-versa. Além do mais, em delegacias em que não há delegado titular exercendo suas atribuições localmente, os demais servidores, por vezes, têm de executar suas funções[20].
Não há servidores suficientes para fechamento de escala presencial; dessa forma, diversas unidades relataram utilizar regime de plantão por sobreaviso (RPS), em especial para o cargo de investigador, a fim de prestar as atribuições jurisdicionais de forma ininterrupta, como para o comparecimento a locais de crime. Já para o atendimento de flagrantes, em diversas regiões foram instituídas centrais de flagrantes regionais, com atendimento remoto pelos delegados e escrivães. Dessa forma, as unidades menores permanecem fechadas durante o período noturno, sem servidores disponíveis para a guarda patrimonial, devido à carência de efetivo[21].
Por fim, em muitas das delegacias visitadas[22] o registro das ocorrências não é integralmente feito por investigador de polícia, sendo realizado por servidores sem vínculo efetivo com a administração estadual, como assistentes administrativos, estagiários ou funcionários cedidos pela Prefeitura.

Evidências:

Resposta da Polícia Civil à Solicitação de Documentos 1 (papel de trabalho: "SD.1 - PCPR.xlsx").
Resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) à Solicitação de Documentos 2 (papel de trabalho: "SD.2 - SESP.xlsx").
Entrevista realizada com o Delegado-Geral da Polícia Civil da PCPR (papel de trabalho: "3 E.1 - DELEGADO_GERAL_PCPR.xlsx").
Entrevistas realizadas com os Delegados Titulares e servidores das Delegacias de Polícia selecionadas na amostra (papéis de trabalho: "1 E.2 - DELEGACIAS_PILOTO.xlsx" e "5 E.2 - DELEGACIAS_EXECUÇÃO.xlsx").

Critério:

Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 4º, incisos V e XIII.
Critério: Art. 4º São princípios da PNSPDS: [...]
V - eficiência na repressão e na apuração das infrações penais; [...]
XIII - otimização dos recursos materiais, humanos e financeiros das instituições;
Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 5º, incisos IX e XX.
Critério: Art. 5º São diretrizes da PNSPDS: [...]
IX - atuação com base em pesquisas, estudos e diagnósticos em áreas de interesse da segurança pública; [...]
XX - distribuição do efetivo de acordo com critérios técnicos;
Fonte do Critério: Plano Estratégico da Polícia Civil do Paraná - 2019 a 2023 aprovado pela Deliberação nº 492/2019, item 3, inciso IV.
Critério: 3. Fatores críticos de sucesso
O desenvolvimento da PCPR, bem como o sucesso das suas atividades dependem dos seguintes pontos-chave: [...]
IV - Adequação continuada do efetivo policial.
Fonte do Critério: Plano Estratégico da Polícia Civil do Paraná - 2019 a 2023 aprovado pela Deliberação nº 492/2019, item 5, inciso III, alínea a, OE A2.
Critério: 5. Objetivos estratégicos e estratégias
Os objetivos estratégicos da PCPR estão distribuídos e agrupados sob quatro perspectivas, sendo eles os seguintes: [...]
III - Perspectiva Aprendizado e Crescimento:
a) Pessoas
OE A2: Adequar o efetivo às necessidades institucionais.
Estratégia: Garantir quantitativo suficiente de servidores para a execução das atividades institucionais e proceder à distribuição do efetivo segundo critérios técnicos e objetivos.
Fonte do Critério: Lei Complementar nº 14/1982 - Estatuto da Polícia Civil do Paraná - art. 274, §2º.
Critério: Art. 274. Os integrantes das carreiras policiais civis terão regime especial de trabalho, em base de vencimentos fixados e atualizados por lei, levando-se em conta a natureza específica das funções e as condições para seu exercício, o risco de vida a elas inerentes, a irregularidades dos horários de trabalho, sujeitos a plantões noturnos e chamados a qualquer hora, bem como, a proibição legal do exercício legal de outras atividades remuneradas, ressalvado o magistério. [...]
§ 2º. Para os serviços realizados em forma de rodízio ou dependente de escala, o

horário de trabalho, bem como, os períodos de descanso, serão fixados na medida das necessidades do serviço policial e da natureza das funções.
Fonte do Critério: Lei nº 18.115, de 23 de junho de 2014 – Anexo I.
Critério: Anexo I – Quadro de Pessoal da PCPR.
Fonte do Critério: Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - art. 6º, inciso I.
Critério: Art. 6º Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:
I - dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais;
Fonte do Critério: Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - art. 13, incisos II e III.
Critério: Art. 13. Incumbirá ainda à autoridade policial: [...]
II - realizar as diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público;
III - cumprir os mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias;
Fonte do Critério: Decreto nº 10.822/2021 - Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - Anexo - Ação Estratégica 1, item i.
Critério: Ação Estratégica 1 [...]
i. Racionalizar a destinação de recursos para a segurança pública por meio da adoção de critérios técnicos e da gestão por resultados;
Fonte do Critério: Lei Complementar nº 96/2002 – art. 6º, incisos IV e VIII.
Critério: Aos Investigadores de Polícia compete: [...]
IV - comunicar à autoridade policial a que estiver subordinado, qualquer fato grave ou potencialmente lesivo ou que demande investigação, chegados ao seu conhecimento; [...]
VIII - tomar providências sobre qualquer fato que lhe chegar ao conhecimento, de interesse do serviço policial, mesmo que se trate de assunto estranho às atribuições da unidade a que pertence;

Possíveis causas:

Ausência de planejamento de curto, médio e longo prazo que defina o número ideal de servidores por cargo por delegacia.
Insuficiência de ações da PCPR e da SESP a fim de viabilizar o provimento de pessoal de forma contínua para a consecução das atividades do órgão.
Ausência de sistema de controle de frequência implantado na PCPR.

Possíveis efeitos:

Extrapolamento da carga horária semanal pelos servidores da PCPR.
Desvio de função dos servidores.
Falta de segurança da delegacia durante os períodos em que as delegacias estão fechadas.
Más condições de trabalho para os servidores da PCPR.
Dificuldade de acesso da população aos serviços policiais.
Dificuldade e atraso na realização das atividades investigativas.
Acúmulo de serviço.
Baixa resolutividade de inquéritos policiais.

Comentários do gestor:

“Por parte da PCPR:
O Departamento da Polícia Civil, conforme entrevista realizada com o Delegado Geral, já está realizando um levantamento técnico das necessidades de recursos humanos por unidade policial, bem como estudo para reposição das necessidades apontadas. (fonte: Entrevista Delegado Geral – estudo demonstrado em entrevista e Plano Estratégico PCPR)
O Departamento da Polícia Civil, conforme entrevista realizada com o Delegado Geral, está realizando um estudo para reformulação do sistema PPJe e respectivos sistemas auxiliares, que permitirão avaliar o desempenho e frequência de atividades dos servidores.
O Departamento da Polícia Civil, conforme entrevista realizada com o Delegado Geral, está realizando tratativas para assegurar legalmente a reposição periódica dos quadros da Polícia Civil através de um programa de reposição permanente do efetivo, de modo a recompor e evitar futuras perdas.
Por parte da SESP:
Em observância a recomendação 3.4 proferida pela Egrégia Inspetoria de Controle Externo no Relatório de Fiscalização n.º 03/2022, no qual foi recomendado a esta Secretaria para “Viabilizar o provimento de pessoal de forma contínua para a consecução das atividades investigativas da Polícia Civil do Paraná”, temos a informar que todo levantamento inicial da mão de obra necessária para suprimento das necessidades cotidianas das unidades vinculadas a esta Pasta, partem de iniciativa do órgão requisitante, o qual deve apresentar estudo acerca da necessidade de reposição de mão de obra nas unidades sob sua responsabilidade as quais são de conhecimento do próprio Órgão, em observância ao autorizado e previsto em legislação específica conforme o quadro.
Desta forma, sempre que recepcionada solicitação para autorização de abertura de concurso público, esta Secretaria realiza todos os trâmites necessários para a devida viabilização junto as demais secretarias envolvidas, sendo elas SEAP, SEFA e Casa Civil, de forma a propiciar o pleno atendimento ante a necessidade apresentada pelo órgão demandante. A Autorização depende de análises principalmente orçamentárias, tendo em vista o impacto orçamentário e financeiro que recai sobre o orçamento previsto e autorizado. Mesmo assim, esta Secretaria não mede esforços na forma de viabilizar o pleno atendimento junto as demais pastas envolvidas, seja pela autorização de abertura de concurso, ou até mesmo expansão da quantidade de chamamento de candidatos em fila de espera, em concursos já realizados, como por exemplo citamos o caso dos 150 Delegados, e também dos 2400 Policiais Militares, chamados no presente ano, além dos já previstos Investigadores, Papiloscopistas, Escrivães, Peritos Oficiais e Agentes Auxiliares de Peritos Oficiais.
Importante frisar, que conforme Decreto n.º 10.313 de 18 de fevereiro de 2022, houve normativa sobre Taxas de Reposição que servirão de autorização para abertura de concursos públicos, ampliação de vagas em concursos vigentes e decorrentes nomeações de servidores públicos efetivos estaduais da administração direta e autárquica do poder executivo estadual, e adota outras providências, nesta esteira, a decisão definitiva para contratação, para "viabilizar", ultrapassa a competência orçamentária desta Pasta.
Neste diapasão, esta Secretaria tem orientado as unidades programáticas: (PMPR, CCB, DEPPEN, PCPR, PCP) para realizar as solicitações de concurso periodicamente, observadas as legislações vigentes. Denota-se que a Polícia Cientifica, tem autorização para abertura de concurso para Auxiliar de Perícia (15.461.484-2, apensado ao 19.340.617-3), além de protocolo solicitando concurso de Perito Oficial, (19.345.500-0). Do Deppen, há solicitação de concurso de Policial Penal, (19.599.062-0). Da Polícia Civil, o concurso público 2020 está em vigência, com prazo de validade de dois anos prorrogável por igual período.”

Análise da Equipe:

Pelo exposto, a equipe de fiscalização entende que a PCPR iniciou ações para identificar a necessidade de pessoal, instituir controle de frequência e assegurar o provimento de pessoal de forma contínua. Contudo, estas ainda não foram concluídas e, assim, opta-se pela manutenção do achado e das recomendações.
No tocante às manifestações da SESP, foram listadas ações de sua competência no sentido de viabilizar o provimento de pessoal. Todavia, a situação fática observada de pessoal na PCPR demonstra-se insuficiente para a plena consecução de suas atividades, sendo necessário articular com as demais Secretarias e com o Governo do Estado no sentido de instituir uma política para a ampliação e reposição do quadro de pessoal ocupado na PCPR. Dessa forma, mantém-se a recomendação ao órgão com alteração em sua redação e nos responsáveis.

Conclusão:

Achado não sanado.

Providências:

À Polícia Civil do Paraná:
Recomendação 3.1: Realizar e formalizar planejamento que defina o número ideal de servidores por cargo e por delegacia.
Recomendação 3.2: Instituir sistema de controle de frequência informatizado na Polícia Civil do Paraná.
À Polícia Civil do Paraná e à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária:
Recomendação 3.3: Instituir política de provimento de pessoal de forma contínua que viabilize efetivo para a plena consecução das atividades investigativas da Polícia Civil do Paraná.
Recomendação 3.4: Implementar ações a fim de assegurar o provimento de pessoal de forma contínua, de acordo com a necessidade estabelecida pelo planejamento realizado, permitindo a consecução das atividades investigativas do órgão.

Proposta de encaminhamento:

Processo de Homologação de Recomendações (PHR).

Benefícios Esperados:

Cumprimento da carga horária semanal pelos servidores da PCPR.
Falta de segurança da delegacia durante os períodos em que as delegacias estão fechadas.
Más condições de trabalho para os servidores da PCPR.
Dificuldade de acesso da população aos serviços policiais.
Dificuldade e atraso na realização das atividades investigativas.
Acúmulo de serviço.
Baixa resolutividade de inquéritos policiais.

Questão de Fiscalização	QF4: A capacitação dos servidores é suficiente para o desempenho das atividades da Polícia Civil?
Achado n.º 4	Capacitação insuficiente para o desempenho das atividades da Polícia Civil.

Condição:

Pelas informações coletadas junto aos servidores entrevistados nas visitas às delegacias, pode-se inferir que há lacunas na capacitação dos servidores. Dentre as áreas carentes de capacitação foram apontadas as seguintes: investigações sobre crimes cibernéticos, financeiros, de estelionato, de feminicídios; interceptação telefônica; atendimento ao público; atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade; inteligência; utilização de ferramentas dos sistemas informatizados utilizados na PCPR; e treinamento para operações policiais com arma curta e arma longa.
Foi destacado também que há muitos servidores, especialmente do cargo de investigador, que passaram grande parte da carreira realizando a custódia de presos e, por isso, encontram-se pouco capacitados para a realização de atividades investigativas.
De acordo com informações prestadas na maioria das delegacias visitadas, não houve recentemente a oferta de cursos de reciclagem obrigatórios sobre atividades aplicadas ao processo investigativo, inclusive alguns servidores salientaram que não há ações de capacitação obrigatória sobre essa temática desde o curso de formação. No entanto, maioria dos servidores comentou que nos últimos anos tem aumentado a oferta de cursos de aperfeiçoamento de caráter opcional, sendo grande maioria na modalidade de ensino a distância.
Em relação à treinamento de cunho operacional, verificou-se, por meio das entrevistas com servidores das delegacias visitadas, que houve recentemente a aplicação de um treinamento obrigatório para o uso e manutenção de arma curta, no qual foi realizada a substituição das munições de carga pessoal. No entanto, foi relatado que, por mais que a capacitação tenha tido caráter obrigatório, os servidores que não puderam participar do treinamento por motivos diversos, como férias, licença, entre outros, não tiveram a oportunidade de realizá-lo em outro momento.

Evidências:

Resposta da Polícia Civil à Solicitação de Documentos 1 (papel de trabalho: "SD.1 - PCPR.xlsx").
Entrevistas realizadas com os Delegados Titulares e servidores das Delegacias de Polícia selecionadas na amostra (papéis de trabalho: "1 E.2 -

DELEGACIAS_PILOTO.xlsx" e "5 E.2 - DELEGACIAS_EXECUÇÃO.xlsx").
Entrevista realizada com o Delegado-Geral da Polícia Civil da PCPR (papel de trabalho: "3 E.1 - DELEGADO_GERAL_PCPR.xlsx").

Critério:

Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 4º, inciso V.
Critério: Art. 4º São princípios da PNSPDS: [...]
V - eficiência na repressão e na apuração das infrações penais;
Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 5º, inciso VI.
Critério: Art. 5º São diretrizes da PNSPDS: [...]
VI - formação e capacitação continuada e qualificada dos profissionais de segurança pública, em consonância com a matriz curricular nacional;
Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 6º, inciso XI.
Critério: Art. 6º São objetivos da PNSPDS: [...]
XI - estimular a padronização da formação, da capacitação e da qualificação dos profissionais de segurança pública, respeitadas as especificidades e as diversidades regionais, em consonância com esta Política, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal;
Fonte do Critério: Decreto nº 10.822/2021 - Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - Anexo - Ação Estratégica 10, itens a, b, d, g, h, i.
Critério: Ação Estratégica 10
Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da capacitação e da valorização dos profissionais, do ensino e da pesquisa em temas finalísticos e correlatos.
a. Promover o ensino e a pesquisa no campo da segurança pública, da defesa social e de temas
correlatos;
b. Desenvolver ensino, pesquisa e outros eventos de aprendizagem destinados à qualificação em governança e gestão dos órgãos de segurança pública e defesa social; [...]
d. Promover ações de capacitação padronizada, continuada e aperfeiçoada em segurança pública; [...]
g. Aprimorar o processo de seleção, investigação social, formação, avaliação de estágio probatório e educação continuada dos profissionais de segurança pública e defesa social;
h. Promover a atualização continuada dos perfis profissiográficos e das matrizes curriculares
i. Elaborar diretrizes e orientações aos órgãos de segurança pública e defesa social para garantir a progressão funcional de seus profissionais por meio de critérios técnicos e objetivos;
Fonte do Critério: Plano Estratégico da Polícia Civil do Paraná - 2019 a 2023 aprovado pela Deliberação nº 492/2019, item 5, inciso III, alínea a, OE A3.
Critério: 5. Objetivos estratégicos e estratégias
Os objetivos estratégicos da PCPR estão distribuídos e agrupados sob quatro perspectivas, sendo eles os seguintes: [...]
III - Perspectiva Aprendizado e Crescimento:
a) Pessoas
OE A3: Aprimorar a formação, capacitação e especialização.
Estratégia: Fortalecer competências essenciais à missão institucional. Capacitar e especializar servidores para atuar com excelência nas seguintes áreas: investigação criminal, inteligência de segurança pública e atendimento ao público. Fortalecer competências gerenciais. Promover o desenvolvimento de capacidades necessárias para o desempenho de funções gerenciais ligadas à gestão de pessoas, de recursos materiais e de orçamento, bem como àquelas relacionadas com a elaboração e gerenciamento de processos, projetos, contratos e convênios.
Fonte do Critério: Lei Complementar nº 14/1982 - Estatuto da Polícia Civil do Paraná - art. 276, §1º.
Critério: Art. 276. Toda atividade vinculada à função policial ou dela decorrente, inclusive os cursos ministrados pela Escola de Polícia Civil, serão avaliados pelo Conselho da Polícia Civil.
§ 1º. Os cursos de formação e de aperfeiçoamento ministrados pela Escola da Polícia Civil, são de caráter obrigatório e complementares ao exercício e progressão funcionais.

Possíveis causas:

Ausência de previsão, no Plano de Desenvolvimento Institucional da Escola Superior de Polícia Civil (2018-2023) ou outro normativo similar, de diretrizes ou objetivos vinculados à promoção de cursos de reciclagem ou de capacitação de cunho obrigatório envolvendo atividades necessárias ao exercício policial.
Ausência de diagnóstico para estabelecimento de competências e capacitações imprescindíveis para o exercício de atividades específicas exercidas pelos servidores, em especial para atuação em delegacia especializada ou para o atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade.
Ausência de diagnóstico quanto à necessidade de capacitações para aperfeiçoamento dos servidores.
Ausência de Plano de Capacitação periódico, subsidiado por diagnósticos da necessidade de capacitação dos servidores, considerando a promoção de cursos de reciclagem e aperfeiçoamento obrigatório para o exercício das atividades inerentes aos cargos e à área de atuação dentro do corpo policial.
Não estabelecimento de critérios objetivos e formalizados vinculados à realização de cursos de aperfeiçoamento para concessão da progressão dos servidores.
Ausência de oferta de cursos obrigatórios de reciclagem sobre atividades aplicadas ao processo investigativo e para a atuação em unidades ou setores especializados.

Possíveis efeitos:

Prejuízo às investigações policiais.
Baixa resolutividade de investigações policiais.

Comentários do gestor:

“Pela PCPR:
A Escola Superior de Polícia Civil já possui, em sua grade curricular, cursos de formação, capacitação e reciclagem, especialização, pós-graduação e em breve mestrado, voltados à atividade policial, sendo alguns de cunho obrigatório. Os critérios para a elaboração da grade curricular passam obrigatoriamente pela análise e diagnóstico das necessidades dos servidores.
No início do ano de 2022 foi iniciado o processo de reformulação da Matriz Curricular de Formação e Aperfeiçoamento Constante da PCPR, sendo instituídos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) para definição das áreas temáticas de formação, as disciplinas que as compõem, o conteúdo programático e a ementa de cada disciplina, os critérios de avaliação e a previsão de cursos básicos (de formação inicial), intermediários (de aperfeiçoamento técnico-profissional) e avançados (de especialização profissional).
No decorrer de tal processo, foi realizado o primeiro processo seletivo de professores da ESPC, sendo oportunizado a todos os policiais civis a participação na elaboração da Matriz Curricular e a verificação de necessidades e a criação de soluções na formação e aprimoramento. (fonte: Plano Estratégico PCPR) e site oficial https://www.escola.pc.pr.gov.br/Noticia/ESPC-realiza-processo-seletivo-de-professores-para-o-curso-de-formacao-tecnico-profissional)
Com os NDEs formados, foi realizada uma semana acadêmica para definição de cargas horárias das disciplinas, critérios de avaliação e padronização/uniformização do conteúdo a ser ministrado em cada área temática e da metodologia de ensino. Todos os docentes aprovados no processo seletivo e que formaram os respectivos NDEs passaram 05 (cinco) dias, na ESPC, dedicados exclusivamente à preparação e finalização da Matriz Curricular e encaminhamento da formação e aperfeiçoamento policial civil no Estado do Paraná. Nesta há um claro estabelecimento das áreas de competência necessárias para o desenvolvimento do policial civil.
No período de 01/08/2022 a 23/12/2022, a ESPC já implementou e testou a Matriz Curricular para a formação inicial de policiais civis, com os aproximadamente 400 (quatrocentos) alunos recém nomeados que estão concluindo o curso nesta ESPC. (fonte: Plano Estratégico PCPR) e editais de concurso PCPR 02/2020)
O Plano de Desenvolvimento Institucional da ESPC está sendo revisto e uma nova versão está sendo elaborada, com previsão de conclusão e publicação no início de abril de 2023, onde constará como cursos obrigatórios de atualização/reciclagem: a) Curso de Armamento e Tiro (já realizado no final de 2021 e 1º semestre de 2022); b) Curso de Atualização em Investigação Criminal-Policial (com 08 módulos já definidos e com conteúdo em preparação); e c) Curso de Aperfeiçoamento e Atualização em Operação e Técnicas Policiais (com 04 módulos). No futuro PDI também serão reorganizados os cursos técnico-profissionais necessários para promoção na carreira e estabelecidas as especializações para formação e estudos avançados.
No final de ano de 2021, bem como neste ano de 2022, foi aberta pesquisa de opinião entre todos os policiais civis - os que exercem atividades investigativas, operacionais, cartorárias e de gestão - para que manifestassem suas necessidades em cursos de aperfeiçoamento e especialização, sendo com isso montado um plano anual de cursos.
Existem cursos específicos, de pós-graduação, para promoção de Delegados de Polícia, os quais foram ofertados regularmente no ano de 2022, conforme Editais.”

Análise da Equipe:

Conforme a manifestação da PCPR, a equipe entende que há a concordância do órgão com relação à maioria dos apontamentos e das recomendações exaradas, tendo em vista a propositura de ações a fim de atender às providências. Todavia, frisa-se que não foram apresentadas evidências do saneamento do achado ou do cumprimento das recomendações propostas. Dessa forma, opina-se pela manutenção do achado e das recomendações.

Conclusão:

Achado não sanado.

Providências:

À Polícia Civil do Paraná:
Recomendação 4.1: Prever, no Plano de Desenvolvimento Institucional da Escola Superior de Polícia Civil ou outro normativo similar, diretrizes ou objetivos vinculados à promoção de cursos de reciclagem ou de capacitação de cunho obrigatório envolvendo atividades necessárias ao exercício policial.
Recomendação 4.2: Realizar diagnóstico para estabelecimento de competências e capacitações imprescindíveis para o exercício de atividades específicas exercidas pelos servidores, em especial para atuação em delegacia especializada ou para o atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade.
Recomendação 4.3: Realizar diagnóstico quanto à necessidade de capacitações para aperfeiçoamento dos servidores.
Recomendação 4.4: Realizar Plano de Capacitação, de forma periódica, subsidiado por diagnósticos da necessidade de capacitação dos servidores, considerando a promoção de cursos de reciclagem e aperfeiçoamento obrigatório para o exercício das atividades inerentes aos cargos e à área de atuação dentro do corpo policial.
Recomendação 4.5: Estabelecer critérios objetivos e formalizados vinculados à realização de cursos de aperfeiçoamento para concessão da progressão dos servidores.
Recomendação 4.6: Ofertar cursos obrigatórios de reciclagem sobre atividades aplicadas ao processo investigativo e para a atuação em unidades ou setores especializados.

Proposta de encaminhamento:

Processo de Homologação de Recomendações (PHR).

Benefícios Esperados:

Melhoria das investigações policiais.
Aumento da resolutividade de investigações policiais.

Questão de Fiscalização	QF5: Há disponibilização de veículos adequados para a consecução das atividades da Polícia Civil?
Achado n.º 5	Insuficiência de veículos adequados para a consecução das atividades da Polícia Civil.

Condição:

Em praticamente todas as delegacias visitadas, não há viaturas caracterizadas em quantidade suficiente para a realização das atividades investigativas nas delegacias[23]. Além disso, de maneira geral, as poucas viaturas caracterizadas existentes apresentam necessidade constante de consertos, seja por alta quilometragem, problemas elétricos ou por serem veículos com muitos anos de uso[24]. Quando há viaturas novas, não são em quantidade suficiente para atender à demanda da unidade.
No que tange às viaturas descaracterizadas, também se constatou que não há veículos em quantidade suficiente para a realização de todas as atividades policiais[25]. Destaca-se que muitos dos veículos utilizados são provenientes de perdimento, ou seja, não advindos do orçamento da PCPR e com vínculo precário, podendo ser requisitadas pela Justiça a qualquer momento. Da mesma forma, os veículos descaracterizados estão, em geral, em más condições de rodagem, sendo em geral veículos antigos com necessidade de reparo constante[26], afetando sobremaneira a disponibilidade de veículos para as atividades operacionais/investigativas e acarretando um alto dispêndio com serviços de manutenção.

Evidências:

Entrevista realizada com o Delegado-Geral da Polícia Civil da PCPR (papel de trabalho: "3 E.1 - DELEGADO_GERAL_PCPR.xlsx").
Entrevistas realizadas com os Delegados-Chefes das Delegacias de Polícia selecionadas na amostra (papéis de trabalho: "1 E.2 - DELEGACIAS_PILOTO.xlsx" e "5 E.2 - DELEGACIAS_EXECUÇÃO.xlsx").
Resposta da Polícia Civil à Solicitação de Documentos 1 (papel de trabalho: "SD.1 - PCPR.xlsx").

Critério:

Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 4º, incisos V e XIII.
Critério: Art. 4º São princípios da PNSPDS: [...]
V - eficiência na repressão e na apuração das infrações penais; [...]
XIII - otimização dos recursos materiais, humanos e financeiros das instituições;
Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 5º, incisos VII, IX e XI.
Critério: Art. 5º São diretrizes da PNSPDS: [...]
VII - fortalecimento das instituições de segurança pública por meio de investimentos e do desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica; [...]
IX - atuação com base em pesquisas, estudos e diagnósticos em áreas de interesse da segurança pública; [...]
XI - padronização de estruturas, de capacitação, de tecnologia e de equipamentos de interesse da segurança pública;
Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 6º, inciso III.
Critério: Art. 6º São objetivos da PNSPDS: [...]
III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;
Fonte do Critério: Decreto nº 10.822/2021 - Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - Anexo - Ação Estratégica 9, item b.
Critério: Ação Estratégica 9 [...]
b. Modernizar e equipar os órgãos de segurança pública e defesa social para o desempenho adequado de suas atividades;
Fonte do Critério: Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - art. 6º, inciso I.
Critério: Art. 6º Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá: [...]
I - dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais;
Fonte do Critério: Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - art. 13, incisos II e III.
Critério: Art. 13. Incumbirá ainda à autoridade policial: [...]
II - realizar as diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público;
III - cumprir os mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias;
Fonte do Critério: Plano Estratégico da Polícia Civil do Paraná - 2019 a 2023 aprovado pela Deliberação nº 492/2019, item 3, inciso III.
Critério: 3. Fatores críticos de sucesso
O desenvolvimento da PCPR, bem como o sucesso das suas atividades dependem dos seguintes pontos-chave: [...]
III - Recursos financeiros, materiais, estruturais, administrativos e tecnológicos adequados;
Fonte do Critério: Plano Estratégico da Polícia Civil do Paraná - 2019 a 2023 aprovado pela Deliberação nº 492/2019, item 5, inciso III, alínea b, OE A4.
Critério: 5. Objetivos estratégicos e estratégias
Os objetivos estratégicos da PCPR estão distribuídos e agrupados sob quatro perspectivas, sendo eles os seguintes: [...]
III - Perspectiva Aprendizado e Crescimento: [...]
b) Infraestrutura e Logística
OE A4: Prover meios e infraestrutura adequados para o exercício das atividades institucionais.
Estratégia: Garantir a disponibilidade e a modernização permanente dos meios e infraestrutura necessários para o desenvolvimento e sustentabilidade das missões institucionais.
Pelo exposto, a equipe considera os veículos como equipamentos essenciais para a consecução das atividades da Polícia Civil.
Fonte do Critério: Decreto nº 10.822/2021 - Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - Anexo - Ação Estratégica 1, item i.
Critério: Ação Estratégica 1 [...]
i. Racionalizar a destinação de recursos para a segurança pública por meio da adoção de critérios técnicos e da gestão por resultados;

Possíveis causas:

Inexistência de sistema para o controle das condições da frota.
Controle deficitário das condições de rodagem dos veículos que compõem a frota da PCPR.
Inexistência de planejamento que defina o número ideal de veículos caracterizados e descaracterizados por delegacia.
Insuficiência de ações da SESP a fim de viabilizar recursos orçamentários para a renovação da frota da PCPR.
Ausência de programa de renovação periódica da frota.
Ineficiência do processo de manutenção periódica e de conserto dos veículos da frota.
Recursos insuficientes para manutenção e conserto dos veículos da frota.

Possíveis efeitos:

Dificuldade ou impossibilidade de locomoção adequada para atividades policiais, em especial para comparecimento a locais de crime, realização de operações e para a realização de diligências investigativas.
Prejuízo à qualidade das atividades investigativas.

Comentários do gestor:

“Pela PCPR:
A PCPR sempre possuiu sistemas de gerenciamento de frotas, sendo o controle executado pela Subdivisão de Transportes e Manutenção. Atualmente, os sistemas PRIME (empresa terceirizada), tanto de manutenção como de abastecimento, permitem dar um imediato diagnóstico de cada viatura cadastrada, seja a atual quilometragem, consumo, gastos e histórico de manutenção. (fonte: sistemas PRIME/STM/DIE e sistemas STM)
A PCPR possui um planejamento formal para a substituição da frota, abrangendo a troca de todas as viaturas com mais de 5 anos de uso. Esse planejamento é escalonado anualmente, sendo previsto em 4 anos a troca de todas as viaturas nas condições citadas. Esse planejamento leva em consideração a necessidade real de cada unidade, e prevê, ainda, a troca permanente de 2 em 2 anos das novas viaturas, de modo a utilizar a garantia de fábrica. (fonte: Plano Estratégico PCPR), e plano 01/2019 – GAP.
Por parte da SESP:
O orçamento das unidades de execução programática desta Secretaria é planejado pelas respectivas unidades conforme legislação anterior à Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício. Logo, após realizado o planejamento pela unidade, o mesmo é encaminhado à SESP para apenas realizar a formalização do encaminhamento à Secretária da Fazenda, não interferindo de maneira a inviabilizar qualquer gestão planejada pela Unidade de Execução Programática. Após encaminhado à SEFA, compete àquela Secretaria instituir os tetos do orçamento, determinando o total a ser destinado à Polícia Civil para a execução do seu planejamento.
Apesar do informado acima, esta Secretaria de Estado da Segurança Pública realizou investimentos no montante de R$ 28.332,820,08 (vinte e oito milhões, trezentos e trinta e dois mil, oitocentos e vinte reais e oito centavos) em aquisições/contratações destinados a atender a Polícia Civil, onde R$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais) foram destinados a contratações de serviços de manutenção de frota e R$ 15.045.788,08 (quinze milhões, quarenta e cinco mil, setecentos e oitenta e oito reais e oito centavos) à aquisição de veículos, conforme se observa na planilha apresentada em anexo.”

Análise da Equipe:

Em que pese a PCPR informar que há um sistema de gestão de frota, não foram apresentadas evidências de sua existência, nem de que o sistema permite extrair informações sobre as condições de rodagem ou a quilometragem dos veículos pertencentes à frota. Como consequência, conforme evidenciado em entrevistas durante o curso da fiscalização, os responsáveis pela gestão frota não conseguem saber a atual condição dos veículos.
Além disso, o sistema da PRIME não apresenta informações sobre veículos que realizaram manutenções fora do âmbito do contrato de prestação de serviços da empresa. Ademais, este sistema não é de gestão estadual, sendo vinculado à existência de um contrato com a referida empresa.
Embora a PCPR tenha informado existir um planejamento formal para a substituição da frota, este não se baseou em um diagnóstico a respeito do número ideal de veículos por delegacia.
Com relação às respostas da SESP e da PCPR e quanto aos investimentos em aquisição, manutenção e conserto de veículos, a equipe entende que as manifestações dos gestores evidenciam as constatações deste achado e as recomendações propostas, no sentido de que é necessário viabilizar maior orçamento à finalidade proposta, o que se mostra insuficiente dada a disponibilidade orçamentária atual haja vista a situação fática constatada.
Assim sendo, mantêm-se os apontamentos e as recomendações.

Conclusão:

Achado não sanado.

Providências:

À Polícia Civil do Paraná:
Recomendação 5.1: Implementar sistema integrado entre as delegacias do Estado para o controle das condições da frota.
Recomendação 5.2: Estabelecer processo de controle das condições de rodagem dos veículos para sua manutenção, baixa e eventual substituição.
Recomendação 5.3: Realizar e formalizar planejamento que defina o número ideal de veículos caracterizados e descaracterizados por delegacia.
À Polícia Civil do Paraná e à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária:
Recomendação 5.4: Instituir formalmente, em ação conjunta entre a PCPR e a SESP, programa para a renovação periódica da frota.
Recomendação 5.5: Implementar ações a fim de assegurar a manutenção periódica e o conserto, de forma tempestiva, dos veículos da frota da Polícia Civil do Paraná.
À Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária:
Recomendação 5.6: Viabilizar orçamento para a aquisição, manutenção, conserto dos veículos, bem como para a renovação da frota de veículos da Polícia Civil do Paraná.

Proposta de encaminhamento:
Processo de Homologação de Recomendações (PHR).
Benefícios Esperados:
Possibilidade de locomoção adequada para as atividades policiais, em especial para comparecimento a locais de crime, realização de operações e para a realização de diligências investigativas. Melhoria da qualidade das atividades investigativas.

Questão de Fiscalização	QF6: Há disponibilização de itens bélicos adequados para a realização das atividades da Polícia Civil?
Achado n.º 6	Insuficiência de itens bélicos adequados para a consecução das atividades da Polícia Civil.

Condição:

Em 11 das 18 delegacias visitadas presencialmente, foi constatada a inexistência de fuzis para a utilização dos policiais em operações ou para a segurança da unidade,[27] ao passo em que, na maioria delas, foi relatada a necessidade de tal armamento. Em outras delegacias, como no 2º Distrito Policial de Londrina, não há armamento longo nem munição em quantidade suficiente. Ademais, há problemas quanto à habilitação de policiais para a operação de fuzis. Verificou-se que algumas delegacias possuem fuzis, porém não têm policiais habilitados para seu uso, devido à falta de vagas em cursos oferecidos pela PCPR para tanto.
Em outra seara, foi relatada a obsolescência dos armamentos existentes nas unidades, tanto relativa a armamentos longos quanto às armas curtas, que já possuem maior tempo de uso.
Ademais, em resposta à solicitação de documentos, foi apresentado pela PCPR apenas um relatório da Delegacia de Explosivos, Armas e Munições (DEAM) que demonstra a quantidade de armas segundo a espécie, sem fazer menção à suficiência desses.
Também se relatou, em entrevistas com os gestores das unidades, deficiências na troca dos coletes vencidos e no fornecimento de munições. Em quatro delegacias visitadas[28], informou-se a ocorrência de coletes vencidos. No que tange à troca dos coletes femininos, foi relatado o recebimento de colete masculino, que inviabiliza a utilização do armamento por parte de uma policial. Quanto às munições, algumas delegacias reportaram uma quantidade escassa de sua reposição, que só é trocada quando são realizados cursos de reciclagem.

Evidências:

Entrevista realizada com o Delegado-Geral da Polícia Civil da PCPR (papel de trabalho: "3 E.1 - DELEGADO_GERAL_PCPR.xlsx").
Entrevistas realizadas com os Delegados-Chefes das Delegacias de Polícia selecionadas na amostra (papéis de trabalho: "1 E.2 - DELEGACIAS_PILOTO.xlsx" e "5 E.2 - DELEGACIAS_EXECUÇÃO.xlsx").
Resposta da Polícia Civil à Solicitação de Documentos 1 (papel de trabalho: "SD.1 - PCPR.xlsx").

Critério:

Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 4º, incisos V e XIII.
Critério: Art. 4º São princípios da PNSPDS: [...]
V - eficiência na repressão e na apuração das infrações penais; [...]
XIII - otimização dos recursos materiais, humanos e financeiros das instituições;
Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 5º, incisos VII, IX e XI.
Critério: Art. 5º São diretrizes da PNSPDS: [...]
VII - fortalecimento das instituições de segurança pública por meio de investimentos e do desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica; [...]
IX - atuação com base em pesquisas, estudos e diagnósticos em áreas de interesse da segurança pública; [...]
XI - padronização de estruturas, de capacitação, de tecnologia e de equipamentos de interesse da segurança pública;
Fonte do Critério: Decreto nº 10.822/2021 - Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - Anexo - Ação Estratégica 9, item b.
Critério: Ação Estratégica 9 [...]
b. Modernizar e equipar os órgãos de segurança pública e defesa social para o desempenho adequado de suas atividades;
Fonte do Critério: Plano Estratégico da Polícia Civil do Paraná - 2019 a 2023 aprovado pela Deliberação nº 492/2019, item 3, inciso III.
Critério: 3. Fatores críticos de sucesso
O desenvolvimento da PCPR, bem como o sucesso das suas atividades dependem dos seguintes pontos-chave: [...]
III - Recursos financeiros, materiais, estruturais, administrativos e tecnológicos adequados;
Fonte do Critério: Plano Estratégico da Polícia Civil do Paraná - 2019 a 2023 aprovado pela Deliberação nº 492/2019, item 5, inciso I, OE S2 e inciso III, alínea b, OE A4.
Critério: 5. Objetivos estratégicos e estratégias
Os objetivos estratégicos da PCPR estão distribuídos e agrupados sob quatro perspectivas, sendo eles os seguintes:
I - Perspectiva Sociedade: [...]
OE S2: Proteger e defender a sociedade, o Estado e as Instituições contra ameaças reais e potenciais à segurança pública. [...]
III - Perspectiva Aprendizado e Crescimento: [...]
b) Infraestrutura e Logística
OE A4: Prover meios e infraestrutura adequados para o exercício das atividades institucionais.
Estratégia: Garantir a disponibilidade e a modernização permanente dos meios e infraestrutura necessários para o desenvolvimento e sustentabilidade das missões institucionais.
Fonte do Critério: Lei Complementar nº 14/1982 - Estatuto da Polícia Civil do Paraná - art. 73, inciso VII.
Critério: Art. 73. São direitos e prerrogativas dos servidores policiais civis, entre outros: [...]
VII - portar armas, mesmo quando em inatividade.
Fonte do Critério: Decreto nº 10.822/2021 - Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - Anexo - Ação Estratégica 1, item i.
Critério: Ação Estratégica 1 [...]
i. Racionalizar a destinação de recursos para a segurança pública por meio da adoção de critérios técnicos e da gestão por resultados;

Possíveis causas:

Ausência de sistema para o controle dos itens bélicos.
Controle deficitário dos prazos de validade dos coletes e das munições.
Ineficiência do processo de substituição dos coletes e das armas.
Inexistência de planejamento que defina o número ideal de armas, coletes e munições por delegacia.
Insuficiência de ações da SESP a fim de viabilizar recursos orçamentários para a renovação e reposição dos itens bélicos da PCPR.
Recursos insuficientes para renovação e reposição dos itens bélicos.
Ausência de critérios para a cessão de armamentos de calibre longo para as unidades.
Oferta insuficiente de cursos de capacitação em armas longas, dificultando a obtenção de habilitação e munição.
Oferta insuficiente de cursos de capacitação com armas curtas, dificultando a obtenção de munição.

Possíveis efeitos:

Risco à integridade física do policial e do usuário do serviço.
Insegurança do exercício profissional.
Prejuízo ao trabalho nas operações policiais.

Comentários do gestor:

“Pela PCPR:
A PCPR possui sistema de controle de material bélico, que inclusive foi recentemente revisado (SCAM), permitindo melhorias e maior segurança. Esse sistema é operado exclusivamente pela DEAM (Del. de Explosivos, Armas e Munições), e não é integrado por medidas de segurança, já que detém informações sensíveis. (fonte: sistema SCAM/DEAM)
A PCPR possui controle de distribuição de coletes e respectivos prazos de vencimento, gerido pelo setor de patrimônio da DIE. Esse controle é utilizado igualmente para programação de compras e substituições. (fonte: sistemas de controle patrimonial DIE)
A PCPR disponibiliza ao menos uma arma curta para TODOS os policiais. Recentemente, foi efetuada a compra de pistolas importadas, de alta qualidade, que já estão armazenadas para substituição total e padronização do armamento curto, isso após cronograma específico, que incluirá capacitação técnica para uso do novo armamento. (fonte: Plano Estratégico PCPR)
A disponibilidade de armas longas passa necessariamente por critérios técnicos específicos, que vão desde a necessidade local, até o tipo de armamento (calibres, plataformas de uso etc.) e principalmente treinamento operacional. Dessa forma, a PCPR disponibiliza cursos regulares de operador de armas, através da ESPC. Dentro do planejamento estratégico da PCPR, a compra de armas longas é subsequente à compra das curtas, já realizada, dependendo apenas da disponibilidade orçamentária. (fonte: Plano Estratégico PCPR e plano 9/2021 – GAP)
Por parte da SESP:
O orçamento das unidades de execução programática desta Secretaria é planejado pelas respectivas unidades conforme legislação anterior à Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício. Realizado o planejamento pela unidade, este é encaminhado à SESP para apenas proceder o encaminhamento à Secretária da Fazenda, não havendo qualquer interferência no sentido de inviabilizar a gestão planejada pela Unidade de Execução Programática. Na sequência, compete a SEFA instituir os tetos do orçamento, determinando assim, o total a ser destinado à Polícia Civil para a execução do seu planejamento.”

Análise da Equipe:

Em que pese a PCPR informar a existência de um sistema de controle de material bélico, não foram apresentadas evidências de sua existência no curso da fiscalização. Com relação ao controle dos prazos de vencimento dos coletes, ainda que o órgão informe haver controle de distribuição de coletes e seus respectivos prazos de vencimento, as situações observadas no curso da auditoria refletem falhas em seu controle.
Também não foi apresentado planejamento que defina o número ideal de armas, coletes e munições por delegacia, bem como não foi demonstrada a aplicação dos critérios para a cessão de armamentos de calibre longo para cada uma das unidades. Ademais, apesar de a PCPR afirmar que a oferta de cursos de capacitação para habilitação em armas longas ocorre de forma regular, não se vislumbrou tal situação nas entrevistas realizadas em delegacias e nos documentos apresentados. Com relação à capacitação em armas curtas, a própria PCPR afirma que realizará futuramente a capacitação técnica para uso do novo armamento.
Com relação às respostas da SESP e da PCPR quanto aos investimentos na substituição de coletes e armas, a equipe entende que as manifestações dos gestores evidenciam as constatações deste achado e as recomendações propostas. Com relação às armas curtas, apesar de adquiridas, ainda não foram distribuídas a todas as unidades. Dessa forma, faz-se necessário viabilizar maior orçamento à finalidade proposta, o que se mostra insuficiente dada a disponibilidade orçamentária atual haja vista a situação fática constatada.
Portanto, a equipe opina pela manutenção do achado e das recomendações.

Conclusão:

Achado não sanado.

Providências:

À Polícia Civil do Paraná:
Recomendação 6.1: Elaborar ou adequar sistema(s) para o controle dos itens

bélicos que indique os responsáveis pela guarda dos itens e contenha informações relativas ao quantitativo de armas, coletes e munições, bem como os prazos de validade, quando aplicável.
Recomendação 6.2: Estabelecer processo formalizado de controle dos prazos de validade dos coletes e das munições para sua baixa e eventual substituição.
Recomendação 6.3: Realizar e formalizar planejamento que defina o número ideal de armas, coletes e munições por delegacia.
Recomendação 6.4: Implementar formalmente critérios para a cessão de armamentos de calibre longo e munição para as unidades.
Recomendação 6.5: Ofertar, de forma regular, cursos de capacitação para habilitação em armas longas.
Recomendação 6.6: Ofertar, de forma regular, cursos de capacitação em armas curtas.
À Polícia Civil do Paraná e à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária:
Recomendação 6.7: Implementar ações a fim de assegurar a substituição dos coletes e das armas, para que ocorra de forma tempestiva e adequada às unidades.
À Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária:
Recomendação 6.8: Viabilizar orçamento para a renovação e reposição dos itens bélicos da Polícia Civil do Paraná, conforme planejamento que defina o número ideal de armas, coletes e munições por delegacia.

Proposta de encaminhamento:

Processo de Homologação de Recomendações (PHR).

Benefícios Esperados:

Garantia da integridade física do policial e do usuário do serviço.
Maior segurança do exercício profissional.
Benefício ao trabalho nas operações policiais.

Questão de Fiscalização	QF7: O acesso da população aos serviços prestados pela Polícia Civil é adequado?
Achado n.º 7	Deficiências no acesso da população aos serviços prestados pela Polícia Civil.

Condição:

Atualmente, a maioria das delegacias operantes no Estado está situada em municípios sede de comarca. Verificou-se, com base na documentação encaminhada pela PCPR, que o Estado do Paraná possui 276 delegacias, localizadas em 173 municípios, sendo que algumas municipalidades contam com mais de uma Delegacia[29]. Os 226 municípios sem delegacias próprias são atendidos por delegacias relativamente próximas.
A Polícia Civil não possui um planejamento sobre a quantidade ideal de delegacias e a sua distribuição no território estadual com vistas a proporcionar um atendimento tempestivo e adequado à população. Em razão da inexistência deste prognóstico, não é possível afirmar se a quantidade atual de delegacias e sua distribuição entre os municípios são adequadas.
No entanto, é importante mencionar, neste contexto, que, nas entrevistas realizadas em unidades policiais que atendem outros municípios ou distritos distantes, foi relatado que o raio de abrangência não é adequado[30]. A distância elevada não é só prejudicial para o deslocamento do efetivo policial – para a realização de diligências necessárias ao processo investigativo –, mas também para o cidadão que necessita se deslocar longas distâncias efetuar boletins de ocorrência ou quando acionado para ser ouvido no processo investigatório. Tal situação é agravada quando se trata de pessoas de menor poder aquisitivo, pois, geralmente, não possuem meios de locomoção próprios e muitas dessas localidades não contam com transporte público.
Com relação ao horário de atendimento presencial das delegacias, das 15 (quinze) delegacias de atendimento geral visitadas apenas o 2º Distrito de Londrina presta o atendimento pleno por 24h – sendo realizado os procedimentos de prisão em flagrante e o atendimento para registro de Boletins de Ocorrência.
As outras 14 (quatorze) delegacias gerais operam em regime de expediente de segunda a sexta-feira para o atendimento ao público e o registro de BOs, além das demais atividades necessárias ao processo elucidativo de infrações penais. O horário de atendimento varia entre as unidades. No geral, o atendimento presencial tem início entre 8h e 9h e finaliza o expediente entre 17h e 18h. Algumas unidades têm interrupção no funcionamento para o horário de almoço, outras funcionam ininterruptamente. Uma das delegacias visitadas presta atendimento ao público para abertura de BOs apenas em um período do dia, devido à falta de pessoal e a melhor organização das atividades.
O atendimento à população por parte da Polícia Civil nos municípios atendidos por estas delegacias fora do horário de expediente se restringe aos casos de prisão em flagrante realizados, normalmente pela Polícia Militar, e o deslocamento do efetivo policial para locais de crime, que normalmente só ocorrem em casos de morte. Para atender esses casos algumas delegacias trabalham em regime de sobreaviso, outras em regime de plantão e algumas fazem uso do sistema de central de flagrantes regional por subdivisão policial, com formação de equipes presenciais ou parte delas na modalidade remota, nos casos do cargo de escrivão e de delegado.
O uso do sistema de central de flagrantes e de servidores alocados no sistema de sobreaviso é uma alternativa utilizada pela Polícia Civil do Paraná para suprir a falta de efetivo e dar atendimento à população ao menos para os casos de maior de urgência, já mencionados acima. Contudo, salienta-se que não há um padrão estabelecido de como o sistema de central de flagrantes regional deve funcionar no Estado. A organização desses sistemas ocorre no âmbito de cada subdivisão policial, ou seja, é um arranjo local.
Não foram identificados normativos que regulamentam a operação do sistema de central de flagrantes, assim como critérios e estudos para delimitar quando a subdivisional policial deve ou não fazer uso de tal sistema; quais delegacias irão compor o sistema; qual o raio de abrangência do atendimento da central; quantitativo de pessoal necessário; entre outras análises que se fazem necessárias para um melhor funcionamento do sistema e, por conseguinte, de prestação de serviços à sociedade.
Não é demais destacar sobre esse contexto que o uso de sistema de centrais de flagrantes tem consequências que precisam ser consideradas, pois envolve não só deslocamento do preso, como da equipe da PM e das vítimas envolvidas no crime. Isso pode deixar o município desguarnecido de policiais militares devido ao deslocamento e ao tempo de trâmite na delegacia que sedia a central de flagrantes. Algumas centrais também montam equipes para se deslocarem aos municípios abrangidos no sistema para atender os locais no caso de crimes de morte.
Quanto ao horário de funcionamento nas três delegacias especializadas visitadas, apenas a Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa de Curitiba opera 24h. No entanto, a unidade não tem a finalidade de prestar atendimento à população para abertura de BOs, mas ainda assim relatou-se que é realizado o atendimento ao cidadão que comparece à Delegacia e não tem condições de se locomover para outra delegacia aberta, posteriormente é encaminhado o BO para outra delegacia realizar as devidas apurações.
O NUCRIA de Ponta Grossa e a Delegacia da Mulher de Foz do Iguaçu funcionam também no regime de expediente de segunda a sexta-feira nos horários já mencionados. Portanto, o atendimento de crimes que tenham como vítimas mulheres, crianças e adolescentes nos referidos municípios fora do horário de expediente se dá em outras delegacias. Posteriormente, o desenvolvimento das atividades investigativas é encaminhado para as referidas unidades. De acordo com as informações prestadas seria melhor que as especializadas pudessem ampliar o horário de atendimento, caso possuísse efetivo, para fornecer atendimento especializado à população.
Por fim, registra-se, com base nas observações realizadas nas delegacias e com as indagações realizadas com servidores entrevistados que, com as atuais condições estruturais e de falta de efetivo – muitas vezes suprida por estagiários e funcionários cedido pela Prefeitura –, não é possível proporcionar um adequado atendimento presencial aos cidadãos.

Evidências:

Entrevista realizada com o Delegado-Geral da Polícia Civil da PCPR (papel de trabalho: "3 E.1 - DELEGADO_GERAL_PCPR.xlsx").
Entrevistas realizadas com os Delegados-Chefes das Delegacias de Polícia selecionadas na amostra (papéis de trabalho: "1 E.2 - DELEGACIAS_PILOTO.xlsx" e "5 E.2 - DELEGACIAS_EXECUÇÃO.xlsx").
Resposta da Polícia Civil à Solicitação de Documentos 1 (papel de trabalho: "SD.1 - PCPR.xlsx").

Critério:

Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 4º, incisos III, IV, V, XIII e XIV.
Critério: Art. 4º São princípios da PNSPDS: [...]
III - proteção dos direitos humanos, respeito aos direitos fundamentais e promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana;
IV - eficiência na prevenção e no controle das infrações penais;
V - eficiência na repressão e na apuração das infrações penais; [...]
XIII - otimização dos recursos materiais, humanos e financeiros das instituições;
XIV - simplicidade, informalidade, economia procedimental e celeridade no serviço prestado à sociedade;
Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 5º, incisos I, IX e X.
Critério: Art. 5º São diretrizes da PNSPDS:
I - atendimento imediato ao cidadão; [...]
IX - atuação com base em pesquisas, estudos e diagnósticos em áreas de interesse da segurança pública;
X - atendimento prioritário, qualificado e humanizado às pessoas em situação de vulnerabilidade;
Fonte do Critério: Plano Estratégico da Polícia Civil do Paraná - 2019 a 2023 aprovado pela Deliberação nº 492/2019, item 4, incisos V e VI.
Critério: 4. Políticas Institucionais
No exercício das suas atividades a PCPR deve guiar-se pelos seguintes parâmetros: [...]
V - Respeito aos direitos humanos e à cidadania;
VI - Aproximação com a sociedade;
Fonte do Critério: Decreto nº 10.822/2021 - Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - Anexo - Ação Estratégica 12, itens a e b.
Critério: Ação Estratégica 12 [...]
a. Qualificar o atendimento às mulheres, aos jovens e a outros grupos vulneráveis vítimas de violência, por meio da criação ou da estruturação de espaços humanizados para o atendimento e o encaminhamento adequado das vítimas;
b. Fomentar e apoiar o atendimento humanizado e integral às vítimas de violência sexual;
Fonte do Critério: Plano Estratégico da Polícia Civil do Paraná - 2019 a 2023 aprovado pela Deliberação nº 492/2019, item 5, inciso II, OE P8 e OE P9.
Critério: 5. Objetivos estratégicos e estratégias
Os objetivos estratégicos da PCPR estão distribuídos e agrupados sob quatro perspectivas, sendo eles os seguintes: [...]
II - Perspectiva Processos Internos:
OE P8: Garantir excelência no atendimento ao público.
Estratégia: Aperfeiçoar o atendimento ao público, elevando a satisfação do cidadão com os serviços prestados e produtos oferecidos pela PCPR. Mapear e redesenhar processos relacionados ao atendimento ao público, de modo a melhorar o tempo de resposta de serviços.
OE P9: Otimizar processos administrativos e operacionais.
Estratégia: Mapear e identificar problemas, defeitos e óbices em processos administrativos e operacionais, visando extinguir retrabalho, criar padronização e alcançar o máximo de resultados com o mínimo de recursos humanos e financeiros. Implementar Procedimentos Operacionais Padrão - POP em processos rotineiros de atendimento.
Fonte do Critério: Decreto nº 10.822/2021 - Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - Anexo - Ação Estratégica 1, item i.
Critério: Ação Estratégica 1 [...]
i. Racionalizar a destinação de recursos para a segurança pública por meio da adoção de critérios técnicos e da gestão por resultados;

Possíveis causas:
Ausência de normativa que regulamente quantitativo mínimo de pessoal (investigador, escrivão e delegado) para operação de delegacias no regime de expediente e no de plantão. Ausência de normativas que regulamentem as condições para a operação do sistema de centrais utilizadas para recepcionamento de flagrantes e deslocamento para atendimento de locais de crime (condições de infraestrutura mínima; distância máxima para deslocamento; quantitativo mínimo da equipe policial – presencial e remoto –; regime de trabalho; entre outras variáveis necessárias). Ausência de planejamento, considerando os indicadores de criminalidade, sobre a quantidade ideal de delegacias e a sua distribuição no território estadual com vistas a proporcionar um atendimento tempestivo e adequado à população. Ausência de servidores (delegados, escrivães e investigadores) em número suficiente para atender à escala de plantões nas delegacias a fim de proporcionar o adequado recepcionamento das ocorrências, respeitando a célula mínima de dois policiais. Ausência de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) que regulamentem o processo de atendimento ao público em geral. Insuficiência de oferta de cursos para atendimento ao público em geral e para pessoas em situação de vulnerabilidade.
Possíveis efeitos:
Baixa elucidação de infrações penais. Não atendimento da população pela Polícia Civil. Atendimento inadequado da população pela Polícia Civil, em especial às pessoas em situação de vulnerabilidade. Morosidade no atendimento à população.
Comentários do gestor:
"Pela PCPR: Está em fase final de elaboração Portaria Normativa do Delegado Geral, reestruturando e uniformizando procedimentos relativos aos atos realizados nas Centrais de Flagrantes. Com a iminente inclusão dos Delegados e Investigadores nos quadros da PCPR, que passaram no último concurso, e cuja formatura ocorrerá em 23/dez próximo, a PCPR irá aumentar a quantidade das unidades que atenderão 24hs, melhorando assim o quesito atendimento. (fonte: Plano Estratégico PCPR) O Departamento da Polícia Civil, conforme entrevista realizada com o Delegado Geral, está realizando tratativas para assegurar legalmente a reposição periódica dos quadros da Polícia Civil através de um programa de reposição permanente do efetivo, de modo a recompor e evitar futuras perdas. (fonte: Plano Estratégico PCPR) Lembramos e destacamos que a revisão do sistema PPJe, já em andamento, permitirá uma grande melhora na avaliação das atividades dos servidores, na medida que permitirá elaboração de relatórios estatísticos de gestão."
Análise da Equipe:
Conforme se depreende da resposta acima, a equipe entende que a PCPR concorda com os apontamentos e recomendações feitas, haja vista que enumerou ações no sentido de solucionar as condições encontradas no presente achado. Desse modo, mantém-se o achado e as recomendações.
Conclusão:
Achado não sanado.
Providências:
À Polícia Civil do Paraná: Recomendação 7.1: Elaborar normativa que regulamente o quantitativo mínimo de pessoal (investigador, escrivão e delegado) para operação de delegacias no regime de expediente e no de plantão. Recomendação 7.2: Elaborar normativas que regulamentem as condições para a operação do sistema de centrais utilizadas para recepcionamento de flagrantes e deslocamento para atendimento de locais de crime (condições de infraestrutura mínima; distância máxima para deslocamento; quantitativo mínimo da equipe policial – presencial e remoto –; regime de trabalho; entre outras variáveis necessárias). Recomendação 7.3: Realizar e formalizar planejamento, considerando os indicadores de criminalidade, sobre a quantidade ideal de delegacias e a sua distribuição no território estadual com vistas a proporcionar um atendimento tempestivo e adequado à população. Recomendação 7.4: Realizar ações a fim de garantir a permanência de servidores (delegados, escrivães e investigadores) em número suficiente para atender à escala de plantões nas delegacias a fim de proporcionar o adequado recepcionamento das ocorrências, sendo observada a célula policial mínima. Recomendação 7.5: Ofertar de forma regular cursos para atendimento ao público em geral e para pessoas em situação de vulnerabilidade.
Proposta de encaminhamento:
Processo de Homologação de Recomendações (PHR).
Benefícios Esperados:
Aumento na elucidação de infrações penais. Atendimento pleno da população pela Polícia Civil. Atendimento adequado da população pela Polícia Civil, em especial às pessoas em situação de vulnerabilidade. Celeridade no atendimento à população.

Questão de Fiscalização	QF7: O acesso da população aos serviços prestados pela Polícia Civil é adequado?
Achado n.º 8	Não atendimento à demanda por investigações policiais.

Condição:
Constatou-se, por meio das entrevistas, que as delegacias não conseguem se deslocar para os locais de crime, sendo necessário realizar priorizações. A política geral identificada é de se deslocar em todos os locais de crime que envolvam homicídio. Outras priorizações dependem da política estabelecida no âmbito de cada delegacia ou das centrais de flagrantes regionalizadas que também realizam o deslocamento de efetivo para os locais de crime. As principais priorizações identificadas, além dos casos de homicídios, são suicídios (em caso de dúvidas quanto à autoria/tipificação), alguns tipos de crime contra vulneráveis e de grande repercussão. Algumas delegacias conseguem ir a locais de crime de outras naturezas quando a incidência de ocorrências é menor no Município[31]. Frisa-se alguns pontos sobre o atendimento de locais de crime que merecem atenção: normalmente apenas os investigadores se deslocam para o local de crime (sem a presença do Delegado); há situações em que determinadas delegacias não conseguem enviar efetivo para locais de crime, mesmo que envolvam homicídios, devido à distância e pelo investigador estar sozinho na unidade; por vezes o deslocamento para o local de crime é feito por um único investigador, em desconformidade com a diretriz da célula mínima de dois policiais. A Polícia Civil do Paraná não consegue atender toda a demanda por investigação. Assim como para o deslocamento para atendimento aos locais de crime, faz-se necessário priorizar a apuração das infrações penais. Os crimes priorizados são os de maior gravidade, como de homicídio, contra vulneráveis e de grande repercussão. Quando há crimes, mesmo que de menor gravidade, em que se existe autoria conhecida, sempre que possível, também são desenvolvidas as apurações. Não é possível realizar análises com razoável segurança quanto ao desempenho das atividades investigativas realizadas pela Polícia Civil do Paraná, em virtude das limitações identificadas nos dados fornecidos, parte delas pelas limitações inerentes ao sistema PPJe, utilizado para gestão das atividades investigativas – fragilidades apontadas e tratadas no Achado de nº 9[32]. Embora existam limitações nos dados foram realizadas as seguintes análises: a) Em 2021 foram abertos cerca de 563 mil Boletins de Ocorrência para verificação da PCPR. No entanto, foram registrados no PPJe aproximadamente 168 mil BOs, cerca de 30%. Não é possível afirmar com os dados fornecidos que todos os BOs não registrados no PPJe são crimes, pois há muitos boletins feitos que não constituem crimes, como, por exemplo, o de extravio de documentos. Contudo, analisando esses dados, em conjunto com as informações relatadas em entrevista de que é necessário realizar a priorização das investigações e que crimes de menor gravidade ou de autoria desconhecida acabam não sendo registrados no PPJe, indica a limitação da capacidade de atendimento da Polícia Civil; b) Dos 168 mil BOs de 2021 registrados no PPJe 41.245 ainda se encontram em análise. Isso indica que cerca de 25% das ocorrências de 2021 ainda não avançaram internamente para apuração de possíveis infrações penais. Com base nas análises feitas, na limitação de recursos identificadas e nas informações relatadas em entrevistas de que, mesmo havendo priorização dos crimes, há uma série de atividades de investigação que são prejudicadas ou inviabilizadas pela falta de efetivo e de capacitações, pode-se concluir que Polícia Civil possui uma baixa capacidade investigativa, ou seja, de atender à demanda da sociedade por apuração de infrações penais.
Evidências:
Entrevistas realizadas com os Delegados Titulares e servidores das Delegacias de Polícia selecionadas na amostra (papéis de trabalho: "1 E.2 - DELEGACIAS_PILOTO.xlsx" e "5 E.2 - DELEGACIAS_EXECUÇÃO.xlsx"). Resposta da Polícia Civil à Solicitação de Documentos 1 (papel de trabalho: "SD.1 - PCPR.xlsx"). Entrevista realizada com o Delegado-Geral da Polícia Civil da PCPR (papel de trabalho: "3 E.1 - DELEGADO_GERAL_PCPR.xlsx").
Critério:
Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 4º, incisos III, IV, V, XIII e XIV. Critério: Art. 4º São princípios da PNSPDS: [...] III - proteção dos direitos humanos, respeito aos direitos fundamentais e promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana; IV - eficiência na prevenção e no controle das infrações penais; V - eficiência na repressão e na apuração das infrações penais; [...] XIII - otimização dos recursos materiais, humanos e financeiros das instituições; XIV - simplicidade, informalidade, economia procedimental e celeridade no serviço prestado à sociedade; Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 5º, incisos I, IX e X. Critério: Art. 5º São diretrizes da PNSPDS: I - atendimento imediato ao cidadão; [...] IX - atuação com base em pesquisas, estudos e diagnósticos em áreas de interesse da segurança pública; X - atendimento prioritário, qualificado e humanizado às pessoas em situação de vulnerabilidade; Fonte do Critério: Plano Estratégico da Polícia Civil do Paraná - 2019 a 2023 aprovado pela Deliberação nº 492/2019, item 4, incisos V e VI. Critério: 4. Políticas Institucionais No exercício das suas atividades a PCPR deve guiar-se pelos seguintes parâmetros: [...] V - Respeito aos direitos humanos e à cidadania; VI - Aproximação com a sociedade; Fonte do Critério: Decreto nº 10.822/2021 - Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - Anexo - Ação Estratégica 12, itens a e b. Critério: Ação Estratégica 12 [...] a. Qualificar o atendimento às mulheres, aos jovens e a outros grupos vulneráveis vítimas de violência, por meio da criação ou da estruturação de espaços humanizados para o atendimento e o encaminhamento adequado das vítimas; b. Fomentar e apoiar o atendimento humanizado e integral às vítimas de violência sexual; Fonte do Critério: Plano Estratégico da Polícia Civil do Paraná - 2019 a 2023 aprovado pela Deliberação nº 492/2019, item 5, inciso II, OE P8 e OE P9.

Critério: 5. Objetivos estratégicos e estratégias
Os objetivos estratégicos da PCPR estão distribuídos e agrupados sob quatro perspectivas, sendo eles os seguintes: [...]
II - Perspectiva Processos Internos:
OE P8: Garantir excelência no atendimento ao público.
Estratégia: Aperfeiçoar o atendimento ao público, elevando a satisfação do cidadão com os serviços prestados e produtos oferecidos pela PCPR. Mapear e redesenhar processos relacionados ao atendimento ao público, de modo a melhorar o tempo de resposta de serviços.
OE P9: Otimizar processos administrativos e operacionais.
Estratégia: Mapear e identificar problemas, defeitos e óbices em processos administrativos e operacionais, visando extinguir retrabalho, criar padronização e alcançar o máximo de resultados com o mínimo de recursos humanos e financeiros. Implementar Procedimentos Operacionais Padrão - POP em processos rotineiros de atendimento.
Fonte do Critério: Decreto nº 10.822/2021 - Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - Anexo - Ação Estratégica 1, item i.
Critério: Ação Estratégica 1 [...]
i. Racionalizar a destinação de recursos para a segurança pública por meio da adoção de critérios técnicos e da gestão por resultados;

Possíveis causas:

Ausência de servidores (delegados e investigadores) em número suficiente para atender aos chamados em locais de crime, considerando a célula mínima de dois policiais.
Ausência de servidores (delegados, escrivães e investigadores) em número suficiente para atender à demanda por investigações nas delegacias, considerando a célula mínima de dois policiais para a realização das atividades policiais.
Ausência de planejamento quanto ao número ideal de servidores em cada delegacia do Estado para a plena consecução das atividades investigativas.

Possíveis efeitos:

Baixa elucidação de infrações penais.
Não atendimento da população pela Polícia Civil.

Comentários do gestor:

“Pela PCPR:
O Departamento da Polícia Civil, conforme entrevista realizada com o Delegado Geral, está realizando tratativas para assegurar legalmente a reposição periódica dos quadros da Polícia Civil através de um programa de reposição permanente do efetivo, de modo a recompor e evitar futuras perdas. (fonte: Plano Estratégico PCPR)
Por parte da SESP:
Conforme informado no achado 3, em observância a recomendação 3.4 proferida pela Egrégia Inspetoria de Controle Externo no Relatório de Fiscalização n.º 03/2022, no qual foi recomendado a esta Secretaria para “Viabilizar o provimento de pessoal de forma contínua para a consecução das atividades investigativas da Polícia Civil do Paraná”, temos a informar que todo levantamento inicial da mão de obra necessária para suprimento das necessidades cotidianas das unidades vinculadas a esta Pasta, partem de iniciativa do órgão requisitante, o qual deve apresentar estudo acerca da necessidade de reposição de mão de obra nas unidades sob sua responsabilidade as quais são de conhecimento do próprio Órgão, em observância ao autorizado e previsto em legislação específica conforme o quadro.
Desta forma, sempre que recepcionada solicitação para autorização de abertura de concurso público, esta Secretaria realiza todos os trâmites necessários para a devida viabilização junto as demais secretarias envolvidas, sendo elas SEAP, SEFA e Casa Civil, de forma a propiciar o pleno atendimento ante a necessidade apresentada pelo órgão demandante. A Autorização depende de análises principalmente orçamentárias, tendo em vista o impacto orçamentário e financeiro que recai sobre o orçamento previsto e autorizado. Mesmo assim, esta Secretaria não mede esforços na forma de viabilizar o pleno atendimento junto as demais pastas envolvidas, seja pela autorização de abertura de concurso, ou até mesmo expansão da quantidade de chamamento de candidatos em fila de espera, em concursos já realizados, como por exemplo citamos o caso dos 150 Delegados, e também dos 2400 Policiais Militares, chamados no presente ano, além dos já previstos Investigadores, Papiloscopistas, Escrivães, Peritos Oficiais e Agentes Auxiliares de Peritos Oficiais.
Importante frisar, que conforme Decreto n.º 10.313 de 18 de fevereiro de 2022, houve normativa sobre Taxas de Reposição que servirão de autorização para abertura de concursos públicos, ampliação de vagas em concursos vigentes e decorrentes nomeações de servidores públicos efetivos estaduais da administração direta e autárquica do poder executivo estadual, e adota outras providências, nesta esteira, a decisão definitiva para contratação, para "viabilizar", ultrapassa a competência orçamentária desta Pasta.
Neste diapasão, esta Secretaria tem orientado as unidades programáticas: (PMPR, CCB, DEPPEN, PCPR, PCP) para realizar as solicitações de concurso periodicamente, observadas as legislações vigentes. Denota-se que a Polícia Cientifica, tem autorização para abertura de concurso para Auxiliar de Perícia (15.461.484-2, apensado ao 19.340.617-3), além de protocolo solicitando concurso de Perito Oficial, (19.345.500-0). Do Deppen, há solicitação de concurso de Policial Penal, (19.599.062-0). Da Polícia Civil, o concurso público 2020 está em vigência, com prazo de validade de dois anos prorrogável por igual período.”

Análise da Equipe:

Com relação aos comentários da PCPR, a equipe de fiscalização entende que o órgão concorda com os apontamentos e recomendações, pois apontou a realização de ações para adequar o provimento de pessoal ao necessário para a consecução das atividades policiais.
No tocante às manifestações da SESP, foram listadas ações de sua competência no sentido de viabilizar o provimento de pessoal. Todavia, a situação fática observada de pessoal na PCPR demonstra-se insuficiente para a plena consecução de suas atividades, sendo necessária articulação com as demais Secretarias e com o Governo do Estado no sentido de instituir uma política para a ampliação e reposição do quadro de pessoal ocupado na PCPR. Dessa forma, mantém-se a recomendação ao órgão com alteração em sua redação e nos responsáveis.

Conclusão:

Achado não sanado.

Providências:

À Polícia Civil do Paraná:
Recomendação 3.1 (tratada no Achado n.º 3): Realizar e formalizar planejamento que defina o número ideal de servidores por cargo por delegacia.
À Polícia Civil do Paraná e à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária:
Recomendação 3.3 (tratada no Achado n.º 3): Instituir política de provimento de pessoal de forma contínua que viabilize efetivo para a plena consecução das atividades investigativas da Polícia Civil do Paraná.
Recomendação 3.4 (tratada no Achado n.º 3): Implementar ações a fim de assegurar o provimento de pessoal de forma contínua, de acordo com a necessidade estabelecida pelo planejamento realizado, permitindo a consecução das atividades investigativas do órgão.
À Polícia Civil do Paraná:
Recomendação 8.1: Realizar ações para alocar servidores (delegados, escrivães e investigadores) nas delegacias do Estado em número suficiente para suprir a demanda por atendimento à locais de crime e para realizar as atividades investigativas necessárias à apuração de infrações penais.

Proposta de encaminhamento:

Processo de Homologação de Recomendações (PHR).

Benefícios Esperados:

Aumento na elucidação de infrações penais.
Atendimento pleno da população pela Polícia Civil.

Questão de Fiscalização	QF8: O processo de recepcionamento e controle das ocorrências registradas pela Polícia Civil é adequado?
Achado n.º 9	Ausência de sistema para controle de objetos apreendidos no processo de recepcionamento de ocorrências.

Condição:

Não há sistema específico para o registro e controle dos objetos apreendidos, sendo esses registrados no sistema BOU ou no auto de apreensão do PPJe (Processo Judicial Eletrônico). Devido à falta de um sistema específico, não há a possibilidade de categorização dos dados, a fim de se obter uma relação dos itens apreendidos por delegacia, impossibilitando a geração de relatórios e o controle gerencial dos objetos apreendidos. Assim, em cada unidade os escrivães criam os seus controles próprios, não havendo sistematização nem uniformização dos dados. Por fim não há vinculação automática do registro dos objetos apreendidos com os demais sistemas da PCPR.

Evidências:

Observação física in loco dos sistemas informatizados utilizados pela PCPR em conjunto com o chefe da Coordenação de Informática (papel de trabalho: "4 OBF.2 - SISTEMAS_TI.xlsx").
Entrevistas realizadas com os Delegados Titulares e servidores das Delegacias de Polícia selecionadas na amostra (papéis de trabalho: "1 E.2 - DELEGACIAS_PILOTO.xlsx" e "5 E.2 - DELEGACIAS_EXECUÇÃO.xlsx").
Resposta da Polícia Civil à Solicitação de Documentos 1 (papel de trabalho: "SD.1 - PCPR.xlsx").
Entrevista realizada com o Delegado-Geral da Polícia Civil da PCPR (papel de trabalho: "3 E.1 - DELEGADO_GERAL_PCPR.xlsx").

Critério:

Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 4º, incisos IV, V e XVI.
Critério: Art. 4º São princípios da PNSPDS: [...]
IV - eficiência na prevenção e no controle das infrações penais;
V - eficiência na repressão e na apuração das infrações penais; [...]
XVI - transparência, responsabilização e prestação de contas.
Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 5º, incisos XXII e XXIII.
Critério: Art. 5º São diretrizes da PNSPDS: [...]
XXII - unidade de registro de ocorrência policial;
XXIII - uso de sistema integrado de informações e dados eletrônicos;
Fonte do Critério: Decreto nº 10.822/2021 - Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - Anexo - Ação Estratégica 2, item b.
Critério: Ação Estratégica 2 [...]
c. Promover a atuação padronizada dos órgãos de segurança pública e defesa social;
Fonte do Critério: Plano Estratégico da Polícia Civil do Paraná - 2019 a 2023 aprovado pela Deliberação nº 492/2019, item 5, inciso I, OE S1.
Critério: 5. Objetivos estratégicos e estratégias
I - Perspectiva e Sociedade:
OE S1: Elucidar infrações penais com agilidade e eficiência.
Estratégia: Modernizar os procedimentos de polícia judiciária e adotar novos métodos de investigação criminal capazes de assegurar celeridade e eficiência na coleta, análise e produção de elementos de prova.
Fonte do Critério: Plano Estratégico da Polícia Civil do Paraná - 2019 a 2023 aprovado pela Deliberação nº 492/2019, item 5, inciso II, OE P9.
Critério: 5. Objetivos estratégicos e estratégias
Os objetivos estratégicos da PCPR estão distribuídos e agrupados sob quatro perspectivas, sendo eles os seguintes: [...]
II - Perspectiva Processos Internos:
OE P9: Otimizar processos administrativos e operacionais.

Estratégia: Mapear e identificar problemas, defeitos e óbices em processos administrativos e operacionais, visando extinguir retrabalho, criar padronização e alcançar o máximo de resultados com o mínimo de recursos humanos e financeiros. Implementar Procedimentos Operacionais Padrão - POP em processos rotineiros de atendimento. Fonte do Critério: Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - art. 11. Critério: Art. 11. Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.
Possíveis causas:
Ausência de solução tecnológica específica para registro de objetos apreendidos. Insuficiência de capacitação quanto à operacionalização da apreensão e custódia de objetos.
Possíveis efeitos:
Extravio de objetos apreendidos. Dificuldade na localização de objetos apreendidos. Prejuízo às atividades investigativas. Quebra da cadeia de custódia de vestígios.
Comentários do gestor:
"Pela PCPR: A PCPR já possui, através do sistema PPJe, ferramenta para registro de apreensões. Já existe campo para tal finalidade, que inclusive é diretamente ligado ao procedimento referente. A já citada revisão do sistema PPJe e respectiva possibilidade de implementação de relatórios de gerenciamento e estatística, irá melhorar o desempenho das atividades. (fonte: Plano Estratégico PCPR e sistema PPJe)"
Análise da Equipe:
Apesar de a PCPR informar que o PPJe é utilizado como ferramenta para o registro de apreensões, identificou-se, por meio das entrevistas e solicitações de documentos, que tal sistema não possibilita a categorização dos dados, a geração de relatórios, o controle gerencial dos objetos e a uniformização dos dados. Deste modo, mantém-se o entendimento inicial da equipe.
Conclusão:
Achado não sanado.
Providências:
À Polícia Civil do Paraná: Recomendação 9.1: Implementar solução tecnológica para registro de objetos apreendidos de forma integrada aos demais sistemas da Polícia Civil do Paraná (Boletim de Ocorrência Unificado e Processo Judicial Eletrônico). Recomendação 9.2: Promover a capacitação dos servidores quanto à apreensão e custódia de objetos, assim como para a utilização do sistema de controle dos objetos apreendidos.
Proposta de encaminhamento:
Processo de Homologação de Recomendações (PHR).
Benefícios Esperados:
Controle adequado dos objetos apreendidos. Melhoria da integridade da cadeia de custódia de vestígios.

Questão de Fiscalização	QF9: O controle operacional das atividades investigativas da Polícia Civil é adequado?
Achado n.º 10	Falhas no controle e na organização dos processos relativos às atividades da Polícia Civil.

Condição:
Para a avaliação do controle e da organização dos processos investigativos da PCPR, foram verificados os sistemas utilizados e a padronização dos procedimentos, bem como sua implementação. Quanto aos sistemas informatizados, verificou-se, em entrevista realizada com o Coordenador de Informática da PCPR, a existência de filtros e relatórios gerenciais disponíveis para consulta das ocorrências no âmbito do sistema Boletim de Ocorrência Unificado (BOU), porém não foi demonstrada a existência de relatórios gerenciais no sistema Processo Judicial Eletrônico (PPJe). A PCPR também dispõe de uma ferramenta Business Intelligence (BI) a qual permite a realização de consultas de interesse da PCPR. Todavia, não há métricas claras para o estabelecimento de metas de desempenho gerenciais, como a definição do conceito do que constitui um inquérito concluído ou mesmo solucionado. Ademais, em que pese a existência da ferramenta BI, em resposta à solicitação de documentos verificou-se que os dados foram preenchidos por cada uma das unidades, evidenciando que o órgão não possui base de dados consolidada das informações solicitadas quanto aos procedimentos investigativos e seus encaminhamentos. Por esse motivo, observou-se que os dados não apresentam uniformidade metodológica e grande variância entre eles. Quanto à padronização dos processos investigativos, evidenciou-se que houve a normatização de procedimentos investigativos para alguns tipos de crimes de forma recente, por meio do lançamento do Manual Prático de Procedimentos de Polícia Judiciária do Paraná (editado em 22/08/2022). O manual abarca tópicos relativos à investigação de crimes cibernéticos, financeiros, contrabando, homicídios, bem como outros assuntos relacionados à investigação criminal, como colaborações premiadas e perícias em local de crime. Todavia, em entrevistas nas unidades, evidenciou-se que os gestores e servidores das delegacias, em sua grande maioria, não têm conhecimento do conteúdo dos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), denotando uma baixa implementação[33]. Ademais, as entrevistas com os gestores locais das delegacias evidenciaram que os servidores não participaram de treinamentos sobre os procedimentos investigativos regulamentados pelos POPs da PCPR.

Evidências:
Observação física in loco dos sistemas informatizados utilizados pela PCPR em conjunto com o chefe da Coordenação de Informática (papel de trabalho: "4 OBF.2 - SISTEMAS_TI.xlsx"). Resposta da Polícia Civil à Solicitação de Documentos 1 (papel de trabalho: "SD.1 - PCPR.xlsx").
Critério:
Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 4º, incisos IV, V, XVI e XVI. Critério: Art. 4º São princípios da PNSPDS: [...] IV - eficiência na prevenção e no controle das infrações penais; V - eficiência na repressão e na apuração das infrações penais; [...] XIV - simplicidade, informalidade, economia procedimental e celeridade no serviço prestado à sociedade; [...] XVI - transparência, responsabilização e prestação de contas; Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 5º, inciso XXIII. Critério: Art. 5º São diretrizes da PNSPDS: [...] XXIII - uso de sistema integrado de informações e dados eletrônicos; Fonte do Critério: Decreto nº 10.822/2021 - Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - Anexo - Ação Estratégica 2, item b. Critério: Ação Estratégica 2 [...] c. Promover a atuação padronizada dos órgãos de segurança pública e defesa social; Fonte do Critério: Decreto nº 10.822/2021 - Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - Anexo - Ação Estratégica 10, item l. Critério: Ação Estratégica 10 [...] l. Promover a elaboração e a difusão de Procedimentos Operacionais Padrão - POP; Fonte do Critério: Plano Estratégico da Polícia Civil do Paraná - 2019 a 2023 aprovado pela Deliberação nº 492/2019, item 5, inciso II, OE P4. Critério: 5. Objetivos estratégicos e estratégias Os objetivos estratégicos da PCPR estão distribuídos e agrupados sob quatro perspectivas, sendo eles os seguintes: [...] II - Perspectiva Processos Internos: OE P4: Atribuir enfoque sistêmico às atividades de polícia judiciária. Estratégia: Promover ações interdepartamentais. Assegurar a cooperação efetiva e o fluxo sistêmico e oportuno de dados e informações entre as diversas unidades policiais, integrando e coordenando as atividades de inteligência e investigação.
Possíveis causas:
Ausência de estabelecimento e formalização de conceitos para a definição de métricas de desempenho. Ausência de visões e relatórios gerenciais no sistema Processo Judicial Eletrônico (PPJe). Não elaboração de procedimentos operacionais padrão para todas as atividades investigativas. Divulgação insuficiente sobre os procedimentos operacionais padrão estabelecidos para a Polícia Civil do Paraná. Ausência de treinamento sobre os procedimentos operacionais padrão estabelecidos para a Polícia Civil do Paraná.
Possíveis efeitos:
Dificuldade no monitoramento do desempenho da atividade policial. Prejuízo à gestão estratégica e ao estabelecimento de ações corretivas e melhorias à atividade policial. Falta de padronização dos procedimentos e dos produtos da investigação policial.
Comentários do gestor:
"Pela PCPR: O Departamento da Polícia Civil designou uma comissão de revisão do PPJe e BI, que está efetuando os respectivos trabalhos de revisão dos sistemas, incluindo a possibilidade de elaboração de relatórios estatísticos e de gestão. (fonte: Plano Estratégico PCPR SESP/CELEPAR) A PCPR instituiu o Manual Prático de Procedimentos da Polícia Civil, que possui atualmente 38 assuntos/temas catalogados, com 705 páginas, padronizando assim os atendimentos e ações nas diversas áreas contempladas. Esse manual está disponível no site da Polícia Civil, na área de acesso policial, e foi devidamente divulgado a todos os servidores. (fonte: site PCPR https://www.areapolicial.pc.pr.gov.br/Pagina/GAP-Manuais) Além do Manual de Procedimentos, estão disponíveis a todos os servidores, no mesmo canal, os manuais do Assistente Administrativo, Manual do PPJe/Procedimentos de Polícia Judiciária eletrônicos e Manual Simplificado Central de Flagrantes DPE, sendo esse último padronização de atendimento de matérias sensíveis, tais como Adolescentes, Trânsito e Del da Mulher. Cumpre ainda lembrar que as atividades da PCPR são controladas pela Corregedoria da Polícia Civil, que emite regularmente normas de controle e condutas, e exerce atividades de correição regular física nas unidades, através de calendário permanente, sendo, talvez, o maior e mais importante sistema de controle de atividades e produção. (Fonte: https://www.policiacivil.pr.gov.br/Corregedoria-Geral)"
Análise da Equipe:
No que tange à implementação de módulos e relatórios gerenciais no sistema Processo Judicial Eletrônico (PPJe), a PCPR concordou com o apontamento, ao informar que possui uma comissão de revisão dos sistemas para possibilitar a elaboração de relatórios estatísticos. Com relação à recomendação preliminar emitida pela equipe quanto à ampliação da padronização dos procedimentos investigativos, a equipe reavaliou o seu posicionamento inicial devido à instituição do Manual Prático de Procedimentos da Polícia Civil. Ainda assim, observou-se que a implementação do referido Manual não encontrou ressonância nas delegacias visitadas no curso da fiscalização, visto que a maioria dos servidores entrevistados afirmou desconhecer o conteúdo e/ou

não ter sido capacitado a seu respeito.
Ademais, a resposta da PCPR não contemplou argumentação a respeito do estabelecimento de conceitos necessários à definição das métricas de desempenho das atividades investigativas.
Pelo exposto, a equipe opina pela manutenção do achado e das demais recomendações.

Conclusão:

Achado não sanado.

Providências:

À Polícia Civil do Paraná:
Recomendação 10.1: Estabelecer e formalizar normativamente os conceitos necessários à definição das métricas de desempenho das atividades investigativas, considerando o tratamento das ocorrências e dos inquéritos.
Recomendação 10.2: Desenvolver e implementar módulos e relatórios gerenciais no sistema Processo Judicial Eletrônico (PPJe) ou em Business Intelligence (BI), alinhados às métricas de desempenho estabelecidas, que possuam base de dados consolidada e uniforme, permitindo consultas a respeito do desempenho das atividades investigativas (como ocorrências registradas que resultem em procedimentos investigativos, ocorrências arquivadas, inquéritos concluídos e não concluídos etc.) e que possuam filtros, que possibilitem, ao menos, a consulta por unidade e marco temporal.
Recomendação 10.3: Divulgar e capacitar os servidores quanto aos procedimentos operacionais padrão das atividades investigativas.

Proposta de encaminhamento:

Processo de Homologação de Recomendações (PHR).

Benefícios Esperados:

Possibilidade de monitoramento do desempenho da atividade policial.
Apoio à gestão estratégica e ao estabelecimento de ações corretivas e melhorias à atividade policial.
Garantia da padronização dos procedimentos e dos produtos da investigação policial.

Questão de Fiscalização	QF10: O controle de qualidade do atendimento ao público, dos registros das ocorrências e das atividades investigativas da Polícia Civil é adequado?
Achado n.º 11	Ausência de controle de qualidade das atividades da Polícia Civil.

Condição:

Em resposta à solicitação de documentos à PCPR, não foi demonstrada a existência de processo formalizado contendo mecanismos de controle de qualidade do atendimento ao público, do registro das ocorrências e das atividades investigativas. Verificou-se, apenas, o estabelecimento de termo de compromisso de gestão do desempenho de determinadas delegacias com a direção geral da PCPR. Contudo, não foram identificados mecanismo para aferição da qualidade dos processos supracitadas, e tão somente metas de desempenho e de ações a serem implementadas.
Ademais, conforme verificado junto aos gestores e servidores das unidades em entrevistas in loco, não foram realizadas recentemente ações de controle de qualidade do atendimento ao público, do registro das ocorrências e das atividades investigativas operacionalizadas pelas delegacias.
Com relação à normatização dos procedimentos a fim de balizar o controle de qualidade, o Manual Prático de Procedimentos de Polícia Judiciária do Paraná não contempla, de forma ampla, o processo de atendimento ao público, havendo normativas de atendimento a grupos específicos, como mulheres, idosos, população LGBTQIA+ e crianças e adolescentes.
Já com relação ao registro de ocorrências, o Manual não contempla, de forma abrangente, o processo de recepcionamento de ocorrências e o conteúdo dos registros, havendo instruções no que se refere a mulheres vítimas de violência, locais de crime, idosos, população LGBTQIA+, crianças e adolescentes e crimes cibernéticos.
Por fim, no que tange às atividades investigativas, os POPs regulamentam tópicos relativos à investigação de crimes cibernéticos, financeiros, contrabando, homicídios, bem como outros assuntos relacionados à investigação criminal, como colaborações premiadas e perícias em local de crime. Dessa forma, o referido Manual não contempla todas as atividades investigativas, o que foi corroborado pelo Delegado-Geral da PCPR em entrevista, o qual informou que, nesse primeiro momento, foram focados os assuntos com maior prioridade.

Evidências:

Resposta da Polícia Civil à Solicitação de Documentos 1 (papel de trabalho: "SD.1 - PCPR.xlsx").
Entrevista realizada com o Delegado-Geral da Polícia Civil da PCPR (papel de trabalho: "3 E.1 - DELEGADO_GERAL_PCPR.xlsx").
Entrevistas realizadas com os Delegados Titulares e servidores das Delegacias de Polícia selecionadas na amostra (papéis de trabalho: "1 E.2 - DELEGACIAS_PILOTO.xlsx" e "5 E.2 - DELEGACIAS_EXECUÇÃO.xlsx").

Critério:

Fonte do Critério: Lei n° 13.675/2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) - art. 4º, incisos IV, V, XVI e XVI.
Critério: Art. 4º São princípios da PNSPDS: [...]
IV - eficiência na prevenção e no controle das infrações penais;
V - eficiência na repressão e na apuração das infrações penais; [...]
XIV - simplicidade, informalidade, economia procedimental e celeridade no serviço prestado à sociedade; [...]
XVI - transparência, responsabilização e prestação de contas;
Fonte do Critério: Decreto nº 10.822/2021 - Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - Anexo - Ação Estratégica 2, item b.
Critério: Ação Estratégica 2 [...]
c. Promover a atuação padronizada dos órgãos de segurança pública e defesa social;
Fonte do Critério: Decreto nº 10.822/2021 - Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - Anexo - Ação Estratégica 10, item l.
Critério: Ação Estratégica 10 [...]
l. Promover a elaboração e a difusão de Procedimentos Operacionais Padrão - POP;
Fonte do Critério: Plano Estratégico da Polícia Civil do Paraná - 2019 a 2023 aprovado pela Deliberação nº 492/2019, item 5, inciso II, OE P3.
Critério: 5. Objetivos estratégicos e estratégias
Os objetivos estratégicos da PCPR estão distribuídos e agrupados sob quatro perspectivas, sendo eles os seguintes: [...]
II - Perspectiva Processos Internos:
OE P3: Fortalecer atividades correcionais.
Estratégia: Modernizar a estrutura e dinâmica de atuação da Corregedoria, tornando-a proativa. Implementar novos métodos de trabalho com intuito de se antecipar aos problemas, visando a melhoria da qualidade formal dos procedimentos policiais e o aprimoramento das atividades de polícia judiciária, bem como a prevenção dos desvios de conduta e a identificação de eventuais irregularidades ainda na sua fase embrionária.
Fonte do Critério: Plano Estratégico da Polícia Civil do Paraná - 2019 a 2023 aprovado pela Deliberação nº 492/2019, item 5, inciso II, OE P9.
Critério: 5. Objetivos estratégicos e estratégias
Os objetivos estratégicos da PCPR estão distribuídos e agrupados sob quatro perspectivas, sendo eles os seguintes: [...]
II - Perspectiva Processos Internos:
OE P9: Otimizar processos administrativos e operacionais.
Estratégia: Mapear e identificar problemas, defeitos e óbices em processos administrativos e operacionais, visando extinguir retrabalho, criar padronização e alcançar o máximo de resultados com o mínimo de recursos humanos e financeiros. Implementar Procedimentos Operacionais Padrão - POP em processos rotineiros de atendimento.

Possíveis causas:

Ausência de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) que regulamentem o processo de atendimento ao público.
Ausência de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) que regulamentem o processo de recepcionamento de ocorrências e o conteúdo dos registros.
Ausência de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) que regulamentem execução de todas das atividades investigativas.
Ausência de processo formalizado contendo mecanismos de controle da qualidade do atendimento ao público, do registro das ocorrências e das atividades investigativas, assim como a definição dos responsáveis por sua implementação.

Possíveis efeitos:

Baixa qualidade das atividades policiais.
Prejuízo à gestão estratégica e ao estabelecimento de ações corretivas e melhorias à atividade policial.

Comentários do gestor:

“Pela PCPR:
O Manual de Procedimentos da Polícia Civil foi elaborado recentemente, e está em processo de atualização e aperfeiçoamento. A ideia de compilar e uniformizar procedimentos teve uma boa recepção, e já houve solicitações de inclusão de novas matérias, tais como meio ambiente etc. Esse processo de atualização e aperfeiçoamento é constante. (fonte: site PCPR https://www.areapolicial.pc.pr.gov.br/Pagina/GAP-Manuais)
A divulgação consistiu no encaminhamento de e-mail a todos os policiais civis, igualmente foi divulgado através da Assessoria de Comunicação Social (Ascom), em banner principal do site da PCPR. Pode ser encontrado na área restrita do site da PCPR, (todos os policiais civis têm acesso), e foi apresentado em audiência pública para todos os Divisionais, e também aos novos alunos da ESPC., além de ter sido solicitado sua implementação nas unidades policiais em reunião com o Delegado Geral e, ainda, estimulado o seu uso e capacitação locais, bem como solicitado o envio de sugestões para aperfeiçoamento e a inclusão de novos Pops.
Quanto ao controle de qualidade, em 2019 foi criada e lançada a Pesquisa de Satisfação da PCPR e sua ampliação, em 2020, sob número de protocolo: 15.917.953-2. Porém a Diretoria- Geral/SESP informou: “Considerando que várias fontes estão contingenciadas, bem como devido ao COVID-19 os gastos estão sendo evitados, sugeriu retorno ao DPC para aguardar melhora na situação orçamentária do Estado para que em momento oportuno possa se dar continuidade ao projeto”.

Análise da Equipe:

Com relação à recomendação preliminar emitida pela equipe quanto à ampliação da padronização dos procedimentos investigativos, a equipe reavaliou o seu posicionamento inicial devido à instituição do Manual Prático de Procedimentos da Polícia Civil.
Quanto aos procedimentos de atendimento ao público e recepcionamento de ocorrências, entende-se que há a necessidade de sua elaboração para o público geral, tendo em vista que o referido Manual somente contempla grupo específicos.
Com relação ao controle de qualidade, entende-se que a ação mencionada, que trata da Pesquisa de Satisfação, não abrange todos os controles necessários à promoção da qualidade do atendimento ao público, do registro das ocorrências e das atividades investigativas, devendo ser ampliadas para ações de controle preventivo, corretivo e de melhoria, além da análise da satisfação do usuário final.
Dessa forma, mantém-se o achado e as demais recomendações.

Conclusão:

Achado não sanado.

Providências:

À Polícia Civil do Paraná: Recomendação 11.1: Elaborar procedimentos operacionais padrão para atendimento ao público geral. Recomendação 11.2: Elaborar procedimentos operacionais padrão para as atividades de recepcionamento de ocorrências do público geral. Recomendação 11.3: Instituir formalmente processo de controle da qualidade do atendimento ao público, do registro das ocorrências e das atividades investigativas, estabelecendo os responsáveis e a periodicidade de aferição. Recomendação 11.4: Implementar processo de controle da qualidade do atendimento ao público, do registro das ocorrências e das atividades investigativas, conforme instituído.
Proposta de encaminhamento:
Processo de Homologação de Recomendações (PHR).
Benefícios Esperados:
Melhoria da qualidade das atividades policiais. Apoio à gestão estratégica e ao estabelecimento de ações corretivas e melhorias à atividade policial.

_____

1. *Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno:*
[...]
XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;
2. *Art. 267-B. Caberá Impugnação à Homologação, instaurada em processo apartado, no prazo de 10 (dez) dias, contado da comunicação eletrônica do Acórdão de homologação proferido no processo de que trata o art. 267-A, § 3º. (Incluído pela Resolução nº 73/2019).*
3. *Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios. (Incluído pela Resolução nº 73/2019) (...)*
§ 6° As recomendações homologadas serão encaminhadas ao jurisdicionado pela Coordenadoria-Geral de Fiscalização ou pela Inspetoria de Controle Externo, conforme o caso. (Incluído pela Resolução nº 73/2019)
4. *Delegacias com layout inadequado: Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes de Ponta Grossa; Delegacia de Carambeí; Delegacia de Tibagi; Delegacia de Pérola; Delegacia de Assis Chateaubriand; Delegacia da Mulher de Foz do Iguaçu; Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos de Curitiba; Delegacia de Ortigueira; 2º Distrito Policial de Londrina; 39ª Delegacia Regional de Polícia de Bandeirantes; 9ª Subdivisão Policial de Maringá; Delegacia de Palmas; 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco; Delegacia de Marmeleiro; 19ª Subdivisão Policial de Franciso Beltrão; e Delegacia de Barracão*
5. *Delegacia de Tibagi, Bandeirantes e Palmas fazem uso dos pátios das antigas delegacias; Delegacia de Pérola utiliza o terreno do vizinho para armazenar os veículos; Delegacia de Assis Chateaubriand faz uso de terreno cedido pela prefeitura; Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa faz uso de pátio compartilhado na Capital; O pátio da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos de Curitiba armazena veículos em local inadequado; Delegacia de Almirante Tamandaré o pátio não tem tamanho adequado para o armazenamento de veículos; Delegacia de Ortigueira faz uso de terreno baldio próximo à Polícia Militar para a guarda de veículos; a 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco, a Delegacia de Marmeleiro, na 19ª Subdivisão Policial de Franciso Beltrão e na Delegacia de Barracão não há espaço suficiente para armazenamento de veículos.*
6. *Delegacias visitadas com problemas de acessibilidade: Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes de Ponta Grossa; Delegacia de Carambeí; Delegacia de Tibagi; Delegacia de Pérola; Assis Chateaubriand; Delegacia da Mulher de Foz do Iguaçu; Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos; Delegacia de Ortigueira; 2º Distrito Policial de Londrina; 39ª Delegacia Regional de Polícia de Bandeirantes; 9ª Subdivisão Policial de Maringá; Delegacia de Palmas; 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco; Delegacia de Marmeleiro; 19ª Subdivisão Policial de Franciso Beltrão; e Delegacia de Barracão.*
7. *Situação que ocorre em: 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco; 19ª Subdivisão Policial de Franciso Beltrão; e Delegacia de Ortigueira.*
8. *Situação evidenciada na Delegacia de Pérola, Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos de Curitiba, Delegacia de Ortigueira, Delegacia de Palmas, 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco e na 19ª Subdivisão Policial de Francisco Beltrão.*
9. *Situação evidenciada na Delegacia de Pérola, Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos de Curitiba, Delegacia de Ortigueira, Delegacia de Palmas, 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco, 19ª Subdivisão Policial de Francisco Beltrão e na Delegacia de Barracão.*
10. *Situação encontrada no NUCRIA de Ponta Grossa, Delegacia de Carambeí, Delegacia de Tibagi, Delegacia da Mulher de Foz do Iguaçu, Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos de Curitiba, Delegacia de Palmas e na Delegacia de Barracão.*
11. *Verificado no NUCRIA de Ponta Grossa, Delegacia de Tibagi, Delegacia de Pérola, 48ª Delegacia Regional de Assis Chateaubriand, 2º Distrito Policial de Londrina, Delegacia de Polícia de Palmas, Delegacia de Polícia de Marmeleiro e na 19ª Subdivisão Policial de Francisco Beltrão.*
12. *2º Distrito Policial de Londrina, 9ª Subdivisão de Polícia de Maringá, Delegacia de Palmas, 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco, Delegacia de Marmeleiro, 19ª Subdivisão Policial de Francisco Beltrão e na Delegacia de Barracão.*
13. *Observado no NUCRIA de Ponta Grossa, Delegacia de Carambeí e na Delegacia de Marmeleiro.*
14. *Verificado no NUCRIA de Ponta Grossa, Delegacia de Carambeí, Delegacia de Tibagi, NUCRIA de Londrina, Delegacia da Mulher de Londrina, Delegacia da Mulher de Apucarana, Delegacia de Centenário do Sul, Delegacia de Pérola, 48ª Delegacia Regional de Assis Chateaubriand, 10ª Delegacia Regional de Mallet, Palmas, 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco, Delegacia de Marmeleiro, 19ª Subdivisão Policial de Francisco Beltrão e Delegacia de Almirante Tamandaré (o certificado apresentado está vencido).*
15. *Somente as seguintes unidades apresentaram CLCB vigente: Delegacia de Cambé, Delegacia de Mallet, Delegacia da Mulher de Foz do Iguaçu e a Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa de Curitiba.*
16. *Situação encontrada no NUCRIA de Ponta Grossa, na Delegacia da Mulher de Foz do Iguaçu, no Setor de Vulneráveis da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de Curitiba e na Delegacia de Proteção à Pessoa (DPP) de Curitiba.*
17. *Situação verificada na Delegacia de Carambeí, Delegacia de Tibagi, Delegacia de Pérola, 48ª Delegacia Regional de Assis Chateaubriand, DHPP de Curitiba, Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos de Curitiba (DFRV), Delegacia de Almirante Tamandaré, Delegacia de Ortigueira, 2º Distrito Policial de Londrina, 39ª Delegacia Regional de Bandeirantes, 9ª Subdivisão Policial de Maringá, Delegacia de Palmas, 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco, Delegacia de Marmeleiro, 19ª Subdivisão Policial de Francisco Beltrão e na Delegacia de Barracão.*
18. *Situação verificada na Delegacia de Carambeí, Delegacia de Tibagi, Delegacia de Pérola, 48ª Delegacia Regional de Assis Chateaubriand, DHPP de Curitiba, Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos de Curitiba (DFRV), Delegacia de Almirante Tamandaré, Delegacia de Ortigueira, 2º Distrito Policial de Londrina, 39ª Delegacia Regional de Bandeirantes, 9ª Subdivisão Policial de Maringá, Delegacia de Palmas, 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco, Delegacia de Marmeleiro, 19ª Subdivisão Policial de Francisco Beltrão e na Delegacia de Barracão.*
19. *Condição observada no NUCRIA de Ponta Grossa, Delegacia de Carambeí, Delegacia de Tibagi, Delegacia de Pérola, 48ª Delegacia Regional de Assis Chateaubriand, Delegacia da Mulher de Foz do Iguaçu, DHPP de Curitiba, Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos de Curitiba (DFRV), Delegacia de Almirante Tamandaré, Delegacia de Ortigueira, 2º Distrito Policial de Londrina, 39ª Delegacia Regional de Bandeirantes, 9ª Subdivisão de Maringá, Delegacia de Palmas, 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco, Delegacia de Marmeleiro, 19ª Subdivisão Policial de Francisco Beltrão e na Delegacia de Barracão.*
20. *Situações encontradas no NUCRIA de Ponta Grossa, Delegacia de Tibagi, Delegacia de Pérola, 48ª Delegacia Regional de Assis Chateaubriand, Delegacia da Mulher de Foz do Iguaçu, DHPP de Curitiba, Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos de Curitiba (DFRV), Delegacia de Almirante Tamandaré, 2º Distrito Policial de Londrina, Delegacia de Palmas, 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco, Delegacia de Marmeleiro, 19ª Subdivisão Policial de Francisco Beltrão e na Delegacia de Barracão.*
21. *Verificado na Delegacia de Pérola, 48ª Delegacia Regional de Assis Chateaubriand (quando o plantonista se desloca a local de crime), Delegacia da Mulher de Foz do Iguaçu, Delegacia de Ortigueira, 39ª Delegacia Regional de Bandeirantes, Delegacia de Palmas, Delegacia de Marmeleiro e na Delegacia de Barracão (informação será ocultada no Relatório Final a ser divulgado).*
22. *Situação vista no NUCRIA de Ponta Grossa, Delegacia de Carambeí, Delegacia de Tibagi, 48ª Delegacia Regional de Assis Chateaubriand, Delegacia de Ortigueira, 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco, Delegacia de Marmeleiro, 19ª Subdivisão Policial de Francisco Beltrão e na Delegacia de Barracão.*
23. *Não há veículos caracterizados nas delegacias de Carambeí, Pérola, Assis Chateaubriand, Ortigueira e Barracão. Há veículos caracterizados, porém em número insuficiente, nas delegacias de Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de Curitiba, Almirante Tamandaré, Segundo Distrito Policial de Londrina, Bandeirantes, Palmas, Pato Branco, Marmeleiro e Francisco Beltrão.*
24. *Das dezoito delegacias visitadas, apenas em uma (Tibagi) delas foi relatado que a viatura caracterizada não necessita de constantes reparos.*
25. *Há veículos descaracterizados, porém em número insuficiente, nas Delegacias de: NUCRIA Ponta Grossa, Carambeí, Tibagi, Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de Curitiba, Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos (DFRV) de Curitiba, Ortigueira, Segundo Distrito Policial de Londrina, Bandeirantes, Foz do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Marmeleiro e Barracão.*
26. *Das dezoito delegacias visitadas, apenas em sete (Almirante Tamandaré, Ortigueira, Bandeirantes, Maringá, Londrina, Pato Branco e Francisco Beltrão) das delegacias visitadas foi relatado que as viaturas descaracterizadas estão em boas condições.*
27. *As seguintes unidades não possuem fuzil: Delegacia da Mulher de Foz do Iguaçu, Pérola, Assis Chateaubriand, DHPP de Curitiba, Francisco Beltrão, DFRV de Curitiba, Almirante Tamandaré, Bandeirantes, Palmas, Barracão, Marmeleiro.*
28. *Delegacias que informaram essa situação: Delegacia da Mulher de Foz do Iguaçu, DFRV de Curitiba, Francisco Beltrão e Barracão.*
29. *Municípios com mais de uma delegacia: Apucarana; Arapongas; Araucária; Campo Mourão; Cascavel; Cianorte; Cornélio Procópio; Curitiba; Foz Do Iguaçu; Francisco Beltrão; Guarapuava; Jacarezinho; Londrina; Maringá; Paranaguá; Paranavaí; Pato Branco; Ponta Grossa; São José dos Pinhais; Toledo; Umuarama; União da Vitoria.*
30. *Delegacia de Tibagi; Delegacia de Almirante Tamandaré; 2º Distrito de Londrina; Delegacia de Palmas; 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco; Delegacia de Barracão.*
31. *Delegacias em que ocorre a priorização para atendimento dos locais de crime: Delegacia de Carambeí; Delegacia de Tibagi; 48ª Delegacia Regional de Assis Chateaubriand; Delegacia de Almirante Tamandaré; Delegacia de Bandeirantes; 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco; Delegacia de Marmeleiro; 19º Subdivisão Policial de Francisco Beltrão; Delegacia de Barracão; Delegacia de Palmas; 9ª Subdivisão de Maringá; Delegacia de Ortigueira; 2º Distrito Policial de Londrina; Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos de Curitiba (DFRV); Delegacia de Pérola.*
32. *Achado nº 9: Ausência de sistema para controle de objetos apreendidos no processo de recepcionamento de ocorrências.*
33. *Situação verificada na Delegacia Bandeirantes, NUCRIA Ponta Grossa, Delegacia de Pérola, Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de Curitiba e Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos de Curitiba (DFRV).*

PROCESSO Nº:-618640/22
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAP ATÉ 2019)
INTERESSADO:-INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAP ATÉ 2019)
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 642/23 - TRIBUNAL PLENO

Homologação de Recomendações. 3ª Inspetoria de Controle Externo. IAT. Pela homologação das recomendações. Retificação de Acórdão.

I. RELATÓRIO

Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas do Relatório de Acompanhamento – Indenizações Ambientais (peça 3), encaminhado pela 3ª Inspetoria de Controle Externo, em decorrência de fiscalização efetuada no Instituto Água e Terra (IAT).

Os trabalhos de fiscalização elaborados pela equipe demonstraram, de acordo com a fundamentação legal, medidas cuja adoção se mostra necessária de modo a propiciar ao Instituto Água e Terra a devida gestão de recursos orçamentários (de acordo com os programas de governo e as disponibilidades financeiras), assim como o controle da execução física e financeira dos orçamentos em articulação com as unidades orçamentárias.

Entretanto, consoante ponderado pela Diretoria de Protocolo, na Informação n.º 176/23-DP (peça 9), foi identificado erro material na redação do Acórdão n.º 3257/22-STP.

É o Relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Ante o exposto, em consonância com a manifestação da Diretoria de Protocolo, e com fundamento no art. 471, parágrafo único, do Regimento Interno[1], VOTO pela retificação do Acórdão n.º 3257/22 do Tribunal Pleno, de forma que o item I passe a contar com o seguinte texto:

I – homologar as recomendações ora propostas pela 3ª Inspetoria de Controle Externo relativamente aos sistemas de controle interno do Instituto Água e Terra, quais sejam:

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:

RETIFICAR o Acórdão n.º 3257/22 do Tribunal Pleno, de forma que o item I passe a contar com o seguinte texto:

I – homologar as recomendações ora propostas pela 3ª Inspetoria de Controle Externo relativamente aos sistemas de controle interno do Instituto Água e Terra, quais sejam:

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI

Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.

Plenário Virtual, 30 de março de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 5.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1. Art. 471 Parágrafo único. Após o trânsito em julgado, o Relator reconhecendo erro material ou inexatidão na redação do acórdão ou do parecer prévio, proporá a sua retificação ou declaração de nulidade, conforme o caso, mediante inclusão em pauta de julgamento, de forma destacada, e deliberação do órgão colegiado competente. (Redação dada pela Resolução n° 95/2022)

PROCESSO Nº:-427638/19
ASSUNTO:-PEDIDO DE RESCISÃO
ENTIDADE:-CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SANTA FE
INTERESSADO:-EDSON PALOTTA NETTO
ADVOGADO / PROCURADOR-ANDRE LUIZ SBERZE, GÉSSICA PAOLA SANDRIN
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 659/23 - TRIBUNAL PLENO

EMENTA: Pedido de Rescisão. Procedência, regularidade das contas com ressalva.

I. RELATÓRIO (Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva)

Trata-se de Pedido de Rescisão, proposto por EDSON PALOTTA NETTO (Ex-Presidente do Consórcio Intermunicipal de Assistência Social de Santa Fé, gestão 2013-2016) em face do Acórdão n.º 1246/18 – Primeira Câmara (peça 6), da lavra do d. Conselheiro Nestor Baptista, nos autos de Prestação de Contas Anual n.º 272059/14, do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA FÉ, referente ao exercício de 2013.

O acórdão rescindendo julgou as contas IRREGULARES, com aplicação da MULTA prevista no art. 87, §4º, "b", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005 ao Requerente, em razão da não regularização do item "Funções técnicas da contabilidade realizadas de forma contrária ao Prejulgado n.º 6 TCE/PR." A decisão transitou em julgado em 10/07/2018 (peça n.º 7).

O Requerente pretende rescindir o acórdão ao argumento de que esta Corte julgou regulares as contas dos exercícios posteriores, mesmo tendo ocorrido idêntica situação fática que ensejou a irregularidade do exercício de 2013, qual seja, a terceirização de serviços de contabilidade em contrariedade ao Prejulgado n.º 6.

Expõe que na prestação de contas de 2012 o item foi convertido em ressalva, sustentando que o acórdão infirmado teria violado coisa julgada. Afirma que o Acórdão n.º 18/19 (peça n.º 11), que julgou regulares as contas do exercício de 2016, seria novo elemento de prova hábil a desconstituir o decisum em análise, "pois o mesmo ainda não havia sido objeto de julgamento quando da publicação do Acórdão n.º 1246/18".

Após o recebimento do Pedido de Rescisão, através do Despacho n.º 1810/19 – GCAML, exarado no Agravo n.º 554648/19, o autor pleiteou a concessão de medida liminar suspendendo os efeitos do Acórdão n.º 1246/18 – Primeira Câmara, em especial para retirar seu nome da lista de gestores em contas irregulares.

Acolhendo os argumentos do peticionante, deferiu-se a medida cautelar para suspender a inclusão do nome do gestor no referido cadastro, mantendo-se, entretanto, os demais efeitos da decisão (peça 39).

A Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, na Informação n.° 4289/20 (peça 40), atestou o registro de suspensão da inclusão do nome do Sr. Edson Palotta Netto na lista de agentes públicos em contas julgadas irregulares.

À peça 43, o interessado reitera a peça exordial e informa que anexou ao Recurso de Agravo n.º 554648/19 - decorrente deste processo - decisões judiciais as quais entende amparar a possibilidade de terceirização de serviços jurídicos e contábeis, dentre elas a ADI n.º 1.232.686-2, do Tribunal de Justiça do Paraná, a qual consignou que o Prejulgado nº 6 desta Corte não seria norma em sentido estrito, mas uma orientação de interpretação da legislação.

Relata ainda que foram juntadas decisões do Supremo Tribunal Federal - o RE n.º 958.252 - permitindo a terceirização de serviços contábeis, e o RE n.º 1.156.016, que reconheceu a inexistência de obrigação dos municípios organizarem procuradorias nos moldes da União e dos Estados, face a inexistência de normas de reprodução obrigatória.

Sustenta que a Nova Lei de Licitações - Lei n.º 14.133/21, em seu artigo 74, inc. III, "c", permite a contratação por inexigibilidade de licitação de "assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias", e que a alínea "e" do mesmo inciso permite a contratação por inexigibilidade de "patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas".

A Coordenadoria de Gestão Municipal, mediante a Instrução n.º 2208/22 (peça 44), opina pela IMPROCEDÊNCIA do pedido rescisório, sustentando que a alteração de posicionamento não configura novos elementos de prova, na esteira do Prejulgado n.º 4 desta Corte de Contas, ressaltando também que o item "funções técnicas de contabilidade" não fez parte do escopo da análise do exercício de 2013.

Por sua vez, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no Parecer n.º 620/22 (peça 45), da lavra do Procurador Flávio De Azambuja Berti, entende igualmente pela IMPROCEDÊNCIA do pedido, conforme o opinativo técnico.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Na esteira dos opinativos acostados, entendo que o pedido NÃO MERECE PROCEDÊNCIA.

Consoante previsão dos artigos 77 da Lei Orgânica[1] e 494 do Regimento Interno[2], é admissível o Pedido de Rescisão nos casos de (1) decisão fundada em prova, cuja falsidade foi demonstrada na esfera judicial; (2) superveniência de elementos probatórios novos; (3) erro material; (4) participação no julgamento da decisão rescindida por conselheiro ou auditor impedido ou suspeito; e (5) violação de literal disposição legal.

O Requerente se manteve inerte após a prolação do acórdão rescindendo, embora existente instrumento processual adequado para tanto, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno dessa Corte de Contas.

Nesta oportunidade, se utiliza equivocadamente deste meio processual a fim de recorrer da decisão atacada e não necessariamente rescindi-la, em desconformidade com quaisquer das hipóteses constantes no dispositivo legal acima destacado.

Destarte, não se pretende sanar um julgamento eventualmente maculado por vício de extrema gravidade, mas, sim, reapreciar a matéria com novo juízo dos fatos, utilizando inadequadamente o Pedido Rescisório como sucedâneo recursal, em afronta ao Prejulgado n.º 04 dessa Corte de Contas.

Sobre o tema, é pacífico o entendimento desse Tribunal de Contas, expressado em seu Prejulgado n.º 04:

"VI – A causa de pedir deverá estar estritamente fundamentada em um dos incisos do artigo 77 da Lei Complementar nº. 113 reproduzido no artigo 494 do Regimento Interno.

(...)

XI. Fundamentos do Pedido de Rescisão:

(...)

b. Tenha ocorrido a superveniência de novos elementos de prova capazes de desconstituir os anteriormente produzidos. Novo elemento de prova deve ser entendido como um documento desconhecido pelo Tribunal no momento da decisão, mas existente à época dos fatos; deve ser demonstrado ao Tribunal que há uma situação existente na época dos fatos que por algum motivo não veio ao conhecimento desta Corte antes de proferida a decisão. 2 Também configura novo elemento de prova o documento que deveria ter sido produzido à época e não foi, mas reflete fato anterior.(em negrito o texto alterado conforme Acórdão nº925/07-Pleno) Convalidação de ato posterior a prestação de contas não é objeto de rescisória e termo de fato anterior é elemento novo, pois deveria ter sido emitido à época. Caso ajuizada a respectiva ação executiva caberá a aplicação das regras de embargos à execução previstos no Código de Processo Civil, que contempla a hipótese acima mencionada. Outro ponto importante aqui é definir que não se trata de argumentação de novos elementos de prova, a alteração posterior de posicionamento do Tribunal em questão análoga, isto posto tratar-se esta argumentação de embasamento para o Recurso de Revisão (artigo 486, inciso IV do Regimento Interno). A alteração de posicionamento do Plenário não tem o condão de desconstituir elementos de prova anteriormente produzidos, visto que a interpretação que embasou a decisão considerou todos os fatos e documentos constantes no processo que foram apreciados à luz da interpretação Plenária à época.

(...)

XXVIII – As hipóteses de fundamentação para o pedido de rescisão são taxativas, portanto a interpretação do artigo 494 do Regimento Interno há que ser restritiva."[3]

O Requerente fundamenta suas razões recursais na suposta superveniência de novos elementos, consubstanciados em novo entendimento dessa Corte de Contas, visando, assim, enaltecer hipotética uniformidade de interpretação.

Veja-se que a norma que prevê os requisitos de admissibilidade, dentre outros, restringe-se à superveniência de novos elementos de prova suficientes para a desconstituição daquelas que embasaram a decisão rescindenda.

Tal norma, diante de seu caráter processual, deve ser interpretada restritivamente, da qual se extrai o entendimento de que um novo elemento de prova consiste em um determinado documento/fato, cujo conhecimento essa Corte de Contas não possuía quando da decisão, mas existente na época, ou, ainda, documento que deveria ter sido produzido à época dos fatos, mas não o foi, embora retrate fato passado.

Neste passo, os acórdãos dessa Corte de Contas, elencados pelo Requerente, que julgaram regulares as contas dos exercícios subsequentes, mesmo diante da violação ao Prejulgado n.º 6, não são hábeis a rescindir o julgado, pois não se tratam de novas provas.

Da mesma forma, também não configura violação à literal dispositivo de lei, consistente em afronta à coisa julgada, o fato de a prestação de contas do exercício de 2012 ter sido julgada regular, com ressalva da terceirização ilegal, porém, em 2013, irregular, diante da mesma situação fática de afronta ao princípio do concurso público.

Saliente-se que no julgamento das contas do exercício do ano de 2012 esta Corte de Contas levou em consideração as dificuldades da entidade, alertando aos responsáveis sobre a ilegalidade, e recomendando a urgente regularização do achado, o que resultou na ressalva das contas. Em 2013, porém, o resultado da prestação de contas foi diferente, justamente porque não houve a correção do item.

Elementar dizer que o dever de prestar contas se renova a cada ano, cabendo ao julgador, em cada exercício financeiro, decidir com base nas informações e elementos fornecidos por determinada gestão, referentes a certo interregno, arrazoando, inclusive, acerca de todas as circunstâncias que envolveram o período analisado. Neste sentido, o julgamento das contas anuais é adstrito, e pode ser considerável imutável, quanto aos atos geridos dentro de um respectivo exercício, não transcendendo aos demais períodos:

"A tese atualmente preponderante, consubstanciada na inovação regimental, ampara-se, primordialmente, nos princípios da segurança jurídica e da coisa julgada. Considera que o julgamento das contas anuais forma coisa julgada em relação a todos os atos e a todos os recursos geridos no respectivo exercício. (...) O julgamento das contas ordinárias estabelece um juízo de mérito, nos limites materiais permitidos pela sistemática e pelos procedimentos afetos ao processo de tomada ou prestação de contas, acerca da gestão como um todo, se regulares, regulares com ressalva ou irregulares. Posterior apreciação de irregularidades ocorridas no mesmo exercício não interferem necessariamente no juízo estabelecido." [4]

Portanto, não há que se falar em ofensa a dispositivo de lei por violação à coisa julgada, mesmo em se considerando a existência desse instituto no âmbito dos Tribunais de Contas.

Ressalte-se que a edição de lei posterior não tem o condão de modificar decisão anteriormente prolatada com fundamento na legislação vigente à época, não merecendo prosperar a tese apresentada no petitório juntado pelo interessado à peça 43.

Finalmente, diante da improcedência do pedido, a medida liminar concedida no Acórdão n.º 1823/20 deve ser revogada.

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, proponho voto pela IMPROCEDÊNCIA do feito, revogando-se a liminar concedida no Acórdão n.º 1823/20.

Transitado em julgado, encaminhem-se à Diretoria de Protocolo para retorno do comando processual aos autos de origem, e envio à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para fins de registro e cumprimento da decisão recorrida.

IV. VOTO DIVERGENTE (Conselheiro José Durval Mattos do Amaral)

Trata-se de Pedido de Rescisão, proposto por EDSON PALOTTA NETTO (Ex-Presidente do Consórcio Intermunicipal de Assistência Social de Santa Fé, na gestão 2013-2016) visando rescindir a decisão proferida em sede de Prestação de Contas Anual, Protocolo 272059/14, Acórdão n.º 1246/18 – Primeira Câmara (peça 6), que julgou irregulares as contas do exercício de 2013, aplicando multa ao gestor, em face das "funções técnicas da contabilidade realizadas de forma contrária ao Prejulgado n.º 6 TCE/PR."

Conforme se observa, o voto condutor propõe a improcedência do presente Pedido Rescisório sob o argumento de que o pedido não se amolda às disposições do

Prejulgado 04 desta Corte, estando ausente as hipóteses legais de cabimento. A fundamentação, em suma, reproduz o teor do Despacho 905/19 – GCAML (peça 16) que ensejou a rejeição liminar deste procedimento, in verbis:
II – Em exame prévio, verifica-se que não estão presentes os pressupostos de admissibilidade exigidos por esta Corte de Contas para o pedido de rescisão. O Requerente se utiliza equivocadamente desse meio processual a fim de recorrer da decisão atacada e não necessariamente rescindi-la, em desconformidade com quaisquer das hipóteses de cabimento do instituto.
Consoante previsão dos artigos 77 da Lei Orgânica1 e 494 do Regimento Interno, é admissível o Pedido de Rescisão nos casos de (1) decisão fundada em prova, cuja falsidade foi demonstrada na esfera judicial; (2) superveniência de elementos probatórios novos; (3) erro material; (4) participação no julgamento da decisão rescindida por conselheiro ou auditor impedido ou suspeito; e (5) violação de literal disposição legal.
No presente caso, depreende-se que o Requerente fundamenta seu pedido basicamente na suposta superveniência de novos elementos, consubstanciados em novo entendimento dessa Corte de Contas, visando, assim, enaltecer hipotética uniformidade de interpretação (fl. 02, peça 16).
Entretanto, no tocante a este aspecto, com a máxima vênia, ouso divergir da presente preliminar, pois a adequação e requisitos de admissibilidade foram discutidos no citado Despacho 905/19 (peça 16), o qual foi objeto de Recurso de Agravo (Processo 554648/19), tendo ainda este plenário, por meio do Acórdão 1823/20-STP (peça 39), reconhecido os requisitos autorizadores para concessão de pedido liminar suspendendo a inclusão do nome do senhor Edson Palotta Netto, gestor das contas à época, no cadastro de gestores com contas julgadas irregulares.
Assim, diante da análise do presente Pedido Rescisório entendo que ele se encontra albergado pelos requisitos legais de admissibilidade, uma vez que fundamentado no art. 77, incisos III e V, da LC 113/2005.
Ademais, este Plenário já reconheceu a possibilidade de conhecimento de Pedido Rescisório em razão da decisão rescindenda contrariar a jurisprudência desta Corte, vejamos:
De início, ratifico a possibilidade de o presente pedido ser conhecido, uma vez que a possível contrariedade da decisão rescindenda com a jurisprudência firmada por este Tribunal configura, em tese, erro de fato, e permite o seu recebimento com fulcro no artigo 77, III, da Lei Complementar Estadual n.º 113/05 c/c item XIX do Prejulgado n.º 4, conforme consignado no Despacho n.º 1687/19-GCDA (fl. 02, Acórdão 946/20 – Tribunal Pleno, Processo 843127/19)
No tocante ao mérito, embora, genericamente, as contas julgadas por este Tribunal de Contas em exercícios diversos, do mesmo órgão/entidade, ou em casos semelhantes, não configurem novas provas, e não gerem efeitos automáticos nas demais prestações de contas, conforme bem pontuou o voto condutor, entendo que esta análise deve ser realizada de forma ponderada e individualizada considerando cada caso concreto.
Neste contexto, observo que no presente caso (PCA 2013) a decisão proferida em sede de prestação de contas da entidade relativas ao exercício de 2012 impacta diretamente neste processo, pois além de se tratar da mesma irregularidade "violação ao Prejulgado 06 desta Corte", o julgamento ocorreu em 15 de fevereiro de 2017, após o exercício ora analisado (2013).
Assim, o gestor das contas do exercício de 2013 não poderia, em tempo hábil, implementar/cumprir a recomendação contida no Acórdão 471/17 – Segunda Câmara (Processo 148117/13 – PCA 2012), qual seja:
II - RECOMENDAR, ainda, ao Gestor para que busque observar o Prejulgado n.º 06 do TCE/PR utilizando-se, por exemplo, da estrutura contábil vinculada ao Poder Executivo do Município.
Por esta razão, entendo que a desaprovação das contas, na forma do voto condutor, se mostra desarrazoada, pois o mesmo fato que ensejou a expedição de recomendação ao ente consorcial, em decisão proferida após o exercício ora analisado (15 de fevereiro de 2017), não poderia, a meu juízo, gerar a irregularidade desta prestação de contas de 2013.
Além do mais, conforme restou salientado no Despacho 1810/19, proferido em sede de Agravo 554648/19, a natureza dos consórcios públicos e sua problemática acerca de sua súbita dissolução, ensejam juízos de ponderações por esta Corte.
Pelas razões expostas, DIVIRJO do voto condutor e proponho a procedência do Pedido Rescisório para fins de julgar regulares as contas do exercício de 2013 do Consorcio Intermunicipal de Assistência Social de Santa Fé, ressalvando as "funções técnicas de contabilidade realizadas de forma contrária ao Prejulgado 6 - TCE/PR".
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de PEDIDO DE RESCISÃO
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por maioria absoluta, em:
I. Julgar pela procedência do Pedido Rescisório para fins de julgar regulares as contas do exercício de 2013 do Consorcio Intermunicipal de Assistência Social de Santa Fé, com ressalva em razão das "funções técnicas de contabilidade realizadas de forma contrária ao Prejulgado 6 - TCE/PR".
II. Determinar, após o trânsito em julgado da decisão, as seguintes medidas:
a) o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, nos termos do artigo 175-L, I, do Regimento Interno.
b) após, à Diretoria do Protocolo para o encerramento dos autos, nos termos do art. 398 do Regimento Interno do TCE-PR e arquivamento, de acordo com o artigo 168, VII, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e AUGUSTINHO ZUCCHI. (voto vencedor)
O Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA votou pela improcedência do Pedido de Rescisão com revogação da liminar concedida. (voto vencido)
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 30 de março de 2023 – Sessão Virtual nº 5.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
1. *"Art. 77. À parte, ao terceiro juridicamente interessado e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é atribuída legitimidade para propor, sem efeito suspensivo, o Pedido de Rescisão de decisão definitiva, desde que:*
I – a decisão se haja fundado em prova cuja falsidade foi demonstrada em sede judicial;
II – tenha ocorrido a superveniência de novos elementos de prova capazes de desconstituir os anteriormente produzidos;
III – erro de cálculo ou material;
IV – tenha participado do julgamento do feito Conselheiro ou Auditor alcançado por causa de impedimento ou de suspeição;
V – violar literal disposição de lei.
Parágrafo único. O direito de propor a rescisão se extingue em dois anos, contados da data da irrecorribilidade da decisão."
2. *"Art. 494. À parte, ao terceiro juridicamente interessado e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é atribuída legitimidade para propor, sem efeito suspensivo, o Pedido de Rescisão de decisão definitiva, transitada em julgado, quando:*
I - a decisão se haja fundado em prova cuja falsidade foi demonstrada em sede judicial;
II - tenha ocorrido a superveniência de novos elementos de prova capazes de desconstituir os anteriormente produzidos;
III - erro de cálculo ou material;
IV - tenha participado do julgamento do feito Conselheiro ou Auditor alcançado por causa de impedimento ou de suspeição;
ou V - violar literal disposição de lei.
§ 1º O direito de propor a rescisão se extingue em 2 (dois) anos, contados da data da irrecorribilidade da decisão.
§ 2º Caberá ao proponente a reprodução e juntada de todos os documentos necessários à propositura do Pedido de Rescisão.
§ 3º Fica expressamente vedada a anexação dos processos originários aos autos do Pedido de Rescisão."
3. *Teor do Prejulgado n.º 04 desse Tribunal de Contas.*
4. *Salustiano, Sérgio Ricardo Mendonça. A coisa Julgada em Tomadas e Prestações de Contas Ordinárias. https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/a-coisa-julgada-em-tomadas-e-prestacoes-decontas-ordinarias.htm*

PROCESSO Nº:-187506/23
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE REBOUÇAS
INTERESSADO:-LUIZ EVERALDO ZAK, MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA, MUNICÍPIO DE REBOUÇAS
ADVOGADO / PROCURADOR-RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA, THIAGO RAMOS PEREIRA
RELATOR:-CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
ACÓRDÃO Nº 662/23 - TRIBUNAL PLENO
Representação da Lei nº 8.666/93. MUNICÍPIO DE REBOUÇAS. Deferimento de medida cautelar. Despacho nº 451/23 - GCMRMS. Homologação pelo Tribunal Pleno.
I- RELATÓRIO
Trago à apreciação e homologação do Tribunal Pleno desta Corte o Despacho nº 451/23 – GCMRMS, abaixo reproduzido, em que se deferiu a medida cautelar pleiteada por MEGAVALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA, sobre supostas irregularidades no Pregão Eletrônico nº 10/2023, realizado pelo MUNICÍPIO DE REBOUÇAS.
"I – Trata-se de Representação da Lei nº 8.666/93, formulada por MEGAVALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA, noticiando supostas irregularidades no Pregão Eletrônico nº 10/2023, realizado pelo MUNICÍPIO DE REBOUÇAS, tendo por objeto a obtenção da "proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões de vale alimentação eletrônico/magnético ou com chip, com senha pessoal, para recargas mensais, solicitados conforme demanda destinado aos servidores da Prefeitura de Rebouças".
A sessão de abertura do certame está prevista para o dia 27 de março de 2023 às 09:00 horas, tendo como valor máximo R$ 474.360,00.
A Representante sustenta, em síntese que:
a) O Edital exige a apresentação de relação dos estabelecimentos credenciados até a data da apresentação dos documentos habilitatórios[1]. Afirma que tal exigência impede a participação de diversas licitantes que ainda não atuam na região onde será prestado o serviço licitado, mostrando-se restritiva à competitividade. Sustenta que o Edital deve ser alterado, para passar a conceder prazo hábil de no mínimo 60 (sessenta) dias úteis para apresentação integral da rede de estabelecimentos credenciados, após a assinatura do contrato, e ou que haja um escalonamento, uma regra gradativa para que a empresa vencedora vá apresentando a relação de estabelecimentos exigidos;
b) O Edital fere o art. 3º, inciso II, da Lei nº 14.442/22[2], ao deixar de prever pagamento de forma pré-paga, constando que este se dará após 30 dias do envio da Nota Fiscal[3].
Com base no exposto, requer a concessão de medida cautelar sustentando a presença do periculum in mora ante a previsão de abertura dos envelopes às 09h00 do dia 27 de março de 2023, e no mérito, pelo acolhimento da impugnação com a determinação de revisão do instrumento convocatório, concedendo-se prazo hábil de no mínimo 60 dias úteis para apresentação da rede genérica de estabelecimentos credenciados, após a assinatura do contrato.
É o breve relato.
II- Compulsando os autos, observa-se que estão presentes os requisitos de admissibilidade dos artigos 30 e 31 da Lei nº 113/2005, bem como dos artigos 275 e 277 do Regimento Interno, merecendo ser RECEBIDA a Representação, pois se verificam indícios das inconformidades narradas, tendo sido acostada documentação comprobatória. Salienta-se que a conclusão quanto à efetiva irregularidade será constatada somente após a fase instrutória.
Ademais, restam presentes os requisitos para a concessão do pleito cautelar, senão vejamos.
Da análise sumária do feito, verifica-se que, de fato, o item 8.12 do Edital previu como requisito de habilitação a necessidade de "apresentação da cópia dos contratos com a rede credenciada juntamente com a declaração do proprietário que atende de imediato aos critérios deste Termo de Referência, sobretudo com os estabelecimentos do ramo de supermercado".
A exigência de apresentação de lista de estabelecimentos comerciais credenciados na fase de habilitação contraria as diretrizes estabelecidas nos artigos 27 e 3º, § 1º, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/1993:
Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:
I - habilitação jurídica;
II - qualificação técnica;
III - qualificação econômico-financeira;
IV - regularidade fiscal.

IV – regularidade fiscal e trabalhista;
V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei n.° 12.349, de 2010)
§ 1o É vedado aos agentes públicos:
I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5o a 12 deste artigo e no art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)
Conforme pacífica jurisprudência desta Corte de Contas, o momento correto para a exigência da relação de estabelecimentos conveniados é a assinatura do contrato, devendo ser concedido prazo razoável à licitante vencedora para que possa firmar contratos com estabelecimentos locais.
Citam-se como exemplo as seguintes decisões:
“É certo que as licitações devem ser realizadas de maneira a propiciar a mais ampla concorrência, tendo em vista o princípio da competitividade. Os editais licitatórios não podem conter restrições desarrazoadas que acabem por restringir a competição. As restrições contidas nos editais devem ser adotadas com ponderação, tendo em vista o interesse da Administração Pública e a busca da melhor proposta através da mais ampla concorrência.
A exigência de apresentação de empresas credenciadas pelo licitante não deve ocorrer no momento da apresentação das propostas. Não é razoável exigir que as empresas com interesse em contratar com a Administração Pública firmem contratos com outras empresas somente para participar do certame.
Há que se reconhecer, por outro lado, que a Administração Pública deve se resguardar, impondo restrições que busquem garantir a contratação de empresas que possuam capacidade de executar o objeto contratual, não havendo, portanto, nenhum óbice em exigir a apresentação de rede credenciada.
Contudo, a exigência de apresentação de tal rede credenciada deve ser realizada no momento da contração, e não no momento da apresentação das propostas, após prazo razoável para que a empresa vencedora do certame possa firmar sua rede de credenciados. Com isso, a empresa que se sagrou vencedora com a melhor proposta, após ampla competividade, tem condições de firmar contratos com empresas na localidade do contratante, conforme a necessidade da Administração Pública através de regras estabelecidas no edital de forma razoável e proporcional.
(Acórdão nº 2252/17-Tribunal Pleno. Relator: Cons. Ivens Zschoerper Linhares. Julgado em: 18/05/2017)
“Segundo relatado, a Representação foi recebida para verificar suposta irregularidade no prazo previsto no edital para a apresentação da rede credenciada de estabelecimentos pela empresa contratada, qual seja, 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação da homologação do processo. Esta Corte já apreciou caso semelhante, nos autos da Representação da Lei 8.666/93 n.° 181925/17, de relatoria do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, em que restou consignado que um prazo de 05 (cinco) dias úteis era suficiente e razoável para a apresentação de rede credenciada. Confira-se trecho do Acórdão n.° 2700/17-STP (...). Assim, conforme a jurisprudência acima, o prazo previsto no edital do Pregão Presencial n.° 158/2019 do Município de Telêmaco Borba respeita os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, não prosperando as alegações de ilegalidade”
(Acórdão nº 1455/20 - Tribunal Pleno. Relator Conselheiro Ivan Lelis Bonilha. Julgado em 2 de julho de 2020)
“Portanto, conclui-se que a exigência também não é desarrazoada ou o prazo exíguo, visto que, desde o momento em que é declarada como vencedora, a licitante já pode e deve tomar as providências para a comprovação da rede de credenciados, sendo que a intimação para a assinatura do contrato naturalmente não ocorre imediatamente após a definição da proposta vencedora, o que também não se verificou no caso concreto.
(Acórdão nº 2700/17-STP. Relator Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares)
“1) Exigência de rede de estabelecimentos credenciadas a ser apresentada quando da assinatura do contrato. Em primeiro lugar, é importante destacar: a demanda de rede de estabelecimento credenciada não constitui, per si, imposição ilegítima ou desarrazoada. A farta jurisprudência apresentada pelo Representante deixa claro o posicionamento dominante nos Tribunais, no sentido de reprovar tal exigência na fase de apresentação de propostas. É plenamente possível a solicitação de rede credenciada para a licitante vencedora no momento da contratação, desde que respeitado prazo razoável(...)”
(Acórdão nº 713/19- Tribunal Pleno. Relator Auditor Sérgio Ricardo Valadares Fonseca)
No mesmo sentido acostam-se decisões do Tribunal de Contas Da União:
“SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL DO TIPO MENOR PREÇO (MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO). CONTRATAÇÃO DE EMPRESA: ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA (REFEIÇÃO-CONVÊNIO). CLÁUSULA EDITALÍCIA EXCESSIVAMENTE RESTRITIVA. CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR. AGRAVO. CONHECIMENTO. NEGADO PROVIMENTO. [...] Segundo ele, não seria razoável ‘a exigência de que todas as empresas interessadas em contratar com a Administração sejam obrigadas, ainda na fase de habilitação do pregão, de manter estabelecimentos comerciais credenciados em todas as capitais dos estados brasileiros e em todos os municípios com mais de cem mil habitantes’, em linha com a jurisprudência do Tribunal. Ainda para o relator, a exigência de habilitação constante do processo licitatório, ‘levada a extremos, poderia inclusive estimular a formação de cartel, pois só poderiam participar de licitações as poucas grandes empresas desse seguimento comercial, o que, de certa forma teria se confirmado, uma vez que somente três empresas apresentaram propostas neste pregão’. Ressaltou, mais uma vez com amparo na jurisprudência do Tribunal, que ‘a, sendo permitido um prazo razoável para que a vencedora do certame credenciasse os estabelecimentos comerciais fornecedores de refeição’. Propôs, então, que fosse negado provimento ao agravo, no que obteve a aprovação do Plenário. Acórdão n.º 307/2011-Plenário, TC-032.818/2010-6, rel. Ministro Subst. Augusto Sherman Cavalcanti, 09.02.2011” (grifos nossos)
“EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE REDE CREDENCIADA APENAS NA FASE DE CONTRATAÇÃO E NÃO PARA FIM DE HABILITAÇÃO NO CERTAME [...]. A representante alegou que a exigência de qualificação técnica contida no item 4.1.1.5.1.1 do edital constitui restrição ao caráter competitivo do certame, na medida em que deles exige prévia comprovação de rede de estabelecimentos credenciados no Estado do Amazonas, mediante relação escrita, com indicação de razão social, CNPJ e endereço. Além de contrária à jurisprudência do TCU, a exigência afasta a participação de empresas que atuam em outras regiões do Brasil, pois ‘somente as da localidade têm como provar, até a data da sessão pública, que possuem rede de estabelecimentos credenciados nos locais indicados’. [...] Assim sendo, nos termos do voto do relator, decidiu o Plenário revogar a medida cautelar e, já com vistas ao novo certame, determinar à entidade que faça constar a exigência de comprovação de rede credenciada apenas na fase de contratação, com estabelecimento de um prazo razoável para que a vencedora da licitação credencie os estabelecimentos comerciais das localidades onde os empregados da estatal estejam lotados. Acórdão n.º 3156/2010-Plenário, TC-028.280/2010-5, rel. Min. José Múcio Monteiro, 24.11.2010.” (grifos nossos)
Além disso, verifica-se que o item 5 do Edital previu o prazo de até 30 dias para pagamento, após a entrega da mercadoria e envio da nota fiscal. Conforme disposto no Edital, a licitação é regida pelas normas do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT e demais condições (item 3 do Edital), submetendo-se ao Decreto nº 10.854/2021, que no art. 175[4] proíbe o pagamento que descaracterize a natureza pré-paga do benefício.
Assim, em sede de cognição sumária, compreende-se que referido Edital prevê situação que frustraria o caráter competitivo do processo licitatório, eis que supostamente restringira a participação de empresas, eventualmente interessadas, que não possuem estrutura financeira que suportasse o pagamento posterior dos benefícios a serem disponibilizados aos trabalhadores.
No mesmo sentido, acosta-se a seguinte decisão desta Corte:
“Assim, em princípio, sendo a APPA entidade cadastrada no PAT, restaria vedado a forma de pagamento à contratada que descaracterize a natureza pré-paga do serviço. Com efeito, o Edital de Pregão Eletrônico 1223/22-APPA, item 21.1, dispõe: 21.1. O pagamento do valor do objeto será efetuado mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura eletrônica, através de crédito em conta corrente bancária em até 30 (trinta) dias da emissão, recebimento, aceitação e certificação da Nota Fiscal/Fatura Eletrônica emitida pela contratada, nos termos do item 10 (dez) do Termo de Referência. Desta forma, sem pretender esgotar a discussão nessa fase de cognição sumária, compreendo que o fumus boni iuris estaria configurado no presente caso. Ademais, a manutenção da exigência vedada pela legislação em vigência, a qual, a meu ver, compromete a competitividade do certame na medida em que restringe a maior participação de empresas interessadas, mas que não possuem estrutura financeira que suporte o pagamento postecipado dos benefícios a serem disponibilizados aos trabalhadores, são fatores suficientes a caracterizar o periculum in mora. Assim, por entender presentes o fumus boni iures e o periculum in mora, por meio do Despacho n.º 824/22 – GCDA (peça n.º 11), concedi a medida cautelar a fim de suspender imediatamente e no estado em que se encontra a licitação iniciada com PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1223/2022 da APPA, até análise do mérito da presente Representação.”
(Acórdão nº 1625/22 - Tribunal Pleno. Relator Conselheiro Durval Mattos do Amaral)
Por essas razões, e outras acima expostas, é que se pode dizer que o requerimento do Representante está coberto da fumaça do bom direito.
Presente ainda o periculum in mora face a proximidade da data da realização do certame, cuja abertura esta prevista para o dia 27 de março de 2023 às 09:00 horas.
III- Diante do exposto, RECEBO a presente Representação e DEFIRO o pleito cautelar, para fins de SUSPENDER o Pregão Eletrônico nº 10/2023, realizado pelo MUNICÍPIO DE REBOUÇAS, no estado em que se encontra, até posterior julgamento de mérito.
IV – Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo, para expedição, pelos meios de comunicações possíveis (telefone, aplicativo de mensagens, fax, etc.), em razão da urgência, de determinação ao MUNICIPIO DE REBOUÇAS, na pessoa de seu representante legal, para que promova a imediata suspensão do Pregão Eletrônico nº 10/2023, no estado em que se encontra, até que esta Corte delibere sobre o mérito desta representação.
Também, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos artigos 278, II e 380-A, I, ambos do Regimento Interno, promova-se a CITAÇÃO do MUNICIPIO DE REBOUÇAS, por meio de seu representante legal, para que apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 35, II, alínea “a”, da Lei Orgânica deste Tribunal, esclarecimentos quanto aos fatos narrados pelo Representante.
V - Transcorrido o prazo para apresentação de defesa, voltem-me conclusos.
VI- Publique-se.”
É o que trago à HOMOLOGAÇÃO deste Tribunal Pleno, em cumprimento ao rito do artigo 400, § 1º, do Regimento Interno desta Corte.
Dê-se o encaminhamento determinado nos itens IV e V do Despacho ora homologado.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, por unanimidade, em:
I - Homologar o Despacho nº 451/23 do gabinete do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva (peça 14);
II - dar o encaminhamento determinado nos itens IV e V do Despacho ora homologado.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 30 de março de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 5.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
1. *8.11. Será considerada vencedora a empresa que possua o menor preço global, definido pelo menor percentual de taxa administrativa sobre o valor dos benefícios (recarga) e o mínimo de*

estabelecimentos comerciais conveniados ativos, especializados em gêneros alimentícios do tipo: supermercados, armazéns, mercearias, açougues, peixarias, restaurantes, lanchonetes, etc, desde que cumpra o mínimo estabelecido no item abaixo:
1.. É obrigatório a oferta mínima de 03 (três) estabelecimentos credenciados, sendo: a) Um estabelecimento do ramo de supermercados, cujo critério será daqueles que operam com no mínimo 03 (três) caixas simultâneos; b) Dois estabelecimentos dos demais gêneros alimentícios;
8.12. Para habilitação, será necessária a apresentação da cópia dos contratos com a rede credenciada juntamente com a declaração do proprietário que atende de imediato aos critérios deste Termo de Referência, sobretudo com os estabelecimentos do ramo de supermercado.
8.13. A não apresentação da relação das empresas credenciadas, implica em decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei 8.666/93;
***2**. Dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação ao empregado e altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.*
Art. 3º O empregador, ao contratar pessoa jurídica para o fornecimento do auxílio-alimentação de que trata o art. 2º desta Lei, não poderá exigir ou receber:
II - prazos de repasse ou pagamento que descaracterizem a natureza pré-paga dos valores a serem disponibilizados aos empregados; ou
***3**. 5 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO*
Até 30 dias após a entrega da mercadoria e envio da nota fiscal. As notas devem ser enviadas para o e-mail da Secretaria solicitante: Deve ser citado o número da autorização de fornecimento nas observações da nota fiscal
***4**. Art. 175. As pessoas jurídicas beneficiárias, no âmbito do contrato firmado com fornecedoras de alimentação ou facilitadora de aquisição de refeições ou gêneros alimentícios, não poderão exigir ou receber qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado, prazos de repasse que descaracterizem a natureza pré-paga dos valores a serem disponibilizados aos trabalhadores, ou outras verbas e benefícios diretos ou indiretos de qualquer natureza não vinculados diretamente à promoção de saúde e segurança alimentar do trabalhador.*

PROCESSO Nº:-80448/21
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MARILUZ
INTERESSADO:-BEATRIZ APARECIDA DE OLIVEIRA, CARINA DA SILVA QUADROS, GLEICELY FEITOSA DE LIMA DE SOUZA, JAIME PEREIRA DA SILVA, JHONE JUNIOR ALMEIDA, JUAREZ DOS SANTOS JUNIOR, JULIANO LUCAS LAVERDE RANITE, JUNIOR CESAR DE OLIVEIRA, MUNICÍPIO DE MARILUZ, NILSON CARDOSO DE SOUZA, OSMAR BERTONI, PATRICIA APARECIDA MACEDO, PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES, VERONICA GARCIA
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 663/23 - TRIBUNAL PLENO

Representação. Município de Mariluz. Contratação de pessoas físicas para prestação de serviços ordinários de forma autônoma. Descumprimento do artigo 37, incisos II e IX, da Constituição Federal e da Lei Municipal nº 1460/2009. Instrução da CGM e parecer do MPC pela procedência com aplicação de multas. Pela Procedência da Representação com Aplicação de Multas.

1. RELATÓRIO

Trata-se de representação fundada no art. 32 da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, protocolada perante este Tribunal de Contas pelo Município de Mariluz, por meio de seu Representante legal, na qual foram noticiadas possíveis irregularidades na contratação de prestadores de serviços autônomos nos anos de 2017 a 2020[1], pela gestão anterior à do representante.

Narrou o representante que o gestor no período apontado promoveu centenas de contratações de profissionais autônomos sem concurso público ou processo seletivo prévio.

Por meio do Despacho nº 357/21-GP, a Presidência da Corte manifestou ciência e encaminhou o processo ao Gabinete do Relator para processamento[2].

Considerando a ausência de elementos necessários ao prosseguimento do processo, com aplicação subsidiária do CPC, foi determinada a emenda da inicial, com indicação dos elementos necessários, consoante Despacho nº 47/21-GCNB[3].

O Município atendeu à determinação e apresentou informações adicionais, no sentido de que as contratações foram efetivadas com fundamento na Lei Municipal nº 1.460/2009, que regulamenta as contratações temporárias para atender excepcional interesse público, porém sem prévio processo seletivo ou de terceirização e pagas mediante recibo, cujos documentos de solicitação, contratos firmados e recibos de pagamento foram juntados aos autos[4].

Diante da existência de indícios de irregularidades nas contratações, com elementos indicativos de burla ao concurso público, ausência de critérios e quebra de princípios da impessoalidade e legalidade a Representação foi recebida, com determinação ao representante de prestação de informações necessárias à citação dos agentes apontados como responsáveis pelas irregularidades, conforme Despacho nº 224/21-GCNB[5], determinação que somente foi atendida após reiteração determinada pelo Despacho nº 484/21[6].

Na sequência, por meio do Despacho nº 729/21-GCNB[7], foi determinada a intimação das pessoas indicadas pelo Representante, quais sejam, NILSON CARDOSO DE SOUZA, JUNIOR CESAR DE OLIVEIRA, GLEICELY FEITOSA DE LIMA DE SOUZA, VERONICA GARCIA, BEATRIZ APARECIDA DE OLIVEIRA, JUAREZ DOS SANTOS JUNIOR, JHONE JUNIOR DE ALMEIDA, PATRÍCIA APARECIDA MACEDO, LUCIANO PEDRO DA SILVA, OSMAR BERTON e CARINA DA SILVA QUADROS SIMOÉS, para exercício do contraditório, nova intimação do Prefeito de Mariluz para apresentação de informações sobre JAIME PEREIRA DA SILVA e LUCIANO LUCAS LAVERDE RANITE, indicados como residentes em outro Município, e para a integração dos herdeiros do Sr. JOEL MAGALHÃES DOS SANTOS ao procedimento, diante da informação de que é falecido.

Em resposta, a Sra. BEATRIZ APARECIDA DE OLIVEIRA, contadora do Município, confirmou a realização das contratações e afirmou que a responsabilidade seria exclusiva do ex-prefeito NILSON CARDOSO DE SOUZA, que mesmo após orientado pelo Controle Interno sobre a irregularidade, prosseguiu com a sua prática. A interessada ainda encaminhou duas recomendações administrativas expedidas pelo Controle Interno ao gestor[8].

No mesmo sentido foi a resposta apresentada pelo Sr. JUNIOR CESAR DE OLIVEIRA, que informou ter exercido a função de Controlador Interno do Município nos anos de 2019 e 2020, identificado a contratação de pessoal sem o devido processo de seleção e emitido a Recomendação nº 04/2020 ao gestor para sua cessação, com ciência aos secretários municipais, sem atendimento, o que constou do Relatório de Controle Interno integrante da Prestação de Contas do exercício de 2020, encaminhado a esta Corte[9].

A Sra. PATRICIA APARECIDA MACEDO apresentou argumentos no sentido de que a sua solicitação no exercício da função de Secretária Municipal de Saúde visou atender à necessidade de pessoal de excepcional interesse público, voltado ao atendimento prestado em nova unidade de saúde no Município, localizada em uma área de assentamento do MST, e que apenas solicitou a contratação de pessoal ao chefe do Executivo e coube a este a escolha dos profissionais e da forma de contratação[10].

A Sra. VERONICA GARCIA apresentou resposta em sentido semelhante ao Sr. JUNIOR CESAR DE OLIVEIRA. Afirmou que exerceu a função de Controladora Interna do Município no período de janeiro de 2017 a março de 2019, identificou irregularidades na contratação de pessoal e editou a Recomendação Administrativa nº 002/2017 para regularização, o que não foi atendido pelo gestor[11].

A Sra. GLEICELY FEITOSA DE LIMA DE SOUZA apresentou esclarecimentos no sentido de que exerceu a função de Controladora Interna pelo período de 42 dias, de 19/02/2019 a 01º de abril de 2019, e diante do exíguo tempo que permaneceu na função não teve tempo hábil para alertar o Prefeito acerca das irregularidades, o que não teria trazido prejuízo, já que este havia sido orientado por recomendações emitidas anteriormente[12].

Na sequência o Sr. JHONE JUNIOR ALMEIDA apresentou defesa no sentido de que as contratações por ele propostas estariam corroboradas em parecer da procuradoria jurídica como contratações emergenciais, cabíveis por dispensa de licitação, não existindo ato irregular ou improbo praticado, tendo sido orientadas pela boa-fé e os serviços efetivamente prestados, o que afasta a ocorrência de danos ao erário, bem como que não haveria provas da prática de ato irregular pelo agente público, tendo requerido o arquivamento do processo[13]

A Sra. CARINA DA SILVA QUADROS SIMÕES defendeu que as solicitações de contratações por ela efetuadas na função de Secretária de Assistência Social tiveram como finalidade atender à necessidade de pessoal de excepcional interesse público, para compor o quadro de pessoal necessário para a prestação de aulas de balé, capoeira, violão e para compor a equipe técnica do CRAS. Defendeu que apenas solicitou as contratações, enquanto a escolha dos profissionais e da forma de contratação teria sido definida pelo chefe do Poder Executivo[14].

Em atendimento à determinação, o Município reiterou os termos da "denúncia" e apresentou os endereços faltantes[15].

Em ofício, o Procurador do Município Juarez dos Santos Junior informou que "não emitiu e nem foi solicitado a emitir qualquer OPINATIVO acerca das contratações objeto da representação"[16].

O Sr. JULIANO LUCAS LAVERDE RANITE apresentou manifestação no sentido de que apenas assinou um documento de solicitação de pintura do espaço Telecentro Municipal, e argumentou que não seria ordenador de despesas e não teria responsabilidade pelo ato[17].

Na sequência, o Sr. OSMAR BERTONI apresentou esclarecimentos no sentido de que atuou como Secretário de Administração e Finanças na gestão 2017-2020, "no entanto, as contratações e a análise da legalidade dos atos de pessoal eram submetidas ao departamento de recursos humanos, contabilidade, controle interno e jurídico da Prefeitura Municipal. Por último, cabendo à decisão exclusiva do Chefe do Poder Executivo"[18].

Após, no Despacho nº 345/22-GCNB[19], foi analisada a informação de decurso de prazo dos Ofícios nº 2207/2021, nº 2583/2021 e nº 3115/2021, com a constatação de que foram recebidos por terceiros, sem indicação de relação com os interessados a quem estavam endereçados, o que foi objeto de determinação de diligências para efetivação da citação e identificação de possível relação entre as pessoas que receberam os documentos e o destinatário, a fim de comprovar a efetividade do ato.

Em reposta, a Diretoria de Protocolo informou que não foram encontrados novos endereços cadastrados nas bases de dados conveniadas para o Sr. NILSON CARDOSO DE SOUZA, foi encontrado um novo endereço registrado como Sr. JAIME PEREIRA DA SILVA e sobreveio informação de falecimento do Sr. LUCIANO PEDRO DA SILVA, conforme Informação nº 2316/22-DP[20]. Ainda, foram expedidos novos atos de comunicação processual e o processo retornou para deliberação quanto ao interessado falecido.

Por meio do Despacho nº 471/22-GCNB, foi determinada a intimação do Município de Mariluz, para apresentação de informações sobre os herdeiros do Sr. LUCIANO PEDRO DA SILVA[21].

Sobrevieram informações do Município de Mariluz no sentido de que a Sra. SUZANA DE FÁTIMA BAZZANELA, responsável pelo recebimento do Ofício nº 2207/2021[22], consta como esposa do ex-prefeito NILSON CARDOSO DE SOUZA, não havia registro de parentesco entre JAIME PEREIRA DA SILVA e AMARILDO SILVA e informou novo endereço cadastrado como deste interessado e, ainda, o falecimento do Sr. LUCIANO PEDRO DA SILVA[23].

Foi efetuada nova tentativa de citação do interessado JAIME PEREIRA DA SILVA, a qual restou infrutífera[24], o processo foi novamente remetido ao relator.

Por meio do Despacho nº 833/22-GCNB[25] o procedimento foi saneado. A citação do Sr. NILSON CARDOSO DE SOUZA foi considerada válida e eficaz, uma vez que o recebimento do ato de comunicação foi realizado por sua esposa, conforme registros constantes no Município de Mariluz. Diante do esgotamento dos meios de localização pessoal do interessado JAIME PEREIRA DA SILVA, foi determinada sua citação por edital, nos termos do artigo 381, inciso IV e § 2º, do RITCE-PR. Por fim, tendo em vista a informação de falecimento dos interessados JOEL MAGALHÃES DOS SANTOS e LUCIANO PEDRO DA SILVA e não havendo indicação de fatos irregulares específicos por eles praticados, foi determinada a exclusão destes do processo, em respeito à celeridade processual, sem prejuízo de instauração de novo procedimento em caso de comprovação da ocorrência de atos irregulares por estes praticadas cuja reparação das consequências possa alcançar os herdeiros.

Em cumprimento à determinação foi promovida a exclusão na autuação dos Srs. JOEL MAGALHÃES DOS SANTOS e LUCIANO PEDRO DA SILVA no rol de interessados, conforme informação nº 6080/22-DP[26], e a citação do Sr. JAIME PEREIRA DA SILVA por edital[27], cujo prazo decorreu in albis, conforme Certidão de Decurso de Prazo nº 12/23-DP[28].

Concluída a fase de oportunização de contraditório, o procedimento foi remetido à Coordenadoria de Gestão Municipal que, por meio da Instrução nº 474/23-CGM[29], manifestou-se pela procedência da Representação, ao apontar que houve nítida irregularidade nas contratações recorrentes de pessoal sem os devidos procedimentos formais, bem como analisou a conduta de cada interessado, tendo sugerido a aplicação da multa prevista no art. 87, inciso V, alínea "a", da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná[30] ao Sr. NILSON CARDOSO DE SOUZA, ex-prefeito, e aos Secretários Municipais, Sr. JHONE JUNIOR ALMEIDA, Sra. PATRICIA APARECIDA MACEDO, Sra. CARINA DA SILVA QUADROS

SIMÕES, com afastamento da responsabilidade em relação aos demais. Além disso, manifestou-se pela ausência de responsabilidade dos herdeiros de JOEL MAGALHÃES DOS SANTOS e LUCIANO PEDRO DA SILVA, em relação ao primeiro pelo fato de não haver elementos indicativos da ocorrência de danos ao erário, uma vez que as informações constantes permite concluir que os serviços foram efetivamente prestados, sendo cabível a apenas a multa administrativa, que possui caráter personalíssimo e, em relação ao segundo, a inexistência de atos em volume que justifique qualquer sanção.

O D. Ministério Público de Contas (MPC), por meio do Parecer nº 119/23-4PC[31], manifestou-se em consonância com a posição da unidade técnica acerca da procedência da representação e parcialmente em relação às multas sugeridas, especificamente, pugnou pela aplicação da multa prevista no art. 87, inc. V, alínea 'a', da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná majorada em seu décuplo, na forma do art. 87, § 2º-A[32], daquele Diploma Legal, ao ex-prefeito, diante da gravidade da conduta do gestor, ao cometer a irregularidade de modo continuo ao longo de sua gestão.

É o breve relato.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Compulsando os autos observo que há irregularidade nas contratações efetivadas pelo Município de Mariluz sem quaisquer procedimentos de seleção e assiste razão à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas pela procedência da Representação.

Com efeito, restaram demostradas na instrução processual as contratações diretas de prestadores de serviços de forma autônoma, sem quaisquer procedimento de seleção, para exercícios de diversas funções ordinárias na Administração Municipal, cujo montante total despendido foi calculado pela unidade técnica em R$ 1.773.964,85 (um milhão, setecentos e setenta e três mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), mediante contratação de em torno de 140 (cento e quarenta) profissionais ao longo do período, prática claramente irregular.

O artigo 37, inciso II, da Constituição Federal exige a prévia aprovação em concurso público para a investidura em cargo público:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(...)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Ainda, o artigo 39 da Constituição do Estado do Paraná veda a terceirização das atividades que possam ser realizadas por servidores do quadro permanente do Município:

Art. 39. É vedada a contratação de serviços de terceiros para a realização de atividades que possam ser regularmente exercidas por servidores públicos, bem como para cobrança de débitos tributários do Estado e dos Municípios. (Redação dada pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)

Dessa forma, profissionais dedicados a atividades ordinárias da Administração Municipal devem compor o quadro de servidores e serem contratados apenas após a aprovação em concurso público específico. Em hipóteses excepcionais é possível a contratação para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme autoriza o inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(...)

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

O Município de Mariluz disciplinou o tema por meio da Lei Municipal nº 1460/2009, cujo artigo 2º traz as hipóteses consideradas necessidade temporária de excepcional interesse público:

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - assistência a situações de calamidade pública;

II - combate a surtos endêmicos;

III - realização de recenseamentos e outras pesquisas de natureza estatística, bem como recadastramentos imobiliários e afins;

IV - admissão de professor substituto e professor vinculado a convênio com outros Poderes ou esferas de Administração;

V - admissão de empregados públicos resultantes de legislação específica, acordos, convênios e congêneres, cujo prazo de duração dos termos é indeterminado, vinculando a duração dos contratos temporários à vigência dos referidos instrumentos;

VI - admissão de empregados públicos resultantes de acordos, contratos, convênios com duração determinada, com recursos nacionais ou de entidades estrangeiras;

VII - atividades:

a) especiais na organização de políticas de desenvolvimento econômico e social, para atender à área industrial ou a encargos temporários de obras e serviços de engenharia;

b) de vigilância e inspeção, relacionadas à defesa sanitária e agropecuária, no âmbito do território municipal, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio de produtos de origem animal ou vegetal ou de risco à saúde animal, vegetal ou humana;

VIII - manutenção e normalização da prestação de serviços públicos essenciais à comunidade, quando da ausência coletiva do serviço, paralisação parcial ou suspensão das atividades por servidores públicos, por prazo superior a dez dias, e em quantitativo limitado ao número de servidores que aderiram ao movimento.

IX - Tarefas eventuais de curta duração que não excedam a 180 dias.

A análise das contratações efetivadas demonstra que não havia excepcionalidade nas atividades realizadas, uma vez que eram destinadas a atividades ordinárias da Administração, sendo que alguns pressionais atuaram por toda a gestão, conforme sintetizado pela unidade técnica[33]:

As contratações foram analisadas por intermédio dos contratos encaminhados aos autos, não constando a totalidade destes em comparativo às tabelas referentes aos empenhos nestas modalidades de contratação nos exercícios de 2017 – 2020 (Peças n. º 04 a 07). Conforme Anexo I, é possível verificar que diversos profissionais atuaram junto ao Município por longos períodos, por vezes ininterruptamente e nos quatro anos de Mandato, sendo este mais um fator que demonstra que não se tratava de uma situação emergencial, mas corriqueira.

A análise dos contratos trazidos aos autos[34], demonstra a solicitação específica de profissionais por secretários municipais, para o exercício de atividades ordinárias, tais como instrutora de balé, farmacêutica, instrutor de violão, professor, cozinheira, motorista, médico, vigia, zeladora, instrutor de capoeira, funções que claramente são ordinárias e devem ser prestados por servidores de carreira ou, algumas delas, por regular processo de terceirização, precedida do devido processo licitatório.

Além da ordinariedade, a ausência de temporaneidade das funções resta clara pelo fato de vários destes profissionais terem sido contratados por vários anos seguidos, como Claudia Dileta Tonial, Daiane Karine Alves, Elias Felipe de Moraes, Guilherme de Oliveira Jesus, Lucelia Marques Seitz, Thaiza Bueno Borges, dentre outros, o que demonstra inequívoca ausência de excepcionalidade nas suas contratações.

Além disso, ainda que fossem contratações excepcionais, era necessária a realização de processo seletivo, como exige o art. 3º da Lei Municipal nº 1460/2009:

Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, deverá ser feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a divulgação, inclusive em jornal de circulação local ou regional.

A situação se revela ainda mais grave ao se constatar que os gestores foram especificamente informados acerca da irregularidade pelo Controle Interno do Município, com expedição das Recomendações Administrativas nº 02/2017 e 04/2020 e, mesmo diante da clara indicação da ilicitude das contratações, continuaram sua execução sem sequer submetê-las a análise jurídica da Procuradoria Municipal, com exceção de uma das centenas de contratações diretas realizadas. Como bem pontuado pela unidade técnica[35]:

Ainda, da análise dos documentos não se constatou que munidas de Parecer Jurídico, exceto em uma26, ou seja, não houve qualquer justificativa e análise técnica a fim de verificar se se tratava de situação emergencial que possibilitasse a contratação em tais parâmetros, tendo assim amparo legal para tanto.

Dessa forma, a irregularidade na contratação de pessoal para funções ordinárias, sem configuração de situação temporária de excepcional interesse público, de forma recorrente pela Administração do Município de Mariluz, resta claramente caracterizada, com violação ao art. 37, incisos II e IX, da Constituição Federal e aos arts. 2º e 3º da Lei Municipal nº 1460/2009, o que leva à conclusão da procedência da Representação.

Caracterizada a irregularidade, cumpre analisar a responsabilidade dos gestores. Primeiramente, quanto aos Controladores Internos reputo que não há responsabilidade destes sobre os atos irregulares e não houve omissão que justifique o sancionamento destes servidores, tendo em vista que restou demonstrado o envio de recomendações, bem como há afirmações uníssonas e verossímeis no sentido de orientações verbais prestadas aos gestores no sentido de cessação das contratações irregulares. Especificamente quanto ao Sr. JAIME PEREIRA DA SILVA e à Sra. GLEICELY FEITOSA DE LIMA DE SOUZA, observa-se que ocuparam a função por pouco tempo, não há elementos que indiquem terem agido de modo diverso aos demais ocupantes da função quanto às irregularidades e já havia a Recomendação Administrativa nº 02/2017 emitida e ignorada pelo gestor, de modo que além do pouco tempo na função, já havia ato escrito que deveria ser acatado pelo gestor, de modo que não há elementos que indiquem prática de ato irregular ou omissão sancionável destes agentes públicos.

Também reputo ausente de responsabilidade o Procurador Jurídico, uma vez que atuou apenas em uma das contratações e emitiu parecer meritório que somente poderia ser objeto de sancionamento em hipóteses específicas de sancionamento, o que não constitui objeto destes autos.

Quanto ao Sr. OSMAR BERTONI também não merece responsabilização. Embora haja documentos relativos às contratações por ele tratados, na qualidade de fiscal de contratos, nesta função não possuía qualquer poder de gestão ou decisão, mas apenas atribuição executiva, de modo que as irregularidades não lhe podem ser imputadas. De outro norte, há evidente irregularidade e responsabilidade na solicitação de contratação de pessoa específica para ocupação da função de auxiliar de escritório por este formalizada em 27 de setembro de 2019[36], o que poderia implicar em sancionamento deste. No entanto, considerando se tratar de caso isolado, que não trouxe prejuízo ao erário e a prática foi cessada pelo Município, reputo que a aplicação de multa não atende ao princípio da proporcionalidade em relação a este interessado.

Ainda, não há elementos que reputem ser adequado o sancionamento do Sr. JULIANO LUCAS LAVERDE RANITE, pois na qualidade de servidor público apenas assinou um contrato de prestação de serviços de pintura, inexistindo elementos que indiquem ter praticado quaisquer atos de gestão.

De outro norte, entendo sancionáveis as condutas do Sr. JHONE JUNIOR ALMEIDA, da Sra. PATRÍCIA APARECIDA MACEDO e da Sra. CARINA DA SILVA QUADROS SIMÕES, diante dos atos irregulares cometidos na função de Secretários Municipais e do ex-prefeito NILSON CARDOSO DE SOUZA, considerando a natureza decisória dos atos emitidos no exercício dessas funções, a existência de informações do Controle Interno sobre a irregularidade, a quantidade de solicitações emitidas por cada secretário e a conduta específica do prefeito.

O Sr. JHONE JUNIOR ALMEIDA ocupou as funções de Secretário Municipal de Assistência Social e de Secretário Municipal de Educação, nas quais formulou diversas solicitações de contratações com indicação do nome do profissional que deveria ser contratado, que foram aprovadas e efetivadas. A unidade técnica apurou um total de 24 solicitações de contratação por ele efetuadas e, embora em algumas delas haja indicação da necessidade de processo seletivo, em outras foram indicados profissionais específicos, como exemplos, a indicação da Sra. Claudia Dileta Tonial para ministrar curso de balé e o do Sr. Elias Felipe de Moraes para ministrar curso de violão[37].

Em suas alegações defensivas o Sr. JHONE JUNIOR ALMEIDA defendeu que não houve má-fé ou ato de improbidade, as contratações teriam sido precedidas de parecer jurídico, não correu prejuízo ao erário e não teriam sido apresentadas provas de atos irregulares por ele praticados, que não afastam o cabimento de sanção pecuniária ao agente público.

O sancionamento neste caso é cabível pela prática de vários atos irregulares e, ainda

que não se perquira sobre o elemento subjetivo doloso, há evidente culpa grave na conduta do gestor que deixa de observar preceitos legais expressos na Constituição Federal e na legislação municipal que lhe eram exigíveis diante da natureza da função que ocupava. No caso, seria possível assessoramento jurídico que, ao contrário do que afirma, não existiu, conforme restou assentado na instrução processual. Também não trouxe quaisquer documentos que demonstrassem diligência no intuito à verificar a legalidade das solicitações que emitia. Por fim, foram juntados aos autos documentos firmados pelo interessado solicitando as contratações, que constituem provas suficientes da prática dos atos.

A mesma sanção é cabível à Sra. PATRÍCIA APARECIDA MACEDO e à Sra. CARINA DA SILVA QUADROS SIMÕES, que efetuaram, respectivamente, 12 e 9 solicitações de contratações de pessoal nas funções de Secretária Municipal de Saúde e Secretária Municipal de Assistência Social e, embora tenham alegado em contraditórios semelhantes que a definição da forma jurídica da contratação caberia ao prefeito, restou demonstrado que os pedidos eram pessoais, para a contratação de pessoas específicas, como exemplos, a Sra. Daiane Karine Alves Almeida para a função de farmacêutica, o Sr. Maurício da Silva para a função de motorista, e a Sra. Ana Paula de Melo Branco, na função de dentista.

Dessa forma, adequada a aplicação da multa prevista no 87, inciso V, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/PR aos Secretários Municipais que promoveram requisições de contratações irregulares.

Em relação ao ex-prefeito Municipal, Sr. NILSON CARDOSO DE SOUZA, reputo que a conduta é mais grave, pois além de promover todas as contrações requisitadas de modo irregular, o que já implica em volume maior de irregularidades, a natureza da função como autoridade superior exigia dele a diligência para que as contratações seguissem os comandos constitucionais e legais, mesmo na hipótese de solicitações irregulares recebidas de seus secretários. A situação se revela ainda mais grave no caso em que restou demonstrada a emissão de duas recomendações do Controle Interno sobre a irregularidade da contratação, sem nenhuma medida de saneamento por parte do gestor ou qualquer diligência para apresentar argumentos técnicos sobre a forma dessas contratações, sendo que a Procuradoria Jurídica sequer foi instada a se manifestar. Assim, diante da gravidade da conduta, que não se resumiu à irregularidades nas contratações, mas incluiu ignorar orientações do controle interno e não submeter o tema à análise jurídica devida, aliado ao fato de que a irregularidade perdurou por toda a gestão do Sr. Nilson, relevando total descaso com o cumprimento da Constituição, da legislação e dos princípios que orientam a administração da coisa pública, reputo adequada a sanção proposta pelo Parquet, consistente na multa prevista no art. 87, inciso V, alínea, cumulada o § 2º, da Lei Orgânica do TCE/PR, majorada no décuplo de seu valor.

Por fim, considerando que não foi constada a ocorrência de danos ao erário, pois restou constatado que os serviços foram efetivamente prestados e, além disso, observa-se que as remunerações previstas, de modo geral, encontram-se dentro de valores razoáveis para as funções exercidas com o mercado de trabalho, tenho que não foram constatados atos irregulares praticados por JOEL MAGALHÃES DOS SANTOS e LUCIANO PEDRO DA SILVA cuja reparação das consequências possa alcançar os herdeiros, de modo que inexiste fundamento para a instauração de procedimento específico, que foi tratado como hipótese no Despacho nº 833/22-GCNB[38].

3. VOTO

Ante todo o exposto, em consonância com a manifestação da unidade de instrução técnica e em anuência ao posicionamento do Ministério Público de Contas, VOTO pela PROCEDÊNCIA da presente Representação, com aplicação das seguintes sanções:

(i) 1 (uma) multa prevista no art. 87, inciso V, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/PR, ao Sr. JHONE JUNIOR ALMEIDA, à Sra. PATRÍCIA APARECIDA MACEDO e à Sra. CARINA DA SILVA QUADROS SIMÕES, em razão da formalização de contratos de prestação de serviços autônomos de forma direta, sem prévio concurso público;

(ii) a multa prevista no art. 87, inciso V, alínea, cumulada com a majoração prevista no seu § 2º, da Lei Orgânica do TCE/PR, em seu décuplo, ao Sr. NILSON CARDOSO DE SOUZA, em razão da formalização de contratos de prestação de serviços autônomos de forma direta, sem prévio concurso público, por ter formalizado mais de cem contratos irregulares, ignorado recomendações do controle interno sobre a prática irregular e não submetido os fatos à análise da Procuradoria Jurídica do Município.

Para além, com o trânsito em julgado do presente encaminhe-se à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (CMEX) para a adoção dos procedimentos de praxe e, após, à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do feito.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:

I – Conhecer a presente Representação, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, e, no mérito, em consonância com a manifestação da unidade de instrução técnica e em anuência ao posicionamento do Ministério Público de Contas, julgar pela PROCEDÊNCIA com aplicação das seguintes sanções:

(i) 1 (uma) multa prevista no art. 87, inciso V, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/PR, ao Sr. JHONE JUNIOR ALMEIDA, à Sra. PATRÍCIA APARECIDA MACEDO e à Sra. CARINA DA SILVA QUADROS SIMÕES, em razão da formalização de contratos de prestação de serviços autônomos de forma direta, sem prévio concurso público;

(ii) a multa prevista no art. 87, inciso V, alínea, cumulada com a majoração prevista no seu § 2º, da Lei Orgânica do TCE/PR, em seu décuplo, ao Sr. NILSON CARDOSO DE SOUZA, em razão da formalização de contratos de prestação de serviços autônomos de forma direta, sem prévio concurso público, por ter formalizado mais de cem contratos irregulares, ignorado recomendações do controle interno sobre a prática irregular e não submetido os fatos à análise da Procuradoria Jurídica do Município.

II – Determinar, para além, com o trânsito em julgado do presente o encaminhamento à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (CMEX) para a adoção dos procedimentos de praxe e, após, à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do feito.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.

Plenário Virtual, 30 de março de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 5.

AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
Documento assinado digitalmente
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1. *Peça nº 3.*
2. *Peça nº 9.*
3. *Peça nº 11.*
4. *Peças nº 17-366.*
5. *Peça nº 367.*
6. *Peças nº 367, 370-371 e 378.*
7. *Peça nº 379.*
8. *Peças nº 404-406.*
9. *Peças nº 408-409.*
10. *Peça nº 411.*
11. *Peça nº 413.*
12. *Peça nº 415.*
13. *Peça nº 421.*
14. *Peça nº 426.*
15. *Peças nº 429-430.*
16. *Peça nº 432.*
17. *Peça nº 439.*
18. *Peça nº 447.*
19. *Peça nº 450.*
20. *Peça nº 451.*
21. *Peça nº 460.*
22. *Conforma AR juntado à peça nº 416.*
23. *Peça nº 467.*
24. *Peças nº 470-472.*
25. *Peça nº 473.*
26. *Peça nº 474.*
27. *Peça nº 475.*
28. *Peça nº 478.*
29. *Peça nº 480.*
30. *Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos:*
[...]
V - No valor de 50 (cinquenta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR:
a) nomear ou contratar, ainda que sob a aparência de concurso público ou contratação temporária, exceto para cargos em comissão, sem a realização de prova ou teste seletivo
31. *Peça nº 481.*
32. *§2º-A. Quando, no mesmo processo, for apurada a prática de duas ou mais vezes a mesma infração administrativa pelo mesmo agente, e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, deverem as subsequentes ser consideradas como continuação da primeira, será aplicada a sanção correspondente a uma infração, aumentada até o seu décuplo. (Incluído pela Lei Complementar n. 213/18).*
33. *Peça nº 480, pág.*
34. *peças 20-134.*
35. *Peça nº 480, pág. 10.*
37. *Peça nº 66.*
38. *Peça nº 23.*

PROCESSO Nº:-115819/23
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
INTERESSADO:-SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 664/23 - TRIBUNAL PLENO

Processo de Homologação de Recomendações. 1ª Inspetoria de Controle Externo. Fiscalização. SEED. Relatório de Auditoria Operacional Coordenada no Acesso e Permanência no Ensino Médio. Recomendações. Homologação.

1. RELATÓRIO

Trata-se de processo de Homologação de Recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça n° 3) encaminhado pela 1ª Inspetoria de Controle Externo (1ª ICE), em decorrência do relatório de auditoria operacional coordenada no acesso e permanência no ensino médio, cujo objetivo foi "a avaliação da governança multinível na política nacional de acesso e permanência no ensino médio, com foco no NEM, sob a perspectiva da atuação da Secretaria da Educação do Estado do Paraná (SEED) na coordenação, implementação e execução das atividades, visando os objetivos do programa, redução de desigualdades e minimização de assimetrias entre redes de ensino".

Conforme consta do relatório, a fiscalização ocorreu durante o exercício de 2022, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado do Paraná (SEED), especificamente nas instituições de ensino médio da rede estadual.

Após aplicação de questionário online com Secretários/Dirigentes Regionais, Diretores Escolares e Docentes, houve a validação das respostas, mediante amostragem, atraves de entrevistas in loco com os diretores/coordenadores, realizada em escolas piloto do programa NEM e também em unidades que não foram piloto do referido programa, num total de 20 20 (vinte) escolas em todas as regiões do Estado do Paraná.

Resultou dos trabalhos de auditoria a identificação de 4 (quatro) achados, compilados no item "4. ACHADOS DE AUDITORIA" do Relatório de Auditoria, às fls. 14-36 da peça n° 3.

Alguns destes achados foram sanados em face do contido na manifestação da SEED. Ao final os Auditores propuseram 3 (três) recomendações (item 6. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO, fl. 38 da peça nº 3).

Encaminhado o relatório de auditoria a este Gabinete por meio do ofício n° 2/2023 da 1ª ICE (peça n° 2), determinou-se a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo (peça nº 4 – Despacho n° 51/2023-GCAZ) para promover a autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações. Após, retornaram os autos.

É o relatorio.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O presente expediente visa dar atendimento ao disposto no art. 5°, inciso XLII[1], do Regimento Interno, incluído pela Resolução n° 73/2019.

A fiscalização desenvolvida pela 1ª Inspetoria, que originou o relatório ora apreciado, teve por objetivo "a avaliação da governança multinível na política nacional de acesso e permanência no ensino médio, com foco no NEM, sob a perspectiva da atuação da Secretaria da Educação do Estado do Paraná (SEED) na coordenação,

implementação e execução das atividades, visando os objetivos do programa, redução de desigualdades e minimização de assimetrias entre redes de ensino".
A presente auditoria ocorreu em parceria com a Rede Integrar de Políticas Públicas Descentralizadas que é uma rede colaborativa, formada pelos Tribunais de Contas do Brasil, por meio do Acordo de Cooperação Técnica entabulado entre IRB, ATRICON, TCU e Tribunais de Contas aderentes, com o objetivo de estabelecer cooperação técnica para fiscalização e aperfeiçoamento do ciclo de implementação de políticas públicas descentralizadas no Brasil.
Relataram os auditores que "Atualmente, o Ensino Médio pode ser ofertado sob quatro formas distintas: a) regular ou propedêutica; b) normal/magistério; c) integrada à educação profissional; e d) Educação de Jovens e Adultos (EJA). Deve, para tanto, fazer uso de currículos compatíveis com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com itinerários formativos, estruturados a partir de diversos arranjos curriculares, que poderão se estabelecer em cinco destes: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional. Esses currículos deverão considerar a formação integral do aluno do Ensino Médio, orientando para 'a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos'."
Informaram também que a implementação do programa do Novo Ensino Médio tem como propósitos principais a flexibilização dos currículos escolares, a ampliação progressiva da carga horária deste nível de ensino e a criação da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI).
E de acordo com as informações repassadas pela SEED o Estado possui 2.303 (duas mil trezentas e três) escolas que ofertam a Etapa do Ensino Médio (EM) nas Redes Estadual, Federal e Privada, sendo responsáveis por 554.354 (quinhentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro) matrículas no Ensino Médio.
O Plano de Implementação (PLI) iniciou-se em 2019, em 14 escolas pilotos, em 2022 houve a ampliação do NEM para todas as escolas da rede estadual. Ressalta-se que a SEED elaborou o PLI e o mesmo foi validado pelo MEC.
Aplicou-se questionário, em meio eletrônico, dirigido aos Secretários/Dirigentes Regionais, Diretores Escolares e Docentes, posteriormente a fim de se validar as informações obtidas foram realizadas entrevistas in loco com os Diretores/Coordenadores.
Compiladas a informações, equipes de auditores da 1ª ICE realizaram o tratamento dos dados, removendo duplicidades, erro de perfil, cadastro inválido, entre outros ajustes. Após esse refinamento, foram validadas 52 respostas no questionário aplicado junto aos Secretário/Dirigentes Regionais, 1.768 respostas do questionário aplicado junto aos Diretores Escolares e 9.560 no questionário aplicado junto aos Docentes.
Das atividades desenvolvidas resultaram 4 (quatro) achados.
Por prudência e para dar concretude ao princípio da não surpresa, antes de apresentar as recomendações, a 1ª ICE apresentou o relatório para a SEED se manifestar. A Secretaria sanou um dos apontamentos. Foram 4 (quatro) achados, que, com a atuação imediata da SEED originaram 3 (três) recomendações (item 6. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO, fl. 38 da peça nº 3), a seguir transcritas:

SÍNTESE DOS ACHADOS E RECOMENDAÇÕES			
ITEM DO RELATÓRIO	ACHADO	CRITÉRIO	PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO
4.1.2	Deficiências na oferta de formação continuada para o corpo docente	- Art. 4º e art. 5º, inciso III, da Resolução CNE/CP nº 1/2020 (BNC - Formação Continuada); - Art. 7º, inciso I, da Portaria MEC nº 649/2018;	RECOMENDAÇÃO para que a SEED adote mecanismos para mitigação do absenteísmo quando da oferta de formação continuada para o corpo docente.
4.1.3	Falhas na implementação do NEM em relação aos alunos que frequentam o período noturno, a 6ª aula e/ou utilizam o transporte escolar.	- Ofício Circular no. 085/2021–DEDUC/SEED; - Artigo17, § 3º da Resolução CNE nº 3/2018;	RECOMENDAÇÃO para que a SEED adote mecanismos para mitigar prejuízos em relação ao ensino para os alunos que frequentam o período noturno, a 6ª aula e/ou utilizam o transporte escolar.
4.2.1	Deficiências na comunicação e no diagnóstico para a oferta dos itinerários formativos.	- Art. 7º, inciso I, da Portaria MEC nº 649/2018.	RECOMENDAÇÃO para que a SEED adote mecanismos permanentes de comunicação e diagnóstico para a efetiva oferta dos itinerários formativos considerando as especificidades de cada região do Estado.

3. VOTO
Diante do exposto, VOTO pela Homologação das Recomendações sugeridas no presente Relatório de Auditoria da 1ª Inspetoria de Controle Externo, direcionadas à Secretaria da Educação e do Esporte do Estado do Paraná (SEED), elencadas item 6. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO, fl. 38 da peça nº 3.
Após o trânsito em julgado da presente, encaminhe-se à 2ª Inspetoria de Controle Externo para o cumprimento dos §§ 4º e 6º do artigo 267-A[2] do Regimento Interno, por se tratar da Inspetoria responsável pela fiscalização da entidade no quadriênio 2023/26 nos termos da Portaria nº 380/23.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:
I – Determinar a Homologação das Recomendações sugeridas no presente Relatório de Auditoria da 1ª Inspetoria de Controle Externo, direcionadas à Secretaria da Educação e do Esporte do Estado do Paraná (SEED), elencadas item 6. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO, fl. 38 da peça nº 3;
II – Determinar após o trânsito em julgado da presente, o encaminhamento à 2ª Inspetoria de Controle Externo para o cumprimento dos §§ 4º e 6º do artigo 267-A do Regimento Interno, por se tratar da Inspetoria responsável pela fiscalização da entidade no quadriênio 2023/26 nos termos da Portaria nº 380/23.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 30 de março de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 5.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
Documento assinado digitalmente
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

__1__. Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno:
[...]
XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I.
__2__. Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios. (Incluído pela Resolução nº 73/2019)
[...]
§ 4º Será imediatamente colocado em pauta o processo distribuído nos termos do § 3º, para os fins do previsto no art. 5º, XLII e XLIII, sendo enviadas comunicações em meio eletrônico aos demais Conselheiros, Auditores e ao Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da sessão. (Incluído pela Resolução nº 73/2019)
[...]
§ 6º As recomendações homologadas serão encaminhadas ao jurisdicionado pela Coordenadoria-Geral de Fiscalização ou pela Inspetoria de Controle Externo, conforme o caso. (Incluído pela Resolução nº 73/2019)

PROCESSO Nº:-455344/18
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE
INTERESSADO:-AMARILDO RIGOLIN, ELIO MARCINIAK, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE
ADVOGADO / PROCURADOR:-ANDRE DALANHOL, BRUNA ROHR NESELLO, BRUNNO JOSE ZENNI, CARLOS HENRIQUE POLETTI PAPI, CEZAR AUGUSTO DE OLIVEIRA FRANCO, KATIA CRISTINA SFREDO BOMBONATTO DA SILVA, LEANDRO ROHR NESELLO, MARCELO DALANHOL, SABINE STUMM
RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA
ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 88/23 - TRIBUNAL PLENO
Recurso de Revista. Prestação de Contas de Prefeito Municipal. Exercício de 2016. Ausência de publicação de RREO. Publicação realizada de forma extemporânea. Conversão em ressalva. Obrigações contraídas nos últimos quadrimestres sem disponibilidade financeira. Manutenção da irregularidade. Atraso no envio de dados ao SIM-AM. Manutenção da multa. Conhecimento e provimento parcial.
1 RELATÓRIO
Trata-se de Recurso de Revista interposto pelo senhor Amarildo Rigolin, em face do Acórdão de Parecer Prévio 152/18-S1C[1], que apreciou irregular a Prestação de Contas do Município de Santa Tereza do Oeste, exercício de 2016, nos seguintes termos:
Em face de todo o exposto, voto no sentido de que deve o Tribunal de Contas do Estado do Paraná:
3.1. Emitir Parecer Prévio pela irregularidade da Prestação de Contas Anual do Município de Santa Tereza do Oeste, relativa ao exercício financeiro de 2016, de responsabilidade do Sr. Amarildo Rigolin, então Prefeito Municipal, em razão de:
a) Obrigações contraídas nos últimos dois quadrimestres sem suficiente disponibilidade financeira;
b) Ausência de comprovação da publicação do RREO.
3.2. Aplicar multa administrativa prevista no art. 87, §4º, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, ao Sr. Amarildo Rigolin, então Prefeito Municipal, em razão da irregularidade das contas.
3.3. Aplicar multa administrativa prevista no art. 87, III, b, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, ao Sr. Amarildo Rigolin, então Prefeito Municipal e Responsável pelas contas, pelo atraso da entrega dos dados ao SIM-AM dos meses de abril a outubro de 2016; e ao Sr. Elio Marciniak, atual Prefeito Municipal, pelo atraso na entrega dos dados ao SIM-AM do mês de dezembro de 2016, que possuía prazo de entrega em 28/02/2017 e foi entregue em 29/03/2017, portanto, em sua gestão.
O recorrente apresentou insurgência quanto aos achados que ensejaram a irregularidade das contas, quais sejam, as obrigações contraídas nos últimos dois quadrimestres sem suficiente disponibilidade financeira e a ausência de comprovação da publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO. Também apresentou insurgência quanto a aplicação de multa em razão do atraso na entrega de dados ao SIM-AM.
Conforme sintetizou o Ministério Público de Contas[2], as razões recursais foram no seguinte sentido:
Com relação à violação ao art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o recorrente sustenta que haveria uma jurisprudência pacífica deste Tribunal admitindo a ressalva do apontamento quando verificado o decréscimo de receitas no exercício de 2016.
Para tanto, limita-se a citar um precedente que ressalvou o déficit nas fontes livres (Acórdão de Parecer Prévio nº 153/18-S1C), um julgamento de Recurso de Revisão relativo à prestação de contas do Município de Umuarama do exercício de 2004 (Acórdão nº 388/10-STP) e um julgamento relativo à prestação de contas do Município de Clevelândia do 2008 (Acórdão de Parecer Prévio nº 533/13-STP).
Sobre a ausência de publicação do RREO do 5º bimestre, alega ter se tratado de ato falho que não acarretou prejuízo ao erário, mostrando-se desarrazoado o apontamento de irregularidade, requerendo a conversão em ressalva do item.
Quanto aos atrasos no envio de dados ao SIM-AM, pugna pelo afastamento da multa aplicada, eis que das seis remessas em atraso apenas uma ultrapassou o prazo de

30 dias.
Ao final de seu recurso, pleiteou "o afastamento do opinativo pela irregularidade das contas anuais e das multas aplicadas em desfavor do Recorrente"[3].
O recurso foi recebido pelo Despacho 690/18-GCFAMG[4].
A Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, através da Instrução 2261/20[5], opinou pelo desprovimento do recurso.
O Ministério Público de Contas, no Parecer 666/20-4PC[6], acompanhou o entendimento da unidade técnica.
Na sequência, o recorrente apresentou manifestação complementar e documentos nas peças processuais 50-60, 64-66 e 69, os quais foram admitidos pelos Despachos 171/20-GCILB[7] e 401/21-GCILB[8].
Instada a se manifestar, a CGM (Instrução 4096/22[9]) considerou ser possível ressalvar o apontamento referente a ausência de publicação do RREO, ante a nova documentação apresentada pelo recorrente. Assim, concluiu pelo provimento parcial do recurso, a fim de que restrição atinente à ausência de publicação do RREO seja convertida em ressalva, mantendo-se, contudo, as demais conclusões da decisão recorrida.
O Ministério Público de Contas, no Parecer 861/22-4PC[10], corroborou o entendimento da unidade técnica.
É o relatório.
2 FUNDAMENTAÇÃO
De início, presentes os pressupostos de admissibilidade, ratifico o recebimento do recurso.
Quanto ao mérito, o recurso comporta provimento parcial, consoante manifestações uniformes da unidade técnica e do órgão ministerial.
Sobre a irregularidade relativa à ausência de comprovação da publicação do RREO do quinto bimestre do exercício de 2016, a parte recursal encaminhou nas peças processuais 50 a 52 as cópias das publicações dos anexos do RREO, realizada em 14 de junho de 2018 no Jornal O Paraná, Edição 12.830.
A comprovação da publicação dos anexos do RREO permite afastar a irregularidade do item. Contudo, em razão de a publicação ter ocorrido de forma extemporânea, entendo adequada a anotação de ressalva, com fundamento no artigo 16, inciso II, da Lei Orgânica deste Tribunal[11].
Assim, corroboro a conclusão da unidade técnica pelo provimento parcial do recurso para o fim de converter em ressalva o achado relativo à ausência de publicação do RREO.
A segunda insurgência recursal diz respeito a obrigações de despesas contraídas nos últimos dois quadrimestres do mandato sem disponibilidade financeira, contrariando o art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e o Prejulgado n° 15 desta Corte de Contas.
Trata-se de um valor total de R$525.647,70, em despesas realizadas sem disponibilidade financeira, conforme se observa da seguinte tabela:

Demonstrativo da Disponibilidade Líquida por Origem de Recursos

DESCRIÇÃO	ATIVO FINANCEIRO (a)	PASSIVO FINANCEIRO (b)	CONTAS PENDENTES (c)	REALIZÁVEL (d)	RESULTADO ESTATAL (e)	RESULTADO FINANCEIRO (f=a-b-c-d-e)
Recursos Ordinários / Livres	113.541,31	1.375.808,45	0,00	0,00	0,00	-1.262.267,14
Transferências do FUNDEB	621,38	621,38	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	1.286.440,03	692.055,62	0,00	0,00	0,00	594.384,41
Alienação de Bens	3.219,13	0,00	0,00	0,00	0,00	3.219,13
Operações de Crédito	2.292,44	51.055,07	0,00	0,00	0,00	-48.762,63
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Programas	158.147,48	24.784,61	0,00	0,00	0,00	133.362,87
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Voluntárias – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Restituíveis	169.938,33	169.938,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Origens	61.316,81	6.901,15	0,00	0,00	0,00	54.415,66
Totais	1.795.516,91	2.321.164,61	0,00	0,00	0,00	-525.647,70

Conforme relatado, o recorrente sustentou que a jurisprudência deste Tribunal permite a ressalva do apontamento quando verificado decréscimo de receitas (Acórdão de Parecer Prévio nº 153/18-S1C, Acórdão nº 388/10-STP e Acórdão de Parecer Prévio nº 533/13-STP).
Nesse sentido, mencionou que o país sofreu uma aguda retração no Produto Interno Bruno de -3,5% em 2015, redundando em nova queda de -3,3% em 2016, cujos reflexos atingiram as contas do Município em questão.
Ainda, mencionou o Acordão de Parecer Prévio nº 144/16 como precedente.
E por fim, argumentou que as obrigações que foram empenhadas sem saldo de caixa foram canceladas. Para comprovar o alegado, encaminhou os seguintes documentos: a) Relatório de Empenhos a Pagar, de 01/01/2016 a 31/12/2016; b) Relatório de Cancelamentos de Restos a Pagar, de 2017 a 2019; e c) Relatório da Apuração do Resultado Financeiro por Fontes de Recursos em 31/12/2015, emitido de acordo com os dados do Município encaminhados ao SIM-AM[12].
Pois bem. De acordo com o parágrafo único do art. 42 da LRF, na apuração da disponibilidade financeira deverão ser consideradas todas as despesas e encargos já compromissados a pagar até o final do exercício:
Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.
Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.
Dessa forma, o dispositivo legal restará, a princípio, descumprido quando se verificar, ao final do exercício, montante do passivo financeiro maior que o do ativo financeiro[13].
Analisando os documentos encaminhados pelo recorrente, a CGM realizou novo cálculo considerando os cancelamentos dos empenhos de restos a pagar não processados, anteriores a 2017, que impactaram no resultado negativo da disponibilidade líquida por origem de recurso ao final de 2016.
Contudo, permanece um valor negativo de R$511.191,20, conforme demonstrado a seguir[14]:

DESCRIÇÃO	ATIVO FINANCEIRO (a)	PASSIVO FINANCEIRO (b)	CONTAS PENDENTES (c)	REALIZÁVEL (d)	RESULTADO ESTATAL (e)	RESULTADO FINANCEIRO (f=a-b-c-d-e)	CANCELAMENTO RPNP (g)	RESULTADO FINANCEIRO AJUSTADO (h=f-g)
Recursos Ordinários / Livres	113.541,31	1.375.808,45	0,00	0,00	0,00	-1.262.267,14	14.456,50	-1.247.810,64
Transferências do FUNDEB	621,38	621,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	1.286.440,03	692.055,62	0,00	0,00	0,00	594.384,41	0,00	594.384,41
Alienação de Bens	3.219,13	0,00	0,00	0,00	0,00	3.219,13	0,00	3.219,13
Operações de Crédito	2.292,44	51.055,07	0,00	0,00	0,00	-48.762,63	0,00	-48.762,63
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Programas	158.147,48	24.784,61	0,00	0,00	0,00	133.362,87	0,00	133.362,87
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Voluntárias – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Restituíveis	169.938,33	169.938,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Origens	61.316,81	6.901,15	0,00	0,00	0,00	54.415,66	0,00	54.415,66
Totais	1.795.516,91	2.321.164,61	0,00	0,00	0,00	-525.647,70	14.456,50	-511.191,20

Veja-se, portanto, que persiste um saldo relevante de obrigações contraídas sem a respectiva disponibilidade financeira.
Além disso, especificamente com relação ao déficit verificado nos "Recursos Livres", tem-se que a posição em 30/04/2016 era um saldo negativo de R$1.160.611,56, tendo evoluído para um saldo negativo de R$1.247.810,64, em 31/12/2016. Ou seja, nos últimos dois quadrimestres houve uma variação negativa, demonstrando a assunção de novas obrigações no período em ofensa ao art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
O aumento do déficit no período também foi detectado na origem "Operações de Crédito". O valor do resultado era de R$192,39 em 30/04/2016 e passou a ser deficitário em R$48.762,63 ao final do exercício.
Ora, os precedentes apresentados pelo recorrente tratam de situações peculiares, que se distinguem da presente situação.
No Parecer Acórdão de Parecer Prévio 153/18-S1C, o item foi ressalvado em razão de ter apresentado evolução positiva no resultado entre a posição em 30/04/2016 e a posição do fim do exercício. Veja-se o seguinte trecho da mencionada decisão:
De fato, em 30/04/16 o ente apresentava um déficit de R$ 1.115.984,12 (um milhão, cento e quinze mil, novecentos e oitenta e quatro reais e doze centavos). Nos últimos dois quadrimestres do exercício, o Município obteve um resultado superavitário nos recursos ordinários de R$ 646.839,67 (seiscentos e quarenta e seis mil, oitocentos e trinta e nove mil e sessenta e sete reais), reduzindo o déficit dos recursos ordinários em 57,96% no período. Diante disso, converto a irregularidade em ressalva e afasto a multa proposta.
É a mesma situação do Acordão de Parecer Prévio nº 144/16, em que também foi verificada a variação positiva nos dois últimos quadrimestres do exercício:
Da verificação dos percentuais trazidos à tona, temos que nos últimos dois quadrimestres, o resultado financeiro deficitário das fontes livres, ainda que tenha se mantido negativo, conservou um ritmo decrescente, partindo de -50,36%, no mês de abril, para -9,41%, no mês de dezembro.[15]
No presente caso, conforme já exposto, houve variação negativa nos 8 últimos meses do exercício, nas origens "Recursos Livres" e "Operações de Crédito".
Ademais, conforme pontuou a unidade técnica, no citado Acordão de Parecer Prévio nº 144/16, a própria decisão destaca que "o conceito de déficit financeiro não se confunde com a vedação prevista no multimencionado art. 42"[16].
Por fim, a argumentação de que o Produto Interno Bruto – PIB do país teve retração de 3,3% no ano de 2016, por si só, não é suficiente para sanar a irregularidade constatada.
Assim, entendo que a decisão não merece reparos quanto a este tópico recursal.
Quanto ao atraso no envio de dados ao SIM-AM, tem-se que o recorrente foi responsabilizado pelos atrasos nas entregas das remessas de abril a outubro de 2016. A intempestividade pode ser observada na seguinte tabela[17]:

Mês	Ano	Data Limite p/ Envio	Data do Envio	Dias de Atraso	Responsável
Abril	2016	29/07/2016	04/08/2016	6	AMARILDO RIGOLIN CPF: 488.237.249-53
Maio	2016	29/07/2016	17/08/2016	19	
Junho	2016	31/08/2016	12/09/2016	12	
Julho	2016	31/08/2016	06/10/2016	36	
Agosto	2016	30/09/2016	24/10/2016	24	
Setembro	2016	31/01/2016	30/11/2016	30	
Outubro	2016	30/11/2016	13/12/2016	13	
Dezembro	2016	28/02/2017	29/03/2017	29	ELIO MARCINIAK CPF: 663.677.439-87

O recorrente alega que, dos sete atrasos verificados, apenas um deles excedeu 30 dias, o que ensejaria apenas o apontamento de ressalva.
Em que pese meu entendimento pessoal de que prazo não pode ser extrapolado sequer um dia, esta Corte de Contas vem caminhando para adotar como parâmetro jurisprudencial a aplicação de multa em situações em que os atrasos extrapolem 30 dias.
São várias decisões que refletem esse entendimento, como por exemplo o Acórdão 2662/19-Tribunal Pleno[18] e o Acórdão 368/19-Primeira Câmara[19].
No caso em apreço, o atraso da remessa de julho foi maior do que 30 dias, de modo que a decisão recorrida não merece reparos, eis que se encontra em conformidade com a jurisprudência prevalecente nesta Corte de Contas.
Decisões pontuais que tenham afastado a aplicação de multas decorrem das peculiaridades do processo, e não representam a posição majoritária adotada neste Tribunal.
Além disso, não foi apresentada nenhuma justificativa para os atrasos verificados nas 7 remessas de sua responsabilidade. Portanto, não configurado qualquer motivo de força maior, a penalidade imposta deve ser mantida.
Assim, em conformidade com os opinativos técnico e ministerial, concluo pelo desprovimento deste item recursal.
3 VOTO
Diante do exposto, VOTO pelo conhecimento, e no mérito pelo provimento parcial do presente Recurso de Revista, para o fim de converter em ressalva a irregularidade

decorrente da ausência de publicação do RREO. Mantenha-se, contudo, a conclusão pela irregularidade das contas em razão de "Obrigações contraídas nos últimos dois quadrimestres sem suficiente disponibilidade financeira", bem como a aplicação das multas previstas nos itens II e III do acórdão recorrido.
Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as devidas anotações e ao Gabinete da Presidência para comunicação da deliberação ao Poder Legislativo Municipal[20].
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
I - Conhecer o presente Recurso de Revista, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para o fim de converter em ressalva a irregularidade decorrente da ausência de publicação do RREO, mantendo-se, contudo, a conclusão pela irregularidade das contas em razão de "Obrigações contraídas nos últimos dois quadrimestres sem suficiente disponibilidade financeira", bem como a aplicação das multas previstas nos itens II e III do acórdão recorrido;
II - após o trânsito em julgado, encaminhar os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as devidas anotações e ao Gabinete da Presidência para comunicação da deliberação ao Poder Legislativo Municipal.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 30 de março de 2023 – Sessão Virtual nº 5.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1. *Unanimidade: Conselheiros Nestor Baptista, Fernando Augusto Mello Guimarães (relator), e Fabio de Souza Camargo.*
2. *Parecer 666/20-4PC, peça 48.*
3. *Peça 39, pág. 11.*
4. *Peça 40.*
5. *Peça 47.*
6. *Peça 48.*
7. *Peça 61.*
8. *Peça 70.*
9. *Peça 72.*
10. *Peça 73.*
11. *Art. 16. As contas serão julgadas:*
[...]
II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário ou à execução do programa, ato ou gestão;
12. *Peça 66.*
13. *Metodologia aplicada a partir do exercício financeiro de 2012, em conformidade com os manuais da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.*
14. *Tabela retirada da Instrução 4096/22, peça 72.*
15. *Página 9 do Acordão de Parecer Prévio nº 144/16.*
16. *Página 9 do Acordão de Parecer Prévio nº 144/16.*
17. *Peça 47.*
18. *Unanimidade: Conselheiros Ivan Lelis Bonilha, Fabio de Souza Camargo (relator) e Ivens Zschoerper Linhares e os Auditores Cláudio Augusto Kania, Sérgio Ricardo Valadares Fonseca e Thiago Barbosa Cordeiro.*
19. *Unanimidade: Conselheiros Fernando Augusto Mello Guimarães (relator), Jose Durval Mattos do Amaral e Fabio De Souza Camargo.*
20. *Regimento Interno: "Art. 217-A. Pelo parecer prévio o Tribunal manifesta seu juízo acerca das contas de governo prestadas pelos Chefes do Poder Executivo Estadual e Municipal, que serão encaminhadas, após o trânsito em julgado, ao Poder Legislativo competente para o julgamento.*
(...)
§ 6º Após o trânsito em julgado, a decisão será comunicada ao Poder Legislativo competente para o julgamento das contas, ficando o parecer prévio e demais documentos constantes do processo disponíveis para a consulta pública no sítio do Tribunal na internet."

PROCESSO Nº:-581769/20
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA
INTERESSADO:-ERNESTO ALEXANDRE BASSO (FALECIDO(A) EM 2021), MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 89/23 - TRIBUNAL PLENO
Recurso de Revista. Município de Nova América da Colina. Prestação de Contas. Exercício de 2016. Acórdão de Parecer Prévio recomendando a irregularidades das contas. Conhecimento e provimento parcial do recurso. Falecimento do gestor. Afastamento, de ofício, das multas aplicadas.
I. RELATÓRIO
Trata-se de Recurso de Revista interposto pelo senhor Ernesto Alexandre Basso em face da decisão proferida no Acórdão de Parecer Prévio n.º 324/20 - Segunda Câmara (peça 69), que recomendou a irregularidade das contas do Prefeito Municipal de Nova América da Colina, relativas ao exercício de 2016, nos seguintes termos:
1) emitir Parecer Prévio, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar Estadual n.º 113/20051 , recomendando a irregularidade das contas do Prefeito Municipal de Nova América da Colina, do exercício financeiro de 2016, de responsabilidade do senhor Ernesto Alexandre Basso, em razão de a) divergências nos registros de transferências constitucionais dos repasses de FPM, ICMS, IPVA e FUNDEB, b) divergência de saldos em quaisquer das classes ou grupos do Balanço Patrimonial emitido pelo sistema de contabilidade da entidade e os dados envidados pelo SIM -AM e c) obrigações de despesa contraídas nos últimos dois quadrimestres do mandato que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa;
2) apor ressalva aos itens relativos a a) regularização de impropriedades antes do julgamento do processo, nos termos da Súmula n.º 8 deste Tribunal, quais sejam (i) ausência de encaminhamento do balanço patrimonial emitido pela contabilidade e/ou da respectiva publicação, (ii) ausência de comprovação da publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do terceiro bimestre do exercício de 2016 e (iii) ausência de comprovação da publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do sexto bimestre do exercício de 2015, e b) entrega dos dados do SIM-AM com atraso;
3) aplicar ao senhor Ernesto Alexandre Basso as seguintes sanções pecuniárias: 3.1) multa prevista no art. 87, inciso IV, alínea "g", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, por três vezes, em virtude de cada item irregular; 3.2) multa prevista no art. 87, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, em razão do atraso no envio de dados no SIM-AM; (...)
Em suas razões recursais o recorrente manifesta inconformidade com o decisum desta Corte em relação aos seguintes pontos: (a) Divergências nos registros de transferências constitucionais dos repasses de FPM, ICMS, IPVA e FUNDEB; (b) Divergências de saldos em quaisquer das classes ou grupos do Balanço Patrimonial emitido pelo Sistema de Contabilidade da Entidade e os dados enviados pelo SIM/AM; (c) Obrigações de despesa contraídas nos últimos dois quadrimestres do mandato que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa, conforme critérios fixados no Prejulgado 15; (d) Aplicar ao senhor Ernesto Alexandre Basso a multa prevista no art. 87, inciso IV, alínea "g", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, por três vezes, em virtude de cada item irregular.
O presente recurso foi recebido (peça 74) sendo, na sequência, encaminhado à unidade técnica e ao Ministério de Público de Contas para manifestações.
Ao analisar o recurso, a Coordenadoria de Gestão Municipal, na Instrução n.° 2163/22-CGM (peça 81), opinou pela parcial reforma da decisão combatida, para o fim de converter em ressalvas e afastar a multa aplicada ao senhor Ernesto Alexandre Basso somente em relação ao item "Divergências de saldos em quaisquer das classes ou grupos do Balanço Patrimonial emitido pelo Sistema de Contabilidade da Entidade e os dados enviados pelo Sistemas de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM).
No mesmo sentido manifestou-se o Ministério Público de Contas, conforme Parecer n.° 537/22-5PC (peça 83).
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
O recurso mostra-se cabível e foi manejado tempestivamente, por parte legítima, detentora de interesse de recorrer (artigo 484 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná - RITCEPR). Portanto, encontram-se presentes os pressupostos de admissibilidade, motivo pelo qual ratifico o recebimento do recurso.
Passo à análise dos pontos questionados no presente recurso.
Quanto às "Divergências nos registros de transferências constitucionais dos repasses de FPM, ICMS, IPVA e FUNDEB", constou do acórdão em discussão que acerca das Transferências do FUNDEB a entidade havia registrado na contabilidade do Município o total de R$ 329.601,99 a maior do que o efetivamente transferido, tendo sido comprovado durante a instrução que parte da diferença apurada nas transferências do FUNDEB (no importe de R$ 281.454,20) foi oriunda de erro na contabilização, entretanto, quanto a outra parte (no montante de R$ 48.147,79) não foi demonstrado a quais receitas se referiam os lotes de arrecadação equivocamente lançados, nem comprovado que as despesas a serem incluídas eram, de fato, relativas a transferências do FUNDEB.
Nesse ponto, em suas razões recursais (peça 72, fls. 2-7) o recorrente enfatiza que embora entenda que já tenha sido esclarecido anteriormente o equívoco nos lançamentos das transferências do FUNDEB, apresenta nesta oportunidade extratos bancários que ainda não haviam sido trazidos aos autos com o intuito de reforçar tal alegação.
Entre os documentos enviados constam cópias 1) da Relação de Arrecadações de 01/01/2016 a 31/12/2016, referente ao Razão da Arrecadação Lotes 274, 284, 1848, 556, 289, 1824, 408 e 581 (peça 72, fls. 4-5); e 2) dos Extratos Bancários da c/c. 111004-7, Agência 224-0, do Banco do Brasil, de 04/2016, 05/2016, 08/2016 e 12/2016 (peça 72, fls. 10-17).
Ao apreciar a referida documentação, a Coordenadoria de Gestão Municipal indica que, com exceção do lote de arrecadação n.º 408, não foi localizado nos extratos bancários enviados os registros dos valores referentes aos lotes de arrecadação 274, 284, 289, 1824 e 581, concluindo que tal documentação não é suficiente para afastar a irregularidade apontada, uma vez que "os documentos encaminhados não demonstram que as receitas dos lotes de arrecadação n.º 274, 284, 289 e 1824, no total de R$ 54.642,13 (a ser excluído) e dos lotes n.º 408 e 581, no total de R$ 6.494,34 (a ser incluído) pertencem ou não as transferências do FUNDEB".
Desse modo, coaduno com o entendimento consignado na manifestação conclusiva da Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM e corroborado pelo Ministério Público de Contas no sentido de que tal documentação é insuficiente para afastar a irregularidade nesse item, motivo pelo qual mantenho inalterada a decisão quanto a este ponto.
No tocante às "Divergências de saldos em quaisquer das classes ou grupos do Balanço Patrimonial emitido pelo Sistema de Contabilidade da Entidade e os dados enviados pelo SIM/AM", o acórdão combatido, acompanhando as manifestações instrutivas, consignou que remanesceram divergências entre o "Total do Superávit/Déficit Financeiro" do Balanço Patrimonial, emitido pela contabilidade, e os números levantados a partir dos dados enviados ao SIM-AM.
Em sede de recurso de revista, o recorrente alega, em suma, que: a entidade demonstrou que o valor apresentado no balanço patrimonial como divergente está contido de fato em seus dados contábeis; ao analisar o balancete contábil emitido pelo SIM-AM, demonstra-se que o valor inscrito como saldo inicial é o mesmo que se apresenta no balanço emitido pelo sistema de contabilidade para o exercício de 2016.
Ao analisar os argumentos da peça recursal, a CGM asseverou que não foram apresentadas justificativas capazes de demonstrar os motivos das discrepâncias existentes entre o "Total do Superávit/Déficit Financeiro" do Balanço Patrimonial, emitido pela contabilidade, e os números levantados a partir dos dados enviados ao SIM-AM, no exercício em análise.
Não obstante a ausência de justificativas plausíveis, a unidade técnica entendeu que a presente irregularidade pode ser convertida em ressalva, pois ao consultar a prestação de contas do exercício de 2017 (processo n.º 281630/18) verificou que a presente situação não foi objeto de restrição, o que demonstra que a Entidade tomou as medidas necessárias para regularizar a questão.
Diante de tais considerações, corroboro o posicionamento firmado pela Coordenadoria, e reputo cabível a conversão do item em ressalva, com consequente afastamento da sanção pecuniária em pauta.
No que concerne às "Obrigações de despesa contraídas nos últimos dois

quadrimestres do mandato que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa, conforme critérios fixados no Prejulgado 15", o acórdão questionado destacou que:
"(...) O município sustentou, no contraditório, que o resultado financeiro de todas as fontes é positivo (R$ 266.637,16) e que, mesmo consideradas as origens de recursos, apenas cinco apresentaram resultados negativos. Em relação às operações de crédito, alegou que houve empenho prévio (global) para posterior liquidação e processamento quando da entrada do recurso, sendo realizada receita de R$ 531.717,04 em 31/01/2017. Argumentou, acerca dos recursos ordinários/livres, que o município despendeu um total de R$ 387.141,90 em investimento em obras e equipamentos e em pagamento de precatórios judiciais de outros exercícios e que, sem este valor investido e pago, o saldo seria positivo, porém a perda dos benefícios sociais seria incalculável. Sobre os demais recursos, aduziu tratar-se de montantes pífios, que não comprometem as receitas do exercício e que em 2017 foram prontamente superados. Primeiramente, há de se destacar, consoante assinalou a unidade técnica, que a análise individualizada do resultado de cada origem fundamenta-se na regra descrita no art. 50, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo que os saldos positivos das fontes vinculadas não devem justificar o déficit das fontes livres. A par disso, denota-se que o responsável não demonstrou suas alegações a respeito da ausência de déficit no saldo de operações de crédito, deixando de acostar documentos aptos a comprovar a origem dos registros e da liberação e ingresso dos recursos, como, por exemplo, os contratos das operações de crédito e seus aditivos e os extratos bancários contendo o ingresso das receitas. Quanto às demais origens, os argumentos trazidos na defesa não são suficientes para justificar os déficits apurados. Nessas condições, o item permanece irregular, à vista da existência, não justificada, de obrigação de despesa não cumprida integralmente dentro do exercício, com inscrição em restos a pagar sem respectiva disponibilidade de caixa. (...)"
Em seu recurso, o senhor Ernesto Alexandre Basso alega que: o Município no exercício de 2016 possuía 18 obras em andamento que somavam o montante de R$ 7.744.416,75; em muitos casos havia valor de contrapartida à serem executados com recursos livres e o provisionamento desta verba se dava por meio da emissão de nota de empenho; no aspecto do cumprimento legal da obrigação contratada poderia ocorrer o "déficit", porém tal valor deficitário é coberto com o recebimento da verba carimbada e o pagamento de contrapartida contratual; apresenta os contratos e aditivos de convênios, operações de crédito, extratos bancários e o registro de ingresso de receita.
No entanto, após analisar a documentação juntada à peça 72, a CGM asseverou que "os empenhos referentes a contrapartida de operações de crédito não deveriam depender de recursos oriundos de repasses das Entidades Financeiras para o seu pagamento, haja vista que são realizados com as fontes de recursos livres".
Também afirmou que os documentos encaminhados não são aptos a demonstrar o recebimento de recursos no exercício subsequente, de empenhos realizados no exercício em análise, uma vez que os Extratos de Contratos e Termos Aditivos exibidos não se referem a operações de créditos realizadas pelo Município de Nova América da Colina, mas a contratos do Município com diversos fornecedores.
O setor técnico salientou, ainda, que "o envio do Extrato Bancário da c/c 38031-8, Agência 224-0, do Banco do Brasil, de 01/2017 (peça 72, página 18) desacompanhado do Contrato de Operação de Crédito e do(s) empenho(s) ao(s) qual(is) se refere impede possíveis ajustes no saldo negativo na respectiva origem de recursos". Por fim, observou que em relação as demais origens de recursos com saldo negativo ao final de 2016 (Recursos Ordinários / Livres – R$ 305.535,97; Transferências do FUNDEB – R$ 16.520,31; e Outras Origens – R$ 3.042,95) não foram encaminhadas novas justificativas e/ou documentos.
Desse modo, considerando que não foram apresentados elementos suficientes para afastar os apontamentos iniciais, acolho o opinativo da CGM pela manutenção da presente irregularidade.
Por derradeiro, cumpre destacar que os dados da autuação referente ao presente processo trazem a informação sobre o falecimento do gestor responsável, senhor Ernesto Alexandre Basso, o qual ocorreu na data de 07 de maio de 2021, conforme notícias extraídas da mídia.
Considerando o caráter personalíssimo[1] da penalidade de multa, o falecimento do gestor antes do trânsito em julgado da decisão é causa de extinção da punibilidade. Sendo assim, excluo, de ofício, as multas aplicadas pelo acórdão recorrido ao senhor Ernesto Alexandre Basso, mantendo-se o entendimento pela irregularidade das contas nos termos das manifestações uniformes da unidade técnica e do Ministério Público de Contas.
III. VOTO
Diante do exposto, VOTO:
1. Pelo conhecimento e provimento parcial do presente recurso, reformando-se parcialmente o Acórdão de Parecer Prévio n.º 324/20 - Segunda Câmara para converter em ressalva a irregularidade referente ao item "Divergências de saldos em quaisquer das classes ou grupos do Balanço Patrimonial emitido pelo Sistema de Contabilidade da Entidade e os dados enviados pelo SIM-AM", mantendo-se, no entanto, a emissão de Parecer Prévio pela irregularidade das contas, nos termos da fundamentação;
2. Pelo afastando, de ofício, das multas aplicadas ao senhor Ernesto Alexandre Basso diante seu falecimento.
Após o trânsito em julgado, feitas as devidas anotações, encerrem-se os autos nos termos do artigo 398 do Regimento Interno desta Corte.
É o voto.
VISTOS, relatados e discutidos, estes autos de RECURSO DE REVISTA
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
I. Conhecer do presente recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, no sentido de reformar parcialmente o Acórdão de Parecer Prévio n.º 324/20 - Segunda Câmara para converter em ressalva a irregularidade referente ao item "Divergências de saldos em quaisquer das classes ou grupos do Balanço Patrimonial emitido pelo Sistema de Contabilidade da Entidade e os dados enviados pelo SIM-AM", mantendo-se, no entanto, a emissão de Parecer Prévio recomendando a irregularidade da Prestação de Contas Anual do Prefeito, à época, do MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA, Sr. Ernesto Alexandre Basso, relativas ao exercício financeiro de 2016, nos termos da fundamentação;
II. Afastar, de ofício, as multas aplicadas ao senhor Ernesto Alexandre Basso, diante seu falecimento.
III. Determinar, após o trânsito em julgado da decisão, as seguintes medidas:
a) o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, nos termos do artigo 175-L, I, do Regimento Interno;
b) após, ao Gabinete da Presidência para expedição de ofício à Câmara Municipal, comunicando a decisão, com a respectiva disponibilização do processo eletrônico, conforme §6º do art. 217-A, do Regimento Interno;
c) Em seguida, à Diretoria do Protocolo para o encerramento dos autos, nos termos do art. 398 do Regimento Interno do TCE-PR.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Tribunal Pleno, 30 de março de 2023 – Sessão Virtual nº 5.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

__1__. Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

PROCESSO Nº:-34038/23
ASSUNTO:-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CAMBÉ
INTERESSADO:-JOAO DALMACIO PAVINATO, MUNICÍPIO DE CAMBÉ
ADVOGADO / PROCURADOR:-GRACIANE DOS SANTOS LEAL, HALLEXANDREY MARX BINCOVSKI, LEANDRO SOUZA ROSA, MARCELA BATISTA FERNANDES, RENE EMANUEL BORTOTTO SPINASSI
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 91/23 - TRIBUNAL PLENO
Embargos de Declaração. Acórdão que deu parcial provimento a Recurso de Revista, com reforma da decisão de irregularidade das contas para regularidade com ressalvas, mantendo multa fundamentada no art. 87, §4º da Lei Orgânica do TCE-PR. Existência de contradição. Pelo conhecimento e provimento dos embargos, para afastar a multa aplicada.
I. RELATÓRIO
Tratam os autos de Embargos de Declaração com pedido de efeitos infringentes (peça 193) opostos pelo Sr. João Dalmácio Pavinato em face do Acórdão nº 3204/22 – Tribunal Pleno, Relator Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, que julgou parcialmente procedente o Recurso de Revista interposto pelo ora embargante para "reconhecer a regularidade das despesas com publicidade em ano eleitoral, e converter em ressalva, com o afastamento da multa prevista no item III do Acórdão, o apontamento atinente à ausência de comprovação da regularidade previdenciária, mantendo-se a multa fixada pelo item II da mesma decisão".
Alega o embargante que existe contradição no aludido Acórdão, pois em que pese tenha dado parcial provimento ao recurso para o fim de julgar regulares com ressalvas as contas do exercício de 2012 do Município de Cambé, manteve a multa fixada no item II da decisão então recorrida, que se fundamenta no art. 87, §4º[1] da Lei Orgânica e diz respeito ao julgamento de contas irregulares.
Assim, requereu o provimento dos embargos com efeitos modificativos a fim de que seja afastada a multa do art. 87, §4º, da Lei Orgânica do TCE/PR, ou, subsidiariamente, pela manifestação expressa sobre a questão por este Tribunal.
É o breve relato.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Os Embargos de Declaração foram opostos tempestivamente, existe interesse recursal e encontram fundamento no art. 76, inciso I da Lei Orgânica do TCE-PR[2], razão pela qual devem ser conhecidos.
Para melhor entendimento da situação trazida pelo embargante, necessário se faz transcrever as decisões proferidas por este Tribunal neste processo. No Acórdão de Parecer Prévio nº 114/15 – Segunda Câmara (peça 49) restou deliberado:
Acordam os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro NESTOR BAPTISTA, por unanimidade, em:
I- Emitir Parecer Prévio deste Tribunal recomendando o julgamento pela IRREGULARIDADE das contas do Município de Cambé, referente ao exercício de 2012, de responsabilidade do Sr. João Dalmácio Pavinato, nos termos do art. 16, III, da Lei Complementar n°113/2005, tendo em vista o excesso dos gastos em publicidade e a falta de regularização previdenciária do Município;
II- Aplicar a multa prevista no Art. 87, §4º, da Lei Orgânica no valor de R$ 725,48 (setecentos e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos), atualizada pela Portaria n.º 1114/13, ao Sr. João Dalmácio Pavinato, gestor da entidade à época, pois essa não apresentou regularmente as informações orçamentárias do Município (Executivo) para o exercício de 2012;
III- Aplicar a multa prevista no Art. 87, §4º, da Lei Orgânica no valor de R$ 725,48 (setecentos e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos), atualizada pela Portaria n.º 1114/13, ao Sr. João Dalmácio Pavinato, gestor da entidade à época, pois essa não apresentou a regularidade e quitação previdenciária do Município;
IV- Determinar a inscrição do gestor municipal à época, Sr. João Dalmácio Pavinato, no cadastro de gestores com contas desaprovadas, conforme o Art. 517 do Regimento Interno.
Opostos Embargos de Declaração, estes não foram providos (conforme Acórdão nº 6231/15 – Segunda Câmara, peça 65).
Por sua vez, o Acórdão nº 3204/22 – Tribunal Pleno concedeu parcial provimento ao Recurso de Revista, modificando o julgado supracitado no seguinte sentido:
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por maioria absoluta:
I. Conhecer o Recurso de Revista interposto pelo Sr. João Dalmácio Pavinato (Peça 69), Prefeito do Município de Cambé no exercício de 2012, contra o Acórdão de

Parecer Prévio nº 114/15 – S2C, e no mérito, dar-lhe parcial provimento, para reconhecer a regularidade das despesas com publicidade em ano eleitoral, e converter em ressalva, com o afastamento da multa prevista no item III do Acórdão, o apontamento atinente à ausência de comprovação da regularidade previdenciária, mantendo-se a multa fixada pelo item II da mesma decisão.
O embargante alega existir contradição no Acórdão nº 3204/22 – Tribunal, pois, apesar de considerar as contas não mais irregulares e sim regulares com ressalvas, manteve a multa fixada no item II do Acórdão de Parecer Prévio nº 114/15 – Segunda Câmara, que possui fundamento no art. 87, §4º da Lei Orgânica.
Observo que, consoante o item I do Acórdão de Parecer Prévio nº 114/15 – Segunda Câmara, a recomendação pela irregularidade das contas do Município de Cambé, referente ao exercício de 2012, de responsabilidade do Sr. João Dalmácio Pavinato, foi calcada "nos termos do art. 16, III, da Lei Complementar n°113/2005, tendo em vista o excesso dos gastos em publicidade e a falta de regularização previdenciária do Município" (destaquei).
O Acórdão nº 3204/22 – Tribunal Pleno considerou regularizado o ponto "excesso dos gastos em publicidade", e regular com ressalva a "falta de regularização previdenciária do Município", ou seja, extrai-se que não mais subsistiu a irregularidade das contas, e sim a regularidade com ressalvas, conforme figurou na ementa do Acórdão nº 3204/22 – Tribunal Pleno.
É plenamente possível a aplicação de multa em caso de contas regulares com ressalva, conforme pacífico entendimento inclusive sedimentado na uniformização de jurisprudência nº 10 desta Casa:
I - O Tribunal de Contas tem competência constitucional e legal para impor as sanções administrativas, nos termos prescritos na própria lei.
II - É pertinente a imposição de multa administrativa em decisões pela regularidade das contas com ressalva, desde que devidamente previsto
Todavia, no caso concreto, observo a existência de contradição no Acórdão, considerando que a multa fixada no item II possui como fundamento o art. 87, §4º da Lei Orgânica do TCE-PR, que dispõe:
Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)
(...)
§ 4º A irregularidade das contas nos termos do inciso III do art.16 da qual não resulte em imputação de débito ou reparação de dano, implicará na aplicação da multa prevista no inciso III. (destaquei)
Caso a multa fixada no item II do Acórdão de Parecer Prévio nº 114/15 – Segunda Câmara fosse fundamentada em hipótese diversa, por exemplo, no art. 87, IV, "g", seria plenamente aplicável o entendimento consubstanciado na Uniformização de Jurisprudência nº 10 deste TCE-PR, todavia, sendo decorrente do art. 87, §4º acima transcrito, torna-se inviável a sua manutenção.
Como se não bastasse, observo que o item II do Acórdão de Parecer Prévio nº 114/15 – Segunda Câmara aplicou a referida multa "ao Sr. João Dalmácio Pavinato, gestor da entidade à época, pois essa não apresentou regularmente as informações orçamentárias do Município (Executivo) para o exercício de 2012". (destaquei)
Na fundamentação daquele Acórdão de Parecer Prévio, o ponto foi objeto de regularidade com ressalva, como se vê (peça 49, fl. 3):
b) FALTA DE DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE NATUREZA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
Ao contrário do afirmado pelas unidades técnicas, o Município comprova a adequação parcial à determinação legal contida no Art. 48, § único, da Lei Complementar no 101/00, ou seja, a disponibilidade de informações orçamentárias do Executivo em portal na "internet". Embora nem todas as informações estejam disponíveis no "site", não é possível determinar a irregularidade das contas neste item, haja vista a existência de mero vício na disposição das informações. Assim, proponho a regularidade com ressalva neste item. (grifei)
Dessa forma, considerando que a multa trazida pelo item II do Acórdão de Parecer Prévio nº 114/15 – Segunda Câmara se fundamentou na irregularidade das contas, nos termos do art. 87, §4º da Lei Orgânica, entendo que assiste razão ao embargante na existência de contradição no Acórdão nº 3204/22 – Tribunal Pleno, considerando que este tornou as contas regulares com ressalvas, o que enseja a correção mediante o afastamento da multa aplicada.
III. VOTO
Em face do exposto, VOTO pelo CONHECIMENTO e PROVIMENTO dos Embargos de Declaração, com efeitos infringentes, a fim de sanar a contradição existente no Acórdão nº 3204/22 – Tribunal Pleno com o afastamento da multa prevista no item II do Acórdão de Parecer Prévio nº 114/15 – Segunda Câmara.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:
Conhecer e dar provimento aos Embargos de Declaração, com efeitos infringentes, a fim de sanar a contradição existente no Acórdão nº 3204/22 – Tribunal Pleno com o afastamento da multa prevista no item II do Acórdão de Parecer Prévio nº 114/15 – Segunda Câmara.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 30 de março de 2023 – Sessão Virtual nº 5.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1. Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)
(...)
§ 4º A irregularidade das contas nos termos do inciso III do art.16 da qual não resulte em imputação de débito ou reparação de dano, implicará na aplicação da multa prevista no inciso III.

2. Art. 76. Cabem Embargos de Declaração, no prazo de 5 (cinco) dias, com efeito suspensivo, quando a decisão:
I – contiver obscuridade, dúvida ou contradição; ou,
(...)

TCEPR
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

1ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

1ªSECAM - Atas

Sem publicações

1ªSECAM - Acórdãos

Sem publicações

TCEPR
SECRETARIA DA 2ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

2ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

2ªSECAM - Atas

Sem publicações

2ªSECAM - Acórdãos

Sem publicações

TCEPR

ATOS DE RELATORIA

Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

Sem publicações

Conselheiro IVAN LELIS BONILHA

PROCESSO N.º: 235466/23
ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: PROJETO DE RESOLUÇÃO
DESPACHO: 352/23
Com fundamento nos artigos 189[1] e 190[2] do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria Jurídica e ao Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, para as competentes manifestações.
Após, voltem.
Publique-se.
Curitiba, 5 de abril de 2023.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

***1**. Art. 189. Protocolado e autuado o projeto, o processo será encaminhado ao Relator designado pelo Presidente, que o encaminhará à manifestação da Diretoria Jurídica, que poderá solicitar à unidade administrativa envolvida com a matéria os esclarecimentos que entender pertinentes. (Redação dada pela Resolução n° 2/2006)*
***2**. Art. 190. Com a instrução de que trata o artigo anterior, o processo será encaminhado ao Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para sua manifestação e, a seguir, o Relator pedirá sua inclusão em pauta para a votação no Tribunal Pleno.*

Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL

PROCESSO Nº:-468223/21
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
INTERESSADO:-ANDERSON MACIEL FREIRE, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, FRANCISCO ROBSON VIDAL SAMPAIO, LUIZ CEZAR FURLAN, MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
PROCURADOR:-
DESPACHO:-315/23
I. Recebo o Recurso de Revista protocolado sob n.º 182865/23 (peças 58 e 59), nos efeitos devolutivo e suspensivo, porquanto presentes os pressupostos de sua admissibilidade, estabelecidos nos artigos 477, caput e §1º, e 484 do Regimento do Interno.
II. Encaminhe-se o feito à Diretoria de Protocolo – DP para, conforme artigos 477, §2º, e 485, do Regimento Interno:
a) autuar o feito como Recurso de Revista e distribuir a novo Relator;
b) encaminhar os autos ao Gabinete do novo Relator.
Curitiba, 21 de março de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-166932/23
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PALMEIRA
INTERESSADO:-04ª VARA DO TRABALHO DE PONTA GROSSA, MUNICÍPIO DE PALMEIRA
PROCURADOR:-
DESPACHO:-341/23
I. Trata-se de representação formulada pela 4ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa em face do Município de Palmeira, na qual noticia supostas irregularidades praticadas em decorrência do descumprimento aos termos da transação homologada judicialmente nos autos de Ação Civil Pública n.º 0000402-62.2019.5.09.0124, por meio da qual se comprometeu a municipalidade a realizar concurso público para a integralidade das vagas destinadas a médicos que lhe prestam serviço, até o mês de fevereiro de 2020, oferecendo número de vagas que possibilitem, inclusive, a formação de cadastro de reserva limitado, considerando a nota mínima exigida para aprovação, para suprir eventuais vagas que venham a surgir no período de vigência do concurso.
II. Consoante comprovado nos documentos trazidos aos autos, em um segundo momento, o Município em comento ficou de realizar o referido concurso até março de 2022, o que novamente não aconteceu, motivando o reconhecimento do descumprimento de obrigação estabelecida em título executivo judicial, visto que o interessado apenas demonstrou a edição de decreto em setembro de 2021 com a finalidade de constituir comissão especial para realização de concurso público, mas nenhum outro ato administrativo foi apresentado nos autos, o que suscita dúvidas quanto à efetiva atuação da comissão e de seus resultados, sobretudo quando se considera que já se passou praticamente 1 (um) ano desde a publicação do ato.
III. Por força do ocorrido, tornou-se exigível a cláusula penal disposta nos termos da transação, no valor, até o presente momento, de R$10.000,00 (dez mil reais).
IV. Preliminarmente, observo que não há informações suficientes nos autos que permitam, nesse momento, realizar de forma adequada juízo de admissibilidade do feito.
V. Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para: (a) incluir na autuação o Município de Palmeira, Edir Havrechaki (Prefeito de 01/01/2013 a 31/12/2020) e Sérgio Luis Belich (Prefeito de 01/01/2021 a 31/12/2024) como representados; (b) intimá-los, por meio de ofício, para que em 5 (cinco) dias, contados da juntada do aviso de recebimento (AR) aos autos, apresentem manifestação preliminar quanto ao contido na representação, devendo juntar aos autos as justificativas e documentos que entenderem necessários, ressaltando-se a urgência do caso em face do transcurso do tempo e possível aumento no valor da cláusula penal se o descumprimento se prolatar no tempo, caracterizando injustificada omissão passível de causar dano ao erário.
VI. Após, regressem os autos para o exercício do juízo de admissibilidade.
Curitiba, 28 de março de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-193964/23
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICIPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO:-CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
PROCURADOR:-
DESPACHO:-343/23
I - Versa o processo sobre representação com pedido de medida cautelar encaminhada a este Tribunal pela Câmara Municipal de Pato Branco diante de ato atribuído ao Poder Executivo da referida municipalidade.
A representante narra que desde novembro de 2022 encontra-se concluído o Terminal Urbano Central, de relevante impacto no sistema de transporte coletivo e inegável importância para toda a população local, porém até o momento a infraestrutura está sem utilização em razão de medidas administrativas tomadas pela Prefeitura, o que poderia denotar irregular procrastinação e conduzir à depreciação do prédio público.
Aduz que as obras de adequação dos acessos e vias públicas em torno do terminal encontram-se em fase final mas a atual gestão vem apresentando empecilhos à conclusão dos trabalhos.
Acrescenta que foi convocada audiência pública[1] por parte da Prefeitura para debater a respeito do tema estruturação e operação do Terminal Urbano Central de Pato Branco, no entanto os representantes do Executivo que conduziram o debate na ocasião - senhores Diretor do Departamento de Trânsito e Secretário de Planejamento Urbano -, furtando-se ao assunto proposto, expuseram justificativas de natureza técnica pelas quais a administração entende como inviável a operacionalização do terminal.
Relata que inclusive houve Recomendação Administrativa nº 001/2023 do Ministério Público Estadual, solicitando a anulação de audiência pública local por não atender aos objetivos propostos no Convite, bem como o envio de parecer técnico a ser emitido por servidores efetivos engenheiros/arquitetos, lotadas na Secretaria de Planejamento e Obras de Pato Branco.
Dessa forma, busca que a Corte emita medida cautelar determinando ao município (i) ativação do Terminal Urbano Central e (ii) execução das obras das vias públicas que dão acesso ao terminal.
Há também pedido para que seja realizada inspeção/auditoria com a pretensão de avaliar a conformidade da execução da obra, de forma sistemática na obtenção e avaliação objetiva de evidências sobre as ações e eventos econômicos, legais e operacionais, verificando o grau de correspondência entre a realidade encontrada e os critérios estabelecidos na comunicação dos resultados à população pato-branquense.
II - Inicialmente, tendo em conta a importância da questão colocada e a partir das discussões que se sucederam no transcurso da audiência pública mencionada,

conforme se extrai do respectivo vídeo disponibilizado, visando subsidiar o juízo de admissibilidade do expediente encaminho os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda à intimação do senhor Prefeito do Município de Pato Branco, por meio de ofício, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da juntada do aviso de recebimento (AR) aos autos, apresente os esclarecimentos e informações que entender necessários a respeito dos fatos que servem de substrato à presente representação, e particularmente trazendo ao processo os seguintes documentos:
a) projetos iniciais de estudo e construção do Terminal Urbano Central;
b) projetos complementares de acesso ao terminal;
c) projetos de construção de novos acessos;
d) projetos das ruas do entorno;
e) indicação das áreas públicas afetadas/envolvidas;
f) leis municipais de desafetação;
g) primeiro estudo de mobilidade urbana do terminal;
h) estudos realizados para escolha do local de implantação do terminal e das áreas do entorno;
i) processo de licitação da outorga onerosa de prestação do serviço de transporte coletivo urbano de passageiros;
j) demonstrativo do valor total pago na obra de edificação do terminal, origem dos recursos, valor das obras do entorno e origem dos recursos;
k) indicação de outras audiências públicas destinadas a apresentar e debater o projeto de construção do terminal desde sua concepção, com disponibilização dos respectivos registros ou link de acesso para consulta;
l) indicação nominal com descrição do cargo ou função ocupada e número de CPF de todos os técnicos, servidores, engenheiros e arquitetos do município que elaboraram os projetos ou participaram dos estudos para construção do terminal e aprovação do respectivo local de implantação;
m) indicação da existência de ações judiciais movidas por terceiros contra a obra do terminal, respectivo desfecho e posicionamento do município no(s) processo(s).
Curitiba, 04 de abril de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

_____
***1**. Ocorrida na data de 02/02/2023, disponibilizada na íntegra por meio do link de acesso: https://www.youtube.com/live/CFbkW2xbDN8?feature=share.*

PROCESSO Nº:-201114/22
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
INTERESSADO:-4ª PROMOTORIA DE JUSTICA DA COMARCA DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, CLAUDIO CESAR CASAGRANDE, MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
PROCURADOR:-
DESPACHO:-344/23
I. Considerando os documentos incidentalmente ofertados pelo Município de Campo Magro (peças n.os 38/39), encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM para derradeira manifestação.
II. Após, ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para exame conclusivo.
Curitiba, 29 de março de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-445435/21
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-JOSE LAURINDO DE SOUZA NETTO, LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN, ROSELI CANIZARES GIMENEZ KANIA, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR:-
DESPACHO:-356/23
1. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para INTIMAÇÃO do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, na pessoa de seu representante legal, mediante disponibilização deste despacho por meio eletrônico e com certificação nos autos de sua realização, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigos 386, III, e §2º, I a III, 389 e 385, §1º, do Regimento Interno, dar atendimento ao solicitado no item 1, "a", do Despacho n.º 148/23-GCDA (peça 25), providenciando "a atualização das informações cadastradas no SIAP em conformidade com o ato retificador juntado na peça 18 (Decreto Judiciário n.º 103/2022), de modo que passe a constar no Ato Concessório, na Data de Publicação e no Periódico de Publicação os dados referentes ao mencionado ato".
2. Alerte-se que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar n.º 113, de 15/12/2005, e no Regimento Interno do Tribunal.
3. Havendo resposta protocolada no prazo, à Coordenadoria de Gestão Estadual para nova análise.
4. Certificado o decurso de prazo sem envio de resposta, devolva-se a este Gabinete.
Curitiba, 31 de março de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-218983/23
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
INTERESSADO:-AURORA E-COMMERCE LTDA
PROCURADOR:-FERNANDO SYMCHA DE ARAÚJO MARÇAL VIEIRA
DESPACHO:-357/23
Trata-se de Representação da Lei n.° 8.666/93, com pedido cautelar, formulada por AURORA E-COMERCE LTDA, por meio da qual noticia supostas irregularidades na condução do Pregão Eletrônico n.° 20/2023 promovido pelo Município de Espigão Alto do Iguaçu, tendo por objeto a aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores novos, para reposição em veículos, caminhões, máquinas pesadas e agrícolas da frota municipal.
Consta da exordial que a abertura da sessão de pregão ocorreu em 16/03/2023, tendo a ora representante sido desclassificada sob o argumento de que não teria atendido ao item 10.2[1] do edital.
Em suma, a representante afirma que, encerrada a etapa de lances e aberto prazo para manifestação da intenção recursal, a ora representante realizou a sua manifestação, de forma legítima e tempestiva, a qual, no entanto, foi rejeitada sumariamente pelo pregoeiro, após análise do mérito recursal, o que é indevido, devendo o pregoeiro se atentar somente à verificação das condições formais para fins de admissibilidade.
Primeiramente, a fim de obter maiores informações que permitam realizar de forma adequada o juízo de admissibilidade do feito, entendo necessário solicitar manifestação preliminar do Município sobre as questões trazidas nesta representação.
Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para intimar o Município de Espigão Alto do Iguaçu, na pessoa de seu representante legal, por contato telefônico e e-mail com certificação nos autos, para que, no prazo de 5 dias, apresente manifestação preliminar quanto aos fatos que servem de substrato a presente representação, devendo juntar aos autos cópia integral dos autos do processo licitatório.
Após, regressem os autos para o exercício do juízo de admissibilidade.
Curitiba, 31 de março de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

_____
***1**. Na proposta inicial eletrônica, a ser cadastrada no sistema, deverá ser informado no campo próprio denominado "DESCRIÇÃO/OBSERVAÇÕES" à(s) especificação(ões) do(s) objeto(s) proposto(s), como: DESCRIÇÃO BÁSICA e a MARCA de todos os itens pretendidos, sem se identificar, sob pena de desclassificação. (Decreto nº 10.024/19, Art. 30).*

PROCESSO Nº:-49456/12
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CORBÉLIA
INTERESSADO:-ELIEZER JOSE FONTANA, GIOVANI MIGUEL WOLF HNATUW, IVANOR DAMIAO BERNARDI, MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE CORBÉLIA, NELITA CERIOLLI BOMBARDA
PROCURADOR:-
DESPACHO:-367/23
I. Por meio da Instrução n.º 211/23 (peça 267), a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX efetuou a análise da documentação juntada pelo Município de Corbélia por meio da Petição Intermediária n.º 209453/23 (peças 265 e 266), com o intuito de verificar o cumprimento do item "II.a" do Acórdão n.º 1626/20- STP (peça 138).
II. A unidade técnica entendeu que a determinação foi parcialmente atendida, opinando pela intimação do Município para prestar esclarecimentos acerca de alguns pontos e encaminhando a este Gabinete para deliberação, inclusive quanto a eventual dilação de prazo, visto que tal pendência está constituindo óbice à emissão de Certidão Liberatória para o ente desde 10/11/2022.
III. Diante da manifestação da CMEX, observo que a municipalidade tem tomado as providências devidas, motivo pelo qual concedo mais 30 (trinta) dias de prazo para conclusão das medidas necessárias a fim de cumprir integralmente a decisão deste Tribunal.
IV. Remeta-se à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro do novo prazo.
V. Após, à Diretoria de Protocolo para intimação do Município de Corbélia, na pessoa de seu representante legal, para que tome ciência do teor deste Despacho.
VI. Por fim, devolva-se à CMEX para acompanhamento da execução.
Curitiba, 3 de abril de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-567020/22
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA
INTERESSADO:-CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, LUIZ LAZARO SORVOS, MARCO AURELIO DA SILVEIRA MEIRELLES PINHEIRO, MARIA MACIEL LIMA GRIFFO, MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA
PROCURADOR:-KARINA WENTLAND DIAS
DESPACHO:-368/23
I. Considerando a apresentação de manifestação superveniente pelo recorrente, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal para nova manifestação e, após, sigam ao Ministério Público de Contas para a mesma finalidade.
II. Por fim, retornem a este Gabinete.
Curitiba, 3 de abril de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-214864/23
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE:-CASA MILITAR
INTERESSADO:-UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.
PROCURADOR:-PEDRO HENRIQUE FERREIRA RAMOS MARQUES, RAFAEL PARODI FERRARESSO
DESPACHO:-369/23
I. Encerram os autos expediente autuado como Representação da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, formulada por UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., em face do Edital de Pregão Eletrônico n.° 468/2023, realizado pela CASA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, para a contratação de empresa especializada no gerenciamento do serviço de fornecimento de vale-refeição em cartões eletrônicos com chip, magnéticos ou de tecnologia similar.
II. Da representação (peça 3), colhem-se, em síntese, as seguintes impropriedades: (i) admissão da oferta de taxa administrativa negativa, consoante o Subitem 11.15.1 do Termo de Referência, em dissonância com o prescrito no artigo 3º, inciso I, da Lei n.º 14.442, de 02/09/2022 e artigo 175 do Decreto n.º 10.854, de 10/11/2021; e (ii) procedimento de repasse dos créditos após prazo de trinta dias, o que descaracterizaria a natureza pré-paga dos valores, em contrariedade com o artigo 3º, inciso II, da Lei n.º 14.442/2022 e o artigo 175 do Decreto n.º 10.854/2021.

III. Preliminarmente, observo que não há informações suficientes nos autos que permitam, nesse momento, realizar de forma adequada juízo de admissibilidade do feito.
IV. Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para intimar, por meio de ofício, a CASA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, na pessoa do seu representante legal, para que, em 5 (cinco) dias, contados da juntada do aviso de recebimento (AR) aos autos:
a) apresente manifestação preliminar quanto ao contido na representação; e
b) junte a integralidade dos seus autos;
Após, regressem os autos para o exercício do juízo de admissibilidade.
Curitiba, 4 de abril de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-466536/20
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL
INTERESSADO:-JOSE CARLOS SANDRINI, MARCIO FLAVIO DA SILVA, VALENTIM ZANELLO MILLEO
PROCURADOR:-LUIZ FERNANDO OBLADEN PUJOL, RICARDO DE FREITAS VASCO
DESPACHO:-370/23
I. Por meio da Petição Intermediária n.º 231017/23 (peças 121 e 122), o advogado Luiz Fernando Obladen Pujol comunica sua renúncia ao mandato conferido por Valentim Zanello Milleo nos presentes autos.
II. Considerando que o interessado permanece representado por outro procurador, o senhor Ricardo de Freitas Vasco, não há óbice à exclusão pretendida, conforme disposto no art. 112, § 2º, do Código de Processo Civil.
III. Encaminhe-se à Diretoria de Protocolo para as medidas cabíveis.
IV. Após, devolva-se à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para continuidade do acompanhamento da execução.
Curitiba, 4 de abril de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO

PROCESSO N.º: 363109/20
ORIGEM: ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADOS: ALDO NELSON BONA, ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER, ANTONIO CARLOS ALEIXO, ASSOCIACAO PARANAENSE DAS INSTITUICOES DE ENSINO SUPERIOR PUBLICO - APIESP, CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR, EDUARDO VINICIUS MAGALHAES PINTO, ESTADO DO PARANÁ, FABIO HERNANDES, FATIMA APARECIDA DA CRUZ PADOAN, JULIO CESAR DAMASCENO, LUIZ AUGUSTO SILVA, MIGUEL SANCHES NETO, RENE DE OLIVEIRA GARCIA JUNIOR, SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, SERGIO CARLOS DE CARVALHO, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE DO PARANÁ, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
PROCURADORES: ALBERTO ANGELO FABRIS, ALESSANDRA MUGGIATI MANFREDINI SILVA, ALEXANDRE ANZILIERO FRITZEN, FERNANDO BUENO DE CASTRO, GUILHERME DE SALLES GONCALVES, LIZETE CECILIA DEIMLING, LUIZ FABRICIO BETIN CARNEIRO, ROSICLEI FATIMA LUFT
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO N.º: 389/23
Vieram os autos conclusos em virtude do pedido de prorrogação de prazo juntado à peça 272, formulado pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP.
Observo que já houve deferimento de uma prorrogação de prazo pelo Despacho nº 340/23, requerida pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO. Considerando o teor da Certidão nº 401/23 – DP, peça 274, o prazo final para apresentação de contraditório passou a ser 12/05/2023, o qual pode ser observado por todas as universidades interessadas.
Devolvem-se os autos à Diretoria de Protocolo para controle de prazo.
Publique-se.
Curitiba, 4 de abril de 2023.
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

PROCESSO N.º: 195843/23
ORIGEM: ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA
INTERESSADOS: ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA, BENNER SISTEMAS S/A - FILIAL, LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
PROCURADORES: TASSIA PILAR PEREIRA DA SILVA TORQUATO
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
DESPACHO N.º: 390/23
Tratam os autos de expediente autuado como Representação da Lei nº 8.666/93 proposta por Benner Sistemas S/A em face do Procedimento de Licitação Eletrônica – LE 4/2022 promovido pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, que tem por objeto "Contratação de empresa e Tecnologia da Informação para fornecer, em modalidade de SaaS – Software como Serviço, uma Solução Integrada de Gestão Empresarial, doravante denominada simplesmente como Solução, que contemple os requisitos funcionais, não funcionais e tecnológicos para a Gestão Integrada dos Processos de Negócios na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, doravante denominada simplesmente como Portos do Paraná, segundo justificativa e especificações presentes no Edital, Termo de Referência e demais elementos anexados pelo setor requisitante", com um valor máximo inicial orçado em R$72.107.280,35 (setenta e dois milhões cento e sete mil duzentos e oitenta reais e trinta e cinco centavos).
Alega a representante, em síntese, que:
a) foi classificada provisoriamente em primeiro lugar, com uma proposta de R$28.589.085,71 (vinte e oito milhões quinhentos e oitenta e nove mil oitenta e cinco reais e setenta e um centavos), bastante inferior à proposta que acabou vencedora do certame, formulada pela ENGINE BR TECNOLOGIA LTDA, cujo valor homologado foi de R$68.600.000,00 (sessenta e oito milhões e seiscentos mil reais);
b) recebeu e-mail anônimo que relatou indícios de fraude no procedimento, inclusive que supostamente a ENGINE BR TECNOLOGIA LTDA já estaria previamente estabelecida como vencedora do certame, bem como que profissionais daquela empresa teriam ajudado na elaboração do termo de referência da licitação, e estiveram na sede da APPA durante a fase do julgamento;
c) cumpriu todos os requisitos de habilitação, todavia, em relação à habilitação técnica, foi determinada diligência por parte do pregoeiro, a fim de comprovar que sua solução atendia ao item 1.4.5 do Termo de Referência[1];
d) apesar de cumprir a diligência solicitada, a decisão foi por sua inabilitação técnica pelo não cumprimento do item 3.5.10[2] do TR e porque "a disponibilidade está declarada como maior ou igual à 98,0%, entretanto, a solicitação do edital, em seu anexo sobre ANS, itens 5.8.4 e 5.8.5, é de 99.5% e de 99%, respectivamente", conforme figura na peça 11;
e) os itens que ensejaram a sua inabilitação foram diversos do que solicitado na diligência (peça 10) e não constavam no rol obrigatório de habilitação técnica previsto no Edital, tratando-se de itens complementares para facilitar a verificação de conformidade, destacando que tais itens deveriam ser analisados durante a fase de prova de conceito ou mesmo na execução contratual, havendo excesso de formalismo especialmente ao se considerar a vantajosidade da sua proposta;
f) cumpriu todos os requisitos do Termo de Referência, inclusive os que motivaram sua inabilitação, havendo mal-entendido com a interpretação da sua documentação, que poderia ser constatado na prova de conceito, considerando que uma apresentação real difere bastante da apresentação de um sistema e software via documentos;
g) a empresa vencedora ENGINE BR TECNOLOGIA LTDA não teria demonstrado na prova de conceito o atendimento de dezessete itens no Sistema ERP e de quatro itens no Sistema RH, listados na tabela que figura às fls. 20/25 da peça 3, o que ensejaria a sua desclassificação;
h) a vencedora utilizou o sistema "SAP Hanna" para realizar a prova de conceito, sendo de conhecimento de mercado – de acordo com a representante – "que o sistema SAP é mais utilizado para os casos de implantação de ERP, porém, no que tange ao RH, o sistema em questão não possui diversas funcionalidades ESSENCIAIS para o processamento de dados dos colaboradores das empresas, como por exemplo e-Social e folha de ponto";
i) os documentos apresentados pela empresa vencedora não estavam em língua portuguesa, como exigia o item 15.4.8 do Edital[3];
j) foi desrespeitado o item 1.5.2 do Termo de Referência, o qual exigia a apresentação do produto "em um conjunto único de soluções que terão em comum a mesma plataforma tecnológica, entendido como mesma forma de acesso sendo web, único repositório de dados, integrado com apenas um único login, para toda a solução e seus módulos", posto que a vencedora se utilizou de duas formas de acesso para seus requisitos funcionais.
Assim, requereu a anulação do certame e a suspensão de qualquer pagamento dele decorrente, por considerar que a condução do procedimento licitatório afrontou a legislação de regência e os princípios norteadores.
Determinada a manifestação preliminar por parte da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA no Despacho nº 336/23 – GCFSC (peça 14), a resposta foi juntada nas peças 18/20.
Informou a representada, resumidamente, que: 1) não obstante a diferença de preços, a proposta da representante não observou os requisitos estabelecidos no Edital, não conseguindo a interessada comprovar o atendimento mesmo após a diligência; 2) o Termo de Referência foi elaborado por técnicos e usuários da APPA, com base em contratações similares e em diversas apresentações de fornecedores; 3) a proporcionalidade do acordo de níveis de serviço estipulada em 99,5% é justificada em razão das atividades da APPA e não foi observada pela representante, não sendo possível a realização da prova de conceito de uma proponente que não atendeu esse requisito; 4) a empresa vencedora comprovou o atendimento aos itens exigidos no Edital na prova de conceito, e sua solução corresponde ao que foi solicitado.
Acompanharam a manifestação os atestados de visita técnica juntados nas peças 19/20.
É o breve relato.
Embora chame atenção a grande diferença de preço entre as propostas ofertadas pela representante e pela empresa vencedora (de mais de quarenta milhões de reais), nesta fase processual e em juízo de cognição sumária, não vislumbro a presença dos requisitos que ensejam a concessão da medida cautelar, considerando as justificativas apresentadas pela representada na peça 18 e o caráter técnico da matéria objeto da representação.
De toda forma, ante os indícios de irregularidades apresentados pela representante, RECEBO a presente Representação da Lei nº 8.666/93 a fim de averiguar os pontos noticiados, com exceção da suposta informação sobre a ocorrência de fraude, vez que fundamentada em denúncia anônima.
Por conta disso, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para:
1) AUTUAR como interessados:
1.1) a ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA;
1.2) o Sr. LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA, Diretor Presidente da APPA;
1.3) o Sr. ÂNGELO GERALDO BOCHENEK, Presidente da Comissão Permanente de Licitação e Cadastro – CPLC.
2) Promover a CITAÇÃO, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos arts. 278, II e 380-A, I, ambos do Regimento Interno, da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA, do Sr. LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA e do Sr. ÂNGELO GERALDO BOCHENEK, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentarem contraditório, juntando aos autos os documentos que entenderem pertinentes.
Com a apresentação das defesas ou certificado o transcurso do prazo concedido, encaminhem-se os autos à 5ª Inspetoria de Controle Externo, para manifestação, estando desde já autorizada a encaminhar os autos para manifestação de outra unidade, caso entenda necessário.

Após, ao Ministério Público de Contas, para emissão de Parecer.
Publique-se.
Curitiba, 4 de abril de 2023.
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____

__1__. 1.4. Devem fazer parte da Solução:
(...)
1.4.5. Os serviços de gestão dos processos técnicos;
__2__. 3.5.10. Os serviços de gestão dos processos técnicos de TI não são produtos isolados, a serem cotados separadamente como item da contratação, devem permear e estar integrados em todos os serviços a serem contratados. Deverão ser contemplados no modelo de gestão da LICITANTE e, posteriormente, implementados pela futura CONTRATADA os processos relacionados a seguir, executando as atividades relacionadas em cada processo.
__3__. 15.4.8. APRESENTAÇÃO DA SOLUÇÃO PROPOSTA E PROVA DE CONCEITO – POC A apresentação da solução proposta e prova de conceito – POC se darão conforme item 25 (vinte e cinco) do Termo de referência.
Todos os documentos de comprovação deverão ser apresentados no idioma português do Brasil ou com sua tradução juramentada.
A Comissão de Julgamento pode, a seu exclusivo critério, solicitar os originais de quaisquer documentos apresentados, se julgar necessário.

PROCESSO N.º: 739556/22
ORIGEM: MUNICÍPIO DE GUARATUBA
INTERESSADOS: CARLOS ALBERTO CARVALHO (FALECIDO(A) EM 2018), EVANI CORDEIRO JUSTUS, FABIANO BENEDETI FUZETTI, INSTITUTO ELLOS, JEAN COLBERT DIAS, LUCIANA REGINA DOS REIS, MARA LILIAN ORTEGA FUZETTI, MUNICÍPIO DE GUARATUBA, ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO PARANÁ, PAULO ROBERTO DE SOUZA JAMUR, RICARDO BIANCO GODOY
PROCURADORES: AMANDA BUSETTI MORI SANTOS, ANDERSON FERREIRA, BERNARDO NOGUEIRA NOBREGA PEREIRA, CLAUDIO TAVARES TESSEROLI, JEAN COLBERT DIAS, MARIANA LOBATO SILVA MATIDA BACELLAR, RICARDO BIANCO GODOY, RICARDO DE FREITAS VASCO, VANESSA YANAZE WATANABE
ASSUNTO: RECURSO DE REVISTA
DESPACHO N.º: 393/23
Tratam os autos de Recurso de Revista interposto em face do Acórdão nº 2792/22 – Tribunal Pleno, que, julgando procedente denúncia formulada, determinou a restituição de valores e aplicação de multas.
Em face de tal decisão foram interpostos Recursos de Revista pelos Srs. Jean Colbert Dias e Ricardo Bianco Godoy, na peça 149, e pelo Sr. Fabiano Benedeti Fuzetti na peça 153.
O então Relator da Denúncia nº 296208/12, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, por meio do Despacho nº 1074/22 – GCFAMG (peça 154), realizou o juízo de admissibilidade somente em relação ao recurso interposto na peça 149.
Por tal razão, a fim de evitar eventuais pedidos de nulidade, no Despacho nº 403/23 (peça 160) o gabinete do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva encaminhou os autos a este gabinete para emissão de juízo quanto à admissibilidade do recurso interposto na peça 153.
Efetuada a regular redistribuição da Denúncia nº 296208/12 a este Relator, passo a analisar a admissibilidade do recurso interposto pelo Sr. Fabiano Benedeti Fuzetti (peça 153).
Conforme se extrai da certidão de publicação, peça 146, o Acórdão recorrido foi disponibilizado no Diário Eletrônico do TCE nº 2867, de 07 de novembro de 2022.
Nesse sentido, o Regimento Interno desta Casa assim prevê:
Art. 386. Os prazos serão contados, conforme o caso:
(...)
II - da data da publicação dos despachos e das decisões no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
(...)
§ 3º Para os fins do disposto no inciso II, do caput, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
Assim, considerando que a data de disponibilização foi 07/11/2022 (dia em que foi disponibilizado o Diário), a data de publicação, nos termos regimentais, é 08/02/2022, passando a correr o prazo recursal desde então, findando em 30/11/2022.
De acordo com o recibo que figura na peça 152, o recurso de revista foi interposto no dia 1º/12/2022, se mostrando intempestivo, razão pela qual NÃO O CONHEÇO.
Devolvam-se os autos ao Gabinete do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva.
Publique-se.
Curitiba, 5 de abril de 2023.
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

PROCESSO N.º: 744998/21
ORIGEM: MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL
INTERESSADOS: HENRIQUE DE OLIVEIRA CARNEIRO, MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL, VALENTIM ZANELLO MILLEO
PROCURADORES: EDUARDO PASETTI, LEYNER LUIZ GIOSTRI CASCAO DE ALBUQUERQUE LIMA, LUIZ FERNANDO OBLADEN PUJOL, RICARDO DE FREITAS VASCO, VALQUIRIA DE LOURDES SANTOS
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO N.º: 394/23
Defiro a prorrogação de prazo solicitada na peça 40, todavia pelo prazo de 15 (quinze) dias, conforme estabelece o art. 389, parágrafo único[1] do Regimento Interno.
Considerando o teor das petições juntadas nas peças 35/36 e 38, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para exclusão dos advogados Ricardo de Freitas Vasco e Luiz Fernando Obladen Pujol destes autos e controle do prazo.
Publique-se.
Curitiba, 5 de abril de 2023.
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____

__1__. Art. 389. O prazo para manifestação da parte interessada, inclusive na oportunidade do contraditório e da ampla defesa, será de 15 (quinze) dias.
Parágrafo único. Sendo imprescindível a prorrogação de prazo para manifestação da parte, esta se dará por igual período, sem solução de continuidade, desde que justificada em petição protocolada no prazo inicial, sob pena de não recebimento das razões e documentos apresentados intempestivamente.

PROCESSO N.º: 586369/22
ORIGEM: MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
INTERESSADOS: CLEBER FONTANA, COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA - EIRELI, MARCOS RONALDO KOERICH, MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO, NATIELEN SOMARIVA TOLEDO PENSO
PROCURADORES: DANIEL BOGO, GUILHERME LUIZ KUHN, ISRAEL BOGO
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
DESPACHO N.º: 395/23
Com base no artigo 486, IV[1], do Regimento Interno, recebo em seu duplo efeito o Recurso de Revisão interposto por Costa Oeste Serviços de Limpeza - EIRELI, contido nas peças nº 66/69, em face do Acórdão nº 309/23 – Tribunal Pleno, em razão de estarem presentes os pressupostos de adequação, legitimidade, interesse recursal e tempestividade.
Remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo a fim de que promova a alteração do assunto para Recurso de Revisão, com o consequente sorteio de novo Relator, nos moldes do artigo 487[2] do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 5 de abril de 2023.
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____

__1__. Art. 486. Cabe Recurso de Revisão, com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, para o Tribunal Pleno, contra acórdãos por ele proferido, nos seguintes casos:
(...)
IV - divergência de entendimento no âmbito do Tribunal de Contas ou dissídio jurisprudencial demonstrado analiticamente.
__2__. Art. 487. Recebido o recurso, será sorteado novo Relator que encaminhará os autos após a manifestação do recorrido, se houver, independentemente de instrução de unidade administrativa, abrirá vista do processo ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, incluindo-o, a seguir, em pauta de julgamento, observando o prazo a que se refere o art. 62, I, da Lei Complementar nº 113/2005.

Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES

PROCESSO Nº:-89858/20
ORIGEM:-ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
INTERESSADO:-ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
PROCURADOR:-ANA LETICIA MAIER DE LIMA, CARLOS BERNARDO CARVALHO DE ALBUQUERQUE, DIRCEU ANTONIO ANDERSEN JUNIOR, FABIO TAVARES TORQUATO, GUILHERME BORBA VIANNA, GUILHERME DE SALLES GONCALVES, MARIA FERNANDA MIKAELA GABRIELA BÁRBARA MALUTA
ASSUNTO:-DENÚNCIA
DESPACHO:-432/23
1. Remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo a fim de que promova a citação da Sra. Maria Salete Bontorin Pampanini, inventariante do espólio de João Manoel Pampanini[1], para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente defesa em face das irregularidades contidas na petição inicial de peça 2, sem prejuízo de aplicação de multa, por ocasião da decisão de mérito, ao procurador constituído[2], por deixar de encaminhar informação solicitada por este Tribunal[3].
2. Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas, para as competentes manifestações.
3. Publique-se.
Tribunal de Contas, 3 de abril de 2023.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro

_____

__1__. Conforme informação constante dos autos nº 0000914-56.2015.8.16.0054, que tramitou perante a Vara Cível de Bocaiúva do Sul.
__2__. Procuração de peça 59.
__3__. Certidões de decurso de prazo de peças 136 e 144.

PROCESSO Nº:-439387/14
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE TIBAGI
INTERESSADO:-ANGELA REGINA MERCER DE MELLO NASSER, SINVAL FERREIRA DA SILVA
PROCURADOR:-CARLA LUCILLE ROTH, DANIELA GONÇALVES, LEONARDO JOSE MENDES, ROBSON DE SOUZA DAL COL, RODRIGO DI PIERO MENDES
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
DESPACHO:-434/23
1. Trata-se de Representação formulada em 10/06/2014 pela Sra. Ângela Regina Mercer de Mello Nasser, na qualidade de então Prefeita do Município de Tibagi, em que noticiou supostas irregularidades ocorridas na gestão de seu antecessor no cargo, Sr. Sinval Ferreira da Silva (exercícios de 2009 a 2012), consistentes em infração à Lei de Responsabilidade Fiscal, descumprimento da Lei Orçamentária Anual, abertura de créditos suplementares com base em excesso de arrecadação inexistente, e fraudes contábeis e orçamentárias.
Narrou a Representante que foi criada uma comissão que elaborou um levantamento orçamentário das contas públicas em 31/12/2012, em que se apontou grave insolvência financeira e indícios de procedimentos irregulares. Afirmou que, quando assumiu a gestão da municipalidade, se deparou com um déficit financeiro no importe de R$ 5.088.221,03, o que demonstraria o descontrole orçamentário, além de prejudicar sua gestão.
Por meio do Despacho nº 746/16 (peça 14), o então Corregedor-Geral, Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, determinou a remessa dos autos à então Diretoria de Contas Municipais (atual Coordenadoria de Contas Municipais), "para que informe se tais fatos foram analisados na prestação de contas do prefeito municipal de Tibagi referente ao exercício de 2012 e preste outras informações com o intuito de subsidiar o juízo de admissibilidade do feito, opinando, inclusive, pelo recebimento ou não da

presente representação".
Em agosto de 2022, a Coordenadoria de Gestão Municipal emitiu a Instrução nº 3716/22 (peça 21), em que se manifestou pelo não recebimento da Representação, em razão da incidência da prescrição.
Remetidos os autos ao Ministério Público de Contas, a 2ª Procuradoria de Contas, no Parecer nº 145/23 (peça 24), divergiu da unidade técnica apenas quanto ao fundamento para o não recebimento do feito, por entender que as irregularidades apontadas já foram objeto de análise na Prestação de Contas do Prefeito Municipal referente ao exercício de 2012, não obstante haja manifestado sua concordância com a ocorrência da prescrição da pretensão sancionatória, nos termos do Prejulgado nº 26 deste Tribunal de Contas.
Retornaram os autos conclusos.
2. Em conformidade com os opinativos uniformes da Coordenadoria de Gestão Municipal e da 2ª Procuradoria de Contas, deixo de receber a presente Representação, nos termos do art. 276, §§ 3º e 5º, do Regimento Interno deste Tribunal, e determino seu arquivamento, sem resolução do mérito, diante da informação de que os fatos já foram apreciados em sede de prestação de contas, a que se somam a ocorrência da prescrição da pretensão sancionatória desta Corte de Contas e a ausência de apresentação de indícios da prática de ato lesivo ao erário.
Em primeiro lugar, a Representação não comporta recebimento porque as irregularidades fiscais, orçamentárias e contábeis apontadas pela Representante já foram objeto de análise na Prestação de Contas do Prefeito Municipal referente ao exercício de 2012, em que receberam Parecer Prévio pela irregularidade das contas, conforme informado pela 2ª Procuradoria de Contas no Parecer nº 145/23, nos seguintes termos (peça 23, fl. 02):
Em consulta aos autos 140280/13 (PCA 2012), verifica-se que as contas foram julgadas irregulares pelo Acórdão de Parecer Prévio nº 147/15-S2C em razão de: (i) Resultado Financeiro Deficitário das Fontes Não Vinculadas (16,59%); (ii) Obrigações financeiras frente às disponibilidades - Déficit verificado R$-4.155.260,89 - Fonte de Critério - Art. 42 da L.C. nº 101/2000; (iii) O Relatório do Controle Interno possui indicação de irregularidade - Fonte de Critério - Constituição Federal, arts. 31, 70 e 74; (iv) Despesas com publicidade - Aplicação no ano eleitoral de valor superior à média dos últimos três anos ou do ano imediatamente anterior;- Fonte de Critério – Lei 504/97, art. 73, (v) Resolução n° 23.341/11, do TSE, Prejulgado nº 13 do TCE/PR; publicidade e propaganda no exercício de 2012 (R$ 54.550,32), até a data de 07/07/2012, permanece superior à realizada no exercício de 2011 (R$ 19.537,52), bem como esta acima da média das despesas realizadas nos anos de 2009 a 2011 (R$ 18.722,27). (vi) Falta de aporte para o Regime Próprio de Previdência Social - Fonte de Critério - Portaria MPS 403/2008 - Art. 18 e 19. R$ 211.080,06.
A decisão foi parcialmente reformada pelo Acordão de Parecer Prévio nº 19/17-STP para: i) corrigir erro material do julgado, considerando o item "V" como extensão da descrição do item "IV"; ii) julgar regular a atuação do Controle Interno do Município de Tibagi; iii) deixar de aplicar a multa prevista no item II da decisão ao recorrente com base no artigo 87, IV, "g", da Lei Complementar Estadual 113/2005, pela suposta indicação de irregularidade no Relatório de Controle Externo.
Soma-se a isso que a presente Representação trata de fatos ocorridos nos exercícios de 2009 a 2012 e não há nos autos uma imputação direta de ato lesivo ao erário, de maneira quantificada e fundamentada (seja na peça inicial, seja nas manifestações instrutórias), de modo que, passados mais de dez anos sem que sequer fosse realizado o juízo de admissibilidade do feito e determinada a citação dos interessados, deve ser reconhecida a prescrição da pretensão sancionatória desta Corte de Contas, nos termos do Prejulgado nº 26 deste Tribunal,[1] conforme corroborado pela Coordenadoria de Gestão Municipal e pelo Ministério Público de Contas.
3. Tendo em vista a existência nos autos de manifestação ministerial favorável ao encerramento do feito, resta desnecessária nova oitiva do Parquet acerca do juízo negativo de admissibilidade.
4. Após comunicação em sessão do Tribunal Pleno, na forma do art. 436, parágrafo único, IV, do Regimento Interno, os autos deverão permanecer neste Gabinete para certificar o decurso do prazo recursal, e, na sequência, ser remetidos à Diretoria de Protocolo, para encerramento, com fulcro nos arts. 32, XII, 168, VII, 276, §§ 3º e 5º, e 398, § 2º, do mesmo regimento.
5. Publique-se.
Tribunal de Contas, 04 de abril de 2023.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro

_____
1. Possibilidade de reconhecimento de ofício da prescrição das multas e demais sanções pessoais, aplicando-se, analogicamente, as normas de direito público que tratam do tema, que estabelecem o prazo prescricional de 05 (cinco) anos, contado a partir da data da prática do ato irregular ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado. Em relação às causas de interrupção, de suspensão da contagem e de aplicação da prescrição intercorrente, em conformidade com o Código de Processo Civil, de aplicação subsidiária ao processo do Tribunal de Contas, o entendimento deverá ser fixado no sentido de que a prescrição sancionatória, interrompida com o despacho que ordenar a citação, reiniciará somente a partir do trânsito em julgado do processo, não tendo aplicabilidade, antes disso, as hipóteses de suspensão e de prescrição intercorrente, cabendo ao relator assegurar a razoável duração do processo.

PROCESSO Nº:-273657/19
ORIGEM:-INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOLOGIA DO PARANA - ITCG
INTERESSADO:-AMÍLCAR CAVALCANTE CABRAL, EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAP ATÉ 2019), INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOLOGIA DO PARANA - ITCG, JOSE VOLNEI BISOGNIN, MOZARTE DE QUADROS JUNIOR
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO:-436/23
1. Tendo-se em conta os documentos apresentados pelo Instituto Água e Terra, nas peças 143/160, previamente à deliberação acerca do pedido de prorrogação de prazo formulado, remetam-se os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo, para manifestação.
2. Após, retornem conclusos para deliberação.
3. Publique-se.
Tribunal de Contas, 5 de abril de 2023.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro

PROCESSO Nº:-707137/17
ORIGEM:-CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU
INTERESSADO:-ALDAIR TELES DA SILVA, CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU, MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, OSEIAS DE OLIVEIRA
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
DESPACHO:-437/23
1. Tendo-se em conta as razões apresentadas pela Câmara Municipal de Rio Bonito do Iguaçu (peça 158), informando que está em tramitação Projeto de Lei Complementar, visando estabelecer os requisitos relativos ao grau de instrução dos cargos em comissão, nos termos do art. 389, parágrafo único, do Regimento Interno, defiro o pedido de prorrogação de prazo pleiteado mediante protocolo n.º 707137-17, pelo período de 30 (trinta) dias.
2. Remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro e à Diretoria de Protocolo, para controle do prazo.
3. Publique-se.
Tribunal de Contas, 5 de abril de 2023.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro

Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Sem publicações

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

PROCESSO Nº:-396484/17
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
INTERESSADO:-ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER, LIDYANE REGINA GOMES CASTOR, LORIVALDO DO NASCIMENTO, PAULO SERGIO WOLFF, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 13/23
Admissão de Pessoal. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Legalidade e Registro.
Vistos e examinados estes autos, o Relator Conselheiro Nestor Baptista, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas, DECIDE:
1. julgar pela legalidade e registro de contratações temporárias realizadas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná complementares vinculadas ao Edital n°170/2014, publicado em 30/10/2014, por meio de Teste Seletivo, com base no art. 1º, IV, da Lei Complementar nº 113/2005, e art. 298, I, do Regimento Interno, tendo em vista a Instrução nº. 5100/2023 da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão - CAGE (peça 47) e o Parecer nº. 142/23 da 4ª Procuradoria de Contas, do Ministério Público de Contas - MPC (peça 50), ambos favoráveis à legalidade e registro do Ato;
2. Determinar a publicação da decisão no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e aguardar o prazo para trânsito em julgado;
3. Após à Diretoria de Protocolo (DP) para o Encerramento e Arquivo, nos termos regimentais.
Publique-se.
Gabinete, em 30 de março de 2023.
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

PROCESSO N º:-116323/23
ORIGEM:-ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
INTERESSADO:-ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
ASSUNTO:-DENÚNCIA
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-100/23
Tratam os presentes autos de Processo autuado como Denúncia (sigilo do denunciante nos termos do art. 33 da Lei Complementar nº 113/05), na qual é questionada a possibilidade de existência de irregularidades nas transferências promovidas pelo referido município ao Poder Legislativo daquele município.
Nos termos do disposto no art. 276 do Regimento Interno, por intermédio do Despacho nº 54/23 (peça 09), determinei a intimação do denunciante para complementação documental.
Atendendo ao citado Despacho, o denunciante juntou novos documentos às peças 12 a 14.
Após o breve relato, passo a decidir sobre a admissibilidade da denúncia.
Inicialmente, destaco que as denúncias possuem papel relevante no auxílio ao controle externo desempenhado pelos Tribunais de Contas.
Especificamente no âmbito do TCE/PR, está prevista nos arts. 30 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 113/05, e tem o condão de apurar irregularidades ou ilegalidades nos atos e fatos da Administração Pública.
Ocorre que, nos presentes autos, o denunciante aponta dúvida sobre a existência ou não da irregularidade na transferência de recursos do Poder Executivo do município para o Poder Legislativo em valor diverso do estabelecido na Lei Orçamentária Anual.
Ou seja, o processo não está pautado em uma irregularidade concreta, mas de dúvida conceitual em matéria contábil trazida pelo denunciante, assemelhando-se a um Processo de Consulta.
Não sendo a parte um dos legitimados para efetivação de "Consulta" ao Tribunal de Contas, nos termos do art. 312 do Regimento Interno, não seria o caso de recebimento.
Não obstante, se os fatos narrados fossem suficientes para demonstrar indícios concretos de irregularidade ou ilegalidade, independentemente da redação trazida na peça exordial, seguiriam os fluxos de tramitação regimentalmente previstos.
Ocorre que da análise dos fatos expostos, conjuntamente com os documentos trazidos aos autos, verifico que a dúvida trazida aos autos não permite o reconhecimento da justa causa necessária para recebimento da presente denúncia.

Isso porque o valor indicado na peça exordial, no montante e R$ 15.078.155,13, maior que o previsto na Lei Orçamentária daquele município, é referente às "transferências financeiras concedidas" ao Poder Legislativo, as quais refletem as movimentações de recursos financeiros orçamentários e extraorçamentários.
Os recebimentos extraorçamentários correspondem aos ingressos não previstos no orçamento, que são restituídos em época própria por decisão da administração ou por sentença judicial. Como exemplos, cito: ingresso de recursos que constituem obrigações relativas a consignações em folha, fianças, cauções, e inscrição de restos a pagar, com a função de compensar o valor de despesa orçamentária imputada como realizada (empenhada), porém não paga no exercício da emissão do empenho, em atendimento ao parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal nº 4.320/64.
Por fim, esclareço que o canal de comunicação adequado para atendimento de demandas dessa natureza é a Ouvidoria, que pode ser contatada acessando o seguinte link: https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/ouvidoria/74/area/53.
Pelo exposto, entendo pela ausência de justa causa que legitime o processamento dos presentes autos, motivo pelo qual determino:
(i) Encaminhamento dos autos ao Ministério Público de Contas para ciência deste Despacho;
(ii) Encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento.
Gabinete, em 24 de março de 2023.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-192550/23
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA
INTERESSADO:-JOSÉ MARCELO PIOVAN GUIMARÃES
ASSUNTO:-CONSULTA
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-107/23
Trata-se de Consulta proposta por José Marcelo Piovan Guimarães, Prefeito Municipal de Santa Mariana, acerca da aplicabilidade da Instrução Normativa nº 2110/2022[1].
O questionamento sobre a matéria foi formulado pelo Prefeito Municipal nos seguintes termos:
1) Em relação a Instrução Normativa nº 2110/2022 de 17 de outubro de 2022, o Município tem a obrigatoriedade de realizar as retenções de contribuições previdenciárias nos contratos de prestação de serviços?
2) Tendo o Município realizado uma concessão do Hospital Municipal para uma empresa privada e essa empresa privada presta servidos de:
"Contratação de serviços na área da saúde, em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde, sem vínculo empregatício com o Município, de pronto socorro médico e hospitalar, bem como de atendimentos de urgência/emergência em pronto socorro, maternidade e demais complementares inerentes, incluído serviços laboratoriais e Rio X, Farmácia, enfermagem, limpeza, recepção, administrativo e segurança, 24 horas por 7 dias por semana, initerruptos, e serviços de maternidade, incluindo obstetra, neonatologia, anestesiologia, equipe de centro cirúrgico (incluindo enfermagem, central de materiais esterilizáveis, limpeza intermitente e final, de acordo com os parâmetros exigidos pelo Sistema Único de Saúde e Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado e Saúde do Paraná, Serviços ambulatoriais e de assistência na interna~]ao de raio-x, ultrassonografia, exames laboratoriais, e nas especificidades médicas de clínica geral, obstetrícia, ginecologia, pequenas cirurgias, radiologia, bem como as demais especialidades complementares em saúde, fonoaudiologia , nutrição e psicologia"
Esses serviços realizados em um prédio concedido pelo Município através de concessão pública, sendo serviços contínuo e a disposição do Município, entende-se como Concessão de Mão de Obra, com base na Instrução Normativa nº 2110/2022?
3) Contrato de prestação de serviços de coleta de lixo seletiva (lixo reciclável), pode ser considerado serviço de limpeza, devendo realizar a retenção da contribuição previdenciária?
Na peça nº 4 consta o Parecer Jurídico elaborado pela Assessoria Jurídica do Município de Paranavaí. Nas Peças nº 5 e 6 constam as cópias dos Contratos Administrativos nº 23/2021 e 51/2022. Na Peça nº 8 foi acostada cópia da Instrução Normativa nº 2110/2022.
É o relatório.
O artigo 311 do Regimento Interno (RI) [2] prevê que os Processo de Consulta interportos por um dos legitimados do art. 312 do RI, sendo que a dúvida acerca de matéria de competência deste Tribunal dever ser, necessariamente, formulada de maneira objetiva e em tese.
Nessa perspectiva, as questões apresentadas pelo Município de Santa Mariana não preenchem os pressupostos retromencionados, pois versam sobre a aplicação de normas de natureza tributária expedida pela Receita Federal do Brasil no contexto da execução dos Contratos Administrativos nº 23/2021 e 51/2022.
Para mais, impossível a aplicação do §1º do artigo 311 do RI, pois a dúvida retratada, além de abordar a mera aplicação prática de norma tributária a caso concreto, está desprovida de relevante interesse público que justifique a atuação deste Tribunal de Contas, devendo ficar registrado que a Receita Federal do Brasil possui procedimento específico destinado a esclarecer dúvidas sobre à interpretação e aplicação da legislação tributária ao caso concreto.
Diante do exposto, identificada a inobservância dos pressupostos dos incisos III e V do artigo 311 do Regimento Interno, é de rigor, por conseguinte, o NÃO CONHECIMENTO da presente Consulta, conforme estabelecido no §1º do artigo 313 do Regimento Interno.[3]
Remeta-se os autos a Diretoria de Protocolo para a adoção dos demais procedimentos de praxe e, em seguida, para a encerramento do feito.
Publique-se.
Gabinete, em 28 de março de 2023.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
__1__. Dispõe sobre normas gerais de tributação das contribuições sociais destinadas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e das contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, e estabelece os procedimentos aplicáveis à arrecadação dessas contribuições pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB)
__2__. Art. 311. A consulta formulada ao Tribunal de Contas, conforme o disposto no Título II, Capítulo II, Seção VII, da Lei Complementar nº 113/2005, deverá atender aos seguintes requisitos:
I - ser formulada por autoridade legítima;
II - conter apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa de dúvida;
III - versar sobre dúvida na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de competência do Tribunal;
IV - ser instruída por parecer jurídico ou técnico emitido pela assessoria técnica ou jurídica do órgão ou entidade consulente, opinando acerca da matéria objeto da consulta;
V - ser formulada em tese.
__3__. Art. 313. Uma vez protocolada, autuada e distribuída, será a consulta encaminhada ao Relator para proceder ao juízo de admissibilidade.
§ 1º O Relator não conhecerá a consulta que não atenda aos requisitos previstos neste Regimento, devendo o processo ser devolvido à origem.

PROCESSO N º:-849249/19
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL
INTERESSADO:-AREA SUL CONSTRUCAO CIVIL LTDA ME, CACIMARA BONTORIN, CARLOS ROBERTO DE ALMEIDA, CEZAR GIBRAN JOHNSSON, CLAYTON PIERRE SCHWARTZ, ELIONAI JOSE VAZ, EMERSON SANTO STRESSER, GLAILSON ORLANDO SANTOS, JORGE LUIZ DE ALMEIDA, KARIME FAYAD, LUIS FERNANDO NESSO RAMOS DA SILVA, MARCIA RUTZ LAZARINI COUTINHO, MARCOS PAULO OLIVEIRA NOVAK, MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
ADVOGADO/ PROCURADOR:-RAUL MOURA TAVARES
DESPACHO:-109/23
Trata-se de processo de Tomada de Contas Extraordinária de 2019 do Município de Rio Branco do Sul que se encontra, neste momento, na fase de monitoramento no tocante aos itens III e IV do Acórdão nº 785/22 – Segunda Câmara (Peça nº 125)[1].
Por meio do Despacho nº 96/23-GCAZ (Peça nº 182), este Relator prorrogou por mais 60 (sessenta) dias, contados da ciência desta decisão, o prazo para que a Prefeita do Município de Rio Branco do Sul comprovasse o cumprimento dos itens III e IV do Acórdão nº 785/2022 ou, se for o caso, a impetração da respectiva ação e execução fiscal, se outra medida não se mostrar legalmente viável e mais vantajosa.
Após, o jurisdicionado, por intermédio da Petição Intermediária nº 199008/23 (Peças nº 184 a 190), informa a realização de diligências para a localização do endereço da empresa AREA SUL CONSTRUÇÃO LTDA e requer a baixa da pendência ou a prorrogação do prazo para cumprimento da decisão.´
Pois bem,
No Despacho nº 96/23-GCAZ (Peça nº 182) já foi deferida a extensão de prazo para que a Gestora Municipal comprove a adoção das medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis para o recebimento dos valores devidos em virtude dos itens III e IV do Acórdão nº 785/2022, sendo possível, em momento oportuno, a impetração de novo requerimento de prorrogação de prazo.
Ainda, como regra, enquanto não satisfeitas as condições do artigo 514 do Regimento Interno[2], não há o que se falar em baixa de responsabilidade e, por conseguinte, da exoneração do dever da Municipalidade em adotar, de maneira efetiva e compromissada, todas as medidas administrativas e judiciais para o recebimento de multas e débitos oriundos de decisões emitidas por este Tribunal.
Diante do exposto, remeta-se os autos à Diretoria de Protocolo anotações e demais procedimentos de praxe. Após, retornem à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para cumprimento do inciso XV do artigo 175-L Regimento Interno.
Publique-se
Gabinete, em 28 de março de 2023.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
__1__. III - determinar a devolução do valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) ao Município de Rio Branco do Sul solidariamente pela contratada Área Sul Construção Civil Ltda, CNPJ 14.574.771/0001-05, Sr. Carlos Roberto de Almeida (Gerente/ Sócio Administrador) e o Sr. Jorge Luiz de Almeida (responsável pela obra) que executaram indevidamente a mudança do SPDA, uma vez que a alteração no projeto original (sem aditivo contratual) impôs a contratação de novo projeto para a instalação do SPDA (Achado 2);
IV - determinar a devolução de R$ 21.909,67 (vinte e um mil novecentos e nove reais e sessenta e sete centavos) ao Município de Rio Branco do Sul, de forma solidária, pelo Sr. Carlos Roberto de Almeida (sócio/gerente da contratada), Jorge Luiz de Almeida (responsável pela obra) e a contratada Área Sul Construção Civil Ltda., por serem os responsáveis pela cobrança de serviços não executados e beneficiários diretos dos valores pagos pelo município (Achado 3);
__2__. Art. 514. Comprovado o recolhimento integral e/ou adimplidas as obrigações de fazer ou não fazer, o Tribunal expedirá a certidão de quitação do débito, da obrigação ou da multa, com a consequente baixa de responsabilidade.

PROCESSO N º:-110767/23
ORIGEM:-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
INTERESSADO:-CLAUDIO STABILE, COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ, FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇAO DO PARANA, MARCO ANTONIO FRANZATO, MUNICIPIO DE CIANORTE, PAVISERVICE ENGENHARIA E SERVICOS LTDA, RECICLE AQUI GESTAO DE RESIDUOS LTDA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ADVOGADO/ PROCURADOR:-ADRIANO MARCOS MARCON, ANA CLAUDIA GRIGGIO, ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS, ANDRE OLIVEIRA DA SILVA, BARBARA DE SOUZA FENLEY KRAUSE, ELIZABET NASCIMENTO POLLI, FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTTO SILVESTRIN, FERNANDA BENDER COLLODEL, FERNANDO BLASZKOWSKI, FERNANDO MASSARDO, FILIPE EMANUEL NEVES DA SILVA, FRANCYANE HANSEN FERREIRA, GIANNY VANESKA GATTI FELIX, INÁCIO HIDEO SANO, IVO KRAESKI, IZABELI DOMBROSKI, JANCELINE LABEGALINI SOARES, JOAO PAULO DE PAULA KIRSCH, JOELMA SILVIA SANTOS PINTO, JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA, JOSIANE BECKER, JULIANA FAGUNDES KRINSKI, JULIANA MORAIS, KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE, LARISSA RAMOS PONTONI, LORENA MORO DOMINGOS DAL MOLIN, LUCIANA STRINGHINI, LUCIANO SILVA DE LIMA, MARCEL SOUZA DE OLIVEIRA, MARCUS VENÍCIO CAVASSIN, MARIA LUCIA DEMETRIO SPARAGA, MARIELZA FORNACIARI BLOOT, MARINA ELISE COSTA DAL LIN, MAURICI ANTONIO RUY, MAYRA DE SOUZA SCREMIN, MOEMA REFFO SUCKOW, RAFAEL DOMINGOS ALVES, RAFAEL

STEC TOLEDO, RAQUEL CANCIO FENDRICH TESSARI, RAUL DE ARAÚJO SANTOS, RUBIA MARA CAMANA, SAMIR WINTER
DESPACHO:-116/23

Tratam os autos de Representação, com pedido de medida cautelar, nos termos do art. 87, §2º, da Lei nº 13.303/16, formulada pela empresa. em face da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ, dando conta de possíveis irregularidades em procedimento licitatório promovido pelo Edital nº 43/2023, cujo objeto é a "Contratação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos (RSU) - domiciliares e recicláveis no município de Cianorte e distritos de São Lourenço e Vidigal, e operação e manutenção do aterro sanitário com disponibilização de equipamentos e veículos no Aterro Sanitário de Cianorte, conforme detalhado nos anexos do edital", que tramita em conjunto com as Representações nº 111160/23 e nº 118458/23, em razão de identidade de objeto.

Por meio do Despacho nº 56/23-GCAZ[1] determinei a prévia oitiva da SANEPAR e do Município de Cianorte sobre os termos da representação, cujas manifestações apresentadas defenderam a regularidade do certame e a inexistências das irregularidades apontadas[2].

Ocorre que, antes do juízo de admissibilidade e análise do pedido cautelar, a entidade apresentou petição informando que o certame foi revogado[3]. Com efeito, conforme consta no Aviso de Revogação[4], a licitação foi revogada "devido a necessária revisão e adequação dos elementos licitatórios, condições e procedimentos à contratação, nos termos do disposto no inciso IV, art. 96 RILC – Sanepar, e art. 62 da LF nº 13.303/2016".

Dessa forma, tendo a entidade adotado as medidas cabíveis ao caso, com revogação do procedimento licitatório e encaminhamento para saneamento das impropriedades nas vias ordinárias, antes de lançamento de novo certame, ocorre a perda do interesse de agir da representante e a presente representação deixa de ter finalidade.

Isto posto, considerando a ausência de elementos hábeis a ensejar o prosseguimento da demanda, ante a perda superveniente do objeto, com fundamento no art. 32, XII, e 276, §3º, ambos do RITCEPR, DEIXO DE RECEBER a presente Representação.

Para além, diante do juízo negativo de admissibilidade desta Representação, DETERMINO:

a) A remessa do processo ao Ministério Púbico de Contas (MPC) para ciência deste despacho;

b) Comunicação desta decisão ao Tribunal Pleno na forma do art. 436, parágrafo único, inciso IV, do RITCE/PR;

c) Com o trânsito em julgado do presente, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (CMEX) para anotações nos termos do art. 175-L, IX, do Regimento Interno.

d) Após, encaminhe-se à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do artigo 398, §1º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.

Publique-se.

Gabinete, em 31 de março de 2023.

Documento assinado digitalmente

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

Relator

_____

__1__. Peça nº 36.
__2__. Peças nº 41 e 54.
__3__. Peça nº 62.
__4__. Peça nº 63.

PROCESSO N º:-687502/21
ORIGEM:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-BLL, CDSDP, CS, ECR, EK, ERM, JAW, JGMF, LFDS, LMV, LRDOF, MECL, MRS, OJDM, PAD, PRT, RCC, RP, SSC, TVM, VR, WBJ
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
ADVOGADO/ PROCURADOR:-ALEX FERNANDO DAL PIZZOL, ALEX PACHECO, ALINE MATOS ARIUKUDO, ALTHAIR FERREIRA DOS SANTOS JUNIOR, ANDRE LUIZ SBERZE, ANTONIO MOISÉS FRARE ASSIS, ANTONIO PAULO GUILLEN HURTADO, CARLOS VINICIUS JAVORSKI, CECILIA PIMENTEL MONTEIRO, EMERSON ERNANI WOYCEICHOSKI, FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTTO SILVESTRIN, FERNANDA BENDER COLLODEL, FERNANDA DE BIASSIO BITTENCOURT, FRANCO RANGEL DE ABREU E SILVA, GÉSSICA PAOLA SANDRIN, GIOVANA MASSARO, JACKSON ROMEU ARIUKUDO, JARDEL ANTONIO DE OLIVEIRA BUENO, LEONARDO HERING PEDROSO, LEONARDO MATOS DE LIZ RIBEIRO, LETICIA MASIERO, MARCUS VENÍCIO CAVASSIN, MURILO VARASQUIM, PALOMA CAROLINE DE SA BASSANI, PAULA HELENA ALMEIDA DE MORAES CARVALHO, ROBERTA WERNER PINTO, TIAGO CRISTOVAO DE CARVALHO, VICTOR SANGIULIANO SANTOS LEAL, WENDERSON VALE DO NASCIMENTO
DESPACHO:-118/23

Tratam os autos de Tomada de Contas Extraordinária proposta pela 2ª Inspetoria de Controle Externo, após conclusão de trabalho de auditoria, iniciado a partir de informações obtidas da "Operação Ductos" do GAECO e de auditoria interna da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, referentes a irregularidades apuradas na execução dos contratos para realização de Serviços de Manutenção de Estações de Tratamento e Elevatórias de Esgoto - SME, no período compreendido entre 2018 e 2020, mantidos com a empresa Martins Engenharia Civil Ltda, no âmbito das Gerências Regionais de Ponta Grossa (GRPG), Telêmaco Borba (GRTB), Cornélio Procópio (GRCP) e Santo Antônio da Platina (GRSP).

O procedimento foi remetido ao Gabinete após a instrução da 2ª Inspetoria de Controle Externo, com pedido de citação de interessados cujas correspondências enviadas foram recebidas por pessoas estranhas à relação processual, quais sejam, Juarez Antonio Wollz, Siliomar Silas Cavaline, Marcos Roberto Santos e Thiago Valgas Martins[1].

Com efeito, o aviso de recebimento referente ao Ofício de Contraditório nº 1015/22-DP[2] tinha como destinatário o Sr. Juarez Antonio Wollz, foi enviado a endereço residencial e recebido por Vera Ribeiro Wollz. Não há no procedimento indicação de parentesco ou outra relação entre eles nos autos.

Em relação à Siliomar Silas Cavaline observa-se que o aviso de recebimento referente ao Ofício de Contraditório nº 1030/2020-OCN-DP[3], que foi enviado a endereço residencial, foi recebido por Heloisa C. Gonçalves. Da mesma forma, não há no procedimento indicação de parentesco ou outra relação entre eles nos autos.

Quanto à Marcos Roberto Santos constata-se que a situação é a mesma, o aviso de recebimento referente ao Ofício de Contraditório nº 1030/2020-OCN-DP[4] foi assinado por Márcia S. Carneiro e não há no procedimento indicação de parentesco ou outra relação entre eles nos autos.

Assim, a citação por edital será medida adequada à garantia de comunicação processual em relação a estes interessados. No entanto, há necessidade de diligências antes de se adotar tal providência. Primeiramente, cabe investigar a validade das citações recebidas, diante da possível existência de relação entre as pessoas a quem eram direcionadas as comunicações e quem efetivamente as recebeu, informações que podem ser detidas pela SANEPAR, onde exerciam suas funções. Além disso, observa-se que os ofícios foram encaminhados a apenas um endereço em relação a cada um dos interessados, sendo necessário esgotar os meios disponíveis de localização dos interessados antes de proceder à citação por edital.

Por fim, com relação à Thiago Valgas Martins observo que a citação foi perfectibilizada com a correspondência enviada. Embora tenha sido recebida por terceira pessoa, as suas razões de contraditório foram apresentadas no processo, por meio da petição nº 323554/22[5], pelo que se conclui inexistir vício no ato de comunicação e, caso houvesse, seu comparecimento o supriria, por força do artigo do 239, § 1º, do CPC[6], aplicável aos processos em trâmite nesta Corte por força do artigo 60 da Lei Orgânica do TCE-PR[7], não sendo necessária nova diligência em relação a este interessado.

Diante do exposto, determino à remessa dos autos à Diretoria de Protocolo para:

1. Oficiar à SANEPAR, para que, no prazo de 15 dias, apresente informações constantes nos seus bancos de dados de recursos humanos acerca da existência de relação de parentesco ou coabitação entre as seguintes pessoas:
a) Juarez Antonio Wollz e Vera Ribeiro Wollz;
b) Siliomar Silas Cavaline e Heloisa C. Gonçalves;
c) Marcos Roberto Santos e Márcia S. Carneiro.
2. Promova pesquisa de outros endereços nas bases de dados conveniadas desta Corte e, em caso de sucesso, promova nova tentativa de citação dos interessados Juarez Antonio Wollz, Siliomar Silas Cavaline e Marcos Roberto Santos.
3. Caso, emitidos novos atos de comunicação, promova o respectivo acompanhamento do prazo.

Após, retornem[8].

Gabinete, em 31 de março de 2023.

Documento assinado digitalmente

AUGUSTINHO ZUCCHI

Conselheiro Relator

_____

__1__. Peça 226.
__2__. Peça nº 64.
__3__. Peça nº 71.
__4__. Peça nº 137.
__5__. Peças nº 82 e 83.
__6__. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução.
__7__. Art. 60. Aplica-se, no que couber, o Código de Processo Civil, nas disposições sobre comunicação dos atos processuais.
__8__. Tratando-se de despacho de mero expediente é dispensa da publicação, por força do Art. 18 do RE-TCE-PR.

PROCESSO N º:-218282/23
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL
INTERESSADO:-AROLDO RIBAS DE BONFIM, MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-119/23

Tratam os presentes autos de Representação formulada pelo Sr. Aroldo Ribas de Bonfim, Vereador da Câmara Municipal de Rio Branco do Sul, com pedido cautelar, em razão de supostas irregularidades que estariam ocorrendo no Município de Rio Branco do Sul.

O representante informa que buscou o Poder Executivo municipal para obtenção de informações sobre os ocupantes de cargos em comissão e o grau de parentesco desses com outros agentes públicos e políticos daquela municipalidade, porém não obteve resposta satisfatória.

Além disso, indica as seguintes supostas irregularidades:

(i) "A resposta evasiva do Secretário Municipal de Administração PAULO HENRIQUE DE ATAÍDE se justifica pelo fato do Secretário ser cunhado do Vereador Edison Luiz Bittencourt Vaz Júnior, o Secretário também é cunhado de Karla Luize Vaz Rodrigues, irmã do vereador, que recebe uma generosa gratificação. O "companheiro" do vereador o Sr. Rafael Barboza Bitencourt, que também tem cargo comissionado na Prefeitura, é concunhado do Secretário.";

(ii) "Diversas outras situações de nepotismo são verificadas, como por exemplo: A Sra. Elis Daiane Nascimento Nalifico é esposa do Vereador Cleverson Dica Nalifico; A Sra. Paula Karolina Knoll é esposa do Vereador Danilo Felipe Rausis Pedroso; O Sr. Ramon Elias Cruz é irmão do Vereador Miguel Elias Cruz; O Sr. Evandro Fontoura Machado é irmão do Vereador Eleandro Fontoura Machado. Além de outros cargos para parentes mais distantes e apoiadores políticos. Também, o Diretor Financeiro da Câmara, Sr. Marcelo Lazarine tem sua esposa Ana Paula Puka, como funcionária em cargo de confiança da Prefeita Karime Fayad.";

(iii) A maior parte dos cargos distribuídos pela Prefeita Karime Fayad são ocupados por pessoas sem qualificação que além de receber o salário denominado "COMISSÃO" recebem também "GRATIFICAÇÃO".;

(iv) É o caso de RAFAEL BARBOZA BITENCOURT, o 'companheiro' do Vereador Edison e concunhado do Secretário Paulo Henrique, que apesar de pouco assíduo ao trabalho, recebe salário de mais de R$ 4.000,00. Na foto em anexo vemos o Vereador Edson, a Prefeita Karime e o funcionário Rafael.;

(v) Alguns dos parentes de Vereadores que recebem "COMISSÃO" e recebem "GRATIFICAÇÃO", recebem também um "ADIANTAMENTO" mensalmente.;

(vi) Após recebermos denúncias de comerciantes que forneceram Notas Fiscais em nome da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, tentamos verificar as prestações de contas dos adiantamentos, porém, até agora não recebemos nenhuma resposta da Prefeitura Municipal.;

(vii) Os referidos funcionários, tem sido beneficiados também com diárias, conforme a Lei nº 1.341/2022 de 04/11/22, as despesas com ALIMENTAÇÃO, LOCOMOÇÃO URBANA, TRANSFER e HOSPEDAGEM são concedidas através de um procedimento diferente do "ADIANTAMENTO".;
(viii) Essas diárias tem sido pagas sem justificativas plausíveis e até a própria PREFEITA KARIME FAYAD que é Vice-Presidente Estadual do PSB, recebeu diárias no valor de R$ 3.270,00 (Duas diária completas e uma sem "transfer"), para em companhia do Presidente Estadual do PSB, Luciano Ducci, visitar no dia 07/02/2023 o Presidente Nacional do PSB, Carlos Siqueira, em Brasília. Além desta viagem esse ano já foram feitas mais duas viagens a Brasília, uma com diária de R$ 3.570,00 (recebendo "transfer" no dia que não era nem de chegada e nem de partida) e na outra viagem R$ 3.860,00 (um valor injustificável).;
(ix) É o caso por exemplo de ANDREIA SOUZA DA SILVA JAKOPITSCH, que mesmo recebendo todos esses Recursos Públicos, tem todas as suas prestações de contas ocultadas pelo Poder Executivo Municipal.
Ao final de seu documento, requer, além de outras questões, a concessão de medida cautelar para encaminhamento de "(...) cópias das prestações de contas para a Câmara Municipal de Rio Branco do Sul;".
Especificamente quanto a medida cautelar requerida, entendo que não houve a demonstração dos requisitos para concessão da tutela de urgência, principalmente no que concerne ao perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, haja vista que os repasses a título de adiantamento já foram realizados.
Isso não quer dizer que os documentos não devem ser apresentados ao poder legislativo municipal e/ou que a detecção futura de irregularidades não permita a adoção das medidas legais previstas, inclusive com instauração de Tomada de Contas Extraordinária. Por essa razão, nego a medida de urgência requerida.
Quanto aos demais itens, considerando os fatos narrados e a autoria da petição (representante do Poder Legislativo Municipal), recebo a presente Representação para verificação das supostas irregularidades indicadas na peça exordial, as quais, se comprovadas, podem configurar nepotismo, falhas no site da transparência municipal, pagamentos irregulares, ausência de prestação de contas de recursos repassados a título de adiantamento e recebimento indevido de diárias para realização em atividades privadas.
Diante o exposto, nos termos do art. 277 do Regimento Interno, recebo a presente Representação e solicito o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo (DP) para que:
(i) Inclua a Sra. Karime Fayad, Prefeita do Município de Rio Branco do Sul no rol de partes dos presentes autos;
(ii) Inclua o Sr. Aldo Edson Portes de Franca, Controlador Interno do Município de Rio Branco do Sul no rol de partes dos presentes autos;
(iii) Realize a citação do Município de Rio Branco do Sul, na pessoa de sua Prefeita Municipal, Sra. Karime Fayad, para que apresente contraditório, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre os fatos supostamente irregulares citados na petição inicial e neste Despacho;
(iv) Realize a citação do Controlador Interno Municipal, Sr. Aldo Edson Portes de Franca[1], para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique se houve ou há atuação do controle interno sobre os fatos supostamente irregulares citados na petição inicial e neste Despacho.
Decorrido o prazo estabelecido para as manifestações, os autos devem prosseguir para análise da Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) e, posteriormente, ao Ministério Público de Contas (MPTC) para emissão de Parecer.
Por fim, cumprido os trâmites estabelecidos, retornem os autos ao Gabinete deste Relator.
Publique-se.
Gabinete, em 3 de abril de 2023.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
1. *Art. 6° Os responsáveis pelo controle interno, ou na falta destes, os dirigentes dos órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão imediato conhecimento ao Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária.*

PROCESSO N °:-392290/20
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO
INTERESSADO:-JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-CAIO ALEXANDRO LOPES KAIEL
DESPACHO:-123/23
Vistos e examinados.
Na peça 104 JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, pleiteia a prorrogação do prazo para manifestação, tendo em vista a necessidade da busca de novas informações perante a administração, o que ainda não foi concluído.
Verifico que o pedido de prorrogação de prazo foi efetuado dentro do prazo concedido para a resposta, conforme Informação nº 2068/23 – DP (peça 105).
Desta forma, defiro a dilação do prazo para manifestação por mais 15 (quinze) dias.
Encaminhem os autos à Diretoria de Protocolo para comunicação ao interessado e controle do prazo.
Gabinete, em 4 de abril de 2023.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

Auditor SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA

Sem publicações

Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO

PROCESSO N.º:-150919/22
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO, SANDRA PIANCA
PROCURADOR:-ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DAIANE MARIA BISSANI, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MICHELE CORREA, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, WELLINGTON NEVES SALMAZO
DESPACHO N.º:-77/23
A Coordenadoria de Gestão Estadual, mediante Informação n.º 38/23 (peça 16), noticia que, após expirado o prazo do sobrestamento determinado por meio do Despacho n.º 77/22-GATBC (peça 13), o processo no qual é tratada a INATIVAÇÃO da interessada (autos n.º 90111/22) permanece pendente de decisão final, motivo pelo qual sugere novo sobrestamento do presente feito até que aquela matéria seja decidida.
2. Considerando a proposta formulada, com fundamento no disposto no artigo 427 do Regimento Interno[1], determino o sobrestamento dos presentes autos pelo prazo máximo de 1 (um) ano, até a decisão definitiva na inativação n.º 90111/22.
3. Depois da comunicação em sessão prevista no referido artigo 427, remetam-se os autos à Secretaria da Segunda Câmara para certificação e, em seguida, à Coordenadoria de Gestão Estadual, onde deverão permanecer durante o período de sobrestamento.
4. Publique-se.
Curitiba, 30 de março de 2023.
Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Relator
BTP

_____
1. *Art. 427. No caso de a decisão de mérito depender da verificação de determinado fato que seja objeto de julgamento de outro processo, poderá o Relator, mediante decisão interlocutória, de ofício ou por provocação, determinar o sobrestamento, até decisão desse, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, devendo comunicar essa decisão no órgão colegiado competente para o julgamento da causa, nos termos deste Regimento.*

PROCESSO N.º:-391994/19
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
INTERESSADO:-ANIBAL SERGIO CORREA PEDOTTI, CÂMARA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO, EDIMAR GOMES FILHO, HELVECIO ALVES BADARO, RAFAEL ALCANTARA HANNOUCHE
DESPACHO N.º:-78/23
A Câmara Municipal de Cornélio Procópio, representada pelo senhor Rafael Alcantara Hannouche, por intermédio da petição n.º 207558/23 (peças 168-170), em atenção ao Despacho n.º 54/23-GATBC (peça 165), acosta ato de cancelamento da inativação do servidor Anibal Sergio Correa Pedotti.
2. Recebo a documentação.
3. Em que pese a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções já tenha considerado integralmente cumprida a determinação do item "II.b" do Acórdão n.º 3465/20-Primeira Câmara, uma vez apresentado novo documento, retornem os autos à referida unidade. Após, remetam-se ao Ministério Público de Contas, para manifestação.
4. Publique-se.
Curitiba, 31 de março de 2023.
Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Relator
FMV

Auditor CLAUDIO AUGUSTO KANIA

PROCESSO Nº-207473/22
ENTIDADE:-FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE NOVA AURORA
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
RESPONSÁVEL:-SAMUEL OZÓRIO BUENO
DESPACHO 150/23
Considerando as manifestações uniformes da Coordenadoria de Gestão Municipal e do representante do Ministério Público, determino o encerramento do processo, haja vista o contido no art. 398 do Regimento Interno[1].
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as providências cabíveis, nos termos do art. 168, inciso VII, do Regimento Interno[2].

Publique-se.
Curitiba, 31 de março de 2023.
Auditor CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Relator

_____

__1__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 2º O relator poderá determinar o encerramento do processo, em sede de juízo de admissibilidade, nas hipóteses previstas regimentalmente. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 3º Nos demais casos o encerramento de processo dependerá de decisão colegiada. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 4º Os processos julgados regulares com ressalvas, ou contendo determinações e recomendações, após as devidas anotações e cumprimento das eventuais comunicações, serão encerrados, mediante despacho do Relator. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
__2__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
(...)
VII – arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

PROCESSO Nº-161952/07
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAL
RESPONSÁVEL:-VALENTIM ZANELLO MILLEO
PROCURADORES:-LUIZ FERNANDO OBLADEN PUJOL, RICARDO DE FREITAS VASCO, VALQUIRIA DE LOURDES SANTOS
DESPACHO 163/23

Nos termos da petição intermediária nº 235.926/23 (peças processuais nº 236 e nº 237), o Sr. Ricardo de Freitas Vasco (OAB/PR nº 37.377) juntou substabelecimento, sem reservas, dos poderes outorgados pelo Sr. Valentim Zanello Milleo, ao Sr. Luiz Fernando Obladen Pujol (OAB/PR nº 68.526).
Ocorre que, um dia antes (petição intermediária nº 230.975/23 — peça processual nº 233), o Sr. Luiz Fernando Obladen Pujol havia apresentado renúncia do mandato que lhe foi outorgado pelo Sr. Valentim Zanello Milleo.
Diante disso, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo, a fim de que promova a exclusão do nome do Sr. Ricardo de Freitas Vasco (OAB/PR nº 37.377) do rol de procuradores do Sr. Valentim Zanello Milleo, bem como, ato contínuo, proceda à intimação eletrônica do Sr. Luiz Fernando Obladen Pujol (OAB/PR nº 68.526), a fim de que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, sobre seu desejo de renúncia de mandato, diante da contemporaneidade dos documentos apresentados.
Caso o Sr. Luiz Fernando Obladen Pujol (OAB/PR nº 68.526) confirme a intenção indicada na petição de peça processual nº 233, a Diretoria de Protocolo estará automaticamente autorizada a excluir seu nome do rol de procuradores do Sr. Valentim Zanello Milleo.
Após o controle de prazo, sigam à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, a fim de que, considerando que a inscrição do Sr. Valentim Zanello Milleo em dívida ativa ocorreu ainda em maio de 2021, informe a atual situação da execução, notadamente em face do Tema nº 642[1], julgado pelo Supremo Tribunal Federal com repercussão geral.
Após, retornem-me.
Publique-se.
Curitiba, 04 de abril de 2023.
Auditor CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Relator

_____

__1__. Tese fixada: "O Município prejudicado é o legitimado para a execução do crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal".

PROCESSO Nº-756619/21
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
INTERESSADOS:-ADMARI SCHUHLI PRIMO, ADRIELE MARTINS, ADRIELLE CAROLINE KRINSKI, ALICE RIPKA KASIOROWSKI, ALINE HARTMANN, ALINE SIGNORI CHICANOSKI, ANDREIA BARBIERI, ANDREIA PRZYBYSEWSKI, ANDRESSA DA SILVEIRA FERRANDO, ANELISE DOS SANTOS, ANGELIS TERESINHA RUTCOSKI BACH, APARECIDO JOSE CARDOSO, CAROLINE APARECIDA MACHADO LEVANDOSKI, CLAUDIA NOVAKI BOCHENIKI CHEROBIM, DANIELI COELHO DOS SANTOS, DANIELLE GOMES DA SILVA, DEJANIRA DE LIMA, DILSSANDRO MIGUEL GADONSKI, EDER MARCIANO LINDEBECK, EDNILSON JOSE DOS SANTOS, ELEANER VANUZA MOL DE OLIVEIRA, ELISANDREA RUPPEL CALLACA, ELISANGELA RUPPEL, ELISIANE DE PAULA STAFIN, ELISSON AUGUSTO HORST, ELIZANGELA COVALSKI, ELUANA STELE, ERIKA LAIS GONCALVES, FABIELE CATHARINA RUPPEL, FRANCIELE CRISTINE FRANCO BARAUSSE, FRANCYELLE CAMILE MEHL SOARES, GELSON BORDINHAO MONEGATI, GISLAINE DE PAULA ANTUNES VIDAL, GRASIELE KAPP EWERT, INELI SCHON, ISABELA VIANTE, JACIARA ARAUJO VIEIRA, JANAINA ZACLIS RIBEIRO, JAQUELINE TOCZEK, JENIFER LORENA RIFFERT, JESSICA PEREIRA EHALT, JOSE FRANCISCO DA SILVA BURAK, JOSE ROBERTO CALACA JUNIOR, JOSIANE SAVACINI CLAUS FERNANDES DOS SANTOS, JOSIELI APARECIDA MARTINS, LEINA KARLA FERNANDES, LISANGELA TURRA, MARCIA MARIA KUHN, MARIA DILVANE GADONSKI WROBEL, MARIA JOSE SCEPANSKI, MARIANGELIS RUPEL, MARINEUSI CALDAS BORDIGNON, MUNICÍPIO DE PALMEIRA, NADIA DO ROCIO LIMA DE PAULA FREITAS, NEYLA SABRINA BACH, RAQUEL GONCALVES DE OLIVEIRA, RENATA TURMINA, RENI DE OLIVEIRA, ROSILENE ZALESKI, ROSINEI DE FATIMA DOS SANTOS BACH, SERGIO LUIS BELICH, SOELI TRZECIOK, SOLANGE COVALSKI PADILHA, SUZANA KOVALSKI, TANIA APARECIDA GALAN, TATIANE ROSCOSZ, THIAGO APARECIDO DOMINGOS, THIAGO HENRIQUE RIGONI DE PONTES, VALERIA DOS SANTOS FERREIRA, VANACIR ANTUNES COSTA, VIVIANE ANDRADE GRAEFF, VIVIANE DE PAULA FERREIRA, ZENILDA CANDEO
DESPACHO 165/23

Considerando o disposto no art. 1º, inciso VIII[1], da Instrução de Serviço nº 032/2012[2] c/c o art. 1º da Instrução de Serviço nº 053/13[3] e considerando as manifestações uniformes da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão e do representante do Ministério Público, determino o encerramento do processo, haja vista o contido no art. 398 do Regimento Interno[4].
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as providências cabíveis, nos termos do art. 168, inciso VII, do Regimento Interno[5].
Publique-se.
Curitiba, 5 de abril de 2023.
Luciano Dinis de Souza
Auditor de Controle Externo

_____

__1__. Art. 1º - Ficam delegados aos servidores deste Gabinete, ACE JERUSA HELENA PIAZ KLOCK, matrícula nº 51.281-8, e ACE MARCELO DA SILVA BENTO, matrícula nº 50.719-9, os despachos de mero expediente, sem caráter decisório, em processos que me foram distribuídos, nas seguintes hipóteses:
(...)
VIII- autorização e determinação de encerramento e arquivamento de processos, acolhendo pareceres uniformes da unidade técnica e do representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
__2__. Publicada no periódico 'Atos Oficiais Eletrônicos' nº 333 de 20/01/2012, fls. 139 e 140.
__3__. Art. 1º O caput do art. 1º, da Instrução de Serviço nº 50/2013, publicada no periódico "Diário Eletrônico do Tribunal de Contas" nº 603, de 21/03/2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 1º Ficam delegados aos servidores deste Gabinete, EDGAR ANTONIO DOS SANTOS, Analista de Controle, matrícula nº 51.250-8, LUCIANO DINIS DE SOUZA, Analista de Controle, matrícula nº 51.738-0, MARCELO DA SILVA BENTO, Analista de Controle, matrícula nº 50.719-9, e PAULA FONSECA CAMERA, Analista de Controle, matrícula nº 51.702-0, os despachos de mero expediente, sem caráter decisório, em processos que me foram distribuídos, nas seguintes hipóteses:"
__4__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 2º O relator poderá determinar o encerramento do processo, em sede de juízo de admissibilidade, nas hipóteses previstas regimentalmente. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 3º Nos demais casos o encerramento de processo dependerá de decisão colegiada. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 4º Os processos julgados regulares com ressalvas, ou contendo determinações e recomendações, após as devidas anotações e cumprimento das eventuais comunicações, serão encerrados, mediante despacho do Relator. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
__5__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
(...)
VII – arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

Auditor TIAGO ALVAREZ PEDROSO

Sem publicações

Auditor LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

Sem publicações

Auditora MURYEL HEY

Sem publicações

Auditor JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO

Sem publicações

TCEPR
CORREGEDORIA GERAL

Sem publicações

Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar

Sem publicações

TCEPR
OUVIDORIA DE CONTAS

Sem publicações

TCEPR
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Sem publicações

TCEPR
ATOS DIVERSOS

Resenhas de Distribuição

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº 2057/23
Processo nº: 235466/23
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 11:40:00
Assunto: PROJETO DE RESOLUÇÃO
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Exercício:
Modalidade de distribuição: designação conforme Ofício 21/2023 - Gabinete da Presidência
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:
DP, em 05/04/2023
PAULO SÉRGIO MOURA SANTOS - Diretor
Matr. 51.560-4

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO Nº 931/23
Processo nº: 48623/23
Data e hora da redistribuição: 05/04/2023 15:43:00
Assunto: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Entidade: FUNDO ESPECIAL DO CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANA
Interessado: FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Exercício: 2023
Modalidade de redistribuição: sorteio, nos termos do art. 334, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:
Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, conforme Despacho Processual Diverso 363/2023 do(a) Gabinete Conselheiro Fábio de Souza Camargo - art. 79 do regimento interno.
DP, em 05/04/2023
Paulo Sérgio Moura Santos - Diretor
Matr. 51.560-4

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO Nº 932/23
Processo nº: 398942/01
Data e hora da redistribuição: 05/04/2023 16:46:00
Assunto: RECURSO DE REVISTA
Entidade: MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL
Interessado: MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL
Exercício:
Modalidade de redistribuição: redistribuição conforme disposto no art. 338-A, inciso III, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:
DP, em 05/04/2023
Paulo Sérgio Moura Santos - Diretor
Matr. 51.560-4

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO Nº 933/23
Processo nº: 16863/21
Data e hora da redistribuição: 05/04/2023 16:47:00
Assunto: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
Entidade: MUNICÍPIO DE IBAITI
Interessado: ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO
Exercício:
Modalidade de redistribuição: redistribuição conforme disposto no art. 338-A, inciso III, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:
DP, em 05/04/2023
Paulo Sérgio Moura Santos - Diretor
Matr. 51.560-4

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO Nº 934/23
Processo nº: 628742/21
Data e hora da redistribuição: 05/04/2023 16:47:00
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
Interessado: ALCINEU GRUBER, FATIMA LUZIA MENDES, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA
Exercício:
Modalidade de redistribuição: redistribuição conforme disposto no art. 338-A, inciso III, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:
DP, em 05/04/2023
Paulo Sérgio Moura Santos - Diretor
Matr. 51.560-4

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO Nº 935/23
Processo nº: 638210/11
Data e hora da redistribuição: 05/04/2023 16:47:00
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
Entidade: MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
Interessado: LIRANI MARIA FRANCO
Exercício: 2011
Modalidade de redistribuição: redistribuição conforme disposto no art. 338-A, inciso III, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:
DP, em 05/04/2023
Paulo Sérgio Moura Santos - Diretor
Matr. 51.560-4

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO Nº 936/23
Processo nº: 308836/17
Data e hora da redistribuição: 05/04/2023 16:48:00
Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
Entidade: CONSORCIO PUBLICO DOS MUNICIPIOS DO PROCAXIAS DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES
Interessado: ADROALDO HOFFELDER, CLAUDIOMIRO QUADRI, CONSORCIO PUBLICO DOS MUNICIPIOS DO PROCAXIAS DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES
Exercício: 2016
Modalidade de redistribuição: redistribuição conforme disposto no art. 338-A, inciso III, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:
DP, em 05/04/2023
Paulo Sérgio Moura Santos - Diretor
Matr. 51.560-4

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO Nº 937/23
Processo nº: 227188/13
Data e hora da redistribuição: 05/04/2023 16:48:00
Assunto: RELATÓRIO DE AUDITORIA
Entidade: ASSOC REG DAS CASAS FAMILIARES RURAIS DO SUL DO BRASIL
Interessado: JOSÉ MILANI FILHO
Exercício: 2010
Modalidade de redistribuição: redistribuição conforme disposto no art. 338-A, inciso III, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:
DP, em 05/04/2023
Paulo Sérgio Moura Santos - Diretor
Matr. 51.560-4

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO Nº 938/23
Processo nº: 151079/22
Data e hora da redistribuição: 05/04/2023 16:54:00
Assunto: PEDIDO DE RESCISÃO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, SÉRGIO RIBEIRO
Exercício:
Modalidade de redistribuição: sorteio conforme Despacho Processual Diverso 341/2023 - Gabinete Conselheiro Fábio de Souza Camargo.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:
Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, conforme Despacho Processual Diverso 341/2023 do(a) Gabinete Conselheiro Fábio de Souza Camargo - por suspeição.
Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, conforme Portaria 273/2006 do(a) Gabinete da Presidência - por relatar processo original ou recurso do mesmo.
Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, conforme Portaria 273/2006 do(a) Gabinete da Presidência - por relatar processo original ou recurso do mesmo.
Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, conforme Portaria 273/2006 do(a) Gabinete da Presidência - por relatar processo original ou recurso do mesmo.
Conselheiro Vice-Presidente IVENS ZSCHOERPER LINHARES, conforme Portaria 273/2006 do(a) Gabinete da Presidência - por relatar processo original ou recurso do mesmo.
DP, em 05/04/2023
Paulo Sérgio Moura Santos - Diretor
Matr. 51.560-4

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO Nº 939/23
Processo nº: 646230/11
Data e hora da redistribuição: 05/04/2023 17:07:00
Assunto: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Interessado: IVAN RODRIGUES
Exercício:
Modalidade de redistribuição: redistribuição por vacância, conforme disposto no art. 342, § 2º, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:
Conselheiro Presidente FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, conforme Despacho Processual Diverso 188/2016 do(a) Gabinete Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães - por declaração do relator.
DP, em 05/04/2023
Paulo Sérgio Moura Santos - Diretor
Matr. 51.560-4

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO Nº 940/23
Processo nº: 693212/14
Data e hora da redistribuição: 05/04/2023 17:12:00
Assunto: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
Interessado: JORGE TAKASUMI
Exercício: 2007
Modalidade de redistribuição: redistribuição por vacância, conforme disposto no art. 342, § 2º, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:
DP, em 05/04/2023
Paulo Sérgio Moura Santos - Diretor
Matr. 51.560-4

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO Nº 941/23
Processo nº: 244247/11
Data e hora da redistribuição: 05/04/2023 17:12:00
Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA
Entidade: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE NEGRITUDE E AÇÃO POPULAR DE CURITIBA
Interessado: JAIME TADEU DA SILVA
Exercício: 2010
Modalidade de redistribuição: redistribuição por vacância, conforme disposto no art. 342, § 2º, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:
DP, em 05/04/2023
Paulo Sérgio Moura Santos - Diretor
Matr. 51.560-4

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO Nº 942/23
Processo nº: 598079/17
Data e hora da redistribuição: 05/04/2023 17:16:00
Assunto: RECURSO DE REVISTA
Entidade: MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL
Interessado: VALENTIM ZANELLO MILLEO
Exercício:
Modalidade de redistribuição: redistribuição por vacância, conforme disposto no art. 342, § 2º, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:
DP, em 05/04/2023
Paulo Sérgio Moura Santos - Diretor
Matr. 51.560-4

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO Nº 943/23
Processo nº: 780494/19
Data e hora da redistribuição: 05/04/2023 17:20:00
Assunto: RECURSO DE REVISTA
Entidade: MUNICÍPIO DE SANTA INÊS
Interessado: BRUNO VIEIRA LUVISOTTO
Exercício:
Modalidade de redistribuição: redistribuição por vacância, conforme disposto no art. 342, § 2º, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:
DP, em 05/04/2023
Paulo Sérgio Moura Santos - Diretor
Matr. 51.560-4

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO Nº 944/23
Processo nº: 251316/11
Data e hora da redistribuição: 05/04/2023 17:20:00
Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA
Entidade: INSTITUTO CONFIANCCE
Interessado: CLARICE LOURENCO THERIBA
Exercício: 2010
Modalidade de redistribuição: redistribuição por vacância, conforme disposto no art. 342, § 2º, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:
DP, em 05/04/2023
Paulo Sérgio Moura Santos - Diretor
Matr. 51.560-4

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2044/2023
Processo Nº: 227285/23
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 08:44:21
Assunto: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2045/2023
Processo Nº: 179264/23
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 08:52:56
Assunto: HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
Interessado: SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
Exercício:
Modalidade de distribuição: Competência originária, conforme art. 333, § 7º do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Presidente FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2046/2023
Processo Nº: 227269/23
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 09:35:50
Assunto: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Entidade: FUNDO ESPECIAL DO CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANA
Interessado: FUNDO ESPECIAL DO CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2047/2023
Processo Nº: 237090/23
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 10:05:34
Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE WENCESLAU BRAZ
Interessado: JOSEMAR FURINI
Exercício: 2022
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2048/2023
Processo Nº: 349650/18
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 10:43:54
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA
Interessado: EDIR HAVRECHAKI, JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA, LUIZ CARLOS DE CARVALHO, REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA, SIMONE FOLLADOR, TACILA PIRES, TANIA MARA TRINDADE
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2049/2023
Processo Nº: 303815/20
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 10:50:29
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE IBIPORÃ
Interessado: ADELAINE CORRÊA PAVAN, ANA CRISTINA BALBINO, ANA CRISTINA DE OLIVEIRA, ANA PAULA JACINTO, ANDRE ANTONIO ZAMBALDI, ARIANE CAROLINE ZANUTO, CLAUDIR CESAR DOS SANTOS, CLEVERSON PAVANELI, CRISTIANE SUEMI SHIMODA, DANIELE ALINE BALESTRE E OUTROS.

Exercício: 2017
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 583993/17, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2050/2023
Processo Nº: 610815/20
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 10:57:44
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DA AMUSEP-PROAMUSEP
Interessado: CLAUDERVANDO BATISTA DE ARAUJO, CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DA AMUSEP- PROAMUSEP, EDILEN HENRIQUE XAVIER, FABRICIO PEREIRA DO AMARAL, MARCONDES ARAUJO DA COSTA, ROGERIO APARECIDO BERNARDO, VANDERLEY ALVES BELEM
Exercício: 2015
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 884636/18, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2051/2023
Processo Nº: 237643/23
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 11:01:24
Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
Entidade: INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: CESAR ANTONIO TUOTO SILVEIRA MELLO, ROGERIO MOLETTA NASCIMENTO
Exercício: 2022
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2052/2023
Processo Nº: 827870/18
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 11:04:30
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
Interessado: ANDREIA DE FREITAS ZOMPERO, LOURDES MARIA WERLE DE ALMEIDA, MARTA REGINA GIMENEZ FAVARO, RICARDO DANIL GUIRALDO, SAMANTHA GONÇALVES MANCINI RAMOS, SERGIO CARLOS DE CARVALHO, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
Exercício: 2013
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 832830/15, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Auditor SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2053/2023
Processo Nº: 637446/19
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 11:11:21
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA
Interessado: ACYR PONGO, ADRIANO DE JESUS GONCALVES, ANDRE SLOTA, ANDREIA GOMES DA SILVA, ANGELICA APARECIDA DA CRUZ, ANTONIO IRENO DE SOUZA, ARY DE OLIVEIRA MATTOS, CLODOALDO ANDRADE DE LIMA, DARCI TEIXEIRA DOS SANTOS, DELSO FERREIRA GODINHO E OUTROS.
Exercício: 2018
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 703666/18, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Auditor CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2054/2023
Processo Nº: 733310/22
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 11:18:14
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Interessado: ADRIANA ANDREA GUERLING DA CRUZ, ADRIANA APARECIDA DE ALMEIDA MENDES, ADRIANA DE FATIMA CAMPOS, ADRIANA GOMES DA SILVA, ADRIANA LEMES MACHADO, ADRIANE DA APARECIDA CARDOSO, ADRIANE DOMINGUES, ADRIANO DE ALMEIDA STUNDER DOS SANTOS, ADRIELE MARQUES DE PAULA, AILA MARIA BEZERRA DA SILVA DE FREITAS E OUTROS.
Exercício: 2019
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 11600/19, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2055/2023
Processo Nº: 224796/19
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 11:32:01
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL
Interessado: EDSON DE OLIVEIRA, MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL, NILSON ANTONIO FEVERSANI, ROSELENE IZABEL DE CAMPOS
Exercício: 2017
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 906903/17, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2056/2023
Processo Nº: 745709/18
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 11:39:51
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
Interessado: ADEMIR MENIN, ALCIDES TONHATO JUNIOR, ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER, ALEXANDRE SCHEIFELE, ALINE MOTTER SCHMITZ, ALINE ROBERTA DE PAULI, ANA CAROLINA BECKER NISIIDE, ANA MARIA MARQUES PALAGI, ANDRE DE CASEMIRO E ALMEIDA FILHO, ANDREA MONASTIER COSTA E OUTROS.
Exercício: 2017
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 245389/17, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Auditor CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2058/2023
Processo Nº: 489700/21
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 11:47:17
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Interessado: ADAN CAMARGO SANTOS, ADAO DA LUZ, ADELAIDE NAHORNY FILISBINO, ADIMA MACHADO SPERANDIO CORDEIRO, ADINEIA DE FATIMA SOARES GRISOSKI, ADRIANA ANDREA GUERLING DA CRUZ, ADRIANA APARECIDA DE ALMEIDA MENDES, ADRIANA DE FRANCA FERREIRA, ADRIANA GOMES DA SILVA, ADRIANE DE MIRANDA E OUTROS.
Exercício: 2019
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 11600/19, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2059/2023
Processo Nº: 770573/21
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 11:56:37
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE UMUARAMA
Interessado: ADEILDO DOS SANTOS BEZERRA, ADELSON VIEIRA, ADNA DE OLIVEIRA GOUVEIA, ADRIANA DOS ANJOS OLIVEIRA LIMA, ADRIANA MUNHOZ, ADRIANA SOARES FERREIRA SIMAO, ADRIELE FILINTRO DOS SANTOS, ADRIELLI ALVES SILVEIRA, AGNALDO JORGE MARTINS, AGNALDO PEREIRA BRAVO E OUTROS.
Exercício: 2019
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 640811/19, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2060/2023
Processo Nº: 238372/23
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 12:00:58
Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
Entidade: COMPANHIA PONTAGROSSENSE DE SERVICOS - CPS
Interessado: EDUARDO MARQUES
Exercício: 2022
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2061/2023
Processo Nº: 220557/21
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 12:03:39
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE UMUARAMA
Interessado: ADEILDO DOS SANTOS BEZERRA, ADELSON VIEIRA, ADRIANA DOS ANJOS OLIVEIRA LIMA, ADRIANA SOARES FERREIRA SIMAO, ADRIELE FILINTRO DOS SANTOS, AGNALDO JORGE MARTINS, AGNALDO PEREIRA BRAVO, AGUINA ESCARDILLE YOSHITANI, AINNE CARDOSO SIQUEIRA, ALESSANDRA MIRANDOLA DE OLIVEIRA E OUTROS.
Exercício: 2019
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 640811/19, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2062/2023
Processo Nº: 198508/23
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 12:07:16
Assunto: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Entidade: INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA
Interessado: BENTO BATISTA DA SILVA, CRYS ANGELICA RIBEIRO DE CARVALHO, INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA, LEILA MIOTTO AMADEI, MUNICIPIO DE JURANDA
Exercício:
Modalidade de distribuição: distribuído a(o) relator(a) do processo originário conforme Art. 477, § 2º, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2063/2023
Processo Nº: 594198/21
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 12:21:22
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE UMUARAMA

Interessado: ADA HAVILA GONCALVES GELLI, ALDREY BREZINA, ALINE DOS SANTOS GALBIATTI DROHSON, ALVARO MATHEUS DE OLIVEIRA MATOS, ANA CAROLINE DOS SANTOS SILVA, ANA MARIA FERRARIN FERRARI, ANDRESSA SILVA, APARECIDO ALVES LOPES JUNIOR, BRUNA CAVALCANTE DE SOUZA, CAMILA PIERANGELI E OUTROS.
Exercício: 2019
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2064/2023
Processo Nº: 199865/23
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 12:23:51
Assunto: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Entidade: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE IBAITI
Interessado: ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE IBAITI, MARIA APARECIDA RIBEIRO, MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, ROBSON DA SILVA REIS
Exercício:
Modalidade de distribuição: distribuído a(o) relator(a) do processo originário conforme Art. 477, § 2º, do Regimento Interno.
Relator: Auditor LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2065/2023
Processo Nº: 330800/18
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 12:27:06
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
Interessado: EDSON FLAVIO HOFFMANN, FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, HELIA INEZ DE OLIVEIRA, JOSEMAR CESAR MIRANDA, MARLENE PEREIRA DOS SANTOS, ROZANA KENEAR
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2066/2023
Processo Nº: 237880/23
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 12:37:18
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
Entidade: MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ
Interessado: ANTONIO MORO & CIA LTDA, MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2067/2023
Processo Nº: 182865/23
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 14:06:33
Assunto: RECURSO DE REVISTA
Entidade: MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
Interessado: ANDERSON MACIEL FREIRE, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, FRANCISCO ROBSON VIDAL SAMPAIO, LUIZ CEZAR FURLAN, MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2068/2023
Processo Nº: 178434/23
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 14:35:38
Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA
Interessado: RENATO CANTON CHERNHAK, VOLMIR PEREIRA RAMOS
Exercício: 2022
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2069/2023
Processo Nº: 236892/23
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 15:10:22
Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
Entidade: INVEST PARANA
Interessado: JOSE EDUARDO BEKIN
Exercício: 2022
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2070/2023
Processo Nº: 207469/23
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 15:28:47
Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONGONHINHAS
Interessado: APARECIDO RENATO HONORIO
Exercício: 2022
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Auditor JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2071/2023
Processo Nº: 210311/23
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 15:58:37
Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
Entidade: INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Interessado: ALEXANDRE MATSCHINSKE
Exercício: 2022
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Auditor CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2072/2023
Processo Nº: 239646/23
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 16:59:08
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
Entidade: MUNICÍPIO DA LAPA
Interessado: DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA, MUNICÍPIO DA LAPA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2073/2023
Processo Nº: 240970/23
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 22:03:30
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
Entidade: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Interessado: KAPSCH TRAFFICCOM CONTROLE DE TRAFEGO E DE TRANSPORTES DO BRASIL LTDA.
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2074/2023
Processo Nº: 238933/23
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 22:03:42
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
Entidade: MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
Interessado: HELPER TECNOLOGIA DE SEGURANCA S/A
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2075/2023
Processo Nº: 237201/23
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 22:04:10
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
Entidade: MUNICÍPIO DE FAXINAL
Interessado: F MOSCONI SOLUÇÕES
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2076/2023
Processo Nº: 237651/23
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 22:08:59
Assunto: CONSULTA
Entidade: MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ
Interessado: ELISANGELA PEDROSO DE OLIVEIRA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2077/2023
Processo Nº: 236116/23
Data e hora da distribuição: 05/04/2023 22:18:08
Assunto: DENÚNCIA
Entidade: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
Interessado: ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2078/2023
Processo Nº: 241918/23
Data e hora da distribuição: 06/04/2023 11:02:54
Assunto: REVISÃO DE PENSÃO
Entidade: PARANAGUA PREVIDENCIA
Interessado: ADRIANA MAIA ALBINI, JOAO SOARES, MARINEIA FEITOSA DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Auditora MURYEL HEY
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2079/2023
Processo Nº: 242310/23
Data e hora da distribuição: 06/04/2023 11:56:54
Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
Interessado: LUCAS BRANCO DA SILVA, MARIA ANDRADE LEAL DOS SANTOS,

PEDRO MARTINS
Exercício: 2022
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2080/2023
Processo Nº: 242949/23
Data e hora da distribuição: 06/04/2023 14:54:58
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PINHÃO
Interessado: CLEUDECI DO ROCIO GROSKO, SOLANGE DE FATIMA DRUCHAK, VALDECIR BIASEBETTI
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Impedimentos:

Editais

Sem publicações

Despachos

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DE BENEFÍCIO Nº 16/23 - CAGE/GP
A Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (CAGE) encaminha a Vossa Excelência lista contendo os atos analisados eletronicamente pelo Sistema de Atos de Pessoal (SIAP) e considerados regulares para registro, com base nos arts. 16, inciso LIX, e 299-A, § 1º, ambos do Regimento Interno:
Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LIX - homologar o registro dos atos de admissão de pessoal, inativação e pensão, bem como os de revisão de proventos e de pensão, analisados por meio de sistema eletrônico de atos de pessoal e considerados regulares. (Redação dada pela Resolução nº 56/2016)
Art. 299-A. Os requerimentos estaduais e municipais de análise de admissão de pessoal, inativação, pensão e revisões de pensão e de proventos encaminhados por meio de sistema de atos de pessoal serão diretamente remetidos à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão, para análise eletrônica. (Redação dada pela Resolução n° 64/2018)
§ 1º Os atos analisados eletronicamente e considerados regulares serão distribuídos para o Presidente, para homologação nos termos do art. 16, LIX. (Incluído pela Resolução nº 50/2015)

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
455120/21	PENSÃO	AUTARQUIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	IVO KRUPCZAK	Portaria 94	21/06/2021
455244/21	PENSÃO	AUTARQUIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	LINCOLN INDIO DE AZEVEDO	Portaria 93	21/06/2021
262954/22	ATO DE INATIVAÇÃO	AUTARQUIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	MARLENE DAS GRACAS DA SILVA	Portaria 2716	01/03/2023
68400/22	ATO DE INATIVAÇÃO	AUTARQUIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	TEREZINHA ELIANE BARBOSA	Portaria 1220	02/02/2022
750920/21	ATO DE INATIVAÇÃO	AUTARQUIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	VERANI GIACOBBO PIANEZZOLA DA SILVA	Portaria 11820	09/11/2021
424896/21	ATO DE INATIVAÇÃO	CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI	JOAO DA MATA CLEMENTE	Portaria 56	07/05/2021
360022/21	ATO DE INATIVAÇÃO	CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI	MARIA SABINO DA CRUZ	Portaria 48	12/04/2021
587490/20	ATO DE INATIVAÇÃO	CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI	VIVIANE CORDEIRO KESSA DE ARAUJO	Portaria 38	16/07/2020
174943/23	ATO DE INATIVAÇÃO	COLOMBO PREVIDENCIA - PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE COLOMBO	DIONICE RIBEIRO STIER	Portaria 138	13/03/2023
175079/23	ATO DE INATIVAÇÃO	COLOMBO PREVIDENCIA - PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE COLOMBO	MARCIA TERESINHA DOS SANTOS	Portaria 140	13/03/2023
175001/23	ATO DE INATIVAÇÃO	COLOMBO PREVIDENCIA - PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE COLOMBO	MARIA DE LOURDES SOARES	Portaria 142	13/03/2023
189070/23	ATO DE INATIVAÇÃO	COLOMBO PREVIDENCIA - PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE COLOMBO	ROSELI MARIA SANTOS CORREA BOTELHO	Portaria 145	14/03/2023
189487/23	ATO DE INATIVAÇÃO	COLOMBO PREVIDENCIA - PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE COLOMBO	ROSIMAR GOMES DE SOUZA PAES	Portaria 146	13/03/2023
190191/23	ATO DE INATIVAÇÃO	COLOMBO PREVIDENCIA - PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE COLOMBO	ROSIMAR GOMES DE SOUZA PAES	Portaria 147	14/03/2023
172258/23	ATO DE INATIVAÇÃO	COLOMBO PREVIDENCIA - PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE COLOMBO	SUELY KULMANN DE LIMA PINHEIRO	Portaria 144	13/03/2023
746311/21	PENSÃO	FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV	ANTONIO FERNANDES DA SILVA	Portaria 7500	22/11/2021
312164/20	PENSÃO	FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV	ELTER VIRGINIA ELIAS DILLENBURG	Portaria 6937	08/05/2020
312087/21	PENSÃO	FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV	JOSEFA MARIA DOS SANTOS	Portaria 7379	30/06/2021
746303/21	PENSÃO	FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV	LUIZ CARLOS SOARES	Portaria 7499	22/11/2021
462526/21	PENSÃO	FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV	PEDRO FERREIRA DE AGUIAR	Portaria 7387	19/07/2021
462534/21	PENSÃO	FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV	PEDRO FERREIRA DE AGUIAR	Portaria 7386	19/07/2021
359116/18	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PALOTINA	ADRIANE GRIS	Portaria 99	24/04/2018
183489/23	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE RESERVA DO IGUAÇU	SALETE REGINA GOULART	Decreto 43	16/03/2023
452152/20	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE RONCADOR	LUCIA CHIPANSKI	Portaria 147	21/05/2020

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
284407/21	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PLANALTO	IRANI PARREIRA	Decreto 4470	15/09/2017
198982/23	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TURVO	ELIANE DA APARECIDA DE ANDRADE	Portaria 212	23/03/2023
178760/23	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TURVO	ELTON LUIS DE BASTOS	Portaria 181	10/03/2023
315694/20	PENSÃO	FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE CAFEARA	NOELE MARQUES FEITOSA	Portaria 2	20/05/2020
202076/23	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE	CLAUDILENE DA SILVA	Decreto 69	14/03/2023
194235/23	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE	FATIMA APARECIDA DE OLIVEIRA	Decreto 65	10/03/2023
271197/18	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE	MARIA APARECIDA POUBEL DE SOUZA	Decreto 165	11/04/2018
178779/23	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PINHÃO	ANTONIO REYNALDO POSSATO	Decreto 54	03/03/2023
383146/21	PENSÃO	FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PINHÃO	MARIA ROSA CORREIA DELLE	Decreto 248	24/06/2021
490228/21	PENSÃO	FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PINHÃO	NAYARA EDUARDA DOS SANTOS RIBEIRO	Decreto 268	10/07/2021
206551/23	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA	ADILSON APARECIDO GOMES GORDO	Decreto 6	10/02/2023
199717/23	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA	REINALDO LIMA CAVALCANTE	Decreto 12	18/02/2023
192941/23	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CHOPINZINHO	NEREU FERREIRA DA CRUZ	Decreto 11	23/01/2023
241623/19	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE ANDIRA	ZILMA APARECIDA PEREIRA PAVIANI	Decreto 8461	25/03/2019
195150/19	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	LUCELIA MARIA DA SILVA EVANGELISTA	Decreto 25586	27/02/2019
188731/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CAMPO LARGO	ALENICE DE FATIMA DE FREITAS LARA	Decreto 51	27/02/2023
196645/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CAMPO LARGO	ALENICE DE FATIMA DE FREITAS LARA	Decreto 52	27/02/2023
443290/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CAMPO LARGO	ARCEDINO OLIVEIRA DA SILVA	Decreto 147	29/06/2022
196904/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CAMPO LARGO	AUREA DALLA ROZ	Decreto 45	27/02/2023
179430/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CAMPO LARGO	CLÁUDIA CHEZANOSKI	Decreto 48	27/02/2023
179686/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CAMPO LARGO	CLÁUDIA CHEZANOSKI	Decreto 49	27/02/2023
195568/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CAMPO LARGO	DIVANIRA DO ROCIO MORGES ALVES	Decreto 57	27/02/2023
178515/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CAMPO LARGO	GILSON MARCOS MARTINI	Decreto 54	27/02/2023
207671/23	PENSÃO	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CAMPO LARGO	IRACEMA JUDITH DINIZ	Decreto 41	27/02/2023
201355/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CAMPO LARGO	LIRIAN DO ROCIO DOS SANTOS	Decreto 50	27/02/2023
197692/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CAMPO LARGO	SALETE APARECIDA SABIM DA CRUZ	Decreto 55	27/02/2023
199440/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CAMPO LARGO	SEBASTIANA MARIA DA CONCEICAO SIQUEIRA	Decreto 46	27/02/2023
196769/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CAMPO LARGO	TELMA AGOSTINHO RIBEIRO VIEIRA	Decreto 58	27/02/2023
198370/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CAMPO LARGO	VANIR ANTONIA DOS SANTOS ANDRADE	Decreto 44	27/02/2023
160208/20	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE IBIPORÃ	LINDAURA DOMINGUES DE SOUZA	Portaria 7	03/03/2020
173645/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO MATEUS DO SUL	DENISE DO ROCIO PACHECO DA SILVA	Portaria 68	01/02/2023
173696/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO MATEUS DO SUL	OLIVINA FERRAZ E SILVA	Portaria 67	01/02/2023
173530/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ	GEOGETA MARIA DE OLIVEIRA	Decreto 46	10/07/2016
490216/19	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA	ELIANE DIRLEI KALL FERREIRA	Decreto 225	11/06/2019
339174/18	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA	ORLANDO MARUJO DE OLIVEIRA	Decreto 61	05/03/2018
124055/22	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ALVARO MARCIELO BORDIGNON SCHWARTZ, ISADORA HELENA KISLECK SCHWARTZ, JOAO FRANCISCO KISLECK SCHWARTZ	Portaria 187	11/02/2022
50408/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ANGELA MARIA FERREIRA PEREIRA	Portaria 1166	03/01/2023
589488/21	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ANTONIO PEREIRA	Portaria 998	11/08/2021
430373/21	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ARLIETE ELIANE DO CARMO RAAB PEREIRA	Portaria 668	21/06/2021
709491/21	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	AVANY ALVES DOS REIS	Portaria 1323	14/10/2021
73808/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	BEATRIZ MARIA MORESCO GREGOL	Portaria 582	11/07/2022

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
812210/18	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	BRUNA RAFAELA TALASESCO GUSSO	Portaria 1024	07/10/2022
449864/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	CENI GUTERRES IGLESIAS	Portaria 577	11/07/2022
513546/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	CRISTINA ANDRADE DA SILVA	Portaria 600	11/07/2022
707138/21	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	DALVA RODRIGUES DOS SANTOS SOLEY	Portaria 1332	25/10/2021
146900/21	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	DANIEL FAGUNDES DA SILVA	Portaria 147	05/02/2021
221189/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	DANIELA SALMORIA MACHADO	Portaria 621	11/07/2022
738165/21	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	DIEGO MAURICIO SAEZ JARUGA	Portaria 1481	16/11/2021
12609/22	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ELENEUZA VIEIRA DE MELO PEREIRA	Portaria 1601	03/12/2021
443122/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ELIANE SANTOS	Portaria 587	11/07/2022
171408/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ELIZETE MARI AMORIM DOS SANTOS	Portaria 603	11/07/2022
378641/18	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ELOIR APARECIDO DE OLIVEIRA	Portaria 427	04/05/2018
650493/20	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ELSY ANSAY SILVA	Portaria 583	11/07/2022
559937/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ELZI TEREZINHA SENKE	Portaria 594	11/07/2022
662924/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	EUNICE FERNANDES	Portaria 952	28/09/2022
766351/20	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	GABRIELLY BEATRIZ DROHOMERESCHI, GILSON AUGUSTO DROHOMERESCHI	Portaria 1089	18/11/2020
766378/20	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	GABRIELLY BEATRIZ DROHOMERESCHI, GILSON AUGUSTO DROHOMERESCHI	Portaria 1068	11/11/2020
538018/21	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	GENI TALAMINI	Portaria 1023	13/08/2021

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
40810/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	GENY FARIAS SKROCHY	Portaria 597	11/07/2022
742142/20	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	GEORGINA QUINTINO DO CARMO	Portaria 677	11/07/2022
42406/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	GISELE MARIA MACHADO DE MEIRA	Portaria 667	11/07/2022
401503/18	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	IGOR FISCHER SOARES DA SILVA	Portaria 989	28/09/2018
13320/22	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ILDA TUSSOLINI	Portaria 1692	20/12/2021
326544/18	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	IVONE JESUS DA MOTA, NATHALIA DA MOTA DOS SANTOS	Portaria 351	11/04/2018
709483/21	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	JACIRA MADRUGA NUNES	Portaria 1322	14/10/2021
42554/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	JANETE PEREIRA FIRMO	Portaria 635	11/07/2022
769954/20	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	JOAO FURTADO FILHO	Portaria 1096	27/11/2020
123245/22	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	JOARES ROBERTO DE LIMA	Portaria 139	07/02/2022
374201/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	JOCIANE DO ROCIO DE OLIVEIRA	Portaria 651	11/07/2022
369537/18	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	JOSE BARROS DOS SANTOS	Portaria 47	11/05/2018
562199/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	JUDITH MARQUES VIEIRA	Portaria 578	11/07/2022
662371/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	LEONI HEINZ	Portaria 1333	29/10/2021
415220/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	LILIANE JABLONSKI	Portaria 737	11/07/2022
22944/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	LINDAMIR VALENTIM DE CARVALHO	Portaria 654	11/07/2022
3921/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	LUCIMAR BOZZA FERREIRA	Portaria 663	11/07/2022

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
281870/20	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	LUIZ CARLOS MAGRIN	Portaria 152	02/03/2020
172334/18	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	MÁRCIA RIBEIRO GARRIDO	Portaria 164	01/03/2018
707057/21	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	MARCOS ROBERTO CORDEIRO DA FONSECA, NICOLE CORDEIRO DA FONSECA	Portaria 1331	25/10/2021
620113/21	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	MARGARIDA ENEVAM DOBJINSK	Portaria 1012	11/08/2021
521263/21	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	MARIA EDITE FAGUNDES DOS SANTOS	Portaria 805	14/07/2021
709432/21	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	MARIA ELOYNA CARVALHO CARDOSO	Portaria 1311	14/10/2021
32583/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	MARIA INES GIROL GOMES MACEDO	Portaria 777	14/07/2022
380112/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	MARILDA APARECIDA PALHANO	Portaria 668	11/07/2022
745580/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	MARILDA CATARINA ALVES DO PRADO	Portaria 879	01/09/2022
459072/18	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	MARINA DE OLIVEIRA	Portaria 578	12/06/2018
751030/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	MARLI TIMOTEO LOPATA	Portaria 1432	03/11/2021
152713/21	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	MINORU YOKOYAMA	Portaria 131	02/02/2021
577420/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	MIROSLAVA JATVA DE SOUZA	Portaria 993	04/08/2021
705917/21	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	NEIDE DOS SANTOS	Portaria 1073	09/11/2022
577757/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	NELY TEREZINHA PIOVEZANI	Portaria 653	02/08/2021
515018/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	NEREIDE DE OLIVEIRA SILVA FERRAZ	Portaria 746	01/07/2021
133194/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	NEUCI TEREZINHA MACEDO	Portaria 683	11/07/2022
662525/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	REGINA MARIA DE ABREU	Portaria 1016	05/10/2022
41612/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	RITA DE CASSIA DE OLIVEIRA CARACA	Portaria 704	11/07/2022
134298/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ROZELIA TRENTO	Portaria 590	11/07/2022
149698/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	SANDRA REGINA SCORSATO GARCIA	Portaria 1190	03/01/2023
127499/20	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	SILVANE HELENA GOMES MOREIRA NASCIMENTO	Portaria 1427	06/01/2020
707673/20	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	SOLANGE DO ROCIO BUENO MILEK	Portaria 589	11/07/2022
560176/20	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	SONIA ZONATTO DE SOUZA	Portaria 557	03/08/2020
56493/19	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	SORAYA DO ROCIO TEIXEIRA LUIZ KLEINA	Portaria 1165	03/12/2018
442762/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	TANIA REGINA RODRIGUES	Portaria 691	11/07/2022
660174/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	VALERIA SOUZA ROCHA	Portaria 1333	29/10/2021
135731/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	VANDERLEA APARECIDA WERBINSKI	Portaria 586	11/07/2022
521310/21	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	VITORIA MARQUES REIS	Portaria 804	14/07/2021
147601/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	WALDEMAR JOSE BEGGIORA TEODORO	Portaria 1195	03/01/2023
149418/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	WALKIRIA SLOWIK	Portaria 1201	03/01/2023
37291/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ZENAIDE SANTIAGO CARVALHO	Portaria 657	11/07/2022
257690/18	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE CAMPO DO TENENTE	TEREZA BUX	Portaria 16	10/04/2018
581665/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE IBAITI	CLEUSA MARIA DA SILVA FERREIRA	Portaria 309	17/09/2021

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
263675/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE IBAITI	JOSE APARECIDO DE OLIVEIRA	Portaria 572	01/04/2022
607923/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE IBAITI	LUNA REGINA BOSKA BUENO	Portaria 315	01/10/2021
379150/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS	IVONETE MODESTO	Decreto 1255	25/05/2022
577796/20	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS	IZABEL FLORENCIO NEPOMUCENO	Decreto 475	11/08/2020
186020/23	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	LUCIA DALLAGNOL	Decreto 17388	28/02/2023
186127/23	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	LUCIA DALLAGNOL	Decreto 17387	28/02/2023
172378/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA	MARIA BUENO DA SILVA	Portaria 15003	01/02/2022
656553/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE LARANJEIRAS DO SUL	EVALDINO DE QUADROS	Portaria 261	08/10/2022
562478/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE LARANJEIRAS DO SUL	IRONDINA ALVES DE JESUS CHZUCHMAN	Portaria 225	10/09/2022
183268/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE LARANJEIRAS DO SUL	SANDRA APARECIDA NORILLER ALVES	Portaria 81	09/03/2023
183047/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE LARANJEIRAS DO SUL	ZELIA SCHIMBOSKI	Portaria 67	04/03/2023
263929/19	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ	CESARINA APARECIDA FREIRIA PEREIRA	Decreto 16	09/04/2019
834497/19	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE RESERVA	ANTONIO CAVALHEIRO DOS SANTOS	Resolução 96	28/08/2019
289178/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE RESERVA	ELI FERNANDES VIEIRA	Resolução 176	05/03/2022
838263/19	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE RESERVA	NELSON DE JESUS PLEM MACIEL	Resolução 87	28/05/2019

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
196540/17	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS - IPASPMJ	IRENE FERREIRA PEDROZO	Decreto 369	30/10/2002
440682/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	CELIA APARECIDA DUARTE BORYCA	Ato 341	20/06/2022
416056/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	IOLANDA PACIENCIA	Ato 339	02/06/2022
177667/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	JAQUELINE DE FATIMA DOS SANTOS MORO	Ato 376	10/02/2023
505725/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	LIDIO MENDES DE AZEVEDO	Ato 344	29/06/2022
269967/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	MARIA JOSE DOS SANTOS	Ato 53	08/03/2022
404210/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	ZULEIDE DE JESUS SILVA FEITOSA	Ato 331	19/04/2022
164140/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA, PENSÕES E APOSENTADORIAS DOS SERVIDORES DE ARAPONGAS	CEZARINA MARIA DE JESUS COSTA	Decreto 116	16/02/2023
216863/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA, PENSÕES E APOSENTADORIAS DOS SERVIDORES DE ARAPONGAS	CRISTIANI NOBRE CABRAL	Decreto 80	17/02/2022
195460/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA, PENSÕES E APOSENTADORIAS DOS SERVIDORES DE ARAPONGAS	JOAO SIQUEIRA DIONIZIO	Decreto 120	16/02/2023
221026/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA, PENSÕES E APOSENTADORIAS DOS SERVIDORES DE ARAPONGAS	JOSE ANSELMO DE OLIVEIRA FILHO	Decreto 85	17/02/2022
219757/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA, PENSÕES E APOSENTADORIAS DOS SERVIDORES DE ARAPONGAS	LANIA CRISTINA BELANCON	Decreto 83	17/02/2022
220712/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA, PENSÕES E APOSENTADORIAS DOS SERVIDORES DE ARAPONGAS	LANIA CRISTINA BELANCON	Decreto 82	17/02/2022
216758/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA, PENSÕES E APOSENTADORIAS DOS SERVIDORES DE ARAPONGAS	LUIZ CLAUDIO PEREIRA DA SILVA	Decreto 84	17/02/2022
172460/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA, PENSÕES E APOSENTADORIAS DOS SERVIDORES DE ARAPONGAS	MARIA FATIMA TOFFANELLO	Decreto 117	16/02/2023
224041/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA, PENSÕES E APOSENTADORIAS DOS SERVIDORES DE ARAPONGAS	MARIA LUCIA DA SILVA HIRATA	Decreto 90	17/02/2022

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
221298/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA, PENSÕES E APOSENTADORIAS DOS SERVIDORES DE ARAPONGAS	MARIA TEREZA DOS SANTOS	Decreto 81	17/02/2022
217304/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA, PENSÕES E APOSENTADORIAS DOS SERVIDORES DE ARAPONGAS	SILVIA APARECIDA DE SOUZA	Decreto 89	17/02/2022
185180/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	ANA PAULA DO CARMO DONATO	Decreto 312	10/02/2023
185236/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	ANGELA MARIA CARREIRA	Decreto 313	10/02/2023
225790/22	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	APARECIDA MARIA MARTINS	Decreto 634	21/03/2023
479112/22	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	CIRLEI SOMENCI PELOI	Decreto 657	21/03/2023
185724/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	GLORIA SILVANA CONSTANTINO	Decreto 315	10/02/2023
62407/21	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	JOSE INACIO CELINSKI	Decreto 1963	21/12/2020
186704/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	LUIZ GALVAO DA CUNHA	Decreto 322	10/02/2023
186836/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	MARCIA REGINA CHIODEROLLI FOLGOSI	Decreto 323	10/02/2023
586865/22	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	MARIA BENEDITA PAULA MELO	Decreto 38	09/01/2023
586881/22	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	MARIA CECILIA SOARES DANTAS	Decreto 631	21/03/2023
113021/20	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA	Decreto 627	21/03/2023
186917/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	MARIA DOS REIS VILELLA	Decreto 324	10/02/2023
189002/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	MARIA MARGARIDA LINARES	Decreto 326	10/02/2023
646453/20	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	MARILENE SARMENTO SANTOS	Decreto 650	21/03/2023
561504/20	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	MARINA TAKAE KOGA MASSETI	Decreto 692	28/03/2023
189380/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	NEUSA MICHELETTI BIASI	Decreto 328	10/02/2023
195401/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	NILVA REGINA CORDIOLLI	Decreto 329	13/02/2023
189568/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	PEDRO SOARES	Decreto 330	10/02/2023
190060/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	SILMARA PARRON DE ARAUJO FAGION	Decreto 333	10/02/2023
785542/20	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	SIRLEI CAETANO	Decreto 651	22/03/2023
190094/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	SONIA APARECIDA BAPTISTAO	Decreto 334	10/02/2023
190108/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	SONIA MARIA DOS SANTOS LEAL	Decreto 335	10/02/2023
190124/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	SUELI CORDEIRO STAFOR	Decreto 336	10/02/2023
190140/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	SUZANA ROSKOSZ	Decreto 337	10/02/2023

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
190230/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	VERA LUCIA APARECIDA DE FREITAS	Decreto 338	10/02/2023
190280/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	VERONICA ANDRIUCI CAMBAROTTO	Decreto 339	10/02/2023
190400/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	ZILDA ALVES DA SILVA SOUZA	Decreto 340	10/02/2023
176695/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA	LUCIA KERETCH	Ato 21	01/02/2023
191392/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA	MARIA PRISCILA MAZAROTTO THOMÉ	Ato 117	15/03/2023
182199/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA	DORACY OCRASKA	Decreto 38870	25/01/2023
183039/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA	ELIANE TEREZINHA SCHREIBER	Decreto 38875	25/01/2023
183454/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA	ERONI JOAO ALBERTI	Decreto 38874	25/01/2023
187042/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA	GEISA NAMEKATA	Decreto 38873	25/01/2023
724503/17	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA	MAIR CANDIDO DIAS	Decreto 39172	27/03/2023
519050/22	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA	MARILENE CAVALHEIRO TOKARSKI	Decreto 37802	24/05/2022
192852/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA	REGINA CLEUSA ROCHA DOS SANTOS	Decreto 38871	25/01/2023
171391/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA	SUELI PEREIRA LIMA DE SA	Decreto 38765	27/12/2022
193581/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA	VALDNEIS AMORIM	Decreto 38872	25/01/2023
172061/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA	VIVIANA MARCIA MORO KRUL	Decreto 38766	27/12/2022
23317/22	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE BARRACÃO	ALICE PALOSKI	Decreto 310	27/11/2021
252397/18	PENSÃO	MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO	NATALINA CESARIA FELIX	Decreto 38	05/04/2018
256759/18	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL	INES LANDIN DE MELO SANTOS	Decreto 29	05/03/2023
201231/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL	GILMAR ANTONIO PANSERA	Portaria 43	06/02/2023
223796/18	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE GUARACI	APARECIDA LUCAS DE SOUZA	Decreto 35	01/03/2018
221637/18	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE GUARACI	MIRIAN DE SOUZA	Decreto 36	02/03/2018
440160/22	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE IMBITUVA	ROSE MARIA GUIMARAES DA SILVA	Decreto 6336	05/07/2022
584849/20	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS	AGLAIR APARECIDA DE OLIVEIRA	Decreto 167	25/09/2020
686750/21	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU	GINO LEOPOLDO DE MORAIS	Decreto 7923	21/11/2021
165960/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS	EDIRCE KONRAD	Portaria 54	02/03/2023
461316/17	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE TAPIRA	SEBASTIAO LAURINDO DOS SANTOS	Decreto 2068	04/01/2022
607105/19	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE TIBAGI	LUIZA LECI DA SILVA TURRA	Decreto 574	03/09/2019
177659/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE TOLEDO	INGRID STUBBE FOLLMANN	Portaria 79	01/02/2023
198877/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE TOLEDO	MAURO JOSE ANSOLIN	Portaria 121	15/02/2023
198699/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE TOLEDO	MIRIAN DA SILVA	Portaria 124	15/02/2023
195690/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE TOLEDO	SERGIO LUIZ HERKERT	Portaria 90	06/02/2023
191244/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE TOLEDO	SONIA SOARES MOLINA	Portaria 86	03/02/2023
554199/18	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA	LUIS CARLOS KARPINSKI	Decreto 252	25/07/2018
170620/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ACIL BATISTA VILELA	Resolução 451	24/02/2023
558392/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ADELIA KALLUF KOURY	Resolução 641	13/03/2023
194790/23	PENSÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ADENIR TEIXEIRA DA SILVA NASCIMENTO	Ato 129146	18/04/2022
194707/23	PENSÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ADRIANA DOS SANTOS TEIXEIRA DE CARVALHO, EMANUEL TEIXEIRA DE CARVALHO, HEMERSON YOHAN TEIXEIRA DE CARVALHO	Ato 129121	18/04/2022
170697/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ADRIANA KISIELEWICZ	Resolução 459	24/02/2023
632120/21	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ALDAIR ROSA DOS SANTOS	Resolução 7975	15/06/2020
174919/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ALESSANDRA MACHINSKI DE OLIVEIRA	Resolução 447	23/02/2023
163933/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ALEXANDRO IRIS LOPES	Resolução 412	23/02/2023
179682/22	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	AMADEU SIMAO MARTINS	Resolução 13434	11/02/2022
97206/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ANTONIA IOLANDA DUTRA	Resolução 5792	18/12/2019
465831/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ANTONIO ASSUNCAO	Resolução 7822	01/06/2020
149895/21	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ANTONIO RIBEIRO GUIMARAES	Resolução 10077	05/02/2021
170735/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ANTONIO VALMIR DOS SANTOS	Resolução 498	24/02/2023
202113/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	APARECIDA DE LOURDES MENEGAZZO MARTELOSSO	Resolução 6409	18/02/2020
688390/22	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ARENY TEREZINHA DA ROCHA SILVA	Resolução 15568	22/09/2022
615880/18	PENSÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	BARBARA PIAZENTIN BUENO, IZABILI PIAZENTIN BUENO	Ato 100934	23/08/2018
103051/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	CARLOS BATISTA TEIXEIRA	Resolução 145	19/01/2023
735723/19	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	CARLOS JOSE MATHEUS	Resolução 4089	05/09/2019
150087/21	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	CASSIA MARIA CARLOTO	Resolução 10077	05/02/2021
426160/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	CATARINA TERUCO MAKIYAMA	Resolução 7503	18/05/2020
153938/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	CELI DE FATIMA NUNES FEY	Resolução 265	02/02/2023

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
170808/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	CELSO WIZENBERG	Resolução 495	24/02/2023
752946/19	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	CLARINDO VILLAS BOAS	Resolução 4352	23/09/2019
170816/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	CLAUDIA CRISTINA MULLER	Resolução 461	24/02/2023
176180/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	CLAUDIA MAZZILI FARIAS	Resolução 6234	03/02/2020
468756/18	PENSÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	CLEIA DE QUADROS	Ato 81034	13/05/2018
547002/22	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	CLEIDE EFIGENIA GARCIA	Resolução 14955	25/07/2022
170859/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	CLEUSA NOVAIS ESCHER	Resolução 460	24/02/2023
384815/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	CONCEICAO BERNADETE FLORES FABRINI	Resolução 7313	06/05/2020
600468/18	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	CREUSA GONCALVES DOS SANTOS	Resolução 14467	13/07/2018
296770/19	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	DALVA MARIA NAVARRO	Resolução 1247	15/03/2019
645180/19	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	DEBORA MARQUES	Resolução 3580	05/08/2019
594724/21	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	DENIZES MARIA GANANSSIM	Resolução 11791	05/08/2021
91860/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	DIRCE DE MELLO	Resolução 5792	18/12/2019
72440/20	PENSÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	DORACI SCUSSEL	Ato 117345	27/01/2020
83078/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	EDICLER FAGUNDES PASQUALOTTO	Resolução 5746	13/12/2019
407537/22	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ELAINE TEREZINHA DE ANGELI	Resolução 14038	13/04/2022
170905/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ELI CANDIDO BONFIM DE ALMEIDA	Resolução 464	24/02/2023
154110/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ELIANA RAYMUNDINI	Resolução 261	02/02/2023
170913/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ELIANE BASILICHI BERTON	Resolução 495	24/02/2023
174404/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ELIANE REGINA CAMPOS LOPES	Resolução 448	23/02/2023
162520/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ELIAS OLIVEIRA DOS SANTOS	Resolução 356	13/02/2023
482175/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ELIZABETE MARQUEZI	Resolução 7901	05/06/2020
170948/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ELOIDES MAZETTI NASCIMENTO	Resolução 463	24/02/2023
623569/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ENY AUGUSTO GARCIA KULIK	Resolução 640	13/03/2023
552173/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	EUDICE APARECIDA GOMES FIGUEIRA	Resolução 8386	24/07/2020
149867/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	EUNICE TEREZINHA POPOVICZ DA SILVA	Resolução 639	13/03/2023
169699/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	FIDELIS ELIAS DE PAULO	Resolução 321	07/02/2023
605661/21	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	FILOMENA MARIA DA COSTA NOBREGA NADAL	Resolução 11868	17/08/2021
519699/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	FRANCISCA FERREIRA DOS SANTOS	Resolução 637	13/03/2023
170964/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	FRANCISCO DE PAULA BENEVENTO	Resolução 459	24/02/2023

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
519737/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	GENI REHBEIN DE LIMA BOZA	Resolução 8102	19/06/2020
545401/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	GERSILI MARTINS DE ARAUJO	Resolução 8576	23/07/2020
597425/22	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	GISELE BET	Resolução 15060	02/08/2022
690913/22	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	GIZELDA CONCEICAO MACHADO PADILHA	Resolução 15622	29/09/2022
171510/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	IDALIA MARIA DOS SANTOS DIAS BUSS	Resolução 496	24/02/2023
537700/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	INES DAS DORES SANTA ROSA POCAS	Resolução 635	13/03/2023
194880/23	PENSÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	IRACILDA STEVANELLI MENDES	Ato 129105	18/04/2022
171529/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ITAMAR VAZ TONIOLO	Resolução 451	24/02/2023
576053/22	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	IVO DARCY SOLIGO	Resolução 15057	02/08/2022
621628/22	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JACIRA DE MORAES CANEVER	Resolução 15333	26/08/2022
644230/19	PENSÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JACQUELINE AMANCIO REGIS SILVA, JOAO GABRIEL AMANCIO REGIS SILVA	Ato 113729	25/07/2019
174048/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JAIR GRAVENA	Resolução 482	24/02/2023
160233/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JANETE JUNG	Resolução 334	08/02/2023
618422/22	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JANETE TEREZINHA CORDEIRO	Resolução 15232	17/08/2022
174323/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JAURI ANTONIO SCARIOT	Resolução 500	24/02/2023
175745/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JOANA MARIA MOUCHAILEH	Resolução 432	17/02/2023
250816/22	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JOAO CARLOS DE CASTRO	Resolução 13549	04/03/2022
176083/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JOAO CESAR CAMLOFSKI	Resolução 435	17/02/2023
404791/22	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JOAO CLARINDO PRATIS	Resolução 14677	29/06/2022
164387/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JOCELE LECHETA	Resolução 447	23/02/2023
423970/21	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JOEL FERNANDES FERREIRA	Resolução 11096	21/05/2021
604610/19	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JOHNNI OSWALDO ZAMPONI	Resolução 3327	18/07/2019
464207/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JOSE HENRIQUE PRECOMA	Resolução 7771	01/06/2020
171545/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JOSE PATUSSI	Resolução 463	24/02/2023
171561/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JOSE REMILTON NEVES	Resolução 464	24/02/2023
93006/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JOSE RODRIGUES NUNES	Resolução 5789	18/12/2019
639639/21	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JULIO MIZUTA	Resolução 12149	15/09/2021
54059/19	PENSÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	KAMILA FARIAS FERREIRA, LUIS HENRIQUE FARIAS FERREIRA, NILZEMARA APARECIDA FARIAS	Ato 109607	28/01/2019

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
564716/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	LAIS HELENA FIGUEIREDO RECCANELLO	Resolução 634	13/03/2023
199261/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	LANEMARY THEODORO MOREIRA	Resolução 262	02/02/2023
120490/18	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	LAUDELINO DE MOURA JORGE FILHO	Resolução 12042	19/01/2018
171650/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	LEILA TERESINHA CORBARI PINTO	Resolução 497	24/02/2023
421650/21	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	LIDIA MARIA DE OLIVEIRA CAMARGO	Resolução 11173	26/05/2021
217544/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	LILIAN MARIA CAETANO CLARO	Resolução 6547	20/02/2020
133898/19	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	LISELOTE TERESINHA MAJOLO BONIATTI	Resolução 163	17/01/2019
156953/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	LUCELIA SEMENSATO	Resolução 251	06/02/2023
154543/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	LUCIANA DE SOUSA GALIAN CHIREIA	Resolução 297	02/02/2023
298412/19	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	LUIZ SÉRGIO FETTBACK	Resolução 1253	15/03/2019
190565/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	LURDES DE FATIMA COSTA	Resolução 6378	10/02/2020
559283/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	LUZIA DE FATIMA DAS NEVES FIOREZI	Resolução 633	13/03/2023
121920/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MAGALI DA SILVA ROCHA SOLER	Resolução 5960	13/01/2020
154675/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARCIA REGINA FIGUEIREDO	Resolução 265	02/02/2023
171839/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARCIA REGINA HONORATO RILING	Resolução 453	24/02/2023
534752/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARCIA ROCHA DA SILVA CORDTS	Resolução 619	13/03/2023
576463/19	PENSÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARCOS ANTONIO GOULART	Ato 113314	03/07/2019
69121/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARCOS LUIZ DOS SANTOS	Resolução 5641	09/12/2019
93570/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARIA CRISTINA DEFFACCIO RODRIGUES	Resolução 5778	18/12/2019
540116/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARIA DA GUIA RAMOS	Resolução 631	13/03/2023
540132/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARIA DA PENHA DE ALMEIDA	Resolução 629	13/03/2023
152531/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARIA DE LOURDES CRISTIANELI	Resolução 628	13/03/2023
171880/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARIA DE LURDES SANTANA TAMAROZI	Resolução 453	24/02/2023
30586/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARIA ELENIR COTELESKI	Resolução 5325	02/12/2019
167246/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARIA GOMES DO NASCIMENTO FILHA	Resolução 415	23/02/2023
32710/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARIA IZABEL PESSOA	Resolução 16309	09/12/2022
30993/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARIA MADALENA DE CARVALHO LAVERDE	Resolução 476	24/02/2023
296514/22	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARIA NILCEIA FILLER	Resolução 13680	09/03/2022
639236/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARIA SILMARA BASILIO MACHADO	Resolução 694	16/03/2023
254438/18	PENSÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARIA VALNICE MARINHO DE ASSIS	Ato 103622	23/03/2018
568738/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARIA ZENAIDE FONTANA	Resolução 618	13/03/2023
174293/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARILENA BASSETO BAGATIM	Resolução 402	23/02/2023
171960/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARILENE TORMENA	Resolução 462	24/02/2023
172169/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARILIS JASKOWIAK DROJINSKI	Resolução 452	24/02/2023
156139/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARINEZ CARVALHO DA SILVA DIAS	Resolução 303	06/02/2023
521421/19	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARLETE BEATRIZ MACANEIRO	Resolução 2706	13/06/2019
208871/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARLI GUIOMAR DA SILVA	Resolução 758	22/03/2023
164247/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARLI RIBEIRO MAIA ESLOMPO	Resolução 410	23/02/2023
685681/21	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARTA SCHINATO DOS SANTOS SOUZA	Resolução 12205	22/09/2021
172231/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MAUCILIO VIEIRA DE SOUZA	Resolução 450	24/02/2023
179058/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MAURICIO ANTONIO PELACINE	Resolução 246	01/02/2023
94258/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MAURICIO CARDOZO FEDATO	Resolução 5779	18/12/2019
12463/22	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MILTON EISENOWER GONCALVES VIEIRA	Resolução 12791	01/12/2021
115261/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	NEIVA DE PARIS CHIOSSI	Resolução 5874	08/01/2020
468725/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	NELDA NODARI	Resolução 7684	01/06/2020
27690/22	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	NEUSA DE SOUZA	Resolução 13012	20/12/2021
337540/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	NEUSA MARIA FERRER PIRATELO	Resolução 7174	23/04/2020
295771/22	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	NEUSA SILVA DE SOUZA	Resolução 13492	04/03/2022
523548/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	NEUSA TOLEDO DA GRAÇA SILVA	Resolução 626	13/03/2023
428844/22	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	NORMA HOLZ LANDO	Resolução 14106	27/04/2022
174153/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	OLAVO CLAUDIO FERREIRA AMARAL FILHO	Resolução 481	24/02/2023
172347/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ORLEI COELHO BOSQUE	Resolução 499	24/02/2023
839017/17	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	OSVALDIR DE SOUZA	Resolução 11139	11/10/2017
479506/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	PAULO ROBERTO TREVISOL	Resolução 7685	01/06/2020
172355/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	REGINA LUCIA DAL BEM ESTEVAM	Resolução 500	24/02/2023
29816/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	RITA DE CASSIA CASTRO VIEIRA	Resolução 16171	01/12/2022
475547/21	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	RITA DE CASSIA SILVA	Resolução 11425	23/06/2021
684480/21	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ROSA DA SILVA OLIVEIRA	Resolução 12195	17/09/2021

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
172371/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ROSANGELA APARECIDA SILVA BRAGA	Resolução 497	24/02/2023
164476/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ROSANGELA DE FATIMA DA SILVA	Resolução 452	24/02/2023
172410/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ROSANGELA DE FATIMA FOLINI MARQUES DA SILVA	Resolução 449	24/02/2023
172444/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ROSANGELA MARIA TAMIOZO BENINI	Resolução 460	24/02/2023
167726/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ROSANGELA NOGUEIRA COLTRO	Resolução 404	23/02/2023
621555/22	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ROSANGELA ZIGGIOTTI DE OLIVEIRA	Resolução 15313	19/08/2022
29867/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ROSE MARY BRANDAO SALA VIDOTTO	Resolução 16171	01/12/2022
558651/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ROSEMEIRE BORGES RIBEIRO	Resolução 698	16/03/2023
147148/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	SANDRA JURACI MARCORI	Resolução 242	01/02/2023
29913/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	SANDRA LUIZA DOS SANTOS	Resolução 16209	01/12/2022
671552/22	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	SANDRA REGINA BAILO	Resolução 15486	13/09/2022
710996/21	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	SANDRA REGINA ROTHEMBERGER	Resolução 12332	08/10/2021
175117/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	SEBASTIANA APARECIDA NOGUEIRA DIRKSEN	Resolução 389	15/02/2023
147202/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	SENISE CRISTINE CARVALHO DUARTE MARI	Resolução 242	01/02/2023
147318/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	SILVIA FRANCISLEY MORIAL	Resolução 231	01/02/2023
168528/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	SIRLEI SALETE DE MATTOS MEIRA	Resolução 411	23/02/2023
152656/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	SOFIA TEREZINHA KOZLINSKI	Resolução 258	02/02/2023
159642/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	SONIA APARECIDA SCHMIDT CAMILLO LEITE	Resolução 338	08/02/2023
172487/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	SONIA LUZIA RODRIGUES GOBETI	Resolução 449	24/02/2023
676635/22	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	SONIA MARIA JOAQUIM CARDOZO	Resolução 15583	23/09/2022
270341/21	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	SUELI PIRES DE JESUS	Resolução 10491	23/03/2021
172517/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	SUELIRCE APARECIDA DA SILVA	Resolução 501	24/02/2023
110520/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	SUZYANNE DANTAS DOS SANTOS	Resolução 205	26/01/2023
161247/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	TANIA CRISTINA GONCALVES DA SILVA	Resolução 6021	16/01/2020
172533/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	TELMA APARECIDA CAMPOS CORREA	Resolução 448	23/02/2023
209525/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	TEREZINHA DO ROCIO MACHADO DE LIMA BUENO	Resolução 6546	20/02/2020
512902/19	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ULYSSES SODRÉ	Resolução 2515	24/06/2019
110147/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	VANIA APARECIDA DE BARROS	Resolução 164	24/01/2023
162848/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	VERA LUCIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	Resolução 355	13/02/2023
551573/22	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ZENILDE LACERDA NABARRO	Resolução 14950	25/07/2022
655312/19	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAVAI PREVIDENCIA	ARIANE MARIA PEREIRA DA SILVA	Decreto 20472	26/09/2019
174994/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PINHAIS PREVIDÊNCIA	SELMA PUJOL	Decreto 166	01/03/2023
174145/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PREVICAMP	MARILENE PAULINA AFILHADO	Portaria 183	28/02/2023
171502/23	ATO DE INATIVAÇÃO	PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PREVICAMP	MOACIR DORIVAL MOTTIN	Portaria 178	28/02/2023
268797/21	ATO DE INATIVAÇÃO	PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE PALMITAL	MARIA FRANCISCA MYSZKA OBAL	Portaria 212	15/04/2021
532989/20	ATO DE INATIVAÇÃO	PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO	ADAIL JOAO DOS SANTOS	Portaria 362	03/07/2020
503064/22	ATO DE INATIVAÇÃO	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA	JOSE MARIA DOS SANTOS	Portaria 885	23/06/2022
546726/20	ATO DE INATIVAÇÃO	REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE PITANGA	LEONI DAL SANTO	Portaria 335	15/07/2020
31795/20	ATO DE INATIVAÇÃO	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ	ROBERTO JOSE RIGOS	Decreto 682	07/01/2020
321612/21	ATO DE INATIVAÇÃO	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ	ROSÂNGELA PASQUALIN DOS SANTOS	Decreto 250	11/05/2021

CAGE, em 4 de abril de 2023.
Assinado eletronicamente nos termos do Artigo 1º, parágrafo único da Lei Complementar Estadual 126/2009.
WILMAR DA COSTA MARTINS JUNIOR
Coordenador da CAGE
Matrícula nº 51734-8
HOMOLOGO o registro dos atos de concessão de benefício previdenciário relacionados na lista acima.
Publique-se, registre-se e arquive-se.
Gabinete da Presidência, em 4 de abril de 2023.
Assinado eletronicamente nos termos do Artigo 1º, parágrafo único da Lei Complementar Estadual 126/2009.
Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO N º-635340/21
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, JULCIREMA DE FREITAS KAMAROSKI, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1826/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6921/23 - CAGE peça nº 18:
- PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-635161/21
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, IRINEU ROCHA, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1827/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6924/23 - CAGE peça nº 18:
- PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-188812/23
ORIGEM-MUNICIPIO DE CIANORTE
INTERESSADO-MARCO ANTONIO FRANZATO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1828/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICIPIO DE CIANORTE, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento às Instruções nº 6585/23 e nº 7077/23 - CAGE peças nº 21 e 22:
- MUNICIPIO DE CIANORTE – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-632642/21
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-ELIUDES DA SILVA NORBERTO, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1830/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 5874/23 - CAGE peça nº 18:
- PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-628645/21
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, ISRAEL PEREIRA DOS SANTOS, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1831/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 5007/23 - CAGE peça nº 19:
- PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-628688/21
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, JOAO CARLOS RIBEIRO, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1832/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6392/23 - CAGE peça nº 18:
- PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-543131/20
ORIGEM-MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
INTERESSADO-JULIANO TREVISAN CORDEIRO, PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS, RICARDO ISAAC
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1833/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 33) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação termina em 11/04/2023.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle - 50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-632731/21
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, GILBERTO GOMES, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1834/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 5867/23 - CAGE peça nº 18:
- PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-628637/21
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, HEMBERK ADSON MENDES, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1835/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 5011/23 - CAGE peça nº 19:
- PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social -50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-229730/23
ORIGEM-MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL
INTERESSADO-GILSON JOSE DE GOIS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1837/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7076/23 - CAGE peça nº 8:
- MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social -50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-222794/23
ORIGEM-MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES
INTERESSADO-JOÃO INÁCIO LAUFER
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1838/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES, cujo exame demanda esclarecimentos.

Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7081/23 - CAGE peça nº 8:
- MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-806850/19
ORIGEM-AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMBIRA
INTERESSADO-AMANDA CARVALHO DA SILVA, ANA PAULA DA SILVA, ANA PAULA ROSSI, CAMILA MATHIAS, CIBELE APARECIDA FRANCISQUINI, DAISY CAVALARO, DANIELI VIEIRA, DUANY CRISTINA AMARAL, ELAINE CRISTINA DA SILVA, ELIANA SAPATINE NAVARRO DE OLIVEIRA, ELISANGELA APARECIDA SPERANDIO, EVA MARIA BIAZAO, FABIANA MARCELA DA SILVA LEITE, FELIPE AUGUSTO SERIO ZANI, ISABEL APARECIDA DE LIMA, JAQUELINE CAMILA ROLA, KELLI NAIARA VICTORINI, LETICIA MARTINS TEMPESTA, MARIA LUIZA BAHLS, MARLY STEFANUTO, NATALIA MARIA FERREIRA, OMEIRE ANELI, PAULA DA CRUZ MATIAS, PAULA FERNANDA JUSTO, ROSSIELLEN FERNANDA GARCIA COUTINHO, ROSYMARA HECKERT MACHADO BAYER, SIMONE ROBERTA GONÇALVES MORAES
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1841/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMBIRA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6947/23 - CAGE peça nº 29:
- AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMBIRA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-362064/20
ORIGEM-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO OLINTO
INTERESSADO-ADRIANA FATIMA SUDUL, ALAN JAROS, ALEXANDRE FELIPE KREUTSFELT PINTO, ANTONIO CESAR PIRES DA SILVA JUNIOR, CELSO DIADIO, CLEITY APARECIDA POLATI, CLEVERSON DE OLIVEIRA, DAIANE APARECIDA AMARAL, ELIZIANE APARECIDA GRITEN, FABIANA PATRICIA VIEIRA BUENO, FÁBIO STANISZEWSKI MACHIAVELLI, FRANCIANE SANTOS DE MEIRA, GIANE DE FATIMA MOREIRA DE OLIVEIRA, HELENICE MEIRA BUENO, JANAINA ZAIONCZ DE OLIVEIRA, JESSICA APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO, KAIS SILVA NUNES, KEDLIN CRISTINE MUNCINELLI MACHADO, LUCIANE FIGURA, MARIA ROSIMERY KURPIEL, PAULO HELITON MARTINS, POLIANE MARTINS, RAFAEL KOSSOSKI, REINALDO GRITTEN DE OLIVEIRA NETO, SANDRA DUDA, SORIANE DE MEIRA, TALITA SENHUK, VILMA SEMCZUK, ZENILDO NIZER DUBIEL
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1842/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE ANTÔNIO OLINTO, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6958/23 - CAGE peça nº 51:
- MUNICÍPIO DE ANTÔNIO OLINTO – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-727364/20
ORIGEM-UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
INTERESSADO-ANTONIO CARLOS ALEIXO, LIA NARA VILICZINSKI DE OLIVEIRA, SALETE PAULINA MACHADO SIRINO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1843/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 5403/23 - CAGE peça nº 15:
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-219435/21
ORIGEM-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
INTERESSADO-ADRIANA DE FATIMA MARTINS, ADRIANA MARIA MORAES, ADRIANE TONDINELLI, ALEXANDRA CRISTINA DE MOURA, ALEXANDRA DE ALMEIDA, ALINE BELCHIOR PEGORARO, ALINE IZULINA FURQUIM ANACLETO, ALZIRA APARECIDA BOAVENTURA YAMAMOTO, ANA CAROLINA SANTANA FRANCISCO DA SILVA, ANA CLAUDIA FRANCISCA PADILHA, ANA KARINA DE LIMA, ANA PAULA BARIONI, ANA PAULA D ALEXANDRE MENDONCA, ANA PAULA FERNANDES BARBOSA, ANDIARA CAROLINI SILVA, ANDREIA FERREIRA PAULO, ANDREIA GONÇALVES PESTANA HIRATA, ANDREZA CRISTINA MOREIRA, ANGELA APARECIDA DE LIMA, ANGELICA FERNANDA SARAIVA CAMPOS, ANGELITA DE GASPERI FRANCISCO, APARECIDA SIMONE DA SILVA MADEIRA, BARBARA MUNHOZ LOPES NOGUEIRA, BRUNA GONCALVES REGIOLI, CAIO FELIPE MENDES DIAS, CAMILA ALMEIDA MALVEZZI DE MORAES, CAMILA CARLA DE PAULA LEITE, CAMILA DA VEIGA SAMBATTI HERECK, CAMILA MACIEL DIOTTO, CARINA DO CARMO MANIERI, CAROLLINY ROSSI DE FARIA ICHIKAWA, CLAUDENICE PEREIRA DOS SANTOS ALVES, CLAUDETE DOS SANTOS MARIM, CLAUDINEIA EMIDIO CICERO, CLAUDINEY JORGE LEMES, CLEIA BESERRA LEITE, CLEUSA GERTRUDES TORRES, DAGMAR DE PAULA, DANIEL CALEFI DA SILVA, DANIELE BARREIRO CORNELIO, DANIELE PEREIRA ALVES, DANIELE PEREIRA DO CARMO, DANUSA PIJUS PONCE, DAVID FERNANDO DESSUNTI, DENISE DE SANTANA, DENISE SANT ANA GAUDENZI, EDER LUIZ DA COSTA DUARTE, EDILSON OLIVER PORTO, ELAINE APARECIDA ALVES, ELIANE APARECIDA DIAS DE SIQUEIRA, ELIENE BARBOSA, ELLEN DAIANE LUZ, EVANDRO AMADOR, FABIANE APARECIDA IRIA BURANELLO, FABIO DA SILVA, FATIMA BASILO DA SILVA GONCALVES, FERNANDA CANHOTO GROSSO, FERNANDA GIANELLI QUINTANA ARANDA, FERNANDA GRASSIOTO LEANDRO, FERNANDA SUBTIL DE OLIVEIRA, FRANCIELE DINIS RIBEIRO, FRANCIELI SILVEIRA JUSTINO BARIZON, GILDETE APARECIDA PEDROSO, GISELE PEREIRA GONÇALVES, GISLAINE DE MARI SANTOS SILVA, GISLAINE LEITE GALVAO DE SOUZA, GRAZIELA PEREIRA ROMEIRO, HELLEN CRISTINE DE OLIVEIRA, IDILSON CAETANO ROSSATO, IGOR LOPES DE BRITO, IRENE GOMES RIBAS, IVANIO CARLOS MOURA JUNIOR, JAILZA FERNANDES RODRIGUES, JANAINA FABIANA CARMAGNANI, JEFFERSON SARTORI, JERUZA RAMOS, JOSCELY SANTOS DE OLIVEIRA, JOSIANE BIONDE DOS SANTOS PEREIRA, JULIANA CAETANO SILVEIRA, JULIANA CHRISTINA FAVORETO DE QUEIROZ, JULIANA GREGUI RODRIGUES SOARES, JULIET CRISTINA DA SILVA, KAMILLA DIORIO DIAS, KELLEN MENCK BRUNER, KELLY TATIANA PANONT NAKAHARA, KEMELLY SUELEN DE OLIVEIRA, LEANDRO AUGUSTO CONSTANTINO, LEANDRO SALOMAO LEAL, LILIANA BATAGLIA MESQUITA SANTOS, LORENA PALTANIN SCHNEIDER, LUANA SOARES DE MORAES, LUCIANA APARECIDA PEREIRA, LUCICLEIDE MAQUEA DE ARAUJO, LUCILIA MEDINA FERREIRA DA SILVA, LUCINEIA MEDEIROS, MAGDA ELIANE SARTORI, MAGNO FERNANDO DE PAULA, MARCELA ARAUJO DE SOUZA, MARCIA PALADINI, MARIA ALVES PEDRO, MARIA APARECIDA FELIPE CAETANO, MARIA CRISTINA GUILHERME RODRIGUES ALVES, MARIA DE FATIMA DOS SANTOS CHAVES, MARIA JOSE DA SILVA, MARISA MIUKI KISSU, MARLI ALVES, MARTA REGINA GIMENEZ FAVARO, MICHEL HENRIQUE CAMARGO, MICHELE DA SILVA ARAUJO, MICHELE GONCALVES LOPES, MIRIAM MARTINS, NATALIA ALCANTARA RICO, NATALICIA JACINTO RIBEIRO RODRIGUES, NAURACI TONASSI DE CASTRO CACIATORI, NEUSA BENTO MARQUES, NICEIA VICENTE DOS SANTOS, NICOLLE LAMBERTI COSTA DE SA, NOEMI MACHADO DE ALBUQUERQUE, ORENILDO MARTINS DE MACEDO, ORIVALDO BEZERRA DOS SANTOS, PATRICIA DE OLIVEIRA LINO, PATRICIA EIKO ITO LEAL, PATRICIA GONCALVES DE ARAUJO, PRISCILA DE LIMA PEREIRA, PRISCILA FERNANDES DA COSTA, PRISCILLA RIBEIRO CALONI CROZATI, RAFAEL INDIO DO BRASIL, RAFAEL JOSE DE LIMA, REGINA CELIA ALVES CARMAGNANI, REGINA CELIA DOS SANTOS, REGINA CRISTINA MULARI FERREIRA DE LIMA, REGINELLE CRISTINA DE PAULA CAMPOS, RENATO LIMA DE PAULA, RICARDO CAETANO, ROMILDA APARECIDA DE MORAES, ROSA ELI FERNANDES, ROSANA LEIA ROCHA LIBERATTI, ROSELEI APARECIDA HONORIO DA SILVA, ROSELI APARECIDA DOS SANTOS, ROSILENE ALVES DE BRITO, ROSINEIA MARIA PACHECO, RUDSON VINICIUS DOS SANTOS, SAMUEL SILVA RIBEIRO, SANDRA CRISTINA BARBOSA, SANDRA CRISTINA HEIM LONIEN, SANDRA FERNANDES DA COSTA, SERGIO CARLOS DE CARVALHO, SIDNEY HIDEKI MATSUOKA, SILVANA DA SILVA, SIMONETE DE ASSIS TOFFOLI, SIRLEI LIANE BUTH, SIRLENE FERMINO DA SILVA, SOLANGE APARECIDA FERNANDES, STEFANIE SOARES JACINTO, SUELI ADRIANA PINOTI, SUELI DA SILVA PAULINO, SUELI PAZ DE LIMA, SUELLEN ARIANA ORTEGA, TAMARA SANTOS SILVA, TAMIRES FLAUZINO, TANIA CRISTINA LABS, TATIANA KVINT, TATIANE PICHELLI ALEXANDRE, TEREZINHA JOZIANE DIAS SENE, THAIS MASTELINI SANCHES SILVA, THELMA MARQUES Y MARQUES, VALDIRENE ANTUNES DE SOUZA SOARES, VALERIA CRISTIANE EUGENIO DA CUNHA, VANDA ARAO DA SILVA, VANESSA PINHEIRO, VANILDE DE SOUZA TESSARO, VERA LUCIA DO CARMI RIBEIRO, VERIDIANA DE SOUZA ROCHA, VERIDIANA MAZETTI DA CRUZ, VICTOR MICHELON ALVES, VILMA PEREIRA DOS SANTOS, VIVIANE FERREIRA DA SILVA CORDEIRO, VIVIANE GODOY GALHARDO, VIVIANI CRISTINA BOLOGNINI, WALTER SANTANA DA SILVA, WALTERLEY ANDERSON ZAMPARO, WELLINGTON LUIS DOS SANTOS, WENDEL DIEGO ALVES DE OLIVEIRA, WESLEY ALVES SARMENTO, WILLIAM TORRES DOS SANTOS, WILLIAN CARLOS MILLAN
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1844/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6790/23 - CAGE peça nº 15:
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da

Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-345674/20
ORIGEM-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
INTERESSADO-ALEXANDRO DE OLIVEIRA SOARES, ANDRIGIA DANIELE LOFRANO ANGELINO, GILSON FERREIRA DA SILVA, JOSE MARCIO BELOTTI, JULIO CESAR DAMASCENO, KELLY CRISTINA DA SILVA MAGALHAES, LEANDRO VANALLI, REINHOLD STEPHANES, WAGNER WILLIAM DA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1845/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6843/23 - CAGE peça nº 39:
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-592136/21
ORIGEM-MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE
INTERESSADO-ALESSANDRA KARINA RECH DA SILVA, AMANDA PEREIRA CAVALCANTE, ANA LUCIA DIAS, CAMILA RENATA CADAMURO LEMOS, CIRLEI SANTANA, CLECIANE ALVES DOS REIS SERRANO MAGIERSKI, DANIELA CREMON SERRA PITTARELLO, EVANILDA MARIA DOS REIS, GISLAINE FAGUNDES CLEMENTE, JESSICA CRISTINA DOS SANTOS, KARINA ANDREA DE GIULI SOARES VOLPE, KATYA NICCELLY VIANA, LEANDRO DOS SANTOS CAVALCANTE, LORENA CARRARO OLIVEIRA, LORRAINE GABRIELE DOS SANTOS SILVA, LÚCIA CREMON, LUCIANA RODRIGUES FERNANDES, LUCILENE CECILIA GASPARELO DE LIMA, LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE AGUIAR, MARCELO PIMENTEL BANNWART, MARCIA REGINA STORTI, MARIA DOS ANJO MARTINS, MARLENE CANHASCO DA SILVA, RAFAELA MANTOVANI GARCIA, REJA ADRIANE BRIANESI MILOCH, ROSIMAR TOBAL SOARES PINTO, SONIA APARECIDA RIBEIRO VALERIO, VILMA CORREA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1846/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6798/23 - CAGE peça nº 7:
- MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-153747/18
ORIGEM-MUNICÍPIO DE TAPEJARA
INTERESSADO-GERALDA MENDES CORDEIRO FRANCISCO, LAYNE DA COSTA SILVA, LUIS ANTONIO GOMES CASSARO, ODETE PEREIRA DE SOUZA, PATRICIA OLIVEIRA DANGUI, RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE, WELLEM DAIANY DOS SANTOS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1847/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE TAPEJARA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 5181/23 - CAGE peça nº 21:
- MUNICÍPIO DE TAPEJARA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-605838/19
ORIGEM-MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU
INTERESSADO-ANDREA LUCIANI PAULI, ANDRESSA SODRE RODRIGUES FERREIRA, ARIANE DA SILVA FERNANDES, BOAVENTURA MANOEL JOÃO MOTTA, CLAUDIA KARINE DE NORONHA COELHO, CLAUDIOMIRO DA COSTA DUTRA, EDINALDA GHELLERE, ELISIANE MORAIS, FATIMA CARVALHO DOS SANTOS, IVANETE SEMA DO NASCIMENTO, JANAINA NICOLAU, JOSIELI OLIVEIRA DA ROSA, KELLI MARIANA PEREIRA DE MELO, LIODENES SPECHT, MARIA HELENA DE FREITAS, MARINO RESENDE, MARLETE MARIA LANG, NEUZA PALOMO VALIATI, OSMILDA DANIEL BOFF, PATRICIA ALANO PEREIRA, ROGERIO DO CARMO MARQUES, ROMILDA BAUER DE MATOS CAMPOS, ROSINEI RAMOS DA CRUZ, SIRLEI CRISTINA ALVES, VAGNER LUIS SILVEIRA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1848/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6796/23 - CAGE peça nº 14:
- MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-396450/17
ORIGEM-UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
INTERESSADO-ADRIANA MARCIA ULRICH CHOJAN CAMPOS, ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER, MARCIO VERONEZ, MARILEUSA SERRA PAREJA, PAULO SERGIO WOLFF
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1849/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6821/23 - CAGE peça nº 48:
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-46376/22
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO, PARANAPREVIDÊNCIA, REGINALDO OSORIO MOREIRA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1850/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7104/23 - CAGE peça nº 35:
- PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social -50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-62924/22
ORIGEM-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS
INTERESSADO-JOSE BUENO DOS SANTOS, JOSE CARLOS DO ESPIRITO SANTO, MARLISE ALBOIT RAMOS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1851/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7098/23 - CAGE peça nº 15:
- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-551766/21
ORIGEM-FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PLANALTO
INTERESSADO-DILCE MARIA HOSDA, LUIZ CARLOS BONI, ODILSE APARECIDA LYRA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1852/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PLANALTO, cujo exame demanda esclarecimentos.

Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7101/23 - CAGE peça nº 32:
- FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PLANALTO – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-467564/22
ORIGEM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PATO BRANCO
INTERESSADO-ADEMILSON CÂNDIDO SILVA, NILZA MARIA CALDATO DE ANDRADE, ROBSON CANTU
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1853/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PATO BRANCO, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7108/23 - CAGE peça nº 28:
- INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PATO BRANCO – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-607202/19
ORIGEM-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
INTERESSADO-CESAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI FILHO, EDUARDO MASSAMI KATAYAMA, ELIZANGELA MARA DA SILVA BILEK, RICARDO KASZEVSKI
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1854/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7113/23 - CAGE peça nº 37:
- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-572824/19
ORIGEM-MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADO-BACHIR ABBAS, HILTON SANTIN ROVEDA, SONIA MARIA ROBERTO DE BARROS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1855/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7111/23 - CAGE peça nº 35:
- MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-714005/18
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MARLUS DE OLIVEIRA, ONIVA MARTINS DOS SANTOS, VIANEI RIBEIRO DOS SANTOS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1856/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7115/23 - CAGE peça nº 28:
- PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-402992/18
ORIGEM-FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE
INTERESSADO-ADILSON MIOTTI, FRANCISCA IVANILDA RODRIGUES, HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, RICARDO GUSMAO BRANDANI
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1857/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7109/23 - CAGE peça nº 54:
- FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-634939/21
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-DIVO DE BARROS E SILVA, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1858/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6963/23 - CAGE peça nº 18:
- PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-220899/23
ORIGEM-CONSORCIO INTERGESTORES DE SAUDE DA 5A REGIAO DE SAUDE DO PARANA - CIS5RS
INTERESSADO-CELSO FERNANDO GOES
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1859/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CONSORCIO INTERGESTORES DE SAUDE DA 5A REGIAO DE SAUDE DO PARANA - CIS5RS, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7107/23 - CAGE peça nº 8:
- CONSORCIO INTERGESTORES DE SAUDE DA 5A REGIAO DE SAUDE DO PARANA - CIS5RS – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-180366/23
ORIGEM-MUNICÍPIO DE REALEZA
INTERESSADO-PAULO CEZAR CASARIL
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1860/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE REALEZA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6810/23 - CAGE peça nº 23:
- MUNICÍPIO DE REALEZA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-690901/21
ORIGEM-MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADO-BACHIR ABBAS, ISAURA MAZUR ROMANOSKI
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1861/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7117/23 - CAGE peça nº 29:
- MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 5 de abril de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social- 50.177-8
documento assinado digitalmente

Informações

Sem publicações

Atos de Alerta Municipais

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ALTONIA
INTERESSADO: CLAUDENIR GERVASONE
ATO DO ALERTA: Alerta - Pessoal Executivo 90%
PERÍODO: 2º Semestre de 2022
Senhor Prefeito:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 48,6% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, 90% do limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da mesma lei, no período de apuração encerrado em 31/12/2022.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 5 de Abril de 2023.

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA
INTERESSADO: RAFAELA MARTINS LOSI
ATO DO ALERTA: Alerta - Pessoal Executivo 95%
PERÍODO: 2º Semestre de 2022
Senhora Prefeita:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 51,3% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, 95% do limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da mesma lei, no período de apuração encerrado em 31/12/2022. Embora não tenha extrapolado o máximo legal, esse patamar impõe restrições que devem ser observadas pela administração municipal, nos termos dispostos no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, também da LRF.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 5 de Abril de 2023.

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE QUITANDINHA
INTERESSADO: JOSE RIBEIRO DE MOURA
ATO DO ALERTA: Alerta - Pessoal Executivo 90%
PERÍODO: 2º Semestre de 2022
Senhor Prefeito:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 48,6% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, 90% do limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da mesma lei, no período de apuração encerrado em 31/12/2022.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 6 de Abril de 2023.

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI
INTERESSADO: IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
ATO DO ALERTA: Alerta - Pessoal Executivo 90%
PERÍODO: 2º Semestre de 2022
Senhora Prefeita:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 48,6% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, 90% do limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da mesma lei, no período de apuração encerrado em 31/12/2022.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 6 de Abril de 2023.

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO
INTERESSADO: DERCIO JARDIM JUNIOR
ATO DO ALERTA: Alerta - Pessoal Executivo 90%
PERÍODO: 2º Semestre de 2022
Senhor Prefeito:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 48,6% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, 90% do limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da mesma lei, no período de apuração encerrado em 31/12/2022.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 6 de Abril de 2023.

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS
INTERESSADO: ANTONIO PELOSO FILHO
ATO DO ALERTA: Alerta - Pessoal Executivo 90%
PERÍODO: 2º Semestre de 2022
Senhor Prefeito:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 48,6% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, 90% do limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da mesma lei, no período de apuração encerrado em 31/12/2022.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 6 de Abril de 2023.

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE MARILENA
INTERESSADO: JOSE APARECIDO DA SILVA
ATO DO ALERTA: Alerta - Pessoal Executivo 90%
PERÍODO: 2º Semestre de 2022
Senhor Prefeito:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 48,6% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, 90% do limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da mesma lei, no período de apuração encerrado em 31/12/2022.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 8 de Abril de 2023.

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE IBAITI
INTERESSADO: ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO
ATO DO ALERTA: Alerta - Pessoal Executivo 95%
PERÍODO: 2º Semestre de 2022
Senhor Prefeito:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 51,3% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, 95% do limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da mesma lei, no período de apuração encerrado em 31/12/2022. Embora não tenha extrapolado o máximo legal, esse patamar impõe restrições que devem ser observadas pela administração municipal, nos termos dispostos no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, também da LRF.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 9 de Abril de 2023.

TCEPR
COORDENADORIA-GERAL

Sem publicações

TCEPR
ATOS NORMATIVOS

Sem publicações

TCEPR
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

GP - Despachos

PROCESSO Nº:-197382/23
ENTIDADE:-ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO PARANÁ
INTERESSADO:-APARECIDO JOSÉ WEILLER JUNIOR, ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO PARANÁ
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-1015/23
Trata-se de requerimento externo encaminhado pela Associação dos Municípios do Paraná - AMP, por meio do Ofício nº 231/2023 (peça 3), mediante o qual solicita a

prorrogação do prazo de envio do SIM-AM de 31 de março de 2023 para o dia 30 de abril de 2023.
Após minuciosa análise das justificativas apresentadas, a Coordenadoria-Geral de Fiscalização, em que pese entender que os argumentos trazidos guardam maior relação com problemas nas empresas de informática contratadas pelos municípios do que falhas ou disfunções nos sistemas desta Corte de Contas, entendeu plausível a prorrogação de prazo solicitada, uma única vez, sugerindo a alteração da data limite para 30 de abril de 2023, levando em conta eventual lentidão no site do TCE/PR em validar as tabelas do SIM-AM e prorrogações anteriores decorrentes da pandemia de Covid-19 e problemas de sistema enfrentados por este Tribunal no ano passado.
Considerando os argumentos apresentados, acato a sugestão da unidade técnica, defiro a prorrogação de prazo solicitada e determino a expedição de Portaria nos termos propostos pela Coordenadoria-Geral de Fiscalização.
Após, encaminhe-se o feito à Diretoria de Protocolo para comunicação eletrônica à entidade requerente, na forma do art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017, disponibilização de cópia dos presentes autos, encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 5 de abril de 2023.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
__1__. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
__2__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-214198/23
ENTIDADE:-LEANDRO MAZUTE
INTERESSADO:-LEANDRO MAZUTE
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
DESPACHO:-1026/23
Trata-se de Pedido de Acesso à Informação formulado pelo Sr. Leandro Mazute, mediante o qual solicitou informações quanto a existência de manifestação desta Corte de Contas acerca da validade de concurso público homologado durante a vigência da LC 173/2020.
A Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca, através da Informação nº 37/23-SJB (peça 5), apresentou o Acórdão nº 80/21-STP, proferido na Consulta nº 513224/20, como decisão com força normativa que abordava o tema.
Isto posto, autorizo a liberação de acesso ao protocolado mencionado e determino a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo para comunicação ao solicitante na forma do art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017 e disponibilização de cópia deste expediente e da Consulta nº 513224/20.
Após, encaminhe-se o feito à Ouvidoria de Contas para as anotações pertinentes, nos termos do art. 13 da Resolução nº 45/2014[2], e, na sequência, retorne à Diretoria de Protocolo para seu encerramento, nos termos do art. 16, LVIII[3], do Regimento Interno deste Tribunal, e seu respectivo arquivamento.
Gabinete da Presidência, 4 de abril de 2023.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
__1__. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
__2__. Art. 13. Entregues as informações solicitadas ou, no caso de indeferimento, transcorrido o prazo legal sem que tenha havido interposição de recurso, o Presidente ou Relator, conforme o caso, determinará o encerramento do processo, com encaminhamento à Ouvidoria para anotação.
__3__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-158670/23
ENTIDADE:-SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
INTERESSADO:-RONI MIRANDA VIEIRA, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-1027/23
Retornam os autos com a Informação nº 18/23-CAGE (peça 5), por meio da qual a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão manifesta-se em atenção ao solicitado pela Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná.
Encaminhe-se este expediente à Diretoria de Protocolo para comunicação ao solicitante na forma do art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017, disponibilização de cópia dos presentes autos e, após, para encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 4 de abril de 2023.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
__1__. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
__2__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-779965/22
ENTIDADE:-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-1030/23
Trata-se de Requerimento Externo referente ao Ofício n° 6006/2022 (peça 2) mediante o qual a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná encaminhou o documento constante à peça 3, de autoria do Deputado Professor Lemos, em que apresentou manifestação contrária ao Credenciamento nº 03/2022, promovido pela Secretaria Estadual de Educação – SEED, ao argumento de que seria irregular por implicar terceirização da educação estadual, e solicitou manifestação desta Corte quanto ao mencionado edital e seu termo de referência.
Nos termos da Portaria nº 380/23, os autos foram encaminhados à 2ª Inspetoria de Controle Externo, unidade responsável pela fiscalização da SEED e Paranaeducação, que se manifestou apontando "falhas no procedimento licitacional, correspondentes à falta de informações orçamentárias e financeiras, à ausência de estudo técnico preliminar, de pesquisa de preços de mercado e de justificativas quanto ao não parcelamento do objeto, às exigências de qualificação técnica em desacordo com a legislação, à insuficiente divulgação do edital e ao uso indevido da modalidade credenciamento", indicou ter concedido prazo para que o Paranaeducação implementasse ações saneadoras relacionadas ao Edital de Credenciamento nº 03/2022 e, por ilustrativo, anexou ao autos o ofício direcionado ao Superintendente do Paranaeducação (peça 8) e o respectivo Relatório Preliminar de Achados de Inspeção (peça 9).
Ante o exposto, entendo que o objeto do presente protocolado foi atendido a contento, portanto, determino a remessa do feito à Diretoria de Protocolo para comunicação ao solicitante na forma do art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017, disponibilização de cópia dos presentes autos e, após, para seu encerramento, nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e respectivo arquivamento.
Gabinete da Presidência, 4 de abril de 2023.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
__1__. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
__2__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-224100/23
ENTIDADE:-MUNICIPIO DE MARINGA
INTERESSADO:-MUNICIPIO DE MARINGA, ULISSES DE JESUS MAIA KOTSIFAS
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-1033/23
Trata-se de solicitação de certidão acerca das exigências dispostas no inciso IV, itens "a" e "b", do artigo 21, da Resolução 43/2001, do Senado Federal, na forma da redação dada pela Resolução nº 03/2002, para fins de instrução de pedido de verificação da capacidade de endividamento, visando à contratação de Operação de Crédito pelo Município de Maringá.
Pela Instrução nº 1072/23 (peça 6), a Coordenadoria de Gestão Municipal, observa que o requerente solicita nova certidão que contemple o 1º bimestre de 2023 e abranja os itens exigidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos do Manual de Instruções de Pleitos.
Em consulta aos registros deste Tribunal, a unidade técnica informa que o Município e suas Entidades vinculadas não encaminharam os dados eletrônicos ao Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM) dos meses de janeiro e fevereiro de 2023, pelo Município de Maringá, e do mês de fevereiro de 2023, pelo Maringá Previdência -Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Maringá.
Por tal razão, tendo em vista que o requerimento não reúne as condições necessárias à certificação, considerando o disposto no art. 289 do Regimento Interno (RI) desta Corte, e no parágrafo único do art. 7º da IN 164/21-TCE-PR, opina pelo indeferimento do pedido, sem prejuízo de que o interessado seja comunicado para complementar o processo com as adequações necessárias.
Diante do exposto, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para expedição de comunicação ao Município de Maringá, na pessoa de seu representante legal, na forma do art. 7º da Instrução de Serviço 115/2017, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, regularizar a documentação apontada como faltante pela Coordenadoria de Gestão Municipal.
Gabinete da Presidência, 4 de abril de 2023.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-220783/23
ENTIDADE:-RUDOLF AMATUZZI FRANCO
INTERESSADO:-RUDOLF AMATUZZI FRANCO
ADVOGADOS:- RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-1035/23
Trata-se de Requerimento Externo protocolado por Rudolf Amatuzzi Franco, portador do RG/PR 2.164.392-0 e inscrito no CPF/MF nº 455.962.639-15, mediante o qual, à vista do constante nos Acórdãos nº 2804/17 - Segunda Câmara e nº 1165/16 - Tribunal Pleno, bem como considerando que foi convidado a exercer cargo comissionado junto ao Governo do Estado, requer a expedição de "Certidão" nos termos constantes na peça inicial.
Diante disso, sigam os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para informar quais sanções e medidas foram impostas por este Tribunal ao requerente, esclarecendo, ainda, se em algum processo que tenha tramitado ou ainda tramite nesta Corte houve a imposição de medida ao interessado de inabilitação para o exercício de cargo em comissão.
Após, com fundamento no art. 150, III[1], do Regimento Interno c/c a Portaria nº 198/23-GP, sigam os autos à Diretoria-Geral para emitir a certidão com base nas informações prestadas pela unidade técnica.
Expedida a referida certidão e inexistindo a necessidade da realização de diligências adicionais, determino o encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[2], do

Regimento Interno, devendo o processo seguir à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Gabinete da Presidência, 4 de abril de 2023.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
__1__. Art. 150. À Diretoria-Geral compete:
(...)
III - quando delegado pelo Presidente, expedir as Certidões, exceto as Certidões de Débito.
__2__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-193603/23
ENTIDADE:-SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
INTERESSADO:-RONI MIRANDA VIEIRA, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-1042/23
Retornam os autos com as Informações nº 37/23 (peça 6) e nº 2161/23 (peça 8) por meio das quais, respectivamente, a Coordenadoria de Gestão Estadual e a Diretoria de Protocolo prestam os esclarecimentos solicitados pela entidade requerente.
Diante disso, e não havendo recomendação de diligências adicionais, determino o encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, devendo o processo seguir à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Gabinete da Presidência, 5 de abril de 2023.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
__1__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-159057/23
ENTIDADE:-7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CASCAVEL
INTERESSADO:-7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CASCAVEL
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-1043/23
Retornam os autos com o Despacho nº 217/23 (peça 4) por meio do qual a Coordenadoria-Geral de Fiscalização se manifesta em atenção à solicitação formulada pela 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cascavel.
Diante disso, encaminhe-se este Requerimento Externo à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao interessado.
Outrossim, em atenção ao Ofício nº 015/2023, relativo ao Inquérito Civil nº MPPR-0030.21.000587-9, referida unidade técnica deverá enviar resposta ao solicitante mediante mensagem eletrônica para o e-mail gepatria.cascavel@mppr.mp.br.
Adotadas as medidas acima elencadas, determino o encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e o posterior arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 5 de abril de 2023.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
__1__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-54178/23
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-VERA LUCIA AMARO
ASSUNTO:-REQUERIMENTO INTERNO
DESPACHO:-1045/23
Tendo em vista o disposto no art. 305, §1º[1] do Regimento Interno deste Tribunal, expeça-se comunicação a PARANAPREVIDÊNCIA, na forma do art. 7º[2] da Instrução de Serviço 115/2017, informando que o pedido de aposentadoria formulado no presente Requerimento Interno foi concedido à servidora Vera Lucia Amaro por meio da Portaria nº 458/23 (peça 20), disponibilizada no DETC nº 2954, de 04 de abril de 2023 (peça 21), devendo a referida entidade providenciar a instauração do respectivo processo de aposentadoria via Sistema Eletrônico de Atos de Pessoal – SIAP.
Após, determino o encerramento do feito, com fundamento no artigo 16, inciso LVIII[3] do Regimento Interno, devendo o processo seguir à Diretoria de Gestão de Pessoas para arquivamento.
Gabinete da Presidência, 5 de abril de 2023.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
__1__. Art. 305. O requerimento de aposentadoria de membro e de servidor do Tribunal, devidamente instruído pelas Diretorias de Gestão de Pessoas e Jurídica, será encaminhado ao órgão previdenciário para manifestação e, após, será expedida a portaria de concessão do benefício.
§ 1º Após ser expedida a portaria de concessão do benefício, os autos serão disponibilizados ao órgão previdenciário para ciência e adoção das medidas necessárias ao registro do respectivo ato, nos termos dos artigos 298 e seguintes deste Regimento.
__2__. Art. 7º O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
__3__. [1] Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-205415/23
ENTIDADE:-2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIO NEGRO
INTERESSADO:-2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIO NEGRO
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-1046/23
Tratam os autos de Requerimento Externo instaurado a partir de ofício remetido pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro (Ofício nº 125/2023), em que comunica o arquivamento do Inquérito Civil MPPR-0124.20.000821-5, "instaurado com a finalidade de investigar a concessão, no Município de Quitandinha, de função gratificada e adicionais em percentuais variáveis, sem parâmetro objetivo fixado, conforme apurado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná".
A Diretoria Jurídica, através da Informação nº 104/23-DIJUR (peça 3), informa que o citado arquivamento se deu em decorrência do cumprimento total da Recomendação Administrativa nº 003/2021, expedida pelo Ministério Público, e, tendo em vista que a comunicação de arquivamento não indica o expediente deste Tribunal que serviu como base para a instauração do citado Inquérito Civil, sugere o encaminhamento do expediente à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, unidade responsável pelo controle e acompanhamento sobre expedientes ou providências relacionadas às decisões processuais, para ciência eventuais anotações e deliberações que entender pertinentes.
Ante o exposto, considerando a manifestação da unidade técnica, determino a remessa dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para ciência e eventuais registros pertinentes ao caso.
Após, não havendo recomendações de diligências adicionais, autorizo o encaminhamento do expediente à Diretoria de Protocolo para seu encerramento, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e respectivo arquivamento.
Gabinete da Presidência, 5 de abril de 2023.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
__1__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-237392/23
ENTIDADE:-SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMILIA - SEDEF
INTERESSADO:-SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMILIA - SEDEF
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-1048/23
Trata-se de Requerimento Externo, protocolado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família, que por meio da Informação n.º 031/2023 (peça 2), solicita a alteração da portaria de prorrogação da cessão funcional do servidor Luiz Felipe Gubert Braga Côrtes, Matrícula nº 50.069-0, para que conste "Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família."
Tal pedido se justifica, considerando a Lei Estadual n.º 21.352/2023 que desmembrou e alterou a nomenclatura da "Secretaria de Justiça, Família e Trabalho", conforme consta na Portaria n.º 549/22 da Presidência desta Corte, referente à cessão funcional do citado servidor.
Diante do exposto, lavre-se a portaria e comunique-se ao solicitante, ficando a Diretoria de Protocolo autorizada ao envio por meio eletrônico, na forma do art. 7º[1] da Instrução de Serviço 115/2017, caso viável.
Adotadas as medidas acima elencadas, determino o encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e o posterior arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 5 de abril de 2023.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
__1__. Art. 7º O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
__2__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

GP - Termo de Ajuste de Gestão

Sem publicações

GP - Portarias

PORTARIA N° 475/23
O CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar nº 113/2005, c/c artigo 16, inciso XL, do Regimento Interno, tendo em vista o contido nos Procedimentos Administrativos nº 231886/23 e n.º 235075/23, resolve
NOMEAR
de acordo com o inciso II do art. 27 da Constituição Estadual, combinado com os artigos 16 e 17, parágrafo único, da Lei nº 19.573/2018, de 02 de julho de 2018, EWERSON WILLI DE LIMA PACK, CPF nº 065.423.309-84, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial de Conselheiro, Símbolo DAS2, com as vantagens previstas na Lei nº 19.536, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10.206 de 11 de

junho de 2018, ficando consequentemente exonerado do cargo em comissão de Assessor Jurídico de Gabinete de Auditor, Símbolo DAS5, a partir de 5 de abril de 2023.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 4 de abril de 2023.
- assinatura digital -
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PORTARIA N° 476/23
O CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, c/c artigo 16, inciso XLVI, alínea "c", do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Processo nº 217263/23-TC, resolve
CONCEDER
de acordo com o artigo 83, da Lei nº 19.573, de 02 de julho de 2018, à servidora TAISA CRISTINA COSTA DOS SANTOS TAKEHARA, Matrícula nº 52.092-6, ocupante do cargo de Auditor de Controle Externo, AC, Nível M, Referência 07, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, 5 (cinco) dias de licença para tratamento de sua saúde, no período de 29 de março a 2 de abril de 2023.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 4 de abril de 2023.
- assinatura digital -
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PORTARIA N° 477/23
O CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, c/c o disposto no artigo 16, incisos XL, do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Processo n.º 69279-7/22, bem como no Procedimento Administrativo nº 223832/23, resolve
NOMEAR
de acordo com o inciso II do artigo 27 da Constituição Estadual, combinado com os artigos 16 e 17, parágrafo único, da Lei nº 19.573/2018, de 02 de julho de 2018, VERA LUCIA VALCANAIA, CPF nº 747.541.149-49, para exercer o cargo em comissão de Assessor Executivo de Conselheiro, Símbolo 2C, com as vantagens previstas na Lei nº 19.536, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10.206 de 11 de junho de 2018, a partir de 29 de março de 2023.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 5 de abril de 2023.
- assinatura digital -
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PORTARIA N° 478/23
O CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 122, I, da Lei Complementar nº 113/2005; pelo Regimento Interno, resolve
TORNAR SEM EFEITO
a Portaria nº 462/23, desta Presidência, disponibilizada no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas nº 2954, datado de 4 de abril de 2023.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 5 de abril de 2023.
- assinatura digital -
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PORTARIA N° 479/23
O CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, c/c o disposto no artigo 16, incisos XL e XLVI, alínea "b", do Regimento Interno, resolve
CANCELAR
a gratificação de Função Privativa de Policial do Gabinete da Assessoria Militar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pelo exercício das atribuições de Chefe da Assessoria Militar deste Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Simbologia FPPA1, concedida a ZAQUEU RODRIGO KOZOW MEIRELES, Capitão QOPM, portador do RG nº 9.410.916-7, a partir de 13 de março de 2023.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 5 de abril de 2023.
- assinatura digital -
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PORTARIA N° 480/23
O CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar nº 113/2005, c/c artigo 16, inciso XLVI, alínea "d", do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Processo nº 230782/23-TC, resolve
CONCEDER
de acordo com o artigo 52, da Lei nº 19.573/2018, de 02 de julho de 2018, aos servidores, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, abaixo relacionados, o acréscimo sobre seus vencimentos dos adicionais por tempo de serviço excedente, de mais 5% (cinco por cento):

Servidor	Matrícula	Cargo	A partir de	TOTAL
JOSE ANTONIO BAGGIO PEREIRA	50.186-7	Auditor de Controle Externo	13/04/2023	5%
JIOMAR JOSE TURIN FILHO	50.583-8	Auditor de Controle Externo	01/04/2023	10%

PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 5 de abril de 2023.
- assinatura digital -
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PORTARIA N° 481/23
O CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar nº 113/2005, c/c artigo 16, inciso XLVI, alínea "d", do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Processo nº 230812/23-TC, resolve
CONCEDER
de acordo com o artigo 51, da Lei nº 19.573/2018, de 02 de julho de 2018, aos servidores, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, abaixo relacionados, o acréscimo sobre seus vencimentos dos adicionais por tempo de serviço, de mais 5% (cinco por cento):

Servidor	Matrícula	Cargo	A partir de	TOTAL
JULIO JOSE PEPICELLI JUNIOR	51.745-3	Auditor de Controle Externo	12/04/2023	10%
CELIA REGINA PAES LANDIM DA SILVA MARQUES	51.746-1	Auditor de Controle Externo	12/04/2023	10%
EDIMAR LOPES	51.747-0	Auditor de Controle Externo	13/04/2023	10%
SAULO APARECIDO DE SOUZA	51.748-8	Auditor de Controle Externo	13/04/2023	10%
CRISTINE MARIANA DE MOURA FERRO	51.749-6	Auditor de Controle Externo	14/04/2023	10%
FELIPE CORREA ILKIN	51.751-8	Auditor de Controle Externo	26/04/2023	10%
AULUS FABIANO BOSI	51.975-8	Auditor de Controle Externo	30/04/2023	10%
PAULO COSTA CARVALHO	52.138-8	Auditor de Controle Externo	03/04/2023	5%

PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 5 de abril de 2023.
- assinatura digital -
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PORTARIA N° 482/23
O CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 122, I, da Lei Complementar nº 113/2005; pelo Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Processo nº 237392/23, e considerando a Lei Estadual n.º 21.352/2023 de 1º de janeiro de 2023, resolve
ALTERAR
a partir de 1º de janeiro de 2023, a Portaria n.º 549/22 da Presidência desta Corte, disponibilizada no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas n.º 2852 de 11 de outubro de 2022, para que passe a constar "Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família" onde se lê "Secretaria de Justiça, Família e Trabalho".
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 5 de abril de 2023.
- assinatura digital -
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PORTARIA N° 483/23
O CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 122, I, da Lei Complementar nº 113/2005; pelo Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Processo nº 197382/23,
Considerando as dificuldades administrativas e operacionais relatadas pelos municípios quanto ao envio de dados mediante o sistema SIM-AM na última semana de março; e
Considerando os eventuais problemas de lentidão ocorridos no site do TCE/PR para validar as tabelas recepcionadas pelo sistema SIM-AM,
RESOLVE
Art. 1º. Prorrogar, para 30 de abril de 2023, o prazo para o fechamento e envio do SIM-AM do mês zero, janeiro e fevereiro de 2023, considerando o disposto no art. 537[1] do Regimento Interno que prevê que se aplica, no que couber, o Código de Processo Civil nas disposições do Regimento Interno deste Tribunal e que conforme o art. 313, inciso VI[2], da aludida norma processual, a força maior suspende prazos processuais.
Parágrafo único. A prorrogação a que se refere o caput atinge apenas a remessa dos respectivos dados a este Tribunal, mantendo-se os demais prazos da agenda de obrigações de que trata a Instrução Normativa nº 175/2022.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua assinatura.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 5 de abril de 2023.
- assinatura digital -
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
***1**. Art. 537. Nas disposições deste Regimento, aplica-se, no que couber, o Código de Processo Civil.*
***2**. Art. 313. Suspende-se o processo:*
VI. por motivo de força maior.

PORTARIA N° 484/23
O CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, c/c o disposto no artigo 16, incisos XL, do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo nº 220965/23, do

Gabinete do Conselheiro Augustinho Zucchi, resolve
NOMEAR
de acordo com o inciso II do artigo 27 da Constituição Estadual, combinado com os artigos 16 e 17, parágrafo único, da Lei nº 19.573/2018, de 02 de julho de 2018, NATALIA TASSO, CPF nº 089.890.869-81, para exercer o cargo em comissão de Assessor Executivo de Conselheiro, Símbolo 2C, com as vantagens previstas na Lei nº 19.536, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10.206 de 11 de junho de 2018, a partir de 3 de abril de 2023.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 5 de abril de 2023.
- assinatura digital -
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

TCEPR
LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE N. 003/2023
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.996.312/0001-21.
CONTRATADA: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, CNPJ – 33.641.663/0001-44.
PROCESSO N.º: 21423-6/2023.
OBJETO: Contratação por inexigibilidade de licitação, para ministrar o curso in company "VALUATION".
VALOR: R$ 45.000,00.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74 da Lei Federal n. 14.133/2021.
EMPENHO N.: 23000018

PROCESSO Nº-:-356352/22
ORIGEM-:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO-:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSUNTO-:-ATOS DE CONTRATAÇÃO DO TRIBUNAL
DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2023
RECORRENTE: INTEROP INFORMÁTICA LTDA. (CNPJ nº 86.703.337/0001-80)
1. RELATÓRIO
Trata-se de recurso administrativo apresentado no curso do Pregão Eletrônico nº 02/2023 – TCE/PR.
A licitante INTEROP INFORMÁTICA LTDA. insurge-se contra a decisão que declarou sua inabilitação no certame.
A empresa KRYPTUS SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO S.A. chegou a apresentar intenção de recurso, porém desistiu[1] de apresentar efetivamente a peça recursal.
A sessão pública foi aberta na data e horário previstos no instrumento convocatório, respeitando-se o rito procedimental estabelecido.
Encerrada a etapa de lances, após a inabilitação da empresa[2] então provisoriamente em primeiro lugar, houve a convocação da empresa INTEROP, a qual foi inabilitada pela não comprovação de capacitação técnica, conforme parecer[3] da unidade requisitante.
Seguindo os ditames do instrumento convocatório, foi convocado o licitante seguinte na ordem classificatória, o qual, após a aceitação da proposta, resposta à diligência[4] e verificação do cumprimento dos requisitos de habilitação, foi declarado vencedor, abrindo-se prazo para registro de intenções de recurso.
2 - DAS INTENÇÕES DE RECURSO
Foi aberto o prazo de 30 (trinta) minutos para que os participantes manifestassem as respectivas intenções de recurso.
A licitante INTEROP INFORMÁTICA LTDA. registrou intenção de recurso nos seguintes termos: "Manifestamos intenção de recurso contra nossa desclassificação, pautada nos argumentos que atendeu a exigencia do edital, conforme será detalhado na peça recursal". (sic)
De outra banda, a licitante KRYPTUS SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO S.A. registrou a seguinte intenção de recurso: "Presentes os pressupostos de sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação e de conformidade ao item 19.1 do edital, a KRYPTUS SA manifesta intenção de recorrer contra o julgamento que declarou vencedora a RAFAEL STEFANINI por não atender Requisitos de Habilitação e de Especificações Técnicas definidos no certame (itens 9.8.3.1., "c" e "d" e outros), em afronta aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório; o que será demonstrado, em sede de recurso administrativo". (sic)
Aceitas as intenções de recurso, abriu-se prazo para os recorrentes apresentarem suas razões de recurso, as quais foram juntadas no sistema (peça n.º 32).
3 - DAS RAZÕES DE RECURSO
Para melhor entendimento, seguem, na íntegra, as razões de recurso da ora recorrente:
AO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Diretoria Administrativa
Supervisão de Licitações e Contratos
Pregão Eletrônico n.º 02/23
INTEROP INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 86.703.337/0001-80, estabelecida na Rua General João Manoel, 50 – 5º andar, Bairro Centro, CEP 90.010-030, Porto Alegre/RS, por seu representante legal, Sócrates Slongo, vem apresentar RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO contra sua DESCLASSIFICAÇÃO no Pregão Eletrônico nº 02/2023, pelos seguintes motivos fáticos aduzidos neste recurso
Objeto do Certame: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Security Operations Center (SOC), sem dedicação exclusiva de mão de obra, compreendendo a operacionalização do monitoramento do ambiente tecnológico do TCE/PR, bem como resposta e recuperação dos incidentes de segurança da informação."
1. PRELIMINARES:
Cabe em grau preliminar destacar que a manifestação motivada com intenção de recurso fora aceita e suas razões apresentadas de acordo com o edital; assim, neste pregão eletrônico, cumpre-se os parâmetros temporais estabelecidos no próprio Edital de convocação.
Diante do exposto, conclui-se, que o prazo para apresentação da presente manifestação consubstancia a regularidade temporal, posto que, preenchido o requisito temporal, inserto no instrumento convocatório.
2. DOS FATOS:
INTEROP INFORMÁTICA LTDA apresenta recurso contra sua desclassificação, pautada nos argumentos de que se sagrou vencedora na competição e que a apresentação dos documentos para atendimento ao item 16.4.1 (letra a e b) atendem INTEGRALMENTE a exigência do Certame. Vejamos o exigido:
"16.4.1. Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo os contatos do responsável por sua emissão e devidamente identificado em nome da licitante, comprovando ter executado/fornecido, sem ressalvas, os seguintes itens:
a) experiência na prestação de serviços de monitoramento proativo e resposta a incidentes de segurança da informação por meio de SOC em ambientes com, no mínimo, 750 (setecentos e cinquenta) ativos;
b) experiência na operacionalização das soluções Microsoft Defender e Microsoft Sentinel ou ferramentas similares em ambientes com, no mínimo, 750 (setecentos e cinquenta) ativos e 500 (quinhentos) usuários."
Vejamos aqui a resposta que o TCEPR publicou em 23 de março de 2023 às 14:02 frente ao questionamento realizado pela InterOp quanto a "similaridade" de conceitos e entendimentos para o conteúdo dos atestados técnicos que deveriam atender ao item 16.4.1:
"ESCLARECIMENTO 2 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n.º 02/2023 ...
1) Aplicando os Princípios norteadores do processo licitatório quanto à SIMILARIDADE E AMPLIAÇÃO DA CONCORRÊNCIA, entendemos que serão aceitos atestados de capacidade técnica (letra a item 16.4.1) que nomeiem serviços continuados 24x7 de monitoramento proativo, detecção e resposta a incidentes de segurança da informação de modo que NÃO HÁ A NECESSIDADE DE VIR EXPLICITO NA ESCRITA A EXPRESSÃO ESTRANGEIRA ´SECURITY OPERATIONS CENTER (SOC)", pois este é o entendimento, correto?
Resposta: SIM, entendimento correto; não há a necessidade da expressão "Security Operations Center (SOC)". Entretanto, OS ATESTADOS DEVEM TRATAR DE SERVIÇO SIMILAR E COMPATÍVEL." (grifamos)
A Recorrente trouxe aos autos do certame comprovações de sua INTEGRAL capacidade de manutenção da proposição ofertada, por atender TODOS os requisitos do edital; percebemos que na análise e definição personalíssima do contratante, o mesmo UTILIZOU-SE DE AVALIAÇÃO/AVERIGUAÇÃO IMPRECISA QUANTO AO CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS (ATESTADOS), nos quais está explicito o ATENDIMENTO DE TODOS OS ITENS, os quais não foram valorados corretamente e sim apontados como não atendendo ao certame, o que foi utilizado como justificativa de desclassificação da InterOp; porém o TCE PR desclassificou a Recorrente INTEROP equivocadamente, pautado LEITURA IMPRECISA DE QUE OS ATESTADOS APRESENTADOS NÃO ATENDEM AO SOLICITADO EM EDITAL, de forma que a empresa está inabilitada do certame pelo aspecto técnico, FUNDAMENTO QUE NÃO CONDIZ COM A VERDADE DOS FATOS.
Observemos que a Recorrente INTEROP COMPROVA ATENDER O EDITAL através do Atestado emitido pela Secretaria da Fazenda do RS - Sefaz RS sob o vínculo contratual perfectibilizado no documento Contrato nº19/04/026, que pertence ao Processo Nº 181400-0001443-9 e Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0148/2019, em cuja descrição detalhada do Termo de Referência traz as mesmas atividades similares ao que deve ser efetivado para o objeto do Pregão do TCE-PR. Vejamos:
..." 4.1.3. MONITORAMENTO do ambiente de TI desta secretaria, abrangendo todos os elementos constituintes dos Datacenters, da Rede e dos Serviços de Nuvem, realizando mais de 20.000 atendimentos a eventos de monitoramento por ano incluindo:.....
...i) SUSTENTAÇÃO E OPERAÇÃO do ambiente de SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, com apoio operacional no monitoramento e resposta a incidentes, utilizando ferramental Microsoft Defender e SIEM Microsoft Sentinel, para um parque de aproximadamente 3.000 mil ativos de TI..
...para mais 2.500 (dois mil e quinhentos) usuários localizados nos prédios Sede desta Secretaria em Porto Alegre/RS e distribuídos nas unidades, escritórios e postos em mais de 60 municípios do Estado... (grifamos)
As EVIDÊNCIAS DA SIMILARIDADE EXIGIDA PARA A COMPROVAÇÃO DA APTIDAO TECNICA DA INTEROP ESTÃO EXPLICITAS no texto do atestado emitido pela SEFAZ-RS e que foi apresentado pela recorrente e, além da similaridade, há de se considerando que o Órgão Emissor do Atestado Técnico integra o rol das maiores Instituições do Serviço Público Fazendário de nosso país, denotando robusto ambiente tecnológico; assim, caso ainda houvesse alguma dúvida, deveria, sim, o TCE PR ter aplicado e proporcionado a Recorrente ainda mais investigação técnica para validar a similaridade do serviço atestado, diligenciado mais documentos talvez, como por exemplo a leitura do termo de referência do edital da SEFAZ-RS, antes de inabilitar a Recorrente InterOp, sem mesmo oportunizar a esta acesso aos questionamentos efetuados na diligencia junto a SEFAZ-RS.
Para então oportunizar ao TCE-PR acesso integral ao conteúdo e detalhamento dos serviços similares prestados junto a SEFAZ-RS frente ao objeto do Certame supra e, para que se propicie ao Contratante rever o equívoco que cometera contra a InterOp, trazemos a seguir trechos do Termo de Referência do edital da SEFAZ-RS Contrato nº19/04/026 - Processo Nº 181400-0001443-9 (termo que será enviado por e-mail, considerando que o Portal Comprasnet não aceita anexos), onde são explicitadas as atividades desenvolvidas pela Contratada InterOp, vide páginas 46, 79, 99,100, 102 do TR:

"...item 9.2.5.2.5. Executar o GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO do ambiente da CONTRATANTE, inclusive gerenciado permissões e acesso a serviços e sistemas...
Item 2.5.5. Atividades relacionadas: Deverá realizar, no mínimo, as atividades abaixo relacionadas: Proceder com TESTES DE VULNERABILIDADES conforme as MELHORES PRÁTICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO;
Item 2.6.5 EXECUTAR os processos relativos à administração, sustentação, manutenção, suporte e planejamento de melhorias e atualização das soluções REFERENTES AOS AMBIENTES DE SEGURANÇA PERIMETRAL, SEGURANÇA DE REDES E ASPECTOS ESTRATÉGICOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO; Garantir o emprego das MELHORES PRÁTICAS do mercado em relação ao tema de SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO e envidar todos os esforços para MITIGAR INCIDENTES RELACIONADOS À SEGURANÇA... ANALISAR a ocorrência de sistemas atingidos por INCIDENTES DE SEGURANÇA, AVALIANDO AS CAUSAS DA OCORRÊNCIA, PARA ELIMINAÇÃO E PREVENÇÃO DE NOVOS INCIDENTES...Atuar na ANÁLISE DOS CASOS DE FALHAS DE SEGURANÇA (vírus, invasão, etc.), a fim de identificar motivos e ESTUDAR SOLUÇÃO para evitar reincidências;" (grifamos)
A Recorrente INTEROP ATENDEU TOTALMENTE O EDITAL, tanto no prazo quanto no conteúdo exigido para o certame, trouxe seus documentos compliance com os requisitos legais, econômicos, fiscais e técnicos para acolher integralmente as exigências do TCE PR.
Cabe ainda enfatizar que todo e qualquer protocolo de contratação publica sempre deve considerar o respeito ao regramento pátrio, proteção as minorias e legislações de ordem fiscal, econômica, trabalhista, previdenciárias e afins, e neste caso TODOS OS DOCUMENTOS apresentados pela Recorrente InterOp foram apresentados em CONFORMIDADE COM O OBJETO DO EDITAL; NÃO É ACEITÁVEL QUE A CONTRATANTE ULTRAPASSE OS LIMITES DA LIVRE CONCORRÊNCIA, ISONOMIA E DEVIDO PROCESSO LEGAL deixando de aplicar em favor do erário os protocolos editalícios, ou seja, saneamento de informações quando explicita a necessidade de esclarecimento mais detalhado, dando a parte interessada, ainda em fase de diligencia, espaço para aclarar quaisquer obscuridades ou informações de compreensão duvidosa.
Em tempo, cabe apontar, ter a Recorrente InterOp o direito de que as informações buscadas e prestadas fossem sim averiguadas pela também interessada InterOp, uma vez que, ela possui conduta ilibada tanto com o Ente Público quanto o Privado, SENDO LASTREADA POR QUASE 30 ANOS DE VIDA EMPRESARIAL.
NÃO CABE A INABILITAÇÃO DE LICITANTE INTEROP em razão de interpretação de informações que demonstrem EXCESSO DE FORMALISMO por parte do avaliador, onde possíveis dúvidas possam ser supridas, facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93 (Acórdão 2873/2014 – Plenário)
A partir da análise minuciosa do atestado trazido ao processo deste Certame verificamos que a RECORRENTE INTEROP CUMPRIU OS REQUISITOS EXIGIDOS, à medida que, em tempo hábil para habilitação, regra editalícia, conseguiu demonstrar que possui de capacidade técnica para atender ao objeto do edital, bem como itens do Termo de Referência e Anexos, conforme o Contratante exigiu para a participação no processo seletivo do Ente Público e caso tenha o TCE PR necessidade de sanear informações, mesmos pra mera validação do que fora apontado pelo Pregoeiro, o importante é que a Recorrida InterOp sempre se mostrou disponível para trazer aos autos do Certame qualquer informação quanto a sua operação e formatos de serviços, que presta para atender de modo legal e adequado a competição.
Numa apreciação mais detalhada temos que houve sim EXCESSIVO FORMALISMO por parte do contratante; o fato de o TCE PR desclassificar a Recorrente INTEROP motivado por não atendimento aos itens supra listados. Reiteramos que a justificativa para a desclassificação da Recorrente INTEROP não traz lastro além dos apontamentos de excesso de formalismo, de modo que tais argumentos acabam por MACULAR A ANÁLISE ISONÔMICA que se espera de um Certame para eleição da melhor proposta frente a requisitos pré-estabelecidos e com prazo pré-definido para cumprir-se. Assim, tendo a Recorrente INTEROP PROVADO A EXEQUIBILIDADE DA SUA PROPOSTA está cumprindo os requisitos para HABILITAÇÃO neste Certame.
Imperioso salientar que embora a Douta Comissão de Licitações da Contratante tenha apontado que as informações apresentadas pela Recorrente InterOp estivessem em desacordo com a expectativa de leitura ou mesmo entendimento do Contratante para os requisitos da qualificação, INADEQUADA E INCORRETA a análise desta avaliação, uma vez que, a INTEROP ATENDEU O REQUISITO, com similaridade integral ao objeto.
Assim, importante valorar que o processo licitatório, diz que empresas que possuem condições de cumprir as exigências editalicias estão aptas a disputar o processo seletivo, ou seja, o PRINCÍPIO DA ISONOMIA DEVE APLICAR-SE DE MODO A RETIRAR DESTA FASE SOMENTE EMPRESAS QUE NÃO POSSUEM QUALIDADE PARA CONCORRER AO OBJETO DESTE EDITAL, por isso fica evidente que as informações apresentadas pela empresa INTEROP atendem o requisito do edital.
Para o TCU "...É IRREGULAR A INABILITAÇÃO DE LICITANTE em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por REPRESENTAR FORMALISMO EXAGERADO, com prejuízo à competitividade do certame. (Acórdão 1795/2015 – Plenário)".
Com base em todos os elementos acima relatados, propõe-se que seja HABILITADA a empresa INTEROP, por ser o processo Licitatório a forma legal de TRATAR OS PARTICIPANTES DE FORMA ISONÔMICA, TRAZENDO AO PREGÃO A MELHOR PROPOSTA COMERCIAL E QUE ATENDA AOS REQUISITOS DE ORDEM TÉCNICA NECESSÁRIAS AO BOM ANDAMENTO DO SERVIÇO AO ENTE PÚBLICO.
Pelo exposto, recorremos e pedimos deferimento com base nos regramentos que se regerá pelas disposições da Lei Federal n.º 8.666/93, da Lei Federal n.º 10.520/02, da Lei Estadual n.º 15.608/07.
3. DO DIREITO - RAZÕES
Antes de tudo, cumpre esclarecer que a ora RECORRENTE INTEROP É DETENTORA DE CAPACIDADE TÉCNICA, com inúmeros clientes em todo o Brasil, estando certa e segura da contribuição técnica que oferecerá ao CONTRATANTE e, assim se insurge, e demonstra todo seu inconformismo em relação a sua INABILITAÇÃO.
Considerando que a qualificação do fornecedor faz parte do processo de seleção da MELHOR OFERTA, demonstramos aqui que não temos interesse em procrastinar o processo licitatório, mas sim torná-lo justo e competitivo, entregando ao Contratante serviços de reconhecida qualidade técnica e, que condigam com a real necessidade do Contratante e dos Requisitos do Processo Edilício, neste exigidos.
A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.
Na linha de reduzir o formalismo e prestigiar o resultado pretendido com os certames públicos (melhor proposta técnica e preço), o artigo 58 da Lei nº 13.303/2016 pareceu flexibilizar essa vedação ao enfatizar que a habilitação seja apreciada a partir da apresentação de documentos que comprovem a aptidão do licitante à aquisição de direitos e à contração de obrigações, bem como a partir da verificação da qualificação técnica do licitante dentro dos parâmetros fixados pelo edital e esclarecimentos.
Observamos que o artigo 2º, §2º, do Decreto 10.024/2019 promove a AMPLIAÇÃO DA DISPUTA entre os interessados, resguardados o interesse público, a ISONOMIA, a finalidade e a segurança da contratação, porquanto trata de ato praticado, não de ato inexistente, como é o caso de documento não apresentado, fato que não ocorreu na apresentação de requisitos da Interop, visto que APRESENTOU TODOS OS DOCUMENTOS DETERMINADOS PARA O CERTAME DENTRO DO PRAZO E CONDICIONANTES TECNICAS EXIGIDAS.
Imperioso ressaltar que o caráter instrumental da licitação também busca prestigiar a verdade material e a competitividade, com a aplicação prática do devido processo legal as regras editalicias.
Considerando que fora apontado, imperioso selecionar sim a melhor proposta, desde que a exigência demonstre que padrões mínimos dão condições na seleção isonômica. Vejamos:
"ATO Nº 43/2006-P - regulamenta no âmbito do PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL os arts. 1º e 2º, parágrafo 1º, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que trata de licitação modalidade de pregão, em suas formas ELETRÔNICA E PRESENCIAL.
PARÁGRAFO ÚNICO - consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, POR MEIO DE ESPECIFICAÇÕES USUAIS DO MERCADO.
ART. 2º - para o julgamento das propostas, serão fixados CRITÉRIOS OBJETIVOS que permitam AFERIR O MENOR PREÇO, devendo ser considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os PARÂMETROS MÍNIMOS DE DESEMPENHO E DE QUALIDADE e as demais condições definidas no edital." (grifamos)
Não bastassem, os termos da Carta Magna Brasileira, os ensinamentos de HELY LOPES MEIRELLES (Direito Administrativo Brasileiro - 27ª edição) e a jurisprudência nacional, referências feitas anteriormente, no próprio art. 3º, da Lei 8.666/93 é encontrada determinação específica, que resulta cumprida pela Recorrente no Edital em questão. Assim, vejamos:
"Art. 3º. A licitação (...)
§ 1º É vedado aos agentes públicos:
I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, RESTRINJAM OU FRUSTREM O SEU CARÁTER COMPETITIVO e estabeleçam preferências ou distinções ...; art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991." (grifamos)
O renomado MARÇAL JUSTEN FILHO em seu Curso de direito administrativo. 7. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2011 – p. 462 diz:...todas as limitações e exigências dispostas no ato convocatório deverão observar o princípio da ISONOMIA. O ato convocatório violará a isonomia e, em última análise, a proporcionalidade, quando: ... (iv) ADOTA DISCRIMINAÇÃO DE VALORES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS". (grifamos)
Frente ao exposto, entendemos que as exigências edilícias foram integralmente apresentadas pela Recorrente, comprovando sua capacidade técnica avançada
4. DO REQUERIMENTO
Isto posto, REQUER seja JULGADO PROCEDENTE INTEGRALMENTE o RECURSO ADMINISTRATIVO da empresa INTEROP, a fim de, reformar a decisão da Douta Comissão de Licitações, CLASSIFICANDO/HABILITANDO a empresa RECORRENTE, pois cumpriu integralmente os requisitos habilitatórios, bem como seja dado prosseguimento ao Certame.
Em tempo, tomamos a liberdade de trazer aos autos nosso ainda esperançoso pensamento de que todos nós trabalhamos para construir um País onde as Leis sejam respeitadas e as punições aplicadas. Como forma de JUSTIÇA em favor da livre concorrência e vinculação ao instrumento convocatório, cabe ainda argumentar que a Recorrente em momento algum age com intuito de procrastinar o certame, mas sim, elucidar fatos importantes para a Administração Pública em prol da melhor oferta e economia ao Erário.
Nestes termos, pede e espera deferimento.
Porto Alegre, 03/04/2023.
SÓCRATES SLONGO
SÓCIO DIRETOR
CRISTIA LUCEIRO
OABRS62604
cristia@interop.com.br

- DAS CONTRARRAZÕES DE RECURSO

A licitante vencedora, STEFANINI RAFAEL SEGURANCA E DEFESA S.A., apresentou suas contrarrazões, in verbis:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Diretoria Administrativa
Supervisão de Licitações e Contratos
LUIS FELIPE BERGAMINI MENDES
Pregoeiro Oficial
Pregão Eletrônico n.º 02/23
CONTRARRAZÕES A RECURSO ADMINISTRATIVO
STEFANINI RAFAEL SEGURANCA E DEFESA S.A.(STEFANINI), já qualificada nos autos do processo de licitação em tela, com amparo no Edital e demais legislações nele arroladas, apresenta suas CONTRARRAZÕES ao Recurso Administrativo impetrado por INTEROP INFORMATICA LTDA. (Recorrente), contra a decisão que INABILITOU A Recorrente e julgou a STEFANINI habilitada e vencedora do certame.

São incabíveis os argumentos trazidos pela recorrente como demonstraremos nos tópicos seguintes, sendo correta a análise e julgamento, bem como os procedimentos adotados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.
Após a correta inabilitação da empresa INTEROP, a STEFANINI foi convocada a apresentar o detalhamento de sua proposta, a qual foi aceita, e, com a análise positiva da documentação de habilitação, foi declarada vencedora do certame.
A Recorrente alega que a análise de sua documentação de habilitação técnica não se deu de forma correta e que a documentação apresentada (atestados técnicos) atenderia ao requerido pelo Edital.
As alegações não merecem prosperar como demonstraremos nos tópicos seguintes.
DA CORRETA INABILITAÇÃO DA RECORRENTE
Conforme análise da área técnica comunicada pelo Pregoeiro em Ata, a não habilitação da Recorrente foi motivada por desatendimentos a determinações acerca das comprovações técnicas, CONFORME SE EXTRAI DO Relatório disponibilizado no site do TCE – PR
"Em síntese, os documentos referem-se à prestação de serviços de suporte técnico em informática, níveis 1 ,2 e 3, para o ambiente de Tecnologia de Informação e de NOC. Além disso, não se encontra na documentação enviada a comprovação de atendimento aos números mínimos solicitados para a prestação dos serviços de SOC. É o caso do TJ-RS, TJ-MA, , ALERS, Borrachas VIPA e da Polícia Civil do RS, onde tanto o próprio objeto licitado, como a descrição dos serviços prestados, são todos referentes a serviços de suporte e NOC.
Em relação à documentação apresentada oriunda da Sefaz-RS, há descrição de serviço de apoio a segurança da informação sob o prisma de suporte a infraestrutura, letra l do item 4.1.3 do atestado, copiado abaixo: ... " 4.1.3. Monitoramento do ambiente de TI desta secretaria, abrangendo todos os elementos constituintes dos Datacenters, da Rede e dos Serviços de Nuvem, realizando mais de 20.000 atendimentos a eventos de monitoramento por ano incluindo:.....
... i) Sustentação e operação do ambiente de Segurança da Informação, com apoio operacional no monitoramento e resposta a incidentes, utilizando ferramental Microsoft Defender e SIEM Microsoft Sentinel, para um parque de aproximadamente 3.000 mil ativos de TI"..
NO PROPÓSITO DE NÃO DEIXAR DÚVIDA SOBRE A SITUAÇÃO, A EQUIPE DE APOIO AO PREGOEIRO ENTROU EM CONTATO TELEFÔNICO (COMPROVAÇÃO ABAIXO) COM O SR. ANDRÉ RENATO FACCHINI, DIRETOR DE TIC DA SEFAZ-RS, QUEM ASSINOU O DOCUMENTO APRESENTADO, A FIM DE REALIZAR DILIGÊNCIA. NESTE CONTATO, REALIZADO EM 29 DE MARÇO, AS DÚVIDAS FORAM TODAS EXPOSTAS. O REFERIDO DIRETOR ENTÃO AFIRMOU QUE OS SERVIÇOS PRESTADOS SÃO EFETIVAMENTE DE SUPORTE E ATENDIMENTO, E DE NOC, CITANDO INCLUSIVE QUE HÁ OUTRA EMPRESA NA SEFAZ-RS QUE PRESTA OS SERVIÇOS DE SOC. ADEMAIS, O OBJETO DO CONTRATO JUNTO À SEFAZ-RS (Nº 19/04/026) PERTENCENTE AO PROCESSO Nº 181400-0001443-9 EXPLICITADO ABAIXO, COMPROVA QUE AS PRESTAÇÕES NÃO TÊM RELAÇÃO COM SERVIÇOS DE SOC, OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO, MAS É ASSIM AFETO A SERVIÇOS DE SUPORTE A INFRAESTRUTURA..."
Há aqui de se diferenciar serviços de NOC (objeto dos atestados apresentados pela Recorrente) e SOC (objeto da presente Licitação):
ENQUANTO O SOC PRIORIZA PROTEGER A ORGANIZAÇÃO, através da identificação das ameaças, coleta de evidências para responder a possíveis incidentes de segurança, O NOC POSSUI COMO FOCO A DISPONIBILIDADE DO AMBIENTE impedindo um tempo de inatividade prolongado, e atua para alertar ou restabelecer os serviços o mais rápido possível, garantindo o SLA acordado.
SOC (Security Operations Center ou Centro de Operações de Segurança) é um centro de operações composto por profissionais de segurança, que monitoram, detectam, investigam, e respondem a ameaças que possam afetar a segurança da informação das organizações. Monitora todos os recursos de segurança utilizados na empresa, como firewalls, IPs, antivírus, UTMs e anti-DDoS, e analisa eventos relacionados a rede, servidores, aplicações, website, e qualquer sistema existente na organização. O SOC é baseado em uma abordagem proativa, executando principalmente operações com base na segurança cibernética. Como se trata de uma área altamente especializada, o SOC tem foco total no monitoramento, análise e desenvolvimento de estratégias de segurança do ambiente de TI.
NOC (Network Operations Center ou Centro de Operações de Redes) é um centro de operações composto por profissionais de TI que realizam a supervisão e monitoramento contínuo do desempenho e saúde do ambiente tecnológico. Através dos serviços de NOC as organizações possuem uma visibilidade total do ambiente, detectando possíveis anomalias e identificando rapidamente possíveis erros.
A RECORRIDA alega em recurso que o atestado da SEFAZ-RS (Contrato nº 19/04/026) comprova atividades similares ao que deve ser considerado para cumprimento das exigências do edital do TCE-PR.
O atestado não comprova de forma clara a prestação de serviço de SOC; ainda que comprove o monitoramento proativo, resposta a incidentes de segurança da informação e experiência na operacionalização das soluções Microsoft Defender e Microsoft Sentinel. Comprova também atendimento de suporte N1, 2 e 3 para 2.500 usuários.
Claramente este atestado comprova o serviço de NOC, conforme abaixo:
4.1.3. Monitoramento do ambiente de TI desta secretaria, abrangendo todos os elementos constituintes dos Datacenters, da Rede e dos Serviços de Nuvem, realizando mais de 20.000 atendimentos a eventos de monitoramento por ano incluindo:
a) NOC (Núcleo de Operação e Controle) de forma ininterrupta, em regime 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana), com monitoramento das redes de longa Distância WAN (mais de 60 pontos), Redes Locais (mais de 2.500 pontos) e acompanhamento de mais de 400 servidores, com tratamento dos eventos, utilizando principalmente os sistemas de monitoramento OpMon, MS System Center e ferramentas Azure..
Ainda:
c) gerenciamento de sistema automatizado para monitoramento de ativos e serviços de infraestrutura de TI (Opmon e System Center), com mais de 20.000 itens monitorados por meio de protocolo SMP ou agentes.
(...)
i) Sustentação e operação do ambiente de Segurança da Informação, com apoio operacional no monitoramento e resposta a incidentes, utilizando ferramental Microsoft Defender e SIEM Microsoft Sentinel, para um parque de aproximadamente 3.000 mil ativos de TI

A concorrente se baseia na resposta ao questionamento abaixo feito por ela mesma (trecho extraído do recurso):
"ESCLARECIMENTO 2 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n.º 02/2023 ...1) Aplicando os Princípios norteadores do processo licitatório quanto à SIMILARIDADE E AMPLIAÇÃO DA CONCORRÊNCIA, entendemos que serão aceitos atestados de capacidade técnica (letra a item 16.4.1) que nomeiem serviços continuados 24x7 de monitoramento proativo, detecção e resposta a incidentes de segurança da informação de modo que NÃO HÁ A NECESSIDADE DE VIR EXPLICITO NA ESCRITA A EXPRESSÃO ESTRANGEIRA´SECURITY OPERATIONS CENTER (SOC)", pois este é o entendimento, correto? Resposta: SIM, entendimento correto; não há a necessidade da expressão "Security Operations Center (SOC)".Entretanto, OS ATESTADOS DEVEM TRATAR DE SERVIÇO SIMILAR E COMPATÍVEL." (grifamos)
Ainda que o questionamento tenha sido proposital numa tentativa de fazer com o que o atestado seja aceito, não afasta a diferença entre SOC e NOC.
Na página 2 do recurso a concorrente transcreveu o trecho abaixo, retirado do TR o qual deu origem ao atestado da SEFAZ-RS com o intuito de reforçar a similaridade dos serviços prestados com o exigido no edital. Porém, mais uma vez não está claro o serviço de SOC
"...item 9.2.5.2.5. Executar o GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO do ambiente da CONTRATANTE, inclusive gerenciado permissões e acesso a serviços e sistemas....Item 2.5.5. Atividades relacionadas: Deverá realizar, no mínimo, as atividades abaixo relacionadas: Proceder com TESTES DE VULNERABILIDADES conforme as MELHORES PRÁTICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO; Item 2.6.5 EXECUTAR os processos relativos à administração, sustentação, manutenção, suporte e planejamento de melhorias e atualização das soluções REFERENTES AOS AMBIENTES DE SEGURANÇA PERIMETRAL, SEGURANÇA DE REDES E ASPECTOS ESTRATÉGICOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO; Garantir o emprego das MELHORES PRÁTICAS do mercado em relação ao tema de SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO e envidar todos os esforços para MITIGAR INCIDENTES RELACIONADOS À SEGURANÇA... ANALISAR a ocorrência de sistemas atingidos por INCIDENTES DE SEGURANÇA, AVALIANDO AS CAUSAS DA OCORRÊNCIA, PARA ELIMINAÇÃO E PREVENÇÃO DE NOVOS INCIDENTES...Atuar na ANÁLISE DOS CASOS DE FALHAS DE SEGURANÇA (vírus, invasão, etc.), a fim de identificar motivos e ESTUDAR SOLUÇÃO para evitar reincidências;" (grifamos)
Ocorre que a própria DILIGÊNCIA REALIZADA pelo TCE-PR junto à emitente do Atestado, comprovou que o mesmo não atendia ao requerido no Edital.
Por fim, o que os atestados da INTEROP comprovam de forma geral é o suporte ao usuário e sustentação/monitoramento de infraestrutura de TI nos níveis 1, 2, 3, e nenhum deles está aderente ao objeto da licitação.
Retornando ao tema da Comprovação da aptidão técnica que não foi cumprida pela Recorrente, o Tribunal de Contas da União – TCU no Acórdão nº 6.485/2010-2ª Câmara/ DOU de 17.11.2010 assim determinou: "determinação ao Instituto Evandro Chagas/PA para que, nos processos licitatórios, abstenha-se de aceitar atestado de capacidade técnica que não seja compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, ante o disposto no art. 30, II, da Lei nº 8.666/1993" (item 9.2, TC-003.615/2010-3).
Comprovar é provar, gerando evidência irrecusável. Não é simplesmente mostrar, mas demonstrar mediante dados específicos e concretos, o atendimento a toda gama de serviços que compõem o escopo licitado.
Em apertada síntese, a qualificação técnica pode ser assimilada como o conjunto de requisitos e condições que o licitante interessado em contratar com o ente público precisa apresentar. Ao ente público cabe verificar não só a capacidade técnica teórica do licitante como a sua capacidade técnica efetiva de execução, ou a sua capacidade operativa real, o que, no âmbito do presente Edital significa a efetiva comprovação de já haver executado atividades compatíveis com as que serão exigidas no curso da execução do objeto contratual, de forma que a comprovação de já haver executado serviços similares ao objeto licitado, sem a efetiva comprovação da execução das atividades, não comprova de forma alguma a aptidão técnica da Recorrida.
Salienta-se que na realização de compras, obras e serviços de grandes valores e alta complexidade, como no presente certame, a Administração, aqui representada pelo TCE-PR, deve exigir dos licitantes inclusive a metodologia de execução a ser aplicada no comprimento do objeto da licitação. Destaca-se que o interesse público exige do administrador a fixação de condições mais rigorosas durante a fase de habilitação, como forma de resguardar a qualidade do que se pretende contratar.
A identificação de problemas no curso da execução contratual ligados à qualificação técnica é prática rotineira nos contratos administrativos. Tais situações, ainda que possuam origens variadas, estão fortemente ligadas ao exame superficial dos atestados apresentados pelos interessados.
De todo o modo, o fato é que a qualificação técnica desempenha relevante papel enquanto elemento de habilitação nas licitações públicas. É por meio dela que se afere a capacidade e as condições de experiência dos licitantes para bem desempenhar as atividades ligadas ao objeto do futuro contrato. Isso é feito por meio do exame da "vida profissional pregressa" do interessado.
Desta forma, não merecem prosperar os argumentos da Recorrente tendo sido efetivamente demonstrado que a mesma deixou de comprovar as exigências do Edital, devendo ser mantida a decisão que a inabilitou, conforme conclusão do parecer técnico já referido:
Da Decisão:
Após exame detalhado da documentação apresentada e do contato junto à SEFAZ-RS, a equipe de apoio ao pregoeiro entendeu que os atestados apresentados NÃO ATENDEM ao solicitado em edital, de forma que a empresa está inabilitada do certame pelo aspecto técnico.
São totalmente incabíveis as argumentações da Recorrente de que teria comprovado sua aptidão técnica, não havendo qualquer motivo para alteração da decisão que a considerou INABILITADA no certame.
PEDIDO
ANTE O EXPOSTO, restam viciados e equivocados os argumentos apresentados pela Recorrente em seu recurso razão pela qual SE REQUER seja o mesmo julgado totalmente improcedente, mantendo a a decisão de inabilitação da Recorrente, e também mantendo a STEFANINI como habilitada e vencedora do certame.
Assim procedendo, estarão atendidos os princípios legais perseguindo o melhor interesse público e o atendimento às leis, normas e princípios que regem a coisa pública.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
Curitiba, 06 de abril de 2023.
STEFANINI RAFAEL SEGURANCA E DEFESA S.A.".

5 - DA TEMPESTIVIDADE E DEMAIS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

A recorrente registrou tempestivamente a respectiva intenção de recurso.

Os prazos sucessivos para razões, contrarrazões e decisão foram registrados no sistema, com ampla publicidade (peça n.º 31, fl. 10).

A legitimidade da recorrente extrai-se da condição de licitante e o interesse recursal decorre da sucumbência.

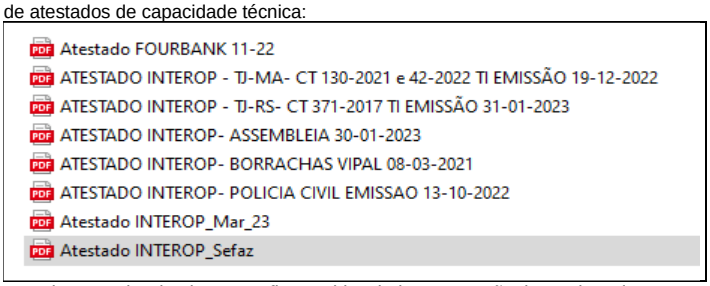
Preenchidos os pressupostos recursais, passa-se à análise de mérito.

6 – DA FUNDAMENTAÇÃO

6.1 – DO RECURSO MANEJADO POR INTEROP

Sem delongas, a questão nodal refere-se à similaridade e compatibilidade de serviços descritos em atestado de capacidade técnica apresentado com os serviços objeto do Edital. A similaridade jamais poderá se desvincular da essência do objeto almejado, não se podendo infirmar que um objeto cujo núcleo seja completamente diverso do pretendido seja compatível pura e simplesmente.

Conforme parecer técnico amplamente divulgado e disponibilizado no sítio oficial desta Corte de Contas, verifica-se que a empresa INTEROP encaminhou uma série de atestados de capacidade técnica:



Em tais atestados, basicamente ficou evidenciada a prestação de serviços de suporte técnico em informática para o ambiente de Tecnologia de Informação e de NOC (Network Operations Center ou Centro de Operações de Redes). Como no atestado emitido pela SEFAZ-RS havia menção a serviços de apoio à segurança da informação sob o prisma de suporte à infraestrutura, no intuito de privilegiar os princípios afetos aos processos de contratação pública, foi aberta de ofício diligência para averiguar a dita similaridade e compatibilidade dos serviços ali dispostos com os serviços efetivamente exigidos.

No contato realizado em 29/03/2023, o Sr. André Renato Facchini, Diretor da SEFAZ-RS e responsável pela assinatura do atestado encaminhado pela INTEROP, confirmou que os serviços ali descritos são referentes à suporte e atendimento, e de NOC:

SERVIÇO	ESPECIFICAÇÃO	NÍVEL DE ATENDIMENTO	Unidade de Medida	Valor Unitário	Subtotal (12 meses)
Suporte Técnico e Sustentação de Infraestrutura de TIC	Suporte Técnico aos Usuários	Nível I e II (Help Desk)	Serviço Mensal	R$ 42.000,00	R$ 504.000,00
	Suporte Técnico de Infraestrutura	Nível III (Analista)	Serviço Mensal	R$ 40.000,00	R$ 480.000,00
	Sustentação de Infraestrutura de TIC	Monitoria e Operação	Serviço Mensal	R$ 72.700,00	R$ 872.400,00
Valor Total Mensal				R$ 154.700,00	-
Valor Global (12 meses)				-	R$ 1.856.400,00

Além disso, afirmou que outra contratada presta serviços de SOC à SEFAZ, a empresa AdaQuest.

Como visto, a diligência foi esclarecedora o bastante para lastrear a inabilitação da INTEROP, afastando qualquer alegação de excesso de formalismo/rigorismo. O princípio da realidade sobre a forma está sendo observado, não se podendo confundir SOC com NOC, como apontado em sede de contrarrazões.

Desta forma, resta evidente que não prospera o recurso interposto pela empresa INTEROP INFORMÁTICA LTDA., devendo ser mantida sua inabilitação do certame.

Outra não fosse a solução adotada, estar-se-ia diante de violação aos princípios fundamentais que regem as licitações, em especial os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório (art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal, c/c os arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/1993), observado, ainda, o necessário julgamento conforme as disposições da lei interna da licitação (edital), impondo-se a todos os participantes, na mesma medida, a observância das exigências previstas.

7 - DA DECISÃO

Diante dos fatos, das razões e contrarrazões apresentadas, conheço do recurso interposto por INTEROP INFORMÁTICA LTDA. para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão que declarou vencedora do Pregão Eletrônico nº 02/2023 a licitante STEFANINI RAFAEL SEGURANCA E DEFESA S.A.

Publique-se o resultado deste julgamento no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Paraná (DETC), conforme disposto no subitem 1.6. do Edital.

Encaminhe-se a presente decisão, com as devidas homenagens, à Presidência deste Tribunal, nos termos do item 19.5.3 do Edital[5] e do art. 94, § 5º, II, da Lei Estadual nº 15.608/2007[6].

O inteiro teor desta decisão será disponibilizado no sítio oficial do Tribunal de Contas do Paraná, www.tce.pr.gov.br, aba superior Transparência do TCE – Licitações do TCE-PR, Pregão Eletrônico 02/2023, bem como no endereço www.gov.br/compras, para ciência de todos os interessados.

SLC, em 10 de abril de 2023.

LUÍS FELIPE MENDES
Pregoeiro

_____

1. *"Prezado Sr. Pregoeiro, Cumprimentando-o cordialmente, e consigo à equipe de apoio que integra esta distinta e douta CPL/TCE-PR, a KRYPTUS SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO S/A, CNPJ n° 05.761.098/0001-13, devidamente identificada nos autos do certame em tela, vem, em sede recursal na fase externa do PE 02/2023, tempestivamente, comunicar o declínio/desistência de sua intenção/prerrogativa de recurso administrativo .Registramos nosso apreço ao sr. Pregoeiro e a esta CPL, desejando sucesso na conclusão do processamento do PREGÃO ELETRÔNICO 02/2023. Atenciosamente,".*

2. *Allmic.*

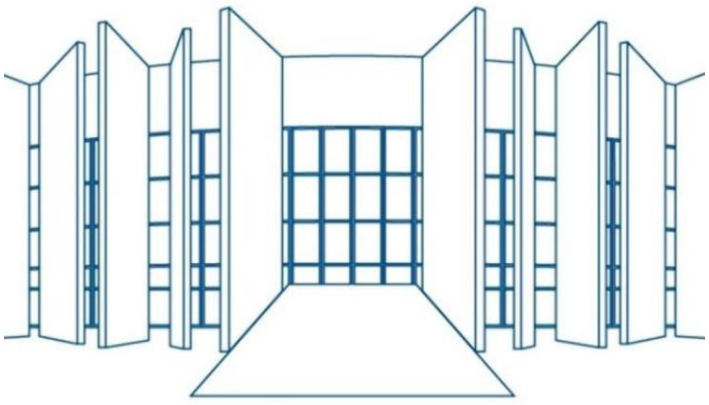
3. *Acostado à peça 28, fls. 5/10.*

4. *Chat – "No atestado de capacidade técnica emitido pelo Grupo Marista/ FTD não ficou evidenciada informação pertinente ao quantitativo mínimo de usuários exigido, nos seguintes termos: "experiência na operacionalização das soluções Microsoft Defender e Microsoft Sentinel ou ferramentas similares em ambientes com, no mínimo, 750 (setecentos e cinquenta) ativos e 500 (quinhentos) usuários". Sendo assim, para esclarecimentos complementares, com fulcro nos subitens 16.4.2.2. e 24.2. do Edital, terei de abrir diligências. Para STEFANINI RAFAEL SEGURANCA E DEFESA S.A. - Solicito que encaminhe a informação faltante no atestado quanto ao quantitativo mínimo de usuários exigido. Para STEFANINI RAFAEL SEGURANCA E DEFESA S.A. - A informação faltante poderá ser comprovada por atestado complementar do próprio emitente, devidamente assinado, bem como outros documentos complementares, tais como notas fiscais, contratos, aditivos ou outros instrumentos/documentos que demonstrem o quantitativo mínimo exigido. (...)". O documento encaminhado em resposta à diligência está acostado à peça 28, fls. 9/10.*

5. *"19.5. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 5 (cinco) dias para:*
(...) 19.5.3. Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora, que terá 5 (cinco) dias úteis para decidir".

6. *"Art. 94. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei caberá: (...) § 5º. Analisado o recurso e as contra-razões, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a comissão ou o pregoeiro pode: (...) II - remeter os autos à autoridade superior, motivando a manutenção da decisão".*





COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2023/2024

TCEPR

Tribunal Pleno

Conselheiro Presidente
- Fernando Augusto Mello Guimarães

Conselheiro Vice-Presidente
- Ivens Zschoerper Linhares

Conselheiro Corregedor-Geral
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiros
- José Durval Mattos do Amaral
- Fabio de Souza Camargo
- Maurício Requião de Mello e Silva
- Augustinho Zucchi

Auditores
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Claudio Augusto Kania
- Tiago Alvarez Pedroso
- Livio Fabiano Sotero Costa
- Muryel Hey
- José Maurício de Andrade Neto

Secretária do Tribunal Pleno – STP
- Maria das Graças Greco

Primeira Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Ivens Zschoerper Linhares

Conselheiros
- José Durval Mattos do Amaral
- Maurício Requião de Mello e Silva

Auditores
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Claudio Augusto Kania
- Livio Fabiano Sotero Costa
- José Maurício de Andrade Neto

Secretária da Primeira Câmara – 1ª SECAM
- Maria Augusta Camargo de Oliveira Franco

Segunda Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiros
- Fabio de Souza Camargo
- Augustinho Zucchi

Auditores
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Tiago Alvarez Pedroso
- Muryel Hey

Secretária da Segunda Câmara – 2ª SECAM
- Mariana Amaral Porto

Corregedoria-Geral

Conselheiro Corregedor-Geral – CG
- Ivan Lelis Bonilha

Coordenadora da Corregedoria
- Crislayne Maria Lima Amaral Nogueira Cavalcante de Moraes

Ministério Público de Contas

Procurador Geral
- Valéria Borba

Procuradores
- Flávio de Azambuja Berti
- Kátia Regina Puchaski
- Eliza Ana Zenedin Kondo Langner
- Gabriel Guy Léger
- Michael Richard Reiner
- Juliana Sternadt Reiner

Secretário-Geral – MPC
- Willian Gregor Michels

Conselheiros – Diretores de Gabinete

Diretor de Gabinete Conselheiro Ivan Lelis Bonilha – GCILB
- Daniele Carriel Stradiotto

Diretor de Gabinete Conselheiro José Durval Mattos do Amaral – GCJDMA
- Celia Cristina Arruda

Diretor de Gabinete Conselheiro Fabio de Souza Camargo – GCFSC
- Lúcio Flávio Luttembarck Batalha

Diretora de Gabinete Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares – GCIZL
- Cinthya Pedron Caciatori

Diretor de Gabinete Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva– GCMRMS
- Joelcio Luiz Kloss

Diretor de Gabinete Conselheiro Augustinho Zucchi– GCAZ
-

Auditores – Coordenadores de Gabinete

Gabinete Auditor Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – GASRVF
- Jaqueline Lebbos Favoreto

Gabinete Auditor Thiago Barbosa Cordeiro – CATBC
- Felipe Medeiros Vedana

Gabinete Auditor Claudio Augusto Kania – GACAK
- Marcelo da Silva Bento

Gabinete Auditor Tiago Alvarez Pedroso – GATAP
- Melissa Trento

Gabinete Auditor Livio Fabiano Sotero Costa – GALFSC
- Suzana Aparecida de Oliveira

Gabinete Auditora Muryel Hey – GAMH
- Jaime Lins e Mello Neves

Gabinete Auditor José Maurício de Andrade Neto – GAJMAN
- Liliana Almeida Costa dos Santos

Inspetorias de Controle Externo

1ª Inspetoria de Controle Externo – 1ª ICE
- Luciane Maria Gonçalves Franco

2ª Inspetoria de Controle Externo – 2ª ICE
- Joelcio Luiz Kloss

3ª Inspetoria de Controle Externo – 3ª ICE

4ª Inspetoria de Controle Externo – 4ª ICE
- Rodrigo Duarte Damasceno Ferreira

5ª Inspetoria de Controle Externo – 5ª ICE
- Mauro Munhoz

6ª Inspetoria de Controle Externo – 6ª ICE
- Ana Carolina da Rocha

7ª Inspetoria de Controle Externo – 7ª ICE
- Marcio José Assumpção

Administrativo

Diretoria-Geral – DG
- Davi Gemael de Alencar Lima

Gabinete da Presidência – GP
- Vinicius Greco Pazza

Ouvidor de Contas
- Ederson Patrick Severo Machado

Diretoria Administrativa – DA
- Elizandro Natal Brollo

Escola de Gestão Pública – EGP
- Vivian Feldens Cetenareski

Diretoria de Comunicação Social – DCS
- Nilson Pohl

Diretoria Financeira – DF
- Edson Custódio

Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP
- Flavio Alves de Carvalho Sampaio

Diretoria de Planejamento – DIPLAN
- Cintia Aparecida Guizelini Dantas

Diretoria Jurídica – DIJUR
- Carine Rebelo de Almeida Cesar

Diretoria de Protocolo – DP
- Paulo Sergio Moura Santos

Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI
- Jose Augusto Cheute

Controladoria Interna – CI
- Viviane de Medeiros Pires

Gabinete de Assessoria Militar
- Mauro Celso Monteiro

Coordenadoria-Geral de Fiscalização – CGF
- Djalma Riesemberg Junior

Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX
- Leandro Sudré

Coordenadoria de Obras Públicas – COP
- Paulo Augusto Daschevi

Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE
- Wilmar da Costa Martins Junior

Coordenadoria de Gestão Estadual – CGE
- Ednilson da Silva Mota

Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM
- Levi Rodrigues Vaz

Coordenadoria de Auditorias – CAUD
- Vivianeli Araujo Prestes

Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização – COSIF
- Acir José Honório Bueno

Coordenadoria de Atendimento ao Jurisdicionado e de Controle Social - CACS
- Ricardo Alpendre